

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC-SP**

**VLADMIR LUIS DA SILVA**

**“VIA PRUSSIANA” E “REVOLUÇÃO PASSIVA” NO  
PENSAMENTO DE CARLOS NELSON COUTINHO: TRANSPOSIÇÃO  
AJUSTADA OU DECALQUE?**

**MESTRADO EM HISTÓRIA**

**SÃO PAULO  
2012**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC-SP**

**VLADMIR LUIS DA SILVA**

**“VIA PRUSSIANA” E “REVOLUÇÃO PASSIVA” NO  
PENSAMENTO DE CARLOS NELSON COUTINHO: TRANSPOSIÇÃO  
AJUSTADA OU DECALQUE?**

**MESTRADO EM HISTÓRIA**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de MESTRE em História, sob orientação da prof. Dra. Vera Lucia Vieira em co-orientação com a Prof. Dra. Livia Cotrim

**SÃO PAULO  
2012**

Banca Examinadora:

---

---

---

A Geraldo e Maria, *meus pais*

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Prof. Dr. Antônio Rago Filho, pelas muitas assistências ao longo de todo o desenvolvimento desta dissertação e também pelas aulas espiritualmente revigorantes.

À Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Livia Cotrim, que acompanha o desenvolvimento deste trabalho desde a época da graduação, figura exemplar em inúmeros sentidos, em especial no que tange à difícil arte de ensinar.

À Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Vera Lúcia Vieira, pela sensibilidade humana que apresentou diante das diversas dificuldades encontradas pelos alunos, além do trabalho específico de orientação.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da PUC-SP, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) pela viabilização das condições financeiras e institucionais desta pesquisa.

Talhado socialmente, o indivíduo terá sorte se estiver sempre cercado de bons amigos e referências. Nesse sentido, destaco aqui, certamente cometendo injustiças, nomes que iluminaram caminhos antes e durante a elaboração deste trabalho: Alexandre de Paula, Aline Vasconcelos, André Stuck, Carlos Guerra, Cleber Toledo, Daniel Galhardo (in memoriam), Danila Begio, Elaine Santos, Elver Mayer, Fábio Ribeiro, Felipe Henrique, Felipe Marineli, Fernanda Pimentel, Fernanda Soncini, Fernando Marineli, Flavia Bigai, Glauco Zegna, Gregory Bush, Ivan Cotrim, Leandro Cândido, Leandro de Moraes, Leonardo Carillo, Letícia Monteiro, Luciano Dutra, Marcel Gianotti, Marcelo Galindo, Mariana Barbedo, Matheus Silveira, Pedro Vigner, Rafael Dias, Rodrigo Chagas, Terezinha Ferrari e Wellington Oliveira.

## RESUMO

Vladmir Luis da Silva. **“Via prussiana” e “revolução passiva” no pensamento de Carlos Nelson Coutinho: transposição ajustada ou decalque?**

Este trabalho tem por objetivo principal a crítica das posições do filósofo baiano Carlos Nelson Coutinho sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Para Coutinho, o caminho do desenvolvimento brasileiro assemelha-se aos casos alemão e italiano. Assim, nosso trabalho foca a utilização feita pelo autor dos conceitos de “via prussiana” e “revolução passiva”.

Durante nossas pesquisas, percebemos que o pensamento de Coutinho passa por mudanças radicais em seu modo de analisar a realidade. Trata-se do abandono dos referenciais do filósofo húngaro Georg Lukács em prol dos conceitos do dirigente comunista Antonio Gramsci e dos ensinamentos políticos de eurocomunistas italianos. Sendo assim, nos dedicamos também ao entendimento do sentido dessas transformações e do modo como afetam seu diagnóstico do passado e do presente do país, bem como suas propostas resolutivas.

Nosso trabalho tem por base a análise imanente, ou seja, o acompanhamento crítico do pensamento de Coutinho é realizado por meio da leitura e interpretação dos textos do próprio autor, respeitando assim o sentido próprio dos mesmos. A crítica que realizamos apoia-se ainda nos escritos do historiador Caio Prado Jr. e do filósofo José Chasin, os quais captaram em suas obras aspectos da realidade brasileira que Coutinho não pôde entender adequadamente.

Palavras-chave: Carlos Nelson Coutinho; via prussiana; revolução passiva

## ABSTRACT

Vladmir Luis da Silva. **“Prussian way” and “passive revolution” in Carlos Nelson Coutinho’s thinking: adjusted transposition or decal?**

This work has as main objective the criticism of the Bahian philosopher Carlos Nelson Coutinho’s positions about the development of capitalism in Brazil. For Coutinho, the Brazilian development way resembles the German and Italian cases. In this way, our work focuses on the use made by the author of concepts like “Prussian way” and “passive revolution”.

During our researches, we realize that Coutinho’s thinking suffers radical changes in his way of analysing the reality. It is the leaving of the Hungarian philosopher Georg Lukács’ references, in behalf of the communist leader Antonio Gramsci’s concepts and the political teachings of Italian Eurocommunists. Therefore, we also dedicate ourselves to the understanding of the meaning of these changes and of the way in which they affect Carlos Nelson Coutinho’s diagnosis of Brazilian past and present, as well as his resolute proposal.

Our work is based on the immanent analysis, in other words, the critical accompaniment of Coutinho’s thinking is accomplished through the reading and the interpretation of the texts of the author himself, thus respecting the proper sense of them. Our criticism is also based on the writings of historian Caio Prado Jr. and philosopher José Chasin, who caught in their works aspects of Brazilian reality that Coutinho could not properly understand.

**Key-words:** Carlos Nelson Coutinho; Prussian way; passive revolution

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	9
CAPÍTULO I – O PENSAMENTO MUTANTE DE CARLOS NELSON COUTINHO.....	30
1.1. Uma breve biografia.....	30
1.2. Uma analítica lukacsiana.....	32
1.3. Uma fase gramsciana e eurocomunista.....	52
1.4. As razões do formato do pensamento mutante.....	73
CAPÍTULO II – “VIA PRUSSIANA” E “REVOLUÇÃO PASSIVA” NA OBRA COUTINIANA.....	86
2.1. Formulações juvenis.....	86
2.2. O quadro histórico-social na crítica literária.....	90
2.3. O “caráter elitista e autoritário” da evolução histórica brasileira.....	107
CAPÍTULO III – ALGUMAS CONTRAPOSIÇÕES.....	142
3.1. Um círculo vicioso.....	142
3.2. “Via colonial”.....	160
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	177
BIBLIOGRAFIA.....	180



## INTRODUÇÃO

O objetivo central deste trabalho consiste em indagar uma dada teorização da via de *constituição histórica* da formação econômico-social brasileira. Mais concretamente, visamos o acompanhamento *crítico* dos conceitos de “via prussiana” e “revolução passiva” utilizados pelo pensador baiano Carlos Nelson Coutinho na compreensão de nossa história, bem como das estratégias políticas daí divisadas, questões que dão sequência a alguns dos debates mais importantes da esquerda brasileira: aqueles acerca da natureza de nossa particularidade histórica e de seus possíveis equacionamentos.

Em seus diversos trabalhos, Coutinho buscou intervir ativamente na reconfiguração do país como um todo. Isso foi feito não apenas em consonância com as necessidades imanentes dos referenciais teóricos (marxistas) adotados ou somente como resposta a debates de natureza estritamente teórica. Trata-se de uma tentativa de colaborar no sentido da transformação das estruturas do Brasil, um anseio sinalizado na prática dos movimentos populares ao longo das últimas décadas. Tais movimentos tinham por objetivo primordial a inflexão do tipo de desenvolvimento seguido pelo país, no qual a evolução nacional não é acompanhada pelo progresso social. Nesse sentido, o pensamento de Coutinho constitui uma resposta às demandas concretas dos setores populares da realidade nacional, ou, em outros termos, sua contribuição consiste em uma formulação ideal, nos campos da cultura e da política, frente às possibilidades apresentadas pela dinâmica do capitalismo brasileiro contemporâneo. Inserem-se, portanto, no esforço coletivo de combate ao regime político-econômico inaugurado com a ditadura de 1964, uma luta que dá sequência à movimentação popular do período imediatamente anterior.

Para compreender o significado do tema em pauta, fazem-se necessários alguns esclarecimentos. Em sua *Crítica ao Programa de Gotha* (1875), Marx já apontava que “a ‘sociedade atual’ é a sociedade capitalista que existe em todos os países civilizados, mais ou menos livre dos elementos medievais, mais ou menos modificada pelo desenvolvimento histórico próprio de cada país, mais ou menos desenvolvida”. A vigência geral da sociedade burguesa não é desmentida nem mesmo pelas distinções entre as figuras estatais de cada país, pois Marx tem clareza de que elas “têm em comum o fato de repousarem nas bases da sociedade burguesa

moderna, mais ou menos desenvolvida do ponto de vista capitalista”.<sup>1</sup> Conjugam-se aqui, de modo inequívoco, universalidade e particularidade, ou seja, a universalidade da sociedade capitalista é constituída de modos distintos em cada caso concreto.

A posição marxiana, e aqui falamos não só da teorização do capitalismo, permite evitar certos equívocos quanto ao tratamento das categorias da realidade, em especial o referente ao entendimento da universalidade e da singularidade como categorias exteriores uma à outra. Para Marx, a particularidade não se refere a um termo intermediário fixo na relação entre universalidade e singularidade, mas sim ao seu campo de mediações. Assim, a particularidade constitui a universalidade determinada ou a singularidade mediatizada. Nesse sentido, o pensador alemão descarta a tentativa (errônea) de entender a realidade a partir da simples submissão de dados empíricos a um princípio geral qualquer, ou seja, não admite a realização da tarefa intelectual a partir do hiperdimensionamento do universal. Sua posição também nos permite visualizar o desacerto de tentar compreender o sentido do real somente a partir de seus dados imediatos, pois, nesse procedimento, a singularidade é privada de seu momento genérico, o qual permite a compreensão de seu sentido próprio.<sup>2</sup>

Vinculando-nos ao quadro de referência marxiano e, portanto, tendo em vista ser o capitalismo um modo de produção que se põe e reproduz enquanto universalidade, isto é, em âmbito mundial, nosso problema central consiste em saber qual é a forma particular de sua entificação em nosso país. Ao envolver o processo de constituição das classes sociais nacionais, bem como seu modo particular de ser, o nosso tema comporta determinações relevantes para a compreensão do processo de mundialização do capital atualmente em curso, ainda que, evidentemente, não seja suficiente para seu entendimento. Referimo-nos aqui, em especial, ao modo de ser e agir da burguesia brasileira, elemento fundamental para compreender sua posição no movimento mundial das trocas.

A relevância deste trabalho na atualidade revela-se ainda pelo fato de constituir tratamento do quadro condicionante de questões nacionais não resolvidas ou solucionadas de

---

<sup>1</sup> Karl MARX, “Crítica ao programa de Gotha: comentários à margem do Programa do Partido Operário Alemão”, in: \_\_\_\_\_; Friedrich ENGELS, *Manifesto do Partido Comunista*, Porto Alegre, L&PM, 2010, p. 121-122.

<sup>2</sup> A esse respeito, ver J. CHASIN, *Marx – estatuto ontológico e resolução metodológica*, São Paulo, Boitempo editorial, 2009, em especial pp. 165-176.

modo incompleto, dimensão na qual o problema da democracia emerge como o mais emblemático. Dessa forma, apesar de vivermos em uma quadra histórica de afirmação do processo de mundialização do capital, um fenômeno que certamente altera de modo geral os quadros nacionais entificados de formas particulares, o tema das vias de desenvolvimento do capitalismo mantém sua pertinência.

Em sua formulação originária, nosso tema tem suas raízes nos escritos de Marx e Engels sobre o capitalismo alemão, cujo desenvolvimento, comparado aos casos francês e inglês, desenrola-se com atraso. Presença precoce e constante na obra desses pensadores, o tema da entificação *tardia* do capitalismo na Alemanha, sintetizado na expressão “miséria alemã”, constitui o quadro histórico-social da colocação atrasada e apoucada de diversos problemas e desafios. Entre eles, destaca-se o da “emancipação política”. Tendo seu desenvolvimento econômico se processado de modo tardio, a burguesia alemã se vê em um cenário no qual a opção pela aliança com as classes subalternas na luta contra os setores mais retrógrados se mostra arriscada, haja vista que nos vizinhos modernos o proletariado já explicitou seu potencial revolucionário. Dessa forma, ao abdicar de seu domínio político em favor da nobreza, conforma-se na condição de burguesia politicamente incompleta, deixando inacabada a tarefa da emancipação política.<sup>3</sup>

Retomando o legado de Marx e Engels para pensar o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, Lenin vislumbrou duas possibilidades de seu processamento no campo. No “caminho do tipo prussiano”, o latifúndio feudal é paulatinamente convertido em empresa burguesa, um processo lento e de resultados catastróficos para o campesinato. Já no “caminho de tipo norte-americano”, ou não existe o domínio latifundiário ou, existindo, é destruído pela revolução, que fragmenta a propriedade feudal em pequenas unidades camponesas, patrocinando um desenvolvimento mais rápido e benéfico ao conjunto do campesinato. Referindo-se ao conteúdo dessas formas de evolução agrária burguesa, Lenin afirma que, no caminho prussiano “o conteúdo fundamental da evolução é a transformação do feudalismo em sistema usurário e em

---

<sup>3</sup> Ver, por exemplo, K. MARX, “Crítica da filosofia do direito de Hegel – introdução”, in: \_\_\_\_\_, *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, São Paulo, Boitempo editorial, 2005 e também \_\_\_\_\_; F. ENGELS, *A ideologia alemã*, São Paulo, Boitempo editorial, 2007.

exploração capitalista das terras dos feudais-latifundiários-junkers”; já no caminho norte-americano, “o conteúdo está na transformação do camponês patriarcal em granjeiro burguês”.<sup>4</sup>

De posse desse instrumental marxista acerca da evolução do capitalismo, o filósofo húngaro Georg Lukács buscou compreender as objetivações estéticas e filosóficas de origem alemã a partir do contexto histórico-social engendrado pelo caminho prussiano. Entre as preocupações de Lukács estava a de apreender como a trajetória da Alemanha ao nazismo se refletiu na filosofia e como esse reflexo contribuiu para acelerar aquele processo histórico. Com esse intuito, elaborou um dos mais complexos mapeamentos do itinerário alemão, concretando analiticamente a afirmação genérica segundo a qual “a tragédia do povo alemão [...] consiste em haver chegado demasiado tarde no processo de desenvolvimento da moderna burguesia”.<sup>5</sup> Já no âmbito estético, destacou-se na produção do filósofo húngaro a percepção de que aquela rota de objetivação do capitalismo provocou na literatura, além de uma fragilidade em seus vínculos com a vida, a falta de continuidade em seu desenvolvimento. Tais fenômenos, percebidos por comparação com o quadro francês, decorrem, de acordo com Lukács, das condições desfavoráveis nas quais se deu a fundação da nação alemã, a saber, a desconexão entre seu processo e o “progresso da humanidade” e a ausência de “iniciativas ativas das massas populares”.<sup>6</sup>

Com um arcabouço conceitual próprio, Antonio Gramsci também trabalhou com a ideia de um modo particular de evolução do capitalismo, centrada na unificação italiana, o chamado *Risorgimento*. A preocupação de Gramsci é recuperar o histórico de vicissitudes da formação de uma “vontade coletiva nacional-popular” que pudesse impulsionar o “povo-nação” à fundação de um Estado. No quadro resultante de tal estudo, vislumbra-se um processo no qual o conceito de “revolução passiva”, tomado de empréstimo ao historiador napolitano Vincenzo Cuoco, emerge como síntese de um empreendimento tardio. Analiticamente desenhado em contraposição à radicalidade do caso francês e tendo como agente uma burguesia débil, o processo se desenrola como resposta ao “subversivismo esporádico, elementar, não orgânico, das massas populares,

<sup>4</sup> LENIN, *O programa agrário da social-democracia na primeira revolução russa de 1905-1907*, São Paulo, Ciências Humanas, 1980, p. 30.

<sup>5</sup> G. LUKÁCS, *El asalto a la razón: La trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler*, Barcelona-México, Grijalbo, 1968, p. 29.

<sup>6</sup> Cf. *idem*, *Goethe y su época*, Barcelona-México, Grijalbo, 1968.

através de ‘restaurações’ que acolheram uma certa parte das exigências que vinham de baixo”.<sup>7</sup> Desse modo, a “corrosão reformista” da velha ordem, além de impedir a participação e desenvolvimento das classes subalternas, mantém as posições econômica e política das velhas classes feudais.<sup>8</sup>

Já em terras brasileiras, de um modo geral, as iniciativas no sentido de captar a forma particular de desenvolvimento capitalista consistiram, na órbita do Partido Comunista Brasileiro, de esforços compreendidos no interior das tentativas mais amplas de dar conta da velha e conhecida tarefa de examinar a realidade brasileira para, a partir do diagnóstico realizado, propor os passos que levariam nossa sociedade a um novo patamar histórico, fosse esse imediatamente socialista ou democrático-burguês. Há que se observar aqui que, no breve histórico que se segue, abstraímos a diversidade dos contextos que impulsionaram os autores a trabalharem com o tema em pauta, bem como os distintos graus de profundidade atingidos.

Desde a década de 1930, com sua *Evolução política do Brasil* (1933), mas com maiores repercussões na de 1960, com *A revolução brasileira* (1966), o historiador paulistano Caio Prado Jr. criticou a concepção dominante no interior do PCB, a saber, a de que entre nós o capitalismo foi classicamente precedido pelo feudalismo, interpretação cuja única particularidade admitida era a classificação do Brasil entre os países dependentes, ao lado dos coloniais e semicoloniais. Nesse sentido, ainda que sem utilizar a conceituação em causa, Caio Prado contribuiu em grande medida nas discussões acerca da particularidade de nosso desenvolvimento histórico. Detectando a fonte da concepção pecebista em leituras apressadas dos clássicos do marxismo e no *Programa da Internacional Comunista*, adotado pelo VI Congresso Mundial em 1º de dezembro de 1928, o historiador buscou evidenciar as diferenças entre a realidade histórica brasileira e a dos países asiáticos, aos quais o referido documento, dirigido ao conjunto da América Latina, nos assemelhava. Caio Prado mostrava que, ao contrário do modelo europeu, cujo feudalismo tinha como elemento central a economia camponesa, no Brasil a presença dessa última era apenas residual, sendo, desde o início, a economia mercantil em grande escala a marca essencial de sua estrutura. Do mesmo modo, se nos países asiáticos a relação com o imperialismo era externa, isto

---

<sup>7</sup> A. GRAMSCI, *Introdução à filosofia: a filosofia de Benedetto Croce*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978, p. 393.

<sup>8</sup> Ver também, *idem*, *O risorgimento: notas sobre a história da Itália*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002 e *idem*, *Maquiavel, a política e o estado moderno*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

é, se aí o caso era o da penetração do capital estrangeiro em países que se formaram à margem da ação internacional das grandes potências europeias, aqui aquela relação era interna, ou seja, o imperialismo se beneficiava do fato de os países da América Latina terem se constituído em íntimo entrosamento com os mesmos centros de sua origem. Nesse sentido, Caio Prado recusou a prática da adoção de modelos na análise da realidade brasileira. O historiador paulistano foi um dos maiores críticos daquele procedimento, o qual apontava como um dos principais responsáveis pelos descaminhos da esquerda na elaboração de seus diagnósticos e, conseqüentemente, em sua conduta política.

A noção de caminho prussiano, em sua formulação leniniana, talvez tenha sido utilizada explicitamente pela primeira vez por João Amazonas, por ocasião dos debates preparatórios do V Congresso do PCB, em 1960. Denunciando como “confusa e de direita” a linha do Partido Comunista expressa na “Declaração de março de 1958 e nas Teses” para discussão do congresso, Amazonas esforça-se por evidenciar que não há vínculo necessário entre o desenvolvimento do capitalismo e a superação dos “restos feudais” e da dependência do país ao imperialismo. De acordo com o dirigente comunista, ainda que defendam certas posições progressistas, os setores ascendentes mais importantes da burguesia nacional conciliam-se com o imperialismo. Quanto ao latifúndio, Amazonas aponta que “o capitalismo, seguindo o caminho prussiano, pode se desenvolver no campo, conservando o latifúndio”. Dessa forma, ao denunciar o que entende serem “premissas e conclusões idealistas” no interior do PCB, Amazonas aponta para um caminho no qual o capitalismo pode crescer sem, necessariamente, forcejar a emergência de um regime político democrático e independente.<sup>9</sup>

Ainda no âmbito dos debates preparatórios do V Congresso do PCB, Alberto Passos Guimarães também evidenciou estar cômico das reflexões de Lenin sobre as vias de desenvolvimento capitalista no campo. A preocupação central presente na intervenção de Guimarães consiste em demonstrar que no campo brasileiro a luta de classes apresenta não duas, como na Rússia de Lenin, mas três frentes de luta, quais sejam: a do camponês em geral contra o sistema imperialista; a dos camponeses contra os restos do feudalismo e do latifúndio; a dos assalariados e semi-assalariados rurais contra os grandes proprietários de terra. Descrito esse cenário, tratava-se de identificar os possíveis caminhos de desenvolvimento do capitalismo no

---

<sup>9</sup> Cf. J. AMAZONAS, “Uma Linha confusa e de direita”, *Novos rumos*, 10 a 16 jun. 1960, p. 10.

campo. É nesse âmbito que Guimarães defende, em oposição “ao curso reformista que consiste nas transformações burguesas que se realizam sem alterar as bases do antigo regime”, o “caminho revolucionário”, que resulta na “destruição dos laços com o feudalismo” e “das formas pré-capitalistas”, expressando “um desenvolvimento democrático apoiado no capitalismo de Estado e na propriedade camponesa”.<sup>10</sup> Ainda que não use a expressão via prussiana, Guimarães está claramente ancorado n’*O programa agrário da social democracia russa*, o texto leniniano que mais serviu aos que pensaram a realidade brasileira à luz daquela rota.

Dois anos depois, foi a vez de Nelson Werneck Sodré fazer referência à forma específica de desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Preocupado com a *Formação histórica do Brasil*, Sodré assevera que “as contradições entre forças produtivas e relações de produção” no Brasil fornecem a caracterização de “um desenvolvimento à moda prussiana, sob a ação e a influência do imperialismo. Avança sem dúvida a penetração capitalista, mas os restos feudais vão sendo conservados e o monopólio da terra zelosamente defendido”.<sup>11</sup> Muito embora Sodré não dê nome ao “estudioso” a quem faz referência, é provável que se trate de Lenin, haja vista o fato de a passagem ser dedicada às relações de propriedade no campo, exatamente o âmbito no qual o pensador russo vislumbrou a possibilidade de uma modalidade não clássica de desenvolvimento capitalista.

As referências sobre o tema das vias de desenvolvimento do capitalismo se multiplicam no Brasil ao longo dos anos 70. Em artigo publicado na revista *Debate* em 1971, João Quartim de Moraes se valeu da noção de uma “reforma agrária ‘prussiana’” para caracterizar “o enfraquecimento gradual da velha oligarquia latifundiária em proveito da moderna grande

---

<sup>10</sup> Alberto Passos GUIMARÃES, “As três frentes da luta de classes no campo brasileiro”, in: Raimundo SANTOS (org.), *Questão agrária e política*: autores pecebistas, Rio de Janeiro, EDUR, 1996, p. 81. Esse artigo de Guimarães foi publicado originalmente em *Novos rumos*, edições de 22 a 28 jul. 1960 e de 29 set. a 4 ago. 1960.

<sup>11</sup> Nelson Werneck SODRÉ, *Formação histórica do Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979, p. 355. O autor voltaria a falar desse caminho particular no texto “Modos de produção no Brasil”, in: José Roberto do Amaral LAPA, *Modos de produção e realidade brasileira*, Petrópolis, Vozes, 1980, p. 155-156, e também em seu *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*, Belo Horizonte, Oficina de livros, 1990, p. 31 e 181. Vale observar aqui, com Raimundo Santos, que Sodré estava mais ligado ao padrão clássico de evolução burguesa, de modo que as referências ao caminho não clássico prussiano carecem de maiores implicações em sua obra. Cf. R. SANTOS, “Feudalidade e prussianismo no pensamento agrário do PCB”, in: \_\_\_\_\_ (org.), *Questão agrária e política*: autores pecebistas., Rio de Janeiro, EDUR, 1996, p. 22.

empresa capitalista no campo”.<sup>12</sup> No ano seguinte, na revista *Afrique-Asie*, Moraes utilizou o conceito de via prussiana para definir a solução aos impasses colocados aos usineiros do Nordeste pela concorrência dos capitalistas agrários paulistas, isto é, o conceito caracterizava então a proteção dos interesses dos primeiros, sem que, para isso, fosse revolucionado o fator trabalho, mercadoria cujo baixo preço não tornava interessante aos usineiros a sua substituição por máquinas.<sup>13</sup>

Elevando a conceito reflexões desenvolvidas desde finais da década de 60, o filósofo baiano Carlos Nelson Coutinho, em ensaio de 1974, engrossou as fileiras daqueles que recorreram a Lenin no estudo da história brasileira. De acordo com Coutinho, “o caminho do povo brasileiro para o progresso social – um caminho lento e irregular – ocorreu sempre no quadro de uma conciliação com o atraso, seguindo aquilo que Lenin chamou de ‘via prussiana’ para o capitalismo”.<sup>14</sup> Inicialmente dirigido à análise literária, esse diagnóstico seria desdobrado nas décadas seguintes, com o recurso aos escritos de Lukács sobre a mesma via prussiana e às anotações carcerárias de Gramsci acerca da revolução passiva, a fim de abarcar a compreensão do quadro condicionante das esferas cultural e política.<sup>15</sup> Nesse esforço de reconstrução da história brasileira, cujo resultado poderíamos, seguindo a lógica do próprio autor, chamar de “imagem do Brasil”, Coutinho se apoia também, ainda que de modo secundário, no trabalho de Barrington Moore Jr. sobre *As origens sociais da ditadura e da democracia*.

Coube ao economista Ivan de Otero Ribeiro, especialmente no artigo *A agricultura e o capitalismo no Brasil* (1975), dar sequência à discussão do tema em questão. Tendo em vista o desacerto da interpretação segundo a qual a estrutura arcaica da propriedade da terra constitui obstáculo ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil, Ribeiro passa em revista elementos que possam ajudar na explicação das razões dos equívocos de previsão envolvidos naquela interpretação. Entre esses elementos, está o modo de evolução da economia nacional, em especial o setor agrícola. O economista relaciona os apontamentos leninianos acerca das vias prussiana e

<sup>12</sup> João Quartim de MORAES, “O programa nacional-democrático: fundamentos e permanência”, in: \_\_\_\_\_; Marcos DEL ROIO (orgs.), *História do marxismo no Brasil: visões do Brasil*, v. 4, Campinas, Editora da Unicamp, 2000, p. 223.

<sup>13</sup> Cf. *ibid.*

<sup>14</sup> Carlos Nelson COUTINHO, “O significado de Lima Barreto na literatura brasileira”, in: \_\_\_\_\_ et al., *Realismo e anti-realismo na literatura brasileira*, Rio de Janeiro, Paz e terra, 1974, p. 3.

<sup>15</sup> A título de ilustração da ampliação de temas e referências nos trabalhos posteriores de Coutinho, cf. C. N. COUTINHO, *A democracia como valor universal*, Rio de Janeiro, Salamandra, 1984, *passim*.



americana à contraposição realizada pelo historiador japonês Kohachiro Takahashi entre os modelos de desenvolvimento capitalista seguidos por Inglaterra e França, de um lado, e o de Japão e Prússia, de outro, para afirmar, na sequência, que “os aspectos fundamentais da história econômica brasileira parecem indicar que o modelo de transição para o capitalismo no Brasil aproxima-se mais da ‘via prussiano-japonesa’”.<sup>16</sup> Sempre ressaltando o caráter *aproximativo* da referência, o economista carioca entende que toda a América Latina (com exceção do México) seguiu o caminho prussiano, sendo o Brasil o lugar no qual sua vigência “se fez sentir com mais força”.<sup>17</sup> Cabe assinalar que Ribeiro fala também de uma “modernização conservadora” e “excludente” ao caracterizar o processo em curso na agricultura a partir do final dos anos 60, uma noção que seria de uso corrente nas discussões sobre os processos de transformação ocorridos no Brasil.<sup>18</sup>

Em 1976 Luiz Werneck Vianna mobilizou novas referências sobre os modos de desenvolvimento do capitalismo, em sua tentativa de compreender o processo de modernização brasileiro pós-1930. Além da via prussiana de Lenin, Vianna se vale do conceito análogo de “revolução pelo alto”, elaborado por Barrington Moore Jr. no intuito de diferenciar a “via reacionária” de transformação burguesa adotada por Japão e Alemanha em relação àquelas seguidas por Inglaterra, França e EUA de um lado, e Rússia e China de outro. Segundo Vianna, a ausência no Brasil de um “campesinato dinâmico”, consequência da incipiência de sua vida mercantil, impossibilitou uma resolução da questão agrária “à americana”. O processo se deu, ao contrário, no sentido da conversão em capitalistas dos grandes proprietários de terra, exportadores ou não. No pós-30, ainda de acordo com o autor, o comando político passa ao setor agrário não exportador, o qual empreende então um processo de modernização econômica através da intervenção política. A essa “revolução pelo alto” corresponderia uma “revolução passiva” ou “revolução sem revolução”, isto é, a manutenção, em essência, do sistema político. Aqui Vianna

---

<sup>16</sup> Ivan de Otero RIBEIRO, “A agricultura e o capitalismo no Brasil”, in: \_\_\_\_\_, *Agricultura, democracia e socialismo*, Rio de Janeiro, Paz e terra, 1988, p. 59.

<sup>17</sup> *Idem*, “A importância da exploração familiar camponesa na América Latina”, in: \_\_\_\_\_, *Agricultura, democracia e socialismo*, Rio de Janeiro, Paz e terra, 1988, p. 162 e 166.

<sup>18</sup> Cf. *idem*, *Agricultura, democracia e socialismo*, Rio de Janeiro, Paz e terra, 1988, *passim*.

amplia ainda mais o leque referencial, trabalhando com dois conceitos utilizados por Gramsci, entre outros momentos, em suas notas sobre a unificação italiana.<sup>19</sup>

Em seu *O integralismo de Plínio Salgado* (1978), o filósofo paulista José Chasin retomou os apontamentos de Marx, Engels, Lenin e Lukács a fim de compreender a via de objetivação do “verdadeiro capitalismo” (industrial) no Brasil. Apoiando-se também na obra de Caio Prado Jr., Chasin esclarece que, em sua abordagem, a via prussiana é tomada como “referencial exemplar”, importando-lhe analiticamente na qualidade de “*particular contrastante aos casos clássicos*”, ou seja, o caminho prussiano é adotado em função de “certas determinações gerais” (comuns à Alemanha e ao Brasil), a saber: a grande propriedade rural; o reformismo pelo “alto” nos processos de modernização e a consequente conciliação das classes dominantes no plano político; a lentidão na implantação e desenvolvimento do capitalismo. Retidas essas determinações, que afastam o país dos casos clássicos, Chasin empreende a concreção que diferencia o caso brasileiro do prussiano: se nesse último a grande propriedade tem sua origem na “característica propriedade feudal posta no quadro europeu”, aqui ela se coloca “no universo da economia mercantil pela empresa colonial”; no caso prussiano a industrialização se dá nas “últimas décadas do século XIX” e eleva a Alemanha à configuração imperialista, enquanto no Brasil esse processo se dá “já num momento avançado da época das guerras imperialistas”, sem que isso possibilitasse o rompimento de “sua condição de país subordinado aos pólos hegemônicos da economia internacional. De sorte que *o ‘verdadeiro capitalismo alemão é tardio, enquanto o brasileiro é hipertardio*”. Tendo em vista as distinções entre os dois caminhos, as quais o autor sugere não se esgotarem nas referidas, Chasin prefere falar de “*via ou caminho colonial*” para definir o caso brasileiro.<sup>20</sup>

Em sua tese de doutoramento, apresentada em 1983, o cientista político Marco Aurélio Nogueira, preocupado em “compreender – em seus nexos internos e em suas relações com a vida – a aventura intelectual de Joaquim Nabuco”, fez *alusão* a um “prussianismo” em nossa evolução histórica. Valendo-se principalmente da ideia de “modernização conservadora”, em seu entender

---

<sup>19</sup> Cf. Luiz Werneck VIANNA, *Liberalismo e sindicato no Brasil*, Rio de Janeiro, Paz e terra, 1976, pp. 128-141. O autor voltaria a se valer dos conceitos gramscianos em *idem*, “Caminhos e descaminhos da revolução passiva à brasileira”, *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v. 39, nº 3, Rio de Janeiro, 1996.

<sup>20</sup> José CHASIN, *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio*, Belo Horizonte – Una Editora, São Paulo – Estudos e edições Ad hominem, 1999, pp. 572-575.

uma síntese da “revolução burguesa sem burguesia e antidemocrática”, Nogueira chega à conclusão de que o pensamento de Nabuco constitui “reflexo mediatizado do nosso evoluir histórico, representação do ‘prussianismo’ inscrito em nossa marcha para o progresso”.<sup>21</sup>

É justamente a antiguidade e multiplicidade de abordagens do tema em questão, claras nesta breve recapitulação, que nos leva ao descarte da ideia inicialmente posta ao presente trabalho, a saber, a de analisar o *conjunto* das abordagens que postulam a via prussiana como sendo o caso da constituição histórica brasileira. Essa opção decorre, evidentemente, dos limites próprios a este tipo de trabalho, pois, entre fazer uma mera compilação das diversas maneiras pelas quais uma tese foi defendida – único horizonte possível, dados os limites aludidos – e tratar de modo mais sistemático o pensamento de um único autor, podendo acompanhar mais detidamente o espriar dos aspectos históricos captados para todo o campo dos apontamentos políticos, a escolha nos pareceu relativamente fácil.

Feita a opção pelo recorte, há que se explicar a seleção de Carlos Nelson Coutinho em meio ao rol de autores que trabalharam o tema da via prussiana e da revolução passiva no Brasil. A esse respeito, a opção pauta-se, antes de tudo, no fato de que a maioria dos autores elencados se vale dos conceitos em questão apenas de modo tópico, sem maiores implicações em relação ao foco de seus trabalhos, sendo a obra de Coutinho uma das mais sistemáticas em relação ao problema em questão. Ainda nesse sentido, já foi destacado que “a utilização política mais influente do conceito de via prussiana está no artigo de C. N. Coutinho ‘A democracia como valor universal’ [...], talvez o texto mais lido e debatido pela esquerda desde *A revolução brasileira*, de Caio Prado Jr”.<sup>22</sup>

A opção por Coutinho deve-se também à relevância norteadora conquistada pelas suas posições políticas, facilmente observável na já aludida repercussão do artigo vindo à luz no ano de 1979, *A democracia como valor universal*. Convertido em livro de mesmo nome no ano seguinte, esse ensaio conheceu ainda uma reedição em 1984, uma republicação parcial sob os

---

<sup>21</sup> Marco Aurélio NOGUEIRA, *As desventuras do liberalismo: Joaquim Nabuco, a monarquia e a república*, Rio de Janeiro, Paz e terra, 1984, p. 225.

<sup>22</sup> Celso FREDERICO, “Presença de Lukács na política cultural do PCB e na universidade”, in: J. Q. de MORAES (org.), *História do marxismo no Brasil: os influxos teóricos*, v. 2, Campinas, Editora da Unicamp, 2007, p. 208.

cuidados de Michael Löwy em 1999 e o retorno do filósofo baiano às suas indagações nos livros *Democracia e socialismo* (1992) e *Contra a corrente* (2000).

Deve-se ressaltar, ainda, além da relevância do autor nas discussões internas das agremiações políticas de que participou (esgrimista no campo da crítica cultural dentro do PCB, militante eurocomunista no PT e membro fundador do Partido Socialismo e Liberdade)<sup>23</sup>, seu papel pioneiro na introdução de trabalhos de pensadores do talhe de Antonio Gramsci e Georg Lukács no país. Trata-se de um esforço que se coaduna com o trabalho árduo e competente de tradutor exercido por Coutinho.

Neste ponto, emerge a questão de saber se, sendo a tese da democracia como valor universal a contribuição mais significativa e influente de Coutinho, não seria mais proveitoso tomá-la como objeto central de estudo, ao invés do tema da via prussiana e da revolução passiva. A resposta para essa questão nos leva ao ponto em que esta pesquisa apresenta relativa originalidade.

Entre os interlocutores de Coutinho, unanimemente centrados na teoria da democracia como valor universal, podemos citar Adelmo Genro Filho, Márcio Naves, José Guilherme Merquior, Otávio Rodrigues, Décio Saes, José Paulo Netto e João Quartim de Moraes.<sup>24</sup> Apesar do número, nenhum desses autores teve por escopo a análise do *processo de desenvolvimento* do pensamento do filósofo baiano em relação à constituição histórica do país, para, a partir daí, questionar a aplicabilidade de suas proposições políticas. Preocupados com a influência da

<sup>23</sup> Aqui se articulam não só suas posições políticas, particularmente barulhentas na transição entre as décadas de 70 e 80, mas também suas contribuições filosóficas. Como observa Celso Frederico, “Carlos Nelson Coutinho, numa época difícil, enfrentou, praticamente sozinho, a vaga estruturalista que assolava o país, através do livro *O estruturalismo e a miséria da razão*”. C. FREDERICO, “Presença de Lukács na política cultural do PCB e na universidade”, in: J. Q. de MORAES (org.), *História do marxismo no Brasil: os influxos teóricos*, v. 2, op. cit., p. 197. No entanto, a observação de Frederico deve ser nuançada pela informação de que o livro de Coutinho não foi o primeiro a dar combate à vaga estruturalista no Brasil, pois já em 1971 Caio Prado Jr. lançara seu *O estruturalismo de Levi Strauss e o marxismo de Louis Althusser*.

<sup>24</sup> Referimo-nos, respectivamente, a: Adelmo GENRO FILHO, “A democracia como valor operário e popular”, *Encontros com a civilização brasileira*, nº 17, Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1979, pp. 195-202; Márcio NAVES, “Contribuição ao debate sobre a democracia”, *Temas de ciências humanas*, nº 10, São Paulo, Ciências humanas, 1981, pp. 111-128; José Guilherme MERQUIOR, *As ideias e as formas*, Rio de Janeiro, Nova fronteira, 1981; Otávio RODRIGUES, *Contra o revisionismo*, [s. l., s. n.], 1979; Décio SAES, “A democracia burguesa e a luta proletária”, *Teoria & política*, nº2, São Paulo, Brasil debates, 1980, pp. 55-77; José Paulo NETTO, “Notas sobre democracia e transição socialista”, *Temas de ciências humanas*, nº 7, São Paulo, Ciências humanas, 1980, pp. 31-66; J. Q. de MORAES, “A universalidade da democracia: esperanças e ilusões”, *Ensaio – Ad hominem*, tomo I – marxismo, São Paulo, Estudos e edições Ad hominem, 1999, pp. 159-174 e *idem*, “Contra a canonização da democracia”, *Crítica marxista*, nº 12, São Paulo, Boitempo editorial, 2001, pp. 9-40.

referida tese, os críticos trataram de centrar fogo no plano geral da proposição política coutiniana, quase sempre deixando de lado seus pontos de contato com a realidade brasileira. Em suma, os debates ocorridos em torno do pensamento de Coutinho centraram-se no âmbito dos fundamentos mais gerais da teoria marxista, sem tocar, ou fazendo-o de modo breve, em sua imagem de Brasil.

O mesmo, com ajustes, pode ser dito em relação aos trabalhos surgidos no âmbito acadêmico.<sup>25</sup> Das três dissertações encontradas, duas têm por foco a teoria da democracia como valor universal, sendo que apenas a de Ricardo Rodrigues Alves de Lima toca no problema por nós tomado para exame. Analisando os estudos de Carlos Nelson Coutinho, Luiz Werneck Vianna e Ivan de Otero Ribeiro sobre a particularidade do caminho brasileiro ao capitalismo, Lima dedica ao primeiro autor um pequeno tópico de sua dissertação. Apesar da concentração no tema da via prussiana e da revolução passiva, Lima não confere um tratamento sistemático ao conjunto da obra de Coutinho, o que, de acordo com nossas próprias investigações, dá azo à inobservância de mudanças no procedimento analítico do filósofo baiano, as quais acreditamos serem plenas de consequências em sua compreensão da realidade brasileira.

Dessa forma, empreenderemos um trabalho que, além de ter por objeto central a imagem do Brasil formulada por Coutinho, um objeto relativamente original, tem por norte captar também as mudanças por que passou seu pensamento, em especial no que tange ao seu talhe analítico, alterações essas que deflagraram importantes mudanças em sua diagnose acerca da realidade nacional. Ao contrário do que possa parecer de início, o enfoque adotado não deixa de lado a teoria da democracia como valor universal, apenas a combate por outra frente, a saber, em sua aplicação particular ao caso brasileiro. Nesse enquadramento, a aferição da validade da proposição política de Coutinho será realizada a partir da avaliação da propriedade de seu entendimento sobre a realidade brasileira.

Objetiva-se, como súmula de nossas metas, questionar, também à luz de outros referenciais teóricos, a pertinência dos apontamentos realizados por Coutinho, desde sua afirmação diagnóstica, a defesa da aplicabilidade dos conceitos de via prussiana e revolução

---

<sup>25</sup> Cf. Ricardo Rodrigues Alves de LIMA, *Via prussiana, revolução passiva e revolução pelo alto: estudo de uma hipótese marxista sobre a particularidade do caminho brasileiro ao capitalismo*, Marília, UNESP, 2003; Felipe Toledo MAGANE, *Crítica ontológica à teoria da democracia como valor universal de Carlos Nelson Coutinho*, São Paulo, PUC, 2007; Adriano Nascimento SILVA, *A “via democrática para o socialismo” na obra de Carlos Nelson Coutinho*, Recife, UFPE, 2003.

passiva para o entendimento da história brasileira, até sua proposta de “renovação democrática” enquanto alternativa ao que entende ser uma tendência dominante em nosso país, a saber, seu caráter “elitista e autoritário”.

Acerca da forma de abordagem, entendemos ser a “*análise imanente ou estrutural*” a via mais apropriada de acesso ao *corpus* teórico coutiniano. Trata-se de um procedimento que, na formulação de um de seus praticantes em terras brasileiras:

[...] adquire articulação e identidade pela condução ininterrupta de uma analítica matizada pelo respeito radical à estrutura e à lógica inerente ao texto examinado, ou seja, que tem por mérito a sustentação de que antes de interpretar ou criticar é incontornavelmente necessário compreender e fazer prova de haver compreendido.<sup>26</sup>

Na sequência dessa definição, temos ainda a evidenciação do núcleo da abordagem em tela:

A alma analítica de uma proposta de tal vulto é sua propulsão categórica à objetividade, a *intentio recta* de apreender o texto na forma própria à objetividade de seu discurso, ou seja, na efetividade de uma entificação peculiar, cuja identidade é resultante da síntese de suas imanentes e múltiplas determinações ideais, que o configuram na qualidade de um corpo de argumentos estável e inconfundível, que independe para *ser* discurso – precisamente *este*, e não qualquer outro discurso – dos olhares, mais ou menos destros, pelos quais os analistas se aproximam dele e o abordam.<sup>27</sup>

Cabe-nos, no sentido dessa atilada proposição, o esquadrihar dos textos em que o autor expressa suas posições, o que nos permitirá apreender não só o sentido imanente de seus conceitos, mas também a teia resultante de suas articulações.

Intentamos, portanto, uma análise baseada na leitura do próprio autor, com o máximo respeito à sua própria letra e textos, ainda que não nos furtemos, nos casos necessários, de apontar conjunturas *histórico-sociais* que porventura intervenham na trajetória intelectual em pauta, tisnando sua “pureza teórica”. Também não nos furtaremos de apontar os contextos *teóricos* externos à obra coutiniana que tenham relevância significativa em sua configuração. Essa preocupação com o contexto *histórico-referencial* refere-se à averiguação da *gênese histórico-social* do discurso de Coutinho.

<sup>26</sup> J. CHASIN, *Marx – estatuto ontológico e resolução metodológica*, São Paulo, Boitempo editorial, 2009, p. 25.

<sup>27</sup> *Ibid.*

A base da preocupação com a gênese é a consciência da “determinação social do pensamento”. Como já foi sinalizado, os caminhos de toda formulação ideal devem ser compreendidos também em função de seu solo matrizador, e não apenas em seu sentido imanente, pois, como o aponta José Chasin, “condição de possibilidade da atividade ideal, a vida societária *responde* como fonte primária ou raiz polivalente pelas grandezas e falácias do pensamento”.<sup>28</sup> Assim, a verdade ou falsidade de uma formulação ideal depende da configuração particular da realidade no interior da qual emerge, ou ainda, nos termos do filósofo húngaro István Mészáros, “ideologia e falsa consciência [...] *podem ou não* estar inseparavelmente unidas sob determinadas circunstâncias. No entanto, é precisamente a especificidade social e histórica dessas circunstâncias que decide a questão”. A posição de Mészáros torna-se mais clara quando exemplificada com a explicação marxiana da conversão da economia política clássica em “economia vulgar”:

À medida em que é burguesa, ou seja, ao invés de compreender a ordem capitalista como um estágio historicamente transitório de evolução, a encara como a configuração última e absoluta da produção social, a economia política só pode permanecer como ciência enquanto a *luta de classes permanecer latente* ou só se manifestar em episódios isolados. [...] [Entretanto, por volta de 1830] A burguesia tinha conquistado poder político na França e Inglaterra. A partir de então, a luta de classes assumiu, na teoria e na prática, formas cada vez mais explícitas e ameaçadoras. Ela fez soar o sino fúnebre da *economia científica burguesa*. Já não se tratava de saber se este ou aquele teorema era ou não verdadeiro, mas se, *para o capital, ele era útil ou prejudicial*, cômodo ou incômodo, subversivo ou não. No lugar da pesquisa desinteressada entrou a *espadacharia mercenária*, no lugar da *pesquisa científica imparcial* entrou a *má consciência* e a má intenção da *apologética*. [...] A revolução continental de 1848 também repercutiu na Inglaterra. Homens que ainda pretendiam ter algum significado científico e que queriam ser algo mais do que meros sofistas e sicofantas das classes dominantes procuravam sintonizar a economia política do capital com as reivindicações não mais ignoráveis do proletariado. Daí surge um sincretismo desprovido de espírito, cujo melhor representante é Stuart Mill.<sup>29</sup>

Desse modo, a busca da verdade sofre as

[...] determinações objetivas do *interesse de classe* e da avaliação teoricamente válida – ou de fato falsa – da própria posição de classe, por parte dos pensadores considerados, em relação ao papel *historicamente sustentável*, ou, ao contrário,

<sup>28</sup> J. CHASIN, *Marx – estatuto ontológico e resolução metodológica*, São Paulo, Boitempo editorial, 2009, p. 108.

<sup>29</sup> K. MARX *apud* István MÉSZÁROS, *Estrutura social e formas de consciência II: a dialética da estrutura e da história*, São Paulo, Boitempo editorial, 2011, p. 143. Acréscimos do autor.

*historicamente retrógrado*, da classe social em si, cujo ponto de vista eles adotam sob as circunstâncias da luta de classes que se agrava.<sup>30</sup>

Não se trata aqui de uma determinação de mão única, negativa, pois o autor aponta para o fato de que o mesmo aguçamento da luta de classes possibilitou, por exemplo, a emergência do pensamento marxiano. Assim, o cenário histórico-social responde tanto pelos limites quanto pela impulsão de qualquer intelectual.

Na esteira da averiguação das condicionantes da atividade ideal, completa o quadro de norteadores metodológicos gerais o compromisso de apreensão da *função social* das posições coutinianas no plano sócio-político. Isto é, tentaremos captar e expor o papel que exercem ou sinalizam no campo político da esquerda brasileira.

Durante a análise de nosso objeto específico, percebemos que a investigação realizada por Coutinho passa por mudanças. O filósofo baiano não apenas transita da crítica literária e da filosofia para o estudo da política, mas altera também seus referenciais teóricos. Inicialmente arrimado na obra do filósofo húngaro Georg Lukács, Coutinho, ao direcionar seus esforços analíticos e militantes para a esfera política, passa a se valer da obra do teórico e dirigente comunista Antonio Gramsci e dos escritos e experiências dos eurocomunistas italianos. Essa transição, de acordo com nossas investigações, representa uma mudança no próprio perfil teórico de Coutinho, a qual desemboca em alterações em sua apreciação acerca da realidade brasileira, nosso objeto de trabalho central.

Em nossa investigação, constatamos que Coutinho não atina, em nenhum momento, para a especificidade da posição de Marx acerca da política. Essa inobservância é uma das principais responsáveis pelos descaminhos do pensamento coutiniano maduro, pautado no eurocomunismo italiano. Tal constatação tem por base as investigações de José Chasin acerca da instauração do pensamento propriamente marxiano de Marx. De acordo com Chasin, o pensador alemão inaugura uma *posição* nova, ontológica, no exercício de uma crítica que incide primeiramente sobre a política.

---

<sup>30</sup> István MÉSZÁROS, *Estrutura social e formas de consciência II: a dialética da estrutura e da história*, São Paulo, Boitempo editorial, 2011, p. 143.



Vinculando-se ao legado do grande pensador idealista Georg W. F. Hegel, o Marx da juventude visualizava na política e no Estado predicados intrínsecos ao ser humano, constitutivos de suas melhores qualidades. Ou seja, o autor concebia a politicidade como uma qualidade ineliminável no processo de edificação do homem, como a realização da razão e da liberdade. Em termos gerais, essa era a posição em que se encontrava ao tempo de seus artigos para a *Gazeta Renana*. No entanto, o trabalho jornalístico levou Marx a se defrontar com problemas sociais concretos, os “chamados interesses materiais”. Incapaz de solucionar as novas questões no interior do idealismo ativo, ainda que promovendo alterações em seu formato, o pensador alemão retirou-se do cenário público para o gabinete de estudos, em Kreuznach. O assédio das questões relativas aos interesses materiais e leituras de textos do filósofo materialista Ludwig A. Feuerbach instigaram Marx a realizar uma revisão da filosofia do direito de Hegel.

A revisão foi realizada no manuscrito *Crítica da filosofia do direito de Hegel* (1843), também conhecido como *Crítica de Kreuznach*. Atendo-nos ao essencial, a aquisição dos referenciais feuerbachianos possibilitou a Marx o reconhecimento do caráter fundante da objetividade e o consequente descarte da especulação enquanto procedimento analítico. Essa ruptura com os parâmetros da filosofia idealista, constituindo uma viragem ontológica no pensamento de Marx, permitiu a percepção da efetiva relação determinativa entre sociedade civil e Estado. Com a nova posição, Marx passa a identificar no metabolismo social, nas relações materiais dos indivíduos, o momento preponderante na determinação da totalidade do mundo humano, a partir do qual a politicidade emerge e deve ser compreendida. Essa conquista teórica é afirmada pelo próprio autor, em 1859, no “Prefácio” ao *Para a crítica da economia política*:

Minha investigação desembocou no seguinte resultado: relações jurídicas, tais como formas de Estado, não podem ser compreendidas nem a partir de si mesmas, nem a partir do assim chamado desenvolvimento geral do espírito humano, mas, pelo contrário, elas se enraízam nas relações materiais da vida, cuja totalidade foi resumida por Hegel sob o nome de “sociedade civil”, seguindo os ingleses e franceses do século XVIII; a anatomia da *bürgerliche Gesellschaft* [sociedade civil ou burguesa] deve ser procurada na economia política.<sup>31</sup>

---

<sup>31</sup> K. MARX *apud* J. CHASIN, *Marx – estatuto ontológico e resolução metodológica*, São Paulo, Boitempo editorial, 2009, p. 57.

Instaurada a nova postura diante do real, isto é, a recusa dos volteios da razão autossustentada em prol da subsunção ativa e criticamente modulada aos nexos efetivos dos objetos investigados, Marx empreende a sua reiteração e desenvolvimento. Assim, a título de exemplo, *Sobre a questão judaica* (1843), *Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução* (1843/1844), *Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”* (1844), “Materiais preparatórios” para a redação de *A guerra civil na França* (1871) são textos que não apenas reafirmam o primado da sociedade civil em relação às formas de Estado, mas rompem definitivamente com os resquícios da identificação do Estado como positividade.<sup>32</sup> Desse modo, a crítica ontológica desenvolvida nesses trabalhos resultou no que Chasin chamou de “determinação ontonegativa da politicidade”.

Após a viragem ontológica, o pensador alemão vê no Estado e na política um momento negativo e transitório no processo de autoconstituição do homem. Nesse sentido, na “Introdução” de 1843/1844, Marx afirmou que o “Estado moderno não atribui importância ao *homem real* ou unicamente satisfaz o homem *total* de maneira ilusória”, colocando em destaque “*a imperfeição do Estado moderno* em si, a degenerescência da sua carne”.<sup>33</sup> O Estado é compreendido como uma força asfixiante, ativada em resposta a necessidades de um estágio ainda limitado de desenvolvimento histórico, definido por Marx como “pré-história”. Trata-se de sociedades que, em virtude de debilidades internas, são incapazes de exercer sua autorregulação, carecendo por isso de uma força separada, constituída pela usurpação e conversão de energias sociais em forças políticas.<sup>34</sup> Em *A guerra civil na França*, ao caracterizar o Estado moderno, Marx é explícito quanto à negatividade dessa organização:

A máquina que por meio de órgãos complexos e ubíquos enreda, como uma jibóia, a sociedade civil viva [trata-se, pois, do] poder de Estado ordenado e

<sup>32</sup> Na *Crítica de Kreuznach*, Marx ainda busca uma forma de sustentação para um Estado verdadeiro. Cf. Ester VAISMAN, “A obra de juventude e da maturidade: ruptura ou continuidade?”, in: Armando BOITO JR.; Caio Navarro de TOLEDO; Jesus RANIERI; Patrícia Vieira TRÓPIA (orgs.), *A obra teórica de Marx: atualidade, problemas e interpretações*, São Paulo, IFCH-Unicamp/Xamã, 2002.

<sup>33</sup> K. MARX apud J. CHASIN, *Marx – estatuto ontológico e resolução metodológica*, São Paulo, Boitempo editorial, 2009, p. 61.

<sup>34</sup> Em *A ideologia alemã*, Marx e Engels percebem não só o vínculo entre as limitadas condições materiais de existência nas formações sociais contraditórias e as manifestações da filosofia idealista, mas também o existente entre as primeiras e as formas de poder político: “Essa expressão idealista dos limites econômicos existentes não é apenas puramente teórica, mas também existe na consciência prática, quer dizer, a consciência que se emancipa e está em contradição com o modo de produção existente não forma apenas religiões e filosofias, mas também Estados”. K. MARX; F. ENGELS, *A ideologia alemã*, São Paulo, Boitempo editorial, 2007, p. 36.

dotado de uma divisão do trabalho sistemática e hierarquizada, que expande seu raio de ação e independência em relação à sociedade real e o controle sobrenatural sobre ela [de modo que é uma] excrescência parasitária sobre a sociedade civil, fingindo ser sua contrapartida ideal.<sup>35</sup>

Consequentemente, o mundo político emerge na analítica marxiana como patamar inferior da história, contraposto ao “nível humano”, uma potencialidade para o futuro das nações modernas. Tendo identificado no intercâmbio material dos indivíduos o momento preponderante do complexo que constitui o mundo humano, Marx não visualiza mais o propulsor da universalidade e da racionalidade na “revolução parcial” (política), edificadora de uma forma de liberdade restrita e responsável pelas tarefas destrutivas nos processos de transformação, mas sim na “revolução radical”, processo infinito de redefinição dos conteúdos sociais. Assim, o objetivo da revolução não deveria ser o de aperfeiçoar a máquina estatal, mas sim o de suprimi-la, devolvendo à sociedade civil as energias usurpadas e configuradas sob forma política. Esse é o sentido que Marx capta nas transformações empreendidas na Comuna de Paris:

Todas as revoluções anteriores só haviam transferido o poder organizado – essa forma organizada da escravidão do trabalho – de uma mão para outra. A comuna não foi uma revolução contra esta ou aquela forma de poder de Estado – legitimista, constitucional, republicana ou imperial. Foi uma revolução contra o próprio Estado, esse aborto prodigioso da sociedade; foi a retomada pelo povo, para o povo, de sua própria vida social. Não transferiu essa máquina terrível de dominação de classe de uma fração das classes dominantes para outra, mas uma revolução que demoliu a própria máquina [...] A Comuna foi essa negação clara da usurpação estatal, por isso o início da revolução social do século XIX. [...] Só os trabalhadores, inflamados pelo cumprimento de uma tarefa social nova para toda a sociedade – acabar com todas as classes, com toda a dominação de classe – eram os homens que podiam quebrar o instrumento dessa dominação – o Estado, o poder governamental centralizado e organizado, que, usurpador, se pretende senhor e não servidor da sociedade. [...] A Comuna é a reabsorção do poder de Estado pela sociedade, que constitui suas próprias forças vivas, em lugar de forças que a controlem e subjuguem.<sup>36</sup>

Portanto, como bem o observou Chasin, a revolução radical proposta por Marx exige uma “prática *metapolítica*”. De acordo com o autor, essa expressão compreende o

[...] conjunto de atos de efetivação que não apenas se desembarace de formas particularmente ilegítimas e comprometidas de dominação política, para

<sup>35</sup> K. MARX *apud* J. CHASIN, *Marx – estatuto ontológico e resolução metodológica*, São Paulo, Boitempo editorial, 2009, p. 64.

<sup>36</sup> K. MARX *apud* J. CHASIN, *Marx – estatuto ontológico e resolução metodológica*, São Paulo, Boitempo editorial, 2009, p. 66.

substituí-las por outras supostas como melhores, mas que vá se desfazendo, desde o princípio, de toda e qualquer politicidade, à medida que se eleva da aparência política à essência social das lutas históricas concretas, à proporção em que promove a afloração e realiza seus objetivos humano-societários, os quais, em suma, têm naquela ultrapassagem, indissociável da simultânea superação da propriedade privada dos bens de produção, a condição de possibilidade de sua realização.<sup>37</sup>

Como o conjunto da obra marxiana, as posições aqui resumidas foram negadas por amplos setores da esquerda mundial. No caso de Coutinho, a inobservância das teses de Marx conduz ao regresso ao tradicional universo da determinação ontopositiva da politicidade e, posteriormente, à deformação analítica e propositiva do momento político na conformação da totalidade do real. Se desde o início Coutinho manifesta, ainda que esporadicamente, uma visão positiva do mundo político, na segunda fase de seu pensamento emerge a postura de superestimar o peso das formas políticas, o que, evidentemente, desvirtua a correta apreensão do primado do momento econômico. Dada a importância do complexo de questões envolvidas na inobservância apontada, compreendemos ser necessário um exame da obra de Coutinho como um todo, antes de expor suas posições acerca da realidade brasileira.

Desse modo, no que toca à organização do presente trabalho, trata-se inicialmente de explicitar as fases do desenvolvimento mutante da análise coutiniana, isto é, buscamos evidenciar o talhe de cada fase do pensamento em discussão. Não se trata aqui, frise-se, de um estudo pormenorizado dos temas trabalhados por Coutinho, mas sim da explicitação do modo como o autor conduz sua análise, que envolve, como não poderia deixar de ser, uma dada maneira de entender a realidade. O primeiro capítulo finda com a tentativa de expor as razões tanto do formato geral da obra de Coutinho quanto das mutações sofridas.

No segundo capítulo da dissertação chegamos finalmente ao nosso objeto de estudo propriamente dito, a crítica da avaliação coutiniana da realidade brasileira, isto é, a definição de nosso itinerário capitalista como sendo um caso de via prussiana ou revolução passiva. Nesse âmbito, além do acompanhamento detalhado da argumentação realizada pelo autor, tentamos evidenciar as consequências que a transição referencial, avaliada no primeiro capítulo, traz para o plano da discussão da realidade nacional.

---

<sup>37</sup> J. CHASIN, *Marx – estatuto ontológico e resolução metodológica*, São Paulo, Boitempo editorial, 2009, pp. 65-66.

No terceiro capítulo, empreendemos uma breve contraposição das posições de Coutinho com autores que também trabalharam com o tema do desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Nesse sentido, são discutidas algumas das contribuições de Caio Prado Jr. e José Chasin. As restrições de tempo e espaço nos levaram a reduzir o leque de autores. Sendo assim, optamos por obras que pudessem mostrar elementos ignorados ou esquecidos por Coutinho e fornecer angulações analíticas e políticas alternativas.

Por fim, nas considerações finais, buscamos fazer um balanço das discussões realizadas ao longo dos capítulos. Não se trata, no todo ou nas partes, de um tratamento definitivo do assunto. As inúmeras ressalvas referentes à falta de espaço e tempo tem por pressuposto a certeza de que, ao invés de esgotar todas as problemáticas envolvidas no tema trabalhado, esta dissertação foca certos aspectos, em inevitável detrimento de outros tantos.

## CAPÍTULO I – O PENSAMENTO MUTANTE DE CARLOS NELSON COUTINHO

### 1.1. Uma breve biografia

Nascido a 28 de junho de 1943 na cidade de Itabuna, interior do Estado da Bahia, Carlos Nelson Coutinho transferiu-se cedo com a família para a capital, Salvador, onde deu início à sua multifacética jornada de formação intelectual. Ainda na adolescência (aos 13 ou 14 anos), descobriu na estante do pai, o advogado, poeta e três vezes deputado estadual pela UDN, Nathan Coutinho (1911-1991), os célebres *Manifesto comunista*, de Karl Marx e Friedrich Engels, e *Do socialismo utópico ao socialismo científico*, de Engels. Essas leituras despertaram no jovem o desejo de fazer política e o tornaram de imediato um adepto do comunismo. A fim de dar vazão a seus anseios políticos, Coutinho entrou para a faculdade de direito da Bahia, em 1961. Graças à ação da Juventude Universitária Católica e do PCB, esse era o local próprio para aqueles que à época desejavam exercitar sua militância, daí o jovem comunista ter ingressado, ao mesmo tempo, na agremiação pecebista, da qual só sairia em 1982.

Desenvolveu seus estudos na Bahia da virada das décadas de 1950/60, um período marcado, segundo o próprio Coutinho, por um forte florescimento cultural. Apesar de ser considerado “autoritário”, o então reitor Edgar Santos fomentou a produção e difusão culturais na Universidade da Bahia, inclusive trazendo nomes como os do ensaísta Luiz Carlos Maciel e o músico Hans J. Koellreutter. Outra atuação destacada por Coutinho foi a da arquiteta Lina Bo Bardi, que foi à Bahia para organizar o Museu de Arte Contemporânea e o Museu de Arte Popular. Bo Bardi foi, depois de Paulo Farias (professor de Coutinho no terceiro colegial), a segunda pessoa a falar de Gramsci para o jovem estudante. Já na Universidade, Coutinho tornou-se amigo de Caetano Veloso.

Em 1961, no número 16 da revista *Ângulos*, editada pelo Centro Acadêmico Ruy Barbosa, da Faculdade em que Coutinho estudava, apareceu seu ensaio de estreia, *O processo das contradições e a revolução brasileira*. Nele o jovem estreante já expressava sua preocupação com as questões da modernização de nossa sociedade, um tema que o acompanha, implícita ou explicitamente, desde então. Na mesma época, em uma de suas viagens anuais ao Rio de Janeiro, Coutinho conheceu Leandro Konder, amigo que o apresentaria a editores cariocas e o colocaria

em contato postal com o filósofo húngaro Georg Lukács, intelectual marxista de cuja obra o jovem baiano tomou conhecimento por meio do livro *História e consciência de classe*.

De acordo com o relato do pensador baiano, logo no segundo ano o curso de direito ficou “chato”, com os estudos sobre direito penal, civil etc., e decidiu então migrar para a filosofia, ambiente no qual não encontrou nenhuma figura de referência entre os docentes. Terminou o curso em 1965, mas apenas com o título de bacharel, pois, com a pressão do golpe militar, Coutinho passou praticamente todo o final do período letivo no Rio de Janeiro tentando evitar a prisão.<sup>38</sup>

Em 1965 optou por morar definitivamente na capital carioca. Apesar de ter conseguido a transferência de seu cargo no Tribunal de Contas, obtido graças à condição de conselheiro daquela instituição exercida por seu pai, Coutinho não assumiu seu posto na nova cidade. Recorreu, então, ao trabalho de tradutor, uma das áreas nas quais sua atividade foi mais profícua (em entrevista recente, o autor afirma que realizou cerca de 90 traduções).<sup>39</sup>

Devido ao acirramento da perseguição à sua esposa no trabalho e ao próprio em sua antiga casa, Coutinho decidiu, em março de 1976, refugiar-se em Bologna. Ficou um ano e meio na Itália, cerca de três meses em Portugal e um ano em Paris. Regressou ao Brasil em 23 de dezembro de 1978. No último período, sob o pseudônimo de Josimar Teixeira, foi um dos principais colaboradores da *Voz operária*, periódico pecebista editado no exterior e distribuído clandestinamente no Brasil.

Em 1979, no número nove da revista *Encontros com a civilização brasileira*, Coutinho lançou o ensaio que colocou seu nome em quase todas as rodas de discussão na esquerda brasileira, *A democracia como valor universal*. Se em seu período pré-refúgio o jovem filósofo baiano havia direcionado seu intuito de fazer política ao âmbito estético e filosófico, valendo-se da tradição humanista e do marxismo em suas diversas vertentes, especialmente a do filósofo húngaro Georg Lukács, em seu retorno Coutinho passou a desenvolver estudos mais diretamente políticos, à luz dos ensinamentos de Antônio Gramsci e, em especial, dos eurocomunistas

---

<sup>38</sup> Cf. C. N. COUTINHO, “Carlos Nelson Coutinho”, in: Marcos NOBRE e José Marcio REGO, *Conversas com filósofos brasileiros*, São Paulo, Editora 34, 2000, pp. 374-375.

<sup>39</sup> Cf. C. N. COUTINHO, “Sem socialismo não há democracia”, *Caros amigos*, n. 153, dez. 2009.

italianos. A subversão que o ensaio de 1979 causou nos termos do debate acerca dos caminhos para o socialismo, tal como se dava até então nos meios pecebistas, rendeu a Coutinho não poucas críticas e, ao limite, foi um dos elementos responsáveis por sua saída daquele partido.

Em 1983, Coutinho iniciou suas atividades na área do magistério superior, nas Faculdades Integradas Bennett, na cidade do Rio de Janeiro. Já em 1986, valendo-se dos estudos que realizava para elaborar sua tese de doutorado sobre Antônio Gramsci, Coutinho passou em um concurso na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Inscrito com “notório saber” reconhecido pela Universidade, Coutinho obteve, além do cargo de professor, o título de livre-docente, concluindo seus planos de pós-graduação, arquitetados desde o período do refúgio.

Saiu do PCB em 1982, ingressando nos quadros do Partido dos Trabalhadores em 1989, agremiação da qual se desligou em 2003. Desde 2004 está nas fileiras do Partido Socialismo e Liberdade. Além de professor titular de Teoria Política e de Formação Social do Brasil na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, membro fundador do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e integrante do conselho político do jornal *Brasil de fato*, Coutinho é, desde 2003, diretor da Editora da UFRJ.

## **1.2. Uma analítica lukacsiana**

A primeira tarefa deste empreendimento, posta pela própria dinâmica da pesquisa, é acompanhar a evolução do pensamento de Carlos Nelson Coutinho, explicitando as mudanças por que passou. Nesse sentido, cabe deixar claro que nosso alvo principal aqui é o *talhe analítico* específico do ensaísta baiano, o modo como são tratados os temas e questões que o mobilizam ao longo de sua trajetória intelectual. Tendo em vista exclusivamente esse objeto, não serão postas em questão as mudanças de postura de Coutinho em relação a problemas específicos. Embora no decorrer da pesquisa tenham sido percebidas alterações desse último tipo, serão priorizadas, em função mesmo do objetivo central deste trabalho, as transformações atinentes ao procedimento analítico de Coutinho e ao seu diagnóstico referente à formação social brasileira.

Antes de passarmos à evidenciação das distintas fases do pensamento coutiniano, devemos fazer algumas considerações sobre sua gênese, a qual desemboca no feitio relativamente



estável da primeira fase. Uma característica essencial dessa, a prioridade do econômico sobre os demais momentos da totalidade do real, é explicitada por Coutinho já em seu ensaio de estreia, no qual, identificando-se “como marxista”, evidencia ainda sua preocupação com a formação social brasileira, nosso objeto de estudo central. Dessa forma, afirma que “a base da história, sua motivação, é o fator econômico”, e, afastando vícios economicistas, adverte ainda: “mas a teia complexa de relações e inter-relações que este fator vai despertar, seja no político, seja no social, seja no simples individual, é que é a matéria-prima sobre a qual elaborará o cientista social todas as suas interpretações”.<sup>40</sup> No entanto, essas antecipações temática e metodológica não devem obscurecer o fato de que o procedimento analítico que marcaria a primeira etapa de seu pensamento estava ainda longe de atingir sua configuração acabada.

Convertido precocemente ao comunismo através da leitura dos textos de Marx e Engels anteriormente referidos, o então jovem Coutinho buscava afastar-se do stalinismo, em suas versões idealista e empirista, por meio da interlocução com autores que, em seu entender, se contrapunham a essas formas de deformação do marxismo. É com esse intuito que Coutinho esposa a tese central do ensaio de abertura do livro *História e consciência de classe*, de Georg Lukács: “a ortodoxia em matéria de marxismo se refere exclusivamente ao *método*. Ela implica a convicção científica de que com o marxismo dialético se encontrou o método de pesquisa justo, que este método não pode ser desenvolvido senão no sentido de seus fundadores”.<sup>41</sup>

Identificando esse sentido original na própria dialética, Coutinho busca situá-la historicamente, de modo a concordar com outra tese do jovem Lukács: a do proletariado como sujeito-objeto idêntico do processo histórico. Na concepção de Coutinho, diante da forma idealista como Hegel colocava a dialética, competiria ao proletariado clarificá-la. Tratar-se-ia de uma incumbência decorrente da “própria práxis da classe proletária. [...] Isso porque a práxis proletária, embora reificada [...], possui no seu autodesenvolvimento uma direção ou sentido: aquele da *totalidade social*”. Com a possibilidade de tomar consciência de si como classe, o proletariado poderia se elevar à “consciência da realidade em seu conjunto e totalidade”, com o que identificaria sua consciência “à própria consciência de si realidade, pois o operário se

<sup>40</sup> C. N. COUTINHO, “O processo das contradições e a Revolução Brasileira”, *Ângulos*, n. 16, Salvador, Centro Acadêmico Ruy Barbosa, 1960, p. 36.

<sup>41</sup> G. LUKÁCS *apud* C. N. COUTINHO, “Problemática atual da dialética”, *Ângulos*, n. 17, Salvador, Centro Acadêmico Ruy Barbosa, 1961, p. 26.

descobre, ao mesmo tempo, sujeito (pensante – conhecedor – agente – produtor) e objeto (uma parcela constitutiva da realidade social)”.<sup>42</sup>

Esta identificação leva Coutinho a defender ainda outra posição do Lukács de *História e consciência de classe*, a saber, a negação da existência de uma forma de objetividade independente do sujeito.<sup>43</sup> Para o autor baiano, sujeito e objeto “passam assim a ser *momentos* da práxis, a subjetividade e a objetividade como momentos da autocriação histórica, relativos um ao outro, e somente existindo um em função do outro”, ou, em uma formulação mais clara, “o Objeto é a própria ação humana, e não algo exterior e independente do homem, como crêem hoje os stalinistas”.<sup>44</sup> Em estreita conexão com esse ponto, Coutinho restringe o âmbito de *aplicação* da dialética às relações humanas e sociais, deixando de fora a esfera da natureza. Na concepção do jovem ensaísta, Engels errou ao “projetar no objeto (matéria) as leis da dialética, que são fatos mentais, que embora resultem da práxis dos homens sobre a ‘matéria’, não se confundem com esta”.<sup>45</sup>

Ao chamar a atenção para esse complexo de questões, não queremos dizer que ele esgota o âmbito *problemático* das posições de Coutinho, mas apenas que caracteriza o formato inicial do pensamento do autor.<sup>46</sup> Há que se frisar aqui que as posições explicitadas referem-se a um perfil analítico ainda *programático*, e não ao *exercício* de uma análise particular. São essas as posições programáticas que, em função do contato postal com um Lukács já crítico das posições defendidas em *História e consciência de classe*, Coutinho tratará de superar.

<sup>42</sup> C. N. COUTINHO, “Problemática atual da dialética”, *Ângulos*, n. 17, Salvador, Centro Acadêmico Ruy Barbosa, 1961, p. 35.

<sup>43</sup> Nesse ponto Coutinho cita, além do referido livro de Lukács, a *Dialética do conhecimento*, de Caio Prado Junior.

<sup>44</sup> C. N. COUTINHO, “Problemática atual da dialética”, *Ângulos*, n. 17, Salvador, Centro Acadêmico Ruy Barbosa, 1961, pp. 36-37.

<sup>45</sup> *Ibid.*, p. 39. Aqui Coutinho declara seguir algumas formulações de Caio Prado Junior, mas também Lukács, de novo em *História e consciência de classe*, se manifestou negativamente sobre esta posição de Engels. A este respeito, ver Georg LUKÁCS, *História e consciência de classe*, Porto, Publicações escorpião, 1974, p. 19.

<sup>46</sup> Outro elemento equívoco observado no artigo que tomamos para exame consiste na tendência a exagerar o papel do pensamento em sua relação com as objetividades. Coutinho acredita que “o pensamento reconstrói a realidade ao superar a imediatez ‘coisista’ empírica no sentido da *totalidade concreta*”. Para o autor, não sendo “dada desde logo”, a totalidade é “construída com o auxílio deste pensamento”. As “categorias e conceitos” não seriam fatos exteriores, mas sim derivariam “da sistematização *interna* do próprio conhecimento”. No mesmo sentido, diz Coutinho, “a simples conscientização da realidade implica, de imediato, a transformação do objeto (desta mesma realidade) tornado consciente”. C. N. COUTINHO, “Problemática atual da dialética”, *Ângulos*, n. 17, Salvador, Centro Acadêmico Ruy Barbosa, 1961, pp. 43-44.

Em 1963, aconselhado por Leandro Konder a escrever para Lukács em busca de orientação, Coutinho submete ao velho filósofo húngaro uma série de questões, encorajando-o a discorrer sobre sua posição de então sobre *História e consciência de classe* (o livro fora publicado em 1923) e sobre Antonio Gramsci, Jean-Paul Sartre, Lucien Goldmann e Galvano Della Volpe, pensadores pelos quais o ensaísta baiano nutria apreço.<sup>47</sup> Deixando de lado Gramsci, cuja obra dizia não conhecer à época, Lukács busca prevenir seu jovem discípulo tanto em relação ao seu velho livro quanto aos autores mencionados:

Gostaria sobretudo de adverti-lo contra uma leitura acrítica de *História e consciência de classe*. Nesse livro, escrito há 40 anos, a alienação [*Verfremdung*] ainda é tratada no sentido hegeliano, ou seja, a reificação [*Verdinglichung*], enquanto categoria filosófica universal, compreende em si tanto a objetivação [*Vergegenständlichung*] em sentido geral quanto a alienação [*Verfremdung*] em sentido social específico. Isso tem como consequência que também seja posta em dúvida a objetividade das relações naturais (dialética da natureza).

Isso é ainda mais importante porque tanto Sartre como Goldmann estão ainda hoje nessa posição. Portanto, devemos ter uma atitude bastante cética em face do marxismo de ambos. Della Volpe nada tem a ver com essa orientação: na medida em que consigo entendê-lo, ele tenta, ao contrário, unir o neopositivismo com o marxismo, um empreendimento impossível. Portanto, se você quer efetivamente estudar o marxismo, deve estar muito atento sobre os autores que podem ser considerados marxistas.<sup>48</sup>

Em sua resposta às lições do mestre húngaro, Coutinho mostra ter digerido a parte da autocrítica lukacsiana, mas recalitra quando o assunto é o marxismo de Sartre e Goldmann. Informando ter entendido, com o auxílio proporcionado pela leitura de *O jovem Hegel e os problemas da sociedade capitalista*, o problema da identificação entre os conceitos de objetividade e alienação, Coutinho se vale da definição de Lukács acerca da ortodoxia em matéria de marxismo, isto é, o critério da aplicação do método da dialética materialista, para definir Sartre e Goldmann como marxistas: “Ora, Sartre e Goldmann, a meu ver, aceitam e empregam esse método em suas obras”. No entanto, antevendo possíveis objeções por parte de Lukács, Coutinho observa: “Sua carta me fez perceber, contudo, que o senhor não considera como marxistas os que recusam a dialética da natureza enquanto lei objetiva (ontológica) dos fenômenos naturais. (É o caso de Sartre e de Goldmann)”. Dessa forma, Coutinho pergunta:

<sup>47</sup> Coutinho chegou mesmo a dedicar um ensaio a Sartre, “Do existencialismo à dialética: a trajetória de Sartre”, *Estudos sociais*, n. 18, Rio de Janeiro, 1963, pp. 148-176.

<sup>48</sup> G. LUKÁCS, “Correspondência com Georg Lukács”, in: Maria Orlanda PINASSI; Sérgio LESSA (orgs.), *Lukács e a atualidade do marxismo*, São Paulo, Boitempo editorial, 2002, p. 144.

Então, gostaria de saber se o senhor acredita que essa recusa [da dialética da natureza] (quando seguida, porém, da aceitação e do correto emprego da dialética como lei objetiva-subjetiva dos fatos humanos) possa excluir um pensador do campo do marxismo.

Em suma, Sr. Lukács, quais são, para o senhor, os critérios de juízo para classificar um escritor como marxista?<sup>49</sup>

A resposta de Lukács é direta e esclarecedora:

Você tem inteira razão quando aponta no método o critério para estabelecer se alguém é ou não marxista. Mas, quando se fala de método, é preciso ter em vista o marxismo *como um todo*. E isso se refere tanto ao materialismo [*Marxismus*] dialético quanto ao materialismo histórico. Os escritos certamente interessantes de Sartre e de Goldmann são, sem dúvida, influenciados pelo método do materialismo histórico. Mas, ao contrário, tais autores recusam o materialismo dialético. Eles não aceitam que: a) exista uma realidade independente de nossa consciência; b) que essa realidade tenha um caráter objetivamente dialético, que nossa consciência – livremente, não mecanicamente – reproduz; e, finalmente, c) que o homem seja ontologicamente um ser social e não que ingresse em relações sociais (independentemente da essência do seu ser homem) somente em um segundo momento.<sup>50</sup>

Escrita em finais de 1963, a carta de Lukács demorou, em função do golpe de 1964, cerca de três anos para ser respondida. No entanto, a demora deu tempo ao discípulo para refletir melhor sobre os ensinamentos do mestre. Ao retomar o contato postal, assim escreveu Coutinho:

Nesse período, minha concepção do marxismo sofreu grandes mudanças. Superei minha concepção “historicista” do marxismo, ou seja, a redução que eu fazia – segundo Goldmann, Sartre, Gramsci e o jovem Lukács – do marxismo ao materialismo histórico. Assimilei o materialismo dialético e troquei o “historicismo” pelo método histórico-sistemático.<sup>51</sup>

De todo esse imbróglio, o importante a reter é que o jovem filósofo baiano finalmente encontrou o almejado critério caracterizador de um marxista: a utilização conjunta dos métodos do materialismo histórico e do materialismo dialético. Trilhando esse caminho epistemológico de acesso à ortodoxia marxista, Coutinho dá acabamento ao perfil analítico que caracteriza a

<sup>49</sup> C. N. COUTINHO, “Correspondência com Georg Lukács”, in: Maria Orlanda PINASSI; Sérgio LESSA (orgs.), *Lukács e a atualidade do marxismo*, São Paulo, Boitempo editorial, 2002, p. 146, acréscimo nosso. É interessante observar que, cômico do desconhecimento lukacsiano acerca da obra de Gramsci, Coutinho adiciona à sua carta um trecho desse pensador, no qual está exposta a mesma negação de uma objetividade independente do homem, perguntando a Lukács se concorda com essa posição. Novamente, porém, o filósofo húngaro faz silêncio sobre a obra do pensador italiano.

<sup>50</sup> G. LUKÁCS, “Correspondência com Georg Lukács”, in: M. O. PINASSI; S. LESSA (orgs.), *Lukács e a atualidade do marxismo*, São Paulo, Boitempo editorial, 2002, p. 147.

<sup>51</sup> *Ibid.*, p. 148.

primeira fase de seu pensamento, uma fase lukacsiana.<sup>52</sup> Vejamos agora mais de perto o que significa o “método histórico-sistemático”.

Tendo em vista que o fundamento da evolução histórico-social da humanidade é constituído pelas “conexões sistemáticas” em íntima relação com as “históricas e transitórias”, ou melhor, ao entender a realidade como “síntese dialética entre permanência e modificação, entre continuidade e descontinuidade”,<sup>53</sup> Coutinho atribui problemas distintos aos métodos do materialismo histórico e do materialismo dialético. Enquanto ao primeiro – definido como “uma *filosofia da praxis*, da unidade histórica do sujeito e do objeto”, ou como a “antropologia” marxista – cabe o problema do “caráter histórico-social” das objetividades humanas, ao segundo – entendido na qualidade de “teoria das leis mais gerais do desenvolvimento do real” ou de “ontologia” marxista – competem a teoria do reflexo, a dialética da natureza, a dialética do conhecimento etc.<sup>54</sup>

Apesar da divisão observada, Coutinho frisa que a diferença entre o método do materialismo histórico e o do materialismo dialético é “uma diferença apenas de ângulo”, pois ambos incidem sobre o mesmo objeto, podendo a análise “concentrar-se em maior ou menor proporção nas concatenações históricas ou nas sistemáticas”.<sup>55</sup> E é da referida unidade do objeto, da “íntima relação” entre suas “conexões sistemáticas” e “transitórias”, que decorre a necessidade da integração no plano epistemológico, isto é, da união do método “histórico-genético” com a “análise imanente” ou “sistemática”, resultando assim na consideração histórico-sistemática.<sup>56</sup>

---

<sup>52</sup> É importante registrar que Coutinho assimila de *História e consciência de classe* outro caractere distintivo do marxismo: “o ponto de vista da totalidade”. Ao contrário de outros elementos da herança do jovem Lukács, esse não é descartado por Coutinho, assumindo posição importante em sua concepção de marxismo. Cf., por exemplo, C. N. COUTINHO, “Do ângulo do marxismo”, *Revista brasileira de ciências sociais*, n. 4, vol. 2, 1987, pp. 39-42. Cabe registrar, no entanto, que é estranho ao pensamento de Marx a identificação da categoria da totalidade como um “ponto de vista”, situado no campo da subjetividade. No pensamento marxiano, a totalidade é reconhecida sob duas formas: a do concreto real e a do concreto ideal, sendo esse último a reprodução conceitual do primeiro. A crítica da concepção lukacsiana da categoria da totalidade e a exposição da posição marxiana encontra-se em J. CHASIN, *Marx – estatuto ontológico e resolução metodológica*, São Paulo, Boitempo editorial, 2009, pp. 204-209.

<sup>53</sup> Cf. C. N. COUTINHO, *Literatura e humanismo: ensaios de crítica marxista*, São Paulo, Paz e terra, 1967, pp. 104 e 113.

<sup>54</sup> Cf. *ibid.*, pp. 71-72, 80, 97, 106 e *idem*, *O estruturalismo e a miséria da razão*, São Paulo, Expressão popular, 2010, p. 182.

<sup>55</sup> C. N. COUTINHO, *O estruturalismo e a miséria da razão*, São Paulo, Expressão popular, 2010, p. 191.

<sup>56</sup> Cf. C. N. COUTINHO, *Literatura e humanismo: ensaios de crítica marxista*, São Paulo, Paz e terra, 1967, pp. 96, 103-104, 106, 112-113 e *idem*, *O estruturalismo e a miséria da razão*, São Paulo, Expressão popular, 2010, pp. 118, 182, 190-191. Deve-se observar aqui, contra qualquer impressão em contrário, que as eventuais similitudes entre a

Configurada essa armação epistemológica, sempre no espírito de resgate dos clássicos do marxismo, Coutinho aplica-a no estudo de problemas estéticos e filosóficos. Busca, por meio de análise imanente, determinar a legalidade específica e o sistema categorial da arte, bem como, através do método genético, traçar o caráter histórico-social e o modo particular de realização das leis artísticas. Em relação à filosofia, tenta indicar não apenas a gênese social do pensamento que toma para exame, mas também sua dimensão sistemática, determinando sua verdade ou falsidade objetivas.

Empreenderemos a partir de agora uma exposição, pautada em alguns dos textos mais importantes de Coutinho, do modo como o autor põe em prática a sua primeira forma de análise. Tentaremos evidenciar, de acordo com nosso objetivo de explicitar uma mudança de postura em relação à fase subsequente, a forma específica que toma na primeira etapa a conexão entre as configurações que assumem as relações materiais dos homens e suas emanções espirituais, ou, ainda, as relações entre ser e consciência.

A reunião de ensaios de que se constitui *Literatura e humanismo*, livro publicado em 1967, tem como fios condutores declarados a tentativa de “aplicação do método marxista” em sua “formulação lukacsiana” e, em especial, “a preocupação temática básica – ainda de origem lukacsiana – que consiste em apresentar a contradição entre a racionalidade humanista e as tendências irracionalistas como a contradição básica da cultura de nossos dias”.<sup>57</sup> E já na explicação da origem da tendência cultural irracionalista, o principal adversário do autor ao longo de todos os ensaios do livro, podemos ver como Coutinho opera a aplicação daquele método.

De acordo com Coutinho, as posições irracionalistas de crítica à sociedade burguesa, em especial as que adquirem caráter sistemático e generalizado “na corrente de pensamento que vai de Kierkegaard aos modernos existencialistas”, tem sua origem no processo pelo qual o capitalismo explicita o caráter utópico e ilusório dos ideais de seu período progressista. Com a deturpação das noções de “razão”, “determinismo”, “homem total” e “comunidade autêntica”, “o indivíduo é condenado a viver em um ‘pequeno mundo’ restrito e sem perspectivas, ao passo que

---

nossa posição metodológica e a de Coutinho não autorizam sua identificação. Consideramos que, mesmo diante da negativa de Coutinho, o modo como define seu método acaba por cindir a realidade em duas dimensões (histórica e lógica), um procedimento estranho aos parâmetros aos quais nos vinculamos.

<sup>57</sup> C. N. COUTINHO, *Literatura e humanismo*: ensaios de crítica marxista, São Paulo, Paz e terra, 1967, p. 1.

o movimento da história – pelo qual ninguém mais se sente responsável – aparece a cada um como o resultado da ação de forças irracionais e inumanas”. No contexto do desenvolvimento de formas imperialistas no interior do capitalismo, difunde-se a “sensação do absurdo”, a qual decorre exatamente dessa aparente subserviência da razão “a objetivos globais inteiramente irracionais”. É essa a configuração histórico-social na qual se dá a emergência da corrente irracionalista. No dizer de Coutinho:

As sucessivas crises, a permanente instabilidade, fornecem ao indivíduo isolado – que, graças à rígida divisão do trabalho, está completamente desligado do processo histórico global, não tendo conseqüentemente condições de compreender as razões *reais* deste *caos aparente* – uma visão irracionalizada da vida. Reagindo à falsa e mecânica comunidade vigente, os intelectuais marginalizados generalizam sua crítica e a aplicam a todas as formas de comunidade, de integração do indivíduo em uma totalidade que lhes seja transcendente (reação de Kierkegaard a Hegel); eles buscam na subjetividade um refúgio contra a alienação e o prosaísmo do mundo social.<sup>58</sup>

A análise sistemática das tendências irracionalistas, juntamente com a de seus oponentes humanistas, é realizada ao longo dos diversos ensaios de que se compõe o livro. Importa-nos agora, para fins de síntese de um perfil analítico, observar que, na esteira daquela apreensão do quadro de origem do irracionalismo moderno, Coutinho, citando seu mestre húngaro, atina ainda para a função social desse movimento teórico. Para o autor, os intelectuais marginalizados fazem tanto uma apologia indireta do capitalismo, ao converterem seus aspectos contraditórios em realidade imutável da existência humana, quanto direta, ao fornecerem o caldo de cultura necessário à ideologia nazista.<sup>59</sup> Desse modo, Coutinho busca dar conta das três tarefas preconizadas por Lukács na realização de uma exposição de conjunto de uma filosofia: a crítica imanente, a captação da gênese e função social do pensamento.<sup>60</sup>

<sup>58</sup> C. N. COUTINHO, *Literatura e humanismo*: ensaios de crítica marxista, São Paulo, Paz e terra, 1967, p. 11.

<sup>59</sup> Cf. *ibid.*, pp. 14-16.

<sup>60</sup> Cf. G. LUKÁCS, *El asalto a La razón*, *op. cit.*, p. 5. Não se trata aqui, frise-se, de uma aplicação inconsciente por parte de Coutinho, baseada na simples imitação. Em polêmica com o professor e crítico literário Luis Costa Lima, Coutinho afirma serem alvos da teoria que defende os seguintes elementos: “1) a específica prática literária”, a qual implica, além da “manipulação da linguagem”, “a estruturação em gêneros, a composição, a criação de tipos etc.; 2) a prática histórico-concreta dos homens, embebida de ideologias, que o objeto literário repõe necessariamente com seu conteúdo; 3) as consequências ideológicas que essa reposição especificamente estética da prática vai ter, por sua vez, sobre a futura prática dos seus consumidores”. C. N. COUTINHO, “Há alguma teoria com medo da prática?”, *Opinião*, nº 160, Rio de Janeiro, 1975, p. 19.

Vejamos agora como Coutinho (re)avalia, em outro artigo do mesmo livro, a trajetória de Jean-Paul Sartre, em especial os motivos que, segundo o filósofo baiano, levaram esse pensador a se aproximar do marxismo, bem como o caráter contraditório da assimilação sartriana desse último. Segundo Coutinho, Sartre desenvolve seu pensamento no quadro do existencialismo, uma “concepção de mundo” que representa ideologicamente “a intelectualidade pequeno-burguesa marginalizada pelo desenvolvimento capitalista em sua fase imperialista”.<sup>61</sup> Até cerca de 1945, Sartre seguiria a linha ortodoxa de Martin Heidegger, de modo que sua filosofia seria marcada “pelo idealismo subjetivo, pelo irracionalismo, pelo niilismo, pela falsa noção de liberdade; em suma, pela metafísica alienizante e fetichista que está em sua base”.<sup>62</sup> No entanto, de acordo com Coutinho,

Ao contrário de Heidegger, Sartre não se limitou a pequenas concessões terminológicas para adaptar sua filosofia original à realidade dos novos tempos; como autêntico pensador, ele jamais se recusou a compreender verdadeiramente a realidade, ainda que esta compreensão entrasse em frontal contradição com o seu pensamento original.<sup>63</sup>

Dessa maneira, na Alemanha o período da Segunda Guerra Mundial não levou a modificações significativas na concepção dos intelectuais existencialistas, mas, ao contrário, para muitos deles “o nazismo representou [...] a perspectiva de rompimento com o ‘cotidiano’ da existência, a possibilidade de tomada de posições ‘heroicamente pessimistas, uma forma de vida ‘perigosa’ e apta a proporcionar ‘uma morte pessoal e autêntica’”.<sup>64</sup> Já na França, em especial no período que sucedeu à Libertação, houve uma crise geral no campo dos existencialistas, cuja origem Coutinho situa

[...] no caráter específico da intelectualidade francesa, que – ao contrário da alemã – possui inegáveis tradições democráticas e humanistas. Por outro lado, invadida e ocupada a França, era a Resistência e o combate ao fascismo que representavam, para estes existencialistas, a possibilidade de “viverem perigosamente”, rompendo com o “cotidiano” e o “inautêntico”.<sup>65</sup>

Ao engajar-se nessa luta, Sartre percebe a possibilidade de um “bem comum” e supera, primeiro prática e depois teoricamente, sua anterior condenação de toda integração do indivíduo

---

<sup>61</sup> C. N. COUTINHO, *Literatura e humanismo: ensaios de crítica marxista*, op. cit., p. 39.

<sup>62</sup> *Ibid.*, p. 56.

<sup>63</sup> *Ibid.*, p. 40.

<sup>64</sup> *Ibid.*, p. 57.

<sup>65</sup> *Ibid.*, p. 58.



em uma comunidade como “uma relação não-ontológica e moralmente inautêntica”. Sua participação histórico-política o leva, assim, a aproximar-se “do ângulo crítico-prático do proletariado”. Após explicitar esse quadro histórico-social do itinerário teórico-prático de Sartre, Coutinho dedica-se a avaliar a fase de seu pensamento iniciada com a percepção da necessidade de absorção do marxismo.

Diante do antagonismo entre a dialética materialista – expressão filosófica do ângulo crítico-prático do proletariado – e o existencialismo, Sartre dedica-se, a partir de 1957, a solucionar a necessária contradição que se instaura entre “a nova visão do mundo [...], voltada para a integração na ideologia do proletariado, e sua filosofia, ligada substancialmente a uma perspectiva individualista e pequeno-burguesa”. Para o jovem ensaísta baiano, ao lado da profunda incompreensão que demonstra perante os “problemas do materialismo dialético (particularmente da teoria do reflexo e da dialética da natureza)”, Sartre manifesta, ainda no campo epistemológico, limites fundados na concepção equivocada “de que a dialética decorre da *práxis* individual, e não da *práxis* coletiva e histórica”. Essa primazia do indivíduo sobre a história, contraditória em relação ao materialismo histórico assimilado, teria raízes em resquícios do existencialismo original de Sartre. Embora frise a dimensão metodológica do problema, ao analisar os equívocos decorrentes dessa assimilação contraditória Coutinho não refuta as posições sartrianas porque são “antimarxistas, mas simplesmente porque oferecem um reflexo deformado da realidade”. Nesse sentido e contra aquela concepção de Sartre segundo a qual “a *praxis* individual é a única dialética *constituente*,” sendo a “*praxis* coletiva [...] secundária e não-ontológica”, o ensaísta baiano afirma:

[...] a individualidade humana, como realidade histórico-social, é já ela *um produto histórico*; a historicidade do homem não surge após um processo de mediações, pois ela é o dado primeiro da existência individual. O homem é, *ontologicamente*, um ser histórico-social; a *praxis* individual não é senão um momento *constituente* (mas sobretudo *constituído*) da *praxis* histórica e coletiva.<sup>66</sup>

O mesmo significado possui a refutação da concepção sartriana da alienação como “fato ontológico e eterno, ligado a qualquer exteriorização da individualidade humana”. De acordo com Coutinho,

---

<sup>66</sup> C. N. COUTINHO, *Literatura e humanismo: ensaios de crítica marxista*, São Paulo, Paz e terra, 1967, pp. 66, 72, 78 e 80.

[...] a alienação é um *fato histórico*, ligado à divisão social do trabalho e à propriedade privada dos meios de produção; com o desaparecimento destes fatos igualmente históricos, com a criação de uma comunidade humana fundada na propriedade socialista dos meios de produção, desaparecerá conseqüentemente a alienação.<sup>67</sup>

Desse modo, o ensaísta baiano encontra na explicitação de um dado quadro histórico-social não apenas a condição necessária da explicação do pensamento e da trajetória de Sartre, mas também o metro crítico de sua leitura imanente, com o qual avalia a objetividade das formulações apresentadas. Esse é o formato geral da aplicação conjunta dos métodos histórico e sistemático, por meio da qual Coutinho apreende a gênese de um pensamento e afere sua verdade ou falsidade. Mas seu trabalho só termina com a indicação do sentido da trajetória de Sartre nos quadros do marxismo e das lutas sociais:

Em sua atividade prática, mas também em suas reflexões teóricas, Sartre é um companheiro dos que lutam contra a opressão imperialista dos povos subdesenvolvidos e contra a alienação gerada pela decadência do capitalismo. E, mais do que isso, é um destacado combatente na luta contra o stalinismo pela renovação e revivificação do autêntico humanismo marxista.<sup>68</sup>

Na segunda parte do livro que estamos acompanhando, dedicada à análise de romances, Coutinho parece praticar o mesmo tipo de procedimento analítico. Tomemos, por exemplo, suas notas sobre a “Atualidade de Dostoiévski”. De acordo com Coutinho,

As razões de sua imensa e imediata eficácia no mundo ocidental se ligam precisamente [...] ao fato de – partindo de uma realidade estruturalmente similar à da Europa Ocidental – Dostoiévski ter conseguido reencontrar o profundo realismo e a epicidade poética próprios do grande romance, ao passo que os seus contemporâneos ocidentais se encaminhavam decisivamente no sentido da deformação do conteúdo e da dissolução – psicologista ou naturalista – da forma.<sup>69</sup>

Ainda que trabalhe em uma realidade em que tem lugar um processo de “intensificação da alienação” e de “atomização do homem”, processos que no Ocidente levaram à dissolução da forma artística, Dostoiévski, assim como os demais expoentes do realismo russo, consegue ligar-se à tradição de Balzac e Stendhal. A explicação do caráter paradoxal desse fato, “de ser o realismo russo e não o francês da segunda metade do século XIX o autêntico continuador de

<sup>67</sup> C. N. COUTINHO, *Literatura e humanismo*: ensaios de crítica marxista, São Paulo, Paz e terra, 1967, p. 83.

<sup>68</sup> *Ibid.*, p. 84.

<sup>69</sup> *Ibid.*, pp. 196.

Balzac e Stendhal,” Coutinho busca-a “na especificidade das condições histórico-sociais da Rússia de então”. Segundo o filósofo baiano:

A mistura de feudalismo autocrático com capitalismo, formando aquilo que Lenin chamou de “capitalismo asiático”, provocava uma intensa reificação e endurecimento das relações humanas, tal como na Europa Ocidental; contudo, ao mesmo tempo em que este capitalismo russo já apresentava igualmente sintomas de decadência, permanece na ordem do dia a realização da revolução democrático-burguesa, a renovação humanista da sociedade feudalizada e autocrática. Mas, já que a burguesia preferia conciliar com o tzarismo e prosperar no seu interior, defendendo um liberalismo reformista pálido e inócuo [...], a revolução democrático-burguesa russa seria conduzida e dirigida por outras classes sociais: pelo campesinato, pelos estratos plebeus da cidade e, finalmente, pelo proletariado. É na concepção do mundo destas classes – ou seja, no diverso modo pelo qual cada uma delas assimila ou supera o humanismo burguês democrático-revolucionário – que Tolstoi, Dostoiévski e Górkí, respectivamente, fundam sua representação realista e crítica da realidade.<sup>70</sup>

Fixado o quadro histórico-social que tornou possível aos escritores russos evitarem os perigos aos quais sucumbem os naturalistas franceses, Coutinho passa em revista o livro *Crime e castigo*, em seu entender, “o mais ‘clássico’ dos romances de Dostoiévski”. Nesse âmbito, o filósofo baiano busca verificar o modo como se dá o reflexo estético da realidade. Quanto a isso, basta-nos observar como entende o problema da “subjativização e interiorização da ação” do personagem Raskolnikov, isto é, sua incapacidade para a ação no mundo exterior. Tomando por comparação o personagem stendhaliano Julien Sorel, cuja firmeza interior e disposição para a ação eram possibilitadas pelo democratismo que vigorava, ainda que de modo subterrâneo, no período da Restauração, Coutinho afirma:

O humanismo latente nos estratos plebeus da Rússia de então – latente porque ainda incapaz de operar socialmente – é suficiente para fundamentar a aspiração de Raskolnikov a romper com a mediocridade e com a vida absurda e alienada em que é (socialmente) condenado a viver; mas não é suficiente para garantir-lhe as condições subjetivas e objetivas que permitem a manutenção da firmeza moral e da disposição para a luta que ainda são possíveis em Julien Sorel.<sup>71</sup>

Tendo na “categoria do realismo [...] o critério central para aferir até que ponto uma obra realizou ou não um autêntico reflexo *estético* do real”, Coutinho avalia positivamente a tentativa de Dostoiévski de figurar esteticamente um problema real: “mostrando a problemática desta impossibilidade da ação exterior num nível não-cotidiano [...] Dostoiévski cria autênticos *tipos*,

<sup>70</sup> C. N. COUTINHO, *Literatura e humanismo*: ensaios de crítica marxista, São Paulo, Paz e terra, 1967, p. 198.

<sup>71</sup> *Ibid.*, p. 203.

nos quais são expressas as contradições profundas que a superfície alienada da realidade não permite perceber”.<sup>72</sup> Desse modo, também na avaliação do modo particular de realização da obra de Dostoiévski, o âmbito do sistema de leis da estética, Coutinho mantém-se atento ao quadro das problemáticas histórico-sociais.

No entanto, o empreendimento coutiniano só finda com a indicação do sentido que a perspectiva de Dostoiévski sinaliza no campo das disputas em torno dos caminhos do homem. De acordo com Coutinho, contrapondo-se às soluções de caráter irracionalista, ao liberalismo apologético e ao anarquismo, Dostoiévski aposta em “uma renúncia ascética, um sacrifício individual pelo próximo”. Não obstante a falsidade e abstratividade imediatas de tal perspectiva, “em seu conteúdo profundo – a defesa da integridade humana e o anseio por uma comunidade renovada e verdadeira – ela é progressista e humanista, nada tendo perdido, mesmo em nossos dias, de sua atualidade”. Em outros termos, “o conteúdo da utopia de Dostoiévski é a defesa da *humanitas* contra a alienação”.<sup>73</sup>

A fase do pensamento de Coutinho que estamos acompanhando, marcada pelo talhe lukacsiano de sua análise, tem no livro *O estruturalismo e a miséria da razão* um importante capítulo. Alertado por Lukács, em carta de fevereiro de 1968, de que o estruturalismo era então “o maior obstáculo a um desenvolvimento do marxismo”, Coutinho foi estimulado a tentar “contribuir para desenvolver e atualizar a crítica lukacsiana da cultura burguesa”, tendo por base o livro *A destruição da razão* e as últimas entrevistas de Lukács, voltadas para os problemas da ontologia.<sup>74</sup> No livro de Coutinho, não só o estímulo, mas, como pretendemos evidenciar, também o formato geral da analítica, é baseado na obra do filósofo húngaro.<sup>75</sup>

<sup>72</sup> C. N. COUTINHO, *Literatura e humanismo: ensaios de crítica marxista*, São Paulo, Paz e terra, 1967, pp. 106 e 203.

<sup>73</sup> *Ibid.*, pp. 209 e 214.

<sup>74</sup> C. N. COUTINHO, *O estruturalismo e a miséria da razão*, São Paulo, Expressão popular, 2010, pp. 9-11 e 19.

<sup>75</sup> Devemos observar aqui que, além de Lukács, Coutinho alega ter tido por referência também os teóricos da chamada Escola de Frankfurt. Falando em tom retrospectivo sobre seu período “fanaticamente lukacsiano”, o filósofo baiano declara: “Este é um momento – talvez na época eu não reconhecesse isso – frankfurtiano da minha produção. Li muito os frankfurtianos, eles sempre me fascinaram muito – *Dialética do iluminismo* foi um livro que também me marcou – mas sempre tomando minhas distâncias. Para os frankfurtianos, o inimigo fundamental não era tanto o irracionalismo clássico, mas essa razão empobrecida, essa razão eclipsada – um livro que me marcou muito também foi *Eclipse da razão*, do Horkheimer, que é uma crítica exatamente a essa razão que perde a sua dimensão objetiva e se torna meramente instrumental. Na época, eu não reconhecia isso. Para mim, era puro Lukács. Mas, certamente, essa leitura dos frankfurtianos me levou a pensar um pouco essa questão dos dois modos de combater a

De acordo com Coutinho,

Na história da filosofia burguesa, é possível discernir – com relativa nitidez – duas etapas principais. A primeira, que vai dos renascentistas a Hegel, caracteriza-se por um movimento progressista, ascendente, orientado no sentido da elaboração de uma racionalidade humanista e dialética. A segunda – que se segue a uma radical ruptura, ocorrida por volta de 1830-1848 – é assinalada por uma progressiva decadência, pelo abandono mais ou menos completo das conquistas do período anterior [...]<sup>76</sup>

Nessa nova etapa, marcada pela decadência, o pensamento burguês oscila entre tendências irracionaisistas e pseudorracionaisistas, ambas recusando os principais momentos da tradição progressista, a qual pode ser sintetizada nos seguintes elementos:

[...] o *humanismo*, a teoria de que o homem é um produto de sua própria atividade, de sua história coletiva; o *historicismo* concreto, ou seja, a afirmação do caráter ontologicamente histórico da realidade, com a consequente defesa do progresso e do melhoramento da espécie humana; e, finalmente, a *razão dialética*, em seu duplo aspecto, isto é, o de uma racionalidade objetiva imanente ao desenvolvimento da realidade (que se apresenta sob a forma da unidade dos contrários), e aquele das categorias capazes de apreender subjetivamente essa racionalidade objetiva [...]<sup>77</sup>

Essa tendência de “negar ou [...] limitar o papel da razão no conhecimento e na práxis dos homens”, isto é, o caráter ideológico ou conservador destas correntes, decorre, segundo Coutinho, da capitulação do pensamento burguês aos obstáculos derivados da divisão do trabalho e suas implicações. Assim, a contradição entre a liberação do trabalho e a sua conversão em mercadoria, bem como aquela entre a socialização do trabalho e a apropriação privada de seus frutos, contradições que impulsionaram o progresso teórico na fase anterior, passam, na fase descendente, a limitar a apreensão da verdade objetiva. Nesse sentido, Coutinho afirma:

A partir de então [1848], as contradições capitalistas tornam-se explosivas; encarnação e produto dessas contradições, o proletariado surge na história como força social autônoma, capaz de resolver em sentido progressista os limites e antinomias do sistema capitalista. Indicar a realidade como algo essencialmente contraditório significa, doravante, fornecer armas teóricas ao movimento anticapitalista da classe operária.<sup>78</sup>

---

razão dialética, ou abandonando-a ou miserabilizando-a”. C. N. COUTINHO, “Carlos Nelson Coutinho”, in: Marcos NOBRE e José Marcio REGO, *Conversas com filósofos brasileiros*, São Paulo, Editora 34, 2000, p. 383.

<sup>76</sup> C. N. COUTINHO, *O estruturalismo e a miséria da razão*, São Paulo, Expressão popular, 2010, p. 21.

<sup>77</sup> *Ibid.*, p. 28.

<sup>78</sup> *Ibid.*, p. 35.

A incapacidade de superar o nível fenomênico e apreender a essência do real, bem como de distinguir o especial do geral, o particular do universal, decorre não apenas da objetividade alienada que se impõe com o capitalismo maduro. Ao lado dela, e mesmo como um momento seu, Coutinho elenca ainda a importância do fenômeno da burocratização, em especial para a versão agnóstica do pensamento da decadência.<sup>79</sup>

As características distintivas da economia capitalista, na visão do filósofo baiano, são responsáveis não só pela capitulação do pensamento imediatista ao nível do fenomênico e pela consequente fetichização do aparente, mas também pelo relativo predomínio de uma ou outra orientação, irracionalista ou “racionalista” formal. Incapaz de compreender a economia capitalista como síntese de momentos de crise e de estabilidade, os teóricos burgueses tendem a elaborar, com base na fixação em um desses períodos, um “sentimento do mundo”, uma “reação espontânea e sentimental diante da aparência dos processos reais”. Dessa forma, a duplicidade apresentada pelo pensamento decadente corresponde à do sentimento do mundo que lhe subjaz. Nas palavras de Coutinho: “De acordo com o período histórico, os intelectuais podem experimentar, diante do real, uma sensação de ‘angústia’ ou uma sensação de ‘segurança’; e, de acordo com isso, elaborarão posições filosóficas preponderantemente irracionalistas ou pseudorracionalistas”.<sup>80</sup>

Se as versões irracionalistas já haviam sido combatidas por Lukács, em seu *A destruição da razão*, Coutinho concentra-se no combate a uma versão particular de agnosticismo ou de “miséria da razão” – entendida essa como “o radical empobrecimento agnóstico das categorias racionais, reduzidas às simples regras formais intelectivas que operam na práxis manipulatória” -, o estruturalismo.

Na raiz da eficácia daquela corrente estaria uma importante transformação sofrida pelo capitalismo, iniciada na década de 1930 e que ganha dimensão universal com a reconstrução do capitalismo europeu no pós-guerra. Diante da contradição entre a expansão da produção de mercadorias e a alteração da taxa da composição orgânica de capital, uma contradição geradora de crises de superprodução, o sistema capitalista teve de recorrer a mecanismos tendentes à

---

<sup>79</sup> Cf. C. N. COUTINHO, *O estruturalismo e a miséria da razão*, São Paulo, Expressão popular, 2010, p. 40.

<sup>80</sup> *Ibid.*, p. 62.

ampliação da esfera do consumo. Sendo assim, além do imperialismo e da militarização, o capitalismo deve impulsionar um outro processo, particularmente importante na conversão do estruturalismo em moda intelectual: “o aumento do consumo privado, por meio da criação de necessidades artificiais”. A viabilidade dessa solução depende, de acordo com Coutinho, de duas condições:

[...] primeiro, o desenvolvimento tecnológico que permite passar da exploração do trabalho por meio da mais-valia absoluta àquela por meio da mais-valia relativa, com o que se garante, ao mesmo tempo, um aumento do lucro e um aumento da possibilidade de consumir; e, segundo, o desenvolvimento de um aparato que manipule os desejos do consumidor, tornando efetiva aquela possibilidade de consumir mesmo diante de produtos que o indivíduo não necessita de um ponto de vista racional.<sup>81</sup>

Assim, avançam sobre a esfera do consumo os processos de manipulação e burocratização anteriormente restritos ao âmbito da produção. A conversão do “tempo livre” em um “tempo manipulado” faz com que a passividade experimentada pelo indivíduo na esfera produtiva reine também em seu tempo de lazer. Com a manipulação dos desejos dos consumidores, ao invés da “angústia” resultante das crises do capitalismo da livre concorrência, vigora a (falsa) sensação de “segurança”, tomada pelos indivíduos como fruto daquela racionalização homogeneizadora típica do capitalismo monopolista. Configurado esse cenário, torna-se mais fácil ao pensamento que sucumbe à aparência do real tomar o homem como mero “dado”, manipulável por estruturas apriorísticas. Nas palavras de Coutinho:

Torna-se agora mais fácil, embora nunca mais verdadeiro, afirmar que todas as atividades humanas (dos mitos culinários à composição musical, das relações de parentesco à estrutura econômica, do “sistema” da moda às grandes obras literárias) subordinam-se a regras formais, são produtos de um “intelecto” mistificado, convertido – sob o nome de “episteme” ou de “estrutura inconsciente” – num fetiche pseudo-objetivo.<sup>82</sup>

Estabelecido o contexto que possibilita a emergência e afirmação do estruturalismo, Coutinho empenha-se na análise imanente de suas formulações específicas, nas versões de Lévi-Strauss, Roland Barthes, Michel Foucault e Louis Althusser. Essa análise, calcada na relação entre pensamento e realidade como critério de objetividade, é perpassada, como nos casos

<sup>81</sup> C. N. COUTINHO, *O estruturalismo e a miséria da razão*, São Paulo, Expressão popular, 2010, p. 69.

<sup>82</sup> *Ibid.*, p. 75.

anteriores, pela denúncia da função social das posições desses autores.<sup>83</sup> Transparece aqui algo já observado nas exposições anteriores, em especial no que tange à gênese histórico-social do pensamento: o entendimento coutiniano segundo o qual “as categorias econômicas [...] constituem a modalidade fundamental da objetividade humana”.<sup>84</sup> No caso em questão, tal primado se manifesta no entendimento de que o estruturalismo emerge como formulação intelectual possibilitada pela reconfiguração de determinados aspectos do intercâmbio material dos homens, realizada essa última com vistas à sequência da reprodução do capital.

Vejamos agora o texto que, de acordo com nossos estudos, constitui a última peça elaborada segundo o formato lukacsiano de análise. Trata-se do ensaio *Kafka: pressupostos históricos e reposição estética*, publicado em 1977, mas gestado desde 1970. Concebido como parte de um projeto não concluído de um livro sobre o realismo no século XX, esse trabalho tem por objetivo “analisar o autor de *A metamorfose* à luz das teorias estético-filosóficas de Lukács, mas em contradição com muitas de suas observações concretas sobre Kafka e em parcial discordância com sua análise das alternativas da literatura no mundo contemporâneo”.<sup>85</sup> Assim, mesmo discordando das afirmações particulares de Lukács, em especial as contidas em seu *Realismo crítico hoje*, Coutinho considera sua pesquisa “‘ortodoxamente’ lukacsiana”, pois busca aplicar nela o “método histórico-sistemático” ou “genético-estético”, isto é, supre a exigência da ortodoxia de Lukács ao manter-se fiel ao método proposto, ainda que não às suas afirmações concretas.<sup>86</sup>

Para Coutinho, a dialética “entre causalidade e necessidade na determinação da ação individual operava de tal modo, na era do capitalismo liberal, que os espaços livres só se fechavam ‘em última instância’”. No âmbito da literatura, isso permitiu aquela margem de

<sup>83</sup> C. N. COUTINHO, *O estruturalismo e a miséria da razão*, São Paulo, Expressão popular, 2010, *passim*.

<sup>84</sup> *Ibid.*, p. 31.

<sup>85</sup> C. N. COUTINHO, “Kafka: pressupostos históricos e reposição estética”, *Temas*, nº 2, São Paulo, Grijalbo, 1977, p. 18.

<sup>86</sup> Deve-se observar aqui que, informado do referido projeto, foi o próprio Lukács quem advertiu o jovem Coutinho quanto à existência de limites, pontuais, em seu *Realismo crítico hoje*. Sobre esse ponto, ver: G. LUKÁCS, “Correspondência com Georg Lukács”, in: M. O. PINASSI; S. LESSA (orgs.), *Lukács e a atualidade do marxismo*, São Paulo, Boitempo editorial, 2002, pp. 153-154. No entender de Coutinho, expresso no ensaio de 1977, o problema fundamental desse trabalho de Lukács consiste no descarte *momentâneo* do método histórico-sistemático. Coutinho havia se manifestado criticamente em relação à avaliação lukacsiana das obras de Marcel Proust e Franz Kafka já na “Introdução” (datada de julho de 1968) da edição brasileira de *Realismo crítico hoje*. O filósofo baiano ainda ampliaria sua crítica em *idem*, *Lukács, Proust e Kafka*, Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2005, em especial nas pp. 17-47.



manobra na qual se moviam os heróis problemáticos do romance burguês, ou, no dizer de Coutinho, “a contradição entre a tentativa de se manter (ou de se mover) no interior dessa ‘faixa livre’ e o triunfo final das ‘forças objetivas’, impondo a capitulação conformista, a resignação ou a derrota trágica, é precisamente o conteúdo essencial do romance realista do século XIX”.<sup>87</sup> Na transição para o “capitalismo dos monopólios”, em especial para o “capitalismo monopolista de Estado”, aquela dialética altera-se no sentido de diminuir o campo da ação individual. Trata-se aqui do quadro já delineado por Coutinho em *O estruturalismo e a miséria da razão*, isto é, do processo de ampliação da “manipulação”, da economia às demais esferas da sociedade, por parte do capital monopolista. Em tal configuração social, “a necessidade da ‘força objetiva’ que nega a liberdade individual não abre mais seu caminho apenas ‘em última instância’; ela se impõe cada vez mais como uma ‘primeira instância’, como uma experiência imediata já no seio da vida cotidiana”.<sup>88</sup> Esse é o pressuposto histórico da figuração elaborada por Kafka, o cenário da transição entre o capitalismo liberal e o monopolista, uma realidade na qual ocorre um “endurecimento crescente do ambiente”, um “paulatino estreitamento dos espaços individuais de manobra”. Desse modo, o problema evocado por Kafka é assim resumido por Coutinho:

[...] em nosso tempo, nem mesmo o homem médio – o homem desprovido de qualquer impulso no sentido de uma autofruição verdadeiramente humana e muito distante de ser um inconformista (como o eram Julien Sorel, Lucien de Rubempré, Raskolnikov ou mesmo o narrador da *Recherche*) – pode se julgar a salvo daquela “última instância” que, à sua falsa consciência, aparece como um “destino” fatal. O choque trágico com a realidade alienada não é mais o resultado de uma batalha na qual a iniciativa pertence ao indivíduo e que, por isso, atinge apenas algumas figuras excepcionais (ainda que típicas no sentido lukacsiano). Kafka nos mostra que uma tal situação pode ocorrer inclusive ao mais oco e medíocre conformista.<sup>89</sup>

Fixado o pressuposto histórico da reposição estética kafkiana, Coutinho busca solucionar um aparente paradoxo: o de que Kafka tenha figurado uma realidade que não conhecia, pois a nova situação só estaria plenamente constituída no período pós-crise de 1929, com as medidas impostas para impedir a repetição dessa última. O filósofo baiano esclarece que Kafka representou a realidade do capitalismo monopolista a partir de seus aspectos latentes na realidade do capitalismo liberal, em particular na época de transição vivida pelo escritor tcheco. Aqui

<sup>87</sup> C. N. COUTINHO, “Kafka: pressupostos históricos e reposição estética”, *Temas*, nº 2, São Paulo, Grijalbo, 1977, p. 26.

<sup>88</sup> *Ibid.*, p. 26.

<sup>89</sup> *Ibid.*, pp. 27-28.

Kafka se vale da possibilidade, aberta pela “natureza peculiar do reflexo estético – que se fixa sobre a particularidade concreta e não sobre a universalização conceitual –”, de antecipar tendências que só mais tarde seriam totalmente explicitadas.

Além da possibilidade estética de antecipação, Coutinho considera que também a condição de súdito do Império Austro-Húngaro facilitou a Kafka o trabalho de antecipar artisticamente a realidade do capitalismo tardio. Trilhando uma “via prussiana” de desenvolvimento capitalista, isto é, empreendendo uma modalidade de desenvolvimento tardio e – a partir de determinado momento – acelerado, o Império teria antecipada sua necessidade de aparatos de controle sobre a sociedade. Nos termos do autor:

A debilidade da “sociedade civil”, que seria nos países ocidentais o resultado tendencial da monopolização do capital, aparecia nos Impérios Centrais como uma espécie de *pressuposto* dessa monopolização; com efeito, a “industrialização atrasada e depois forçada” – que é o traço econômico característico da via prussiana – requer uma maciça intervenção econômica do Estado e, conseqüentemente, o fortalecimento de suas funções burocrático-manipulatórias. Assim, por vias travessas, um Estado relativamente atrasado colocava-se à frente dos desenvolvidos na antecipação de tendências que, nesses últimos, manifestavam-se de modo mais lento e mais complexo, em virtude das tradições nacional-populares e democráticas neles existentes (“sociedade civil” forte, maior controle “de baixo” sobre a burocracia etc.).

Essa origem austro-húngara seria a causa da tipicidade temática de Kafka, mas o caráter universal do modo como é figurada decorre, segundo Coutinho, do judaísmo específico do escritor. A tendência seguida por Kafka é caracterizada como “concretamente humanista, aberta à integração na comunidade humana universal, defensora de um autêntico internacionalismo, compreendido como a única solução progressista para o problema nacional judaico”. Citando Isaac Deutscher, o filósofo baiano considera Kafka “um judeu não-judeu”, cujas “marginalização” e “solidão” constituem a “expressão do distanciamento crítico [...] em face de qualquer estreita singularidade epocal ou nacional, [...] o ‘ponto de Arquimedes’ a partir do qual ele pode mover sua crítica à realidade manipulada de nosso tempo”.<sup>90</sup>

No que se refere à reposição estética, âmbito da análise sistemática ou imanente, Coutinho mostra como a captação kafkiana da universalidade do capitalismo monopolista no nível “do

---

<sup>90</sup> C. N. COUTINHO, “Kafka: pressupostos históricos e reposição estética”, *Temas*, nº 2, São Paulo, Grijalbo, 1977, pp. 38-39.

universal enquanto *novidade emergente*” implica a novela como forma. Segundo o filósofo baiano:

[...] Kafka captou a universalidade do seu tempo sob a forma da novela e não sob a forma do romance. Contrariamente ao romance, que figura a universalidade de um período naquela totalidade explicitada de mediações, na rica e polimórfica articulação de suas várias determinações objetivas, a novela ilumina a totalidade a partir da representação de um evento singular sintomático.<sup>91</sup>

Diante de irrupções apenas de alguns sintomas do capitalismo tardio no período de transição, Kafka só podia figurá-los, com sucesso, através da forma novela. A validade dessa tese é demonstrada por Coutinho também através da investigação das investidas kafkianas no sentido de compor romances. Nesse particular, afirma o filósofo baiano: “Além de não poder concluí-los (e, no caso de um autor genial como Kafka, essa incapacidade não pode ser considerada um fato acidental), ele chegou mesmo – na tentativa de obter uma síntese romanesca do material – a ser por vezes infiel à realidade”.<sup>92</sup> Em suma, é enquanto novelista que Kafka pode ser considerado um “autêntico realista”.

Ao estabelecer os pressupostos históricos e sua particular reposição estética, bem como as possibilidades objetivas que permitem a Kafka realizar essa última, Coutinho define o escritor como um “crítico realista do mundo manipulado”, um autor cuja obra possui atualidade não apenas por proporcionar aos homens atuais a oportunidade de reviver um período histórico passado como um momento de sua própria constituição, mas também por dar-lhes um reflexo estético que possui certa validade também para o presente.<sup>93</sup>

Dos casos que expusemos até aqui, exemplos de uma fase inteira de produção intelectual, podemos observar com nitidez que Coutinho segue de perto as indicações metodológicas de Lukács. Em suas pesquisas, o filósofo baiano busca sempre captar os fenômenos por três frentes, explicitando sua gênese, dinâmica interna e função social. Desse modo, cumpre as exigências da analítica lukacsiana. No entanto, devemos assinalar aqui, para além do cumprimento das tarefas epistemológicas, e ainda no espírito dos trabalhos do filósofo húngaro, uma postura básica: o

<sup>91</sup> C. N. COUTINHO, “Kafka: pressupostos históricos e reposição estética”, *Temas*, nº 2, São Paulo, Grijalbo, 1977, p. 41.

<sup>92</sup> *Ibid.*, p. 49.

<sup>93</sup> Cf. *ibid.*, pp. 33 e 43.

primado do momento econômico na totalidade do real. Em especial no que se refere ao problema da gênese histórico-social, Coutinho sempre apreende os objetos a partir de seu momento sócio-econômico. Frise-se desde já que não se trata, no espírito de recorrentes tendências mecanicistas, de uma ligação direta entre as ocorrências econômicas e suas consequências ideológicas. Em seus trabalhos, ao contrário, Coutinho busca explicitar em que medida o momento do relacionamento material entre os indivíduos abre ou fecha as possibilidades de entificação dos fenômenos ideais, ou ainda, procura indicar de que maneira essas últimas são condicionadas pelo momento econômico. Essa postura geral merece especial destaque, pois é justamente nesse particular que incide a mudança que nos leva a falar de uma segunda fase no pensamento de Coutinho. Acompanhemos agora a segunda etapa da produção coutiniana, conferindo atenção especial ao modo como são definidas as relações entre o intercâmbio material dos homens e suas produções espirituais.

### **1.3. Uma fase gramsciana e eurocomunista**

Neste tópico expomos a adoção de parâmetros gramscianos e eurocomunistas por parte de Carlos Nelson Coutinho, bem como as consequências que isso acarretou no âmbito das propostas defendidas pelo filósofo baiano a partir de seu retorno ao Brasil.

Quando regressou ao país, no final dos anos 1970, após três anos de autoexílio na Europa, Carlos Nelson Coutinho havia deixado de lado os temas da estética e da filosofia. Após profunda imersão no ambiente cultural do eurocomunismo italiano, Coutinho anunciou ao público brasileiro sua mudança temática com o ensaio *A democracia como valor universal*. Aí estava expressa a sua recusa ao “modelo soviético” de socialismo, uma crítica manifesta na adoção de uma nova concepção do “vínculo entre socialismo e democracia”, aquela assim resumida pelo dirigente do Partido Comunista Italiano Enrico Berlinguer: “A democracia é hoje não apenas o terreno no qual o adversário de classe é obrigado a retroceder, mas é também o valor historicamente universal sobre o qual fundar uma original sociedade socialista”.<sup>94</sup>

---

<sup>94</sup> Enrico BERLINGUER *apud* C. N. COUTINHO, “A democracia como valor universal”, in: \_\_\_\_\_, *A democracia como valor universal e outros ensaios*, Rio de Janeiro, Salamandra, 1984, pp. 18-19.

Ao sintetizar as posições de um grupo “renovador” no interior do PCB – do qual fazia parte, entre outros, Armênio Guedes –,<sup>95</sup> o filósofo baiano afirma ser errônea e mecânica a “identificação entre democracia política e dominação burguesa”. Alegando basear-se na tradição marxista, em um arco que vai de Marx a Agnes Heller, passando por Lenin e Lukács, Coutinho defende que, apesar de certas liberdades democráticas serem fruto das lutas (particularmente as populares)<sup>96</sup> que levaram às rupturas de ordem política necessárias à consolidação e reprodução do capitalismo, tais liberdades não perdem sua validade com o fim desse modo de produção. Nesse passo, o filósofo baiano diz basear-se no “alcance metodológico geral” da “observação de Marx segundo a qual a arte de Homero não perde sua validade universal – inclusive sua função de modelo – com o desaparecimento da sociedade grega primitiva que constitui o pressuposto necessário de sua gênese histórica”.<sup>97</sup>

Desse modo, ao negar uma “identidade mecânica entre *gênese* e *validade*”, o autor não se limita a defender a democracia enquanto elemento *útil* às forças do progresso no interior das sociedades capitalistas, mas também considera necessário “afirmar claramente que, tanto na fase de transição quanto no socialismo plenamente realizado, continuarão a ocorrer situações que só a

---

<sup>95</sup> Cf. C. N. COUTINHO, “Exposição” [Questões teóricas e políticas], in: Marco Aurélio GARCIA, *As esquerdas e a democracia*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986, p. 61.

<sup>96</sup> Um dos argumentos de Coutinho para negar a identificação entre democracia e domínio burguês consiste na afirmação de que as liberdades democráticas são fruto da luta da classe operária. Críticas a essa posição podem ser encontradas em Décio SAES, “A democracia burguesa e a luta proletária”, *Teoria & política*, n. 2, São Paulo, Brasil debates, 1980, pp. 55-77, e também em Osvaldo COGGIOLA, *Engels: o segundo violino*, São Paulo, Xamã, 1995, pp. 39 *et seq.*

<sup>97</sup> C. N. COUTINHO, “A democracia como valor universal”, in: \_\_\_\_\_, *A democracia como valor universal e outros ensaios*, Rio de Janeiro, Salamandra, 1984, p. 22. Há que se observar, no entanto, que Coutinho deturpa o texto de Marx que lhe serve de base. O sentido original desse último é o de afirmar o vínculo genético entre a arte grega e a sociedade primitiva em que foi concebida. O único “valor universal” que o texto pode sugerir é o do “prazer estético” que essa arte ainda proporciona, o qual se deve justamente ao fato de aquela sociedade não mais existir. Por isso Marx diz que, se a arte grega guarda, sob certos aspectos, algum valor enquanto “norma e modelo”, esses nos são “inacessíveis”. Karl MARX, “Para a crítica da economia política”, in: *Os pensadores XXXV*, São Paulo, Abril Cultural, 1974, pp. 130-131. A impropriedade da analogia entre a arte de Homero e a democracia política na argumentação de Coutinho foi exposta por vários de seus críticos, entre eles: F. T. MAGANE, *Crítica ontológica à teoria da democracia como valor universal de Carlos Nelson Coutinho*, São Paulo, PUC, 2007, p. 68; J. Q. de MORAES, “A universalidade da democracia: esperanças e ilusões”, *Ensaio – Ad hominem*, tomo I – marxismo, São Paulo, Estudos e edições Ad hominem, 1999, pp. 161-162 e *idem*, “Contra a canonização da democracia”, *Crítica marxista*, nº 12, São Paulo, Boitempo editorial, 2001, pp. 23-25; M. NAVES, “Contribuição ao debate sobre a democracia”, *Temas de ciências humanas*, nº 10, São Paulo, Ciências humanas, 1981, pp. 113-116; Otávio RODRIGUES, *Contra o revisionismo*, [s. l., s. n.], 1979, pp. 15-21.

democracia política será capaz de resolver no sentido mais favorável à explicitação do gênero humano”.<sup>98</sup>

Certamente, a urgência da questão da democracia diante de um regime ditatorial e a novidade e contradição da tese eurocomunista em relação às posições dominantes no PCB contribuíram em muito para o alarido em torno do ensaio de Coutinho. De modo sistemático e tópico, imediato e tardio, nos cenários partidário e acadêmico, com contendores de esquerda e de direita, em tons convergentes e divergentes, o debate acerca das ideias defendidas no famoso texto foi intenso. Há que se observar, no entanto, que, tanto na época de lançamento do debatido ensaio como depois, apenas uma das novidades do pensamento coutiniano foi alvo de discussão: justamente as mais cintilantes proposições políticas. Passaram quase despercebidas as engrenagens basilares da nova posição política de Coutinho.

Tentaremos evidenciar qual é a base sobre a qual são pensadas e apresentadas ao público nacional as teses eurocomunistas. Fá-lo-emos por meio do acompanhamento de textos que, embora escritos, em alguns casos, após as três edições de *A democracia como valor universal* (1979, 1980 e 1984), explicitam com particular clareza os novos vigamentos teóricos do autor, adotados a partir de sua experiência europeia.

Se o ponto de partida para a conversão do jovem baiano em comunista havia sido, em especial, a leitura do *Manifesto do partido comunista*, é com a afirmação do caráter anacrônico da obra de Marx e Engels concebida no mesmo período daquela, bem como da tradição científica e política a ela mais afeita, que se torna particularmente claro o formato da fase gramsciana do pensamento de Coutinho. De acordo com o autor, há na caracterização marx-engelsiana da natureza do Estado e do processo de transição para o socialismo elaborada entre 1848 e 1850 limites histórico-ontológicos: tratar-se-ia de uma “teoria ‘restrita’ do Estado” e de uma “concepção ‘explosiva’ da revolução”. Em 1845, em *A ideologia alemã*, Marx e Engels já teriam percebido, além da natureza de classe do Estado moderno, o modo pelo qual esse último se realiza: “ele *despolitiza a sociedade*, apropriando-se de modo monopolista de todas as decisões

---

<sup>98</sup> C. N. COUTINHO, “A democracia como valor universal”, in: \_\_\_\_\_, *A democracia como valor universal e outros ensaios*, Rio de Janeiro, Salamandra, 1984, p. 24.

atinentes ao que é comum (ou universal)”.<sup>99</sup> Nesse mesmo sentido, os autores alemães, já no *Manifesto*, “ao falarem em ‘poder organizado para a opressão’ e ao insistirem na natureza burocrática do pessoal de Estado, indicam que a materialidade institucional do Estado se limita – ou se expressa preponderantemente – nos aparelhos repressivos e burocrático-executivos”. Sintetizando sua tese, Coutinho aponta para o núcleo da “concepção ‘restrita’ do Estado”: “esse seria a expressão direta e imediata do domínio de classe (‘comitê executivo’), exercido através da coerção (‘poder de opressão’)”.<sup>100</sup>

Coutinho aponta ainda para outro elemento convergente com essa concepção “restrita”, a saber, a tese de que a dinâmica da acumulação capitalista imporia uma pauperização absoluta ao proletariado (uma posição que Marx abandonaria em sua obra madura, quando desenvolve a teoria da mais-valia relativa). Incapaz de manter seu escravo, a burguesia seria obrigada a recorrer à coerção para contê-lo, conferindo à luta de classes um caráter de guerra civil mais ou menos oculta, tendente a uma resolução rápida e violenta. Desse modo, opera-se uma articulação necessária entre a referida concepção restrita do Estado e uma teoria explosiva da revolução. Nas palavras de Coutinho:

De duas premissas – (a) o Estado como “comitê da burguesia” monopoliza toda a esfera legal da política e (b) as leis da acumulação capitalista não permitem nenhuma concessão aos interesses da classe proletária no interior da atual sociedade –, segue-se uma conclusão: já que a forma política da luta de classe é a guerra civil, a transição ao socialismo implica uma explosão insurrecional e uma ruptura súbita e violenta com a ordem burguesa.<sup>101</sup>

Analisando escritos de Marx e Engels posteriores ao *Manifesto*, a saber, uma série de artigos da *Nova gazeta renana* intitulados *A crise e a contra-revolução* e também a *Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas* (1850), Coutinho observa que suas formulações sobre a revolução proletária são concretizadas, com a emergência das noções de “duplo poder” e de “revolução permanente”. Não obstante, também nesses desenvolvimentos Coutinho visualiza

<sup>99</sup> C. N. COUTINHO, “A dualidade de poderes: estado e revolução no pensamento marxista”, in: \_\_\_\_\_, *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*, São Paulo, Cortez, 1994, p. 20.

<sup>100</sup> *Ibid.*, p. 20.

<sup>101</sup> *Ibid.*, p. 21. Coutinho chega a creditar aos autores alemães uma concepção blanquista: “Por volta de 1848, Marx e Engels concebiam a transição para o socialismo – e, consequentemente, figuravam a esfera do político – de modo essencialmente similar ao de Blanqui: a conquista do poder resultaria de uma insurreição proletária dirigida por uma vanguarda conspirativa de tipo jacobino, por uma minoria organizada clandestinamente”. C. N. COUTINHO, “Sobre a ‘questão democrática’ em Marx e em alguns marxistas”, in: \_\_\_\_\_, *A democracia como valor universal e outros ensaios*, Rio de Janeiro, Salamandra, 1984, p. 59.

elementos da concepção restrita de Estado e da teoria explosiva da revolução que havia diagnosticado no *Manifesto*.<sup>102</sup>

O panorama só sofre alterações quando entra em cena o “último Engels”. Coutinho vê na famosa *Introdução* (1895) de Engels à reedição de *As lutas de classe na França*, obra escrita por Marx em 1850, elementos de uma concepção “processual” da revolução, a qual é concebida como um processo “que implica um ‘trabalho longo e perseverante’ no quadro das instituições e que só justifica a violência como resposta à violência (à quebra da legalidade) desencadeada pela própria classe dominante”.<sup>103</sup> Essa nova concepção articula-se, em Engels, com uma nova formulação do conceito de Estado. Para Coutinho: Engels “vê agora que a dominação de classe não se manifesta apenas através da coerção (como ‘poder opressivo’), mas resulta também de mecanismos de legitimação que asseguram o consenso dos governados (ou seja, resulta também de um ‘pacto’ ou ‘contrato’).”<sup>104</sup> Se a revolução adquire um caráter processual, o Estado é entendido não mais como “comitê das classes dominantes”, mas sim como “*fruto de um contrato*”. Para o filósofo baiano, ainda que Engels tenha atinado para a dimensão “consensual” ou “contratualista” de modo embrionário e parcial, ele é “o primeiro marxista a empreender o processo de ‘ampliação’ da teoria do Estado”.<sup>105</sup>

A sorte da teoria do Estado e da revolução não teria sido melhor nas versões de Lenin e de Trotsky. De acordo com Coutinho, ao tratar da questão da “dualidade de poderes”, a qual emergiu em seus escritos com a eclosão da revolução russa de 1917, Lenin concebe “o Estado do

---

<sup>102</sup> Cf. C. N. COUTINHO, “A dualidade de poderes: estado e revolução no pensamento marxista”, in: \_\_\_\_\_, *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*, São Paulo, Cortez, 1994, p. 22-24. Coutinho afirma que, em *O 18 brumário* (1851), Marx expõe uma definição de Estado mais concreta, frente a qual a contida no Manifesto, ou seja, a ideia do Estado como comitê executivo da burguesia, aparece como simplista. Embora observe no texto de 1851 uma análise que explicita uma estrutura de classes mais complexa e, consequentemente, uma forma de Estado mais concreta (bonapartista), Coutinho não a toma como referencial. Cabe assinalar ainda que, ao contrário do que parece supor o filósofo baiano, não há contraposição entre os textos em questão. As posições de Marx em *O 18 brumário* concretizam os princípios abstratos presentes no Manifesto, sem que se constituam desvios ou rupturas. A autonomia relativa do Estado bonapartista, exatamente por ser relativa, não desmente o caráter de classe do Estado em geral. Do mesmo modo, a percepção das diversas estratificações sociais não anula o fato de que as classes *essenciais* da sociedade capitalista são a burguesia e o proletariado. Paradoxalmente, o próprio Coutinho chama a atenção para essa concreção, operada nos planos analítico e histórico-ontológico. Cf. C. N. COUTINHO, “O lugar do Manifesto na evolução da teoria política marxista”, in: D. A. REIS FILHO (org.), *O manifesto comunista 150 anos depois*, Rio de Janeiro, Contraponto, São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998, pp. 43-66.

<sup>103</sup> C. N. COUTINHO, “A dualidade de poderes: estado e revolução no pensamento marxista”, in: \_\_\_\_\_, *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*, São Paulo, Cortez, 1994, p. 27.

<sup>104</sup> *Ibid.*, p. 27.

<sup>105</sup> *Ibid.*, p. 28.



mesmo modo ‘restrito’ como Marx e Engels o haviam feito em 1848-1850” e aceita “a maneira ‘explosiva’ como eles formularam a noção de revolução”.<sup>106</sup> A razão dessa fidelidade residiria na homologia entre o quadro de atraso histórico da Rússia e o Estado “restrito” e a revolução “explosiva” teorizados por Marx e Engels em 1848-1850. Já em relação a Trotsky, haveria um esboço de ampliação da teoria do Estado e da revolução, pois ele “já percebe que a correlação das forças sociais em luta tem uma influência, ainda que relativa, na política executada pelo Estado”, assim como se dá conta de “que, já antes da tomada do poder, começa a ocorrer uma infiltração molecular da classe revolucionária no seio dos aparelhos de Estado, determinando os germes de um *processo* de dualidade de poderes”.<sup>107</sup> No entanto, no final das contas, Trotsky “não só retoma, no essencial, uma concepção ‘restrita’ do Estado, mas sobretudo subsume a problemática do duplo poder a uma teoria ‘explosiva’ da revolução”.<sup>108</sup>

Novos avanços seriam alcançados pela corrente austromarxista, com as críticas de Rosa Luxemburg e Max Adler à tentativa de generalização das características da Revolução de 1917, bem como com a análise da revolução austríaca de 1918, realizada por Otto Bauer. De acordo com Coutinho, essas contribuições convergem no sentido de uma ampliação do conceito marxista de Estado. No entanto, elas “não se fizeram acompanhar, na teoria e na prática dos austromarxistas, por uma renovação substancial da concepção da revolução socialista”.<sup>109</sup> Esse limite se refere à impossibilidade austromarxista de conceber uma superação tanto das posições reformistas da social-democracia quanto do bolchevismo. Nesse momento, o filósofo baiano passa a expor o que chama de “o ponto de inflexão” na evolução das teorias marxistas acerca do Estado e da revolução. Trata-se do arcabouço teórico por meio do qual Coutinho caracteriza as teorias do Estado (restritas ou amplas) e a partir do qual, de modo mediado, define o caráter das concepções de revolução (explosivas ou processuais).

Na visão do filósofo baiano, é nos *Cadernos do cárcere*, do italiano Antonio Gramsci, que se encontra a formulação mais sistemática de uma “ampliação” da teoria do Estado.<sup>110</sup> Se a

<sup>106</sup> C. N. COUTINHO, “A dualidade de poderes: estado e revolução no pensamento marxista”, in: \_\_\_\_\_, *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*, São Paulo, Cortez, 1994, p. 30.

<sup>107</sup> *Ibid.*, pp. 37 e 38.

<sup>108</sup> *Ibid.*, p. 39.

<sup>109</sup> *Ibid.*, pp. 46-47.

<sup>110</sup> Não temos por objetivo a análise imanente das posições de Antonio Gramsci, apenas as abordaremos na medida em que Coutinho as mobiliza. Críticas ao pensamento gramsciano podem ser encontradas em Carlos Eduardo O.

“unilateralidade” da teoria “restrita” do Estado e da concepção “explosiva” da revolução é “histórico-ontológica” e não um mero equívoco de “natureza gnosiológica”, isto é, se essas teorias realmente correspondiam à natureza do Estado nos períodos, países e situações analisados por Marx, Engels e Lenin, Gramsci, vivendo em um período no qual já havia se processado uma ampliação efetiva da esfera estatal,<sup>111</sup> pôde refleti-las em seus *Cadernos*, ampliando a teoria marxista do Estado. Para Coutinho, essa ampliação constitui uma resposta a um processo de “socialização da política”, a uma “crescente participação das massas na vida política”<sup>112</sup>, um processo “que resultou, entre outras coisas, da conquista do sufrágio universal, da criação de grandes partidos políticos de massa, da ação efetiva de numerosos e potentes sindicatos profissionais e de classe”.<sup>113</sup>

Na concepção gramsciana, o Estado compõe-se de duas esferas distintas: a “sociedade política” e a “sociedade civil”. A primeira refere-se ao momento focado nas obras de Marx, Engels e Lenin, ou seja, trata-se “dos aparelhos coercitivos do Estado, encarnados nos grupos burocrático-executivos ligados às forças armadas e policiais e à imposição das leis”. No entanto, a novidade ou ampliação na teoria gramsciana do Estado reside em sua definição de “sociedade civil”. Após observar que na tradição marxista anterior a expressão referia-se ao “conjunto das relações econômicas capitalistas”, também chamadas de “base material” ou de “infraestrutura”, Coutinho adverte que

Em Gramsci, o termo “sociedade civil” designa, ao contrário, um momento ou uma esfera da “superestrutura”. Designa, mais precisamente, o conjunto das instituições responsáveis pela representação dos interesses de diferentes grupos sociais, bem como pela elaboração e/ou difusão de valores simbólicos e de ideologias; ela compreende assim o sistema escolar, as Igrejas, os partidos

---

BERRIEL, “Gramsci e eles”, *Nova escrita/ensaio*, n. 9, ano IV, São Paulo, Editora e livraria escrita, 1982, pp. 83-95, e Perry ANDERSON, “As antinomias de Gramsci”, in: \_\_\_\_\_, *Afinidades seletivas*, São Paulo, Boitempo editorial, 2002, pp. 15-100.

<sup>111</sup> De acordo com Coutinho, essa ampliação efetiva ocorreu “no último terço do século XIX”. C. N. COUTINHO, “A dualidade de poderes: estado e revolução no pensamento marxista”, in: \_\_\_\_\_, *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*, São Paulo, Cortez, 1994, p. 28.

<sup>112</sup> C. N. COUTINHO, “Sobre a ‘questão democrática’ em Marx e em alguns marxistas”, in: \_\_\_\_\_, *A democracia como valor universal e outros ensaios*, Rio de Janeiro, Salamandra, 1984, p. 54.

<sup>113</sup> C. N. COUTINHO, “A dualidade de poderes: estado e revolução no pensamento marxista”, in: \_\_\_\_\_, *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*, São Paulo, Cortez, 1994, p. 52. A raiz desse processo residiria na própria dinâmica material do capitalismo, no fato de ela agrupar massas humanas e aumentar a produtividade do trabalho social, de modo a engrossar as fileiras dos que defendem seus interesses específicos e de fornecer o tempo necessário para a organização popular. Cf. C. N. COUTINHO, “A democracia como valor universal”, in: \_\_\_\_\_, *A democracia como valor universal e outros ensaios*, Rio de Janeiro, Salamandra, 1984, p. 27.

políticos, as organizações profissionais, os meios de comunicação, as instituições de caráter científico e artístico etc.<sup>114</sup>

A distinção das esferas integrantes do “Estado em sentido amplo” baseia-se na função e na materialidade própria de cada uma. Ainda que ambas tenham por núcleo comum a meta de promover a conservação ou a transformação de uma dada formação econômico-social, o modo de execução desse objetivo varia em cada domínio. Na “sociedade política”, ou “Estado em sentido estrito”, composta pelos “aparelhos coercitivos de Estado”, temos “uma ‘ditadura’, ou, mais precisamente, uma *dominação* fundada na *coerção*”. Já na “sociedade civil”, cujos portadores são os “aparelhos ‘privados’ de hegemonia”, “as classes buscam exercer sua *hegemonia*, ou seja, buscam ganhar aliados para os seus projetos através da *direção* e do *consenso*”.<sup>115</sup> Desse modo, além da dimensão coercitiva analisada pelos clássicos do marxismo, a prevalência de uma dada classe social envolve também um momento consensual, ou, nos termos de Coutinho, “voluntário ou ‘contratual’”. Buscando ressaltar a unidade da configuração estatal descrita, Coutinho cita Gramsci:

A *supremacia* de um grupo social se manifesta de duas maneiras: como “dominação” e “como direção intelectual e moral”. Um grupo social é dominante dos adversários que tende a “liquidar” ou a submeter também mediante a força armada; e é dirigente dos grupos afins ou aliados.<sup>116</sup>

A nova teoria do Estado de Gramsci implica também, como observa Coutinho, uma nova concepção da revolução. Um grau elevado de desenvolvimento da “sociedade civil” significa uma diferença estrutural entre o que Gramsci chama de “Oriente” e “Ocidente”. De acordo com o pensador sardo, “no Oriente o Estado era tudo e a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, entre Estado e sociedade civil havia uma relação equilibrada: a um abalo do Estado, imediatamente se percebia uma robusta estrutura da sociedade civil”.<sup>117</sup> Dessa distinção são derivadas diferentes estratégias de luta. Nas palavras de Coutinho,

Em formações sociais onde não se desenvolveu uma sociedade civil forte e autônoma, onde a esfera do ideológico se manteve umbilicalmente ligada e

<sup>114</sup> C. N. COUTINHO, “A dualidade de poderes: estado e revolução no pensamento marxista”, in: \_\_\_\_\_, *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*, São Paulo, Cortez, 1994, pp. 53-54.

<sup>115</sup> *Ibid.*, p. 54.

<sup>116</sup> A. GRAMSCI apud C. N. COUTINHO, “A dualidade de poderes: estado e revolução no pensamento marxista”, in: \_\_\_\_\_, *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*, São Paulo, Cortez, 1994, p. 57.

<sup>117</sup> A. GRAMSCI apud C. N. COUTINHO, “A dualidade de poderes: estado e revolução no pensamento marxista”, in: \_\_\_\_\_, *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*, São Paulo, Cortez, 1994, p. 58.

dependente da “sociedade política” (ou seja, monopolizada por ela) [...], a luta de classe trava-se, predominante ou mesmo exclusivamente, tendo em vista a conquista e conservação do Estado em sentido estrito [...]<sup>118</sup>

Aqui a luta de classes se desenvolve no sentido da “guerra de movimento”, de um “choque frontal”, “explosivo e concentrado no tempo”. Já nas sociedades ocidentais, diante de uma relação equilibrada entre Estado e sociedade civil,

[...] a luta de classe tem como terreno prévio e decisivo os aparelhos “privados” de hegemonia, na medida em que essa luta visa à obtenção da direção político-ideológica e do consenso (ou, em outras palavras, à formação do que Gramsci chama também de “vontade coletiva nacional-popular”, enquanto expressão de um novo bloco histórico pluriclassista).<sup>119</sup>

Nos casos em que o Estado se ampliou, portanto, a luta deve seguir uma estratégia de “guerra de posição”, um processo de conquistas no âmbito da sociedade civil. Condição de sucesso, neste caso, é que, antes da conquista do poder no Estado, isto é, antes de ser classe dominante, uma classe deve ser já hegemônica, ou seja, deve primeiro conquistar o consenso e ser dirigente na esfera da sociedade civil.

De toda essa revisão teórica, o importante a reter, de acordo com os objetivos deste trabalho, é a utilização coutiniana do conceito de “sociedade civil” em sua acepção gramsciana. Praticamente ausente na produção da primeira fase, esse conceito constitui a base e o fio condutor da obra que Coutinho elabora a partir de sua experiência europeia.<sup>120</sup> A fim de dimensionarmos a magnitude da ruptura provocada pelo emprego da noção gramsciana, basta observarmos como Coutinho vê a crítica lukacsiana ao eclipse do princípio da totalidade no âmbito das ciências sociais particulares. Na concepção de Lukács, a fragmentação das ciências constitui um produto típico do período de decadência da burguesia. Quando essa última vê consolidada sua condição de classe dominante, busca afastar-se de uma visão da totalidade do real, a qual poderia revelar o

<sup>118</sup> C. N. COUTINHO, “A dualidade de poderes: estado e revolução no pensamento marxista”, in: \_\_\_\_\_, *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*, São Paulo, Cortez, 1994, p. 57.

<sup>119</sup> *Ibid.*, p. 58.

<sup>120</sup> Coutinho se vale pela primeira vez do conceito gramsciano de “sociedade civil” ainda na primeira fase de seu pensamento. No entanto, nesse período, sua utilização carece de maiores consequências no plano analítico. Seu politicismo só se tornaria explícito mais tarde, ou seja, na *Democracia como valor universal*, de 1979. Sobre a utilização precoce da “sociedade civil” gramsciana, cf. C. N. COUTINHO, “Kafka: pressupostos históricos e reposição estética”, *Temas*, nº 2, São Paulo, Grijalbo, 1977, pp. 25, 36-37. Esse artigo foi escrito em 1970 e revisto em 1976. Ver ainda, *idem*, “Cultura brasileira: um intimismo deslocado, à sombra do poder?”, *Cadernos de debate*, São Paulo, n. 1, 1976, pp. 65-67, e *idem*, “Notas sobre a questão cultural no Brasil”, *Escrita ensaio*, São Paulo, n. 1, ano I, 1977, pp. 6-15.

caráter essencialmente contraditório do capitalismo. No entanto, de acordo com Coutinho, essa crítica não é de todo correta:

Na verdade, além de seu componente ideológico (no sentido do ocultamento do real), essa divisão científica do trabalho expressa também uma necessidade efetiva do próprio desenvolvimento do conhecimento: a sociedade capitalista, em seu processo evolutivo, foi se tornando de tal modo complexa que os seus vários níveis ganharam objetivamente uma autonomia e especificidade cada vez maiores, demandando assim o aprofundamento de abordagens setoriais.<sup>121</sup>

Mas é no exemplo arrolado para embasar sua tese que Coutinho chega ao ponto que nos interessa mais de perto:

E, já que vamos falar de Gramsci, cabe recordar que ele foi o primeiro a ressaltar [...] o fato de que o Estado capitalista se ampliou, de que as realidades do poder se difundiram pelo conjunto da sociedade, de modo a fazer com que surgisse até mesmo uma nova esfera do ser social, chamada por ele de “sociedade civil”<sup>122</sup>

A emergência dessa “nova esfera do ser social” é um fenômeno de tal amplitude que justifica, segundo Coutinho, a constituição de análises setoriais. Em seus termos, “tornam-se necessários também”, além de uma análise global do modo de produção, “estudos empíricos, ‘sociológicos’ ou ‘politológicos’, os quais, embora muitas vezes puramente descritivos, trazem à tona fatos imprescindíveis para uma adequada compreensão das novas determinações da totalidade social”.<sup>123</sup>

É interessante observar que a própria percepção da ampliação da esfera estatal nas sociedades de tipo ocidental parece resultar de um estudo convergente com os parâmetros das ciências sociais particulares. De acordo com o filósofo baiano, a ausência de estudos propriamente econômicos nos *Cadernos do cárcere* constituiria um “erro fecundo”: excluindo ou minimizando o peso da economia em seus estudos, Gramsci concentra-se no âmbito político-ideológico, o que lhe possibilitou a captação da distinção essencial entre “Oriente” e “Ocidente”, a saber, a constituição de uma sociedade civil consistente.<sup>124</sup>

<sup>121</sup> C. N. COUTINHO, “Gramsci, o marxismo e as ciências sociais”, in: \_\_\_\_\_, *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*, São Paulo, Cortez, 1994, p.97.

<sup>122</sup> *Ibid.*, p.97.

<sup>123</sup> *Ibid.*, p.98.

<sup>124</sup> Cf. C. N. COUTINHO, “Gramsci e nós”, in: \_\_\_\_\_, *A democracia como valor universal e outros ensaios*, Rio de Janeiro, Salamandra, 1984, pp. 72-73.

Não obstante, é no plano da concepção da política que a ruptura provocada pela constituição do âmbito próprio da luta consensual nos parece particularmente radical. O elemento “contratual” do Estado, ou seja, o momento da “hegemonia” sediado na esfera da sociedade civil representa, para Coutinho, um fruto do diálogo de Gramsci não apenas com a tradição marxista, mas também com “grandes nomes da filosofia política moderna, em particular com Rousseau e com Hegel”. A conclusão do filósofo baiano, a esse respeito, é a de que

[...] Gramsci, por um lado, recolhe de Hegel a ideia de que as vontades são concretamente determinadas já no nível dos interesses materiais ou econômicos; elas experimentam, ademais, um processo de universalização – de “associacionismo” –, que leva à formação de sujeitos coletivos (“corporações” em Hegel, “aparelhos de hegemonia” em Gramsci), movidos por uma vontade que se universaliza, que tende a superar os interesses meramente “econômico-corporativos” e a orientar-se no sentido da consciência “ético-política”. [...] Mas temos também, por outro lado, que Gramsci – ao definir como consensual a adesão a tais aparelhos de hegemonia e ao caracterizá-los, ao mesmo tempo como momentos do Estado “ampliado” – introduz uma clara dimensão *contratual* no coração da esfera pública, retomando desse modo uma ideia básica de Rousseau, que [...] havia sido rejeitada por Hegel.<sup>125</sup>

Desse modo, Gramsci pôde formular seu conceito de “Estado ético”, com o qual identifica a sociedade comunista, como produto potencial da união consensual dos interesses particulares no sentido de uma vontade coletiva. O diálogo de Gramsci com Hegel e Rousseau teria possibilitado então o resgate de “uma dimensão fundamental do enfoque histórico-materialista da práxis política, nem sempre explicitada por Marx e Engels, ou seja, a compreensão da política como esfera privilegiada de uma possível interação consensual intersubjetiva”.<sup>126</sup> Trata-se aqui de um momento cujas potencialidades apenas se explicitariam de modo pleno no comunismo, mas que se manifestam já no capitalismo. Nos termos de Coutinho:

Decerto, para Gramsci, a realização da dimensão contratual da política só se realizará plenamente no que ele chama de “sociedade regulada” (ou comunista), isto é, quando for definitivamente superada a divisão da sociedade em classes sociais antagônicas; contudo, já que ele defende a estratégia da “guerra de posições” na luta pelo socialismo, o que implica uma conquista *progressiva* de espaços, é possível dizer que o processo de ampliação das esferas consensuais já tem lugar mesmo antes do pleno estabelecimento da “sociedade regulada”,

<sup>125</sup> C. N. COUTINHO, “Vontade geral e democracia em Rousseau, Hegel e Gramsci”, in: \_\_\_\_\_, *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*, *op. cit.*, p. 138.

<sup>126</sup> C. N. COUTINHO, “Socialismo e democracia: a atualidade de Gramsci”, in: Alberto AGGIO (org.), *Gramsci: a vitalidade de um pensamento*, São Paulo, Editora da UNESP, 1998, pp. 30-31.

sendo precisamente por meio desse processo que vai se concretizando a construção de uma nova hegemonia.<sup>127</sup>

A própria possibilidade da “sociedade regulada” baseia-se no fato de que “existem amplas esferas sociais – e, em particular, a esfera da política e das relações de poder – que *podem* cada vez mais resultar de um contrato, ou seja, da ação intersubjetiva de homens conscientes e livres”.<sup>128</sup> Temos aqui, e esse é o ponto a destacar, uma identificação da política como positividade, isto é, como um predicado ineliminável do ser social. Tal entendimento se torna mais nítido quando Coutinho expõe, incorporando, as acepções gramscianas do conceito de política. Em seu sentido “amplo”, como “catarse”,

[...] o político identifica-se praticamente com liberdade, com universalidade, com toda forma de práxis que supera a mera recepção passiva ou a manipulação de dados imediatos (passividade e manipulação que caracterizam boa parte da práxis técnico-econômica e da práxis cotidiana em geral) e se orienta conscientemente para a totalidade das relações subjetivas e objetivas.<sup>129</sup>

Trata-se aqui da “passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-passional) para o momento ético-político”, a qual possibilita a formação de uma vontade coletiva e, conseqüentemente, a conquista da hegemonia na sociedade, processo que Coutinho entende como um “salto entre o determinismo econômico e a liberdade política”. Enquanto tal, isto é, como “‘catarse’, a política pode ser considerada um momento ineliminável da estrutura ontológica do ser social”. No entanto, mesmo quando entendida em seu sentido “restrito”, a saber, “como o conjunto de práticas e de objetivações que se referem diretamente ao Estado, às relações de poder entre governantes e governados”, Coutinho conclui que a política só pode ser “superada dialeticamente, ou seja, conservada/eliminada/elevada a nível superior na sociedade comunista, na sociedade ‘regulada’”.<sup>130</sup>

O sentido concreto do momento de conservação da política, em seu sentido “amplo”, torna-se mais claro quando o filósofo baiano, sempre baseado em Gramsci, interpreta a teoria marxista da “extinção do Estado”:

<sup>127</sup> *Ibid.*, pp. 35-36.

<sup>128</sup> C. N. COUTINHO, “Vontade geral e democracia em Rousseau, Hegel e Gramsci”, in: \_\_\_\_\_, *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*, São Paulo, Cortez, 1994, p. 141.

<sup>129</sup> C. N. COUTINHO, *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*, Rio de Janeiro, Campus, 1989, p. 53.

<sup>130</sup> *Ibid.*, pp. 54-55.

Para Gramsci, essa extinção significa o desaparecimento progressivo dos mecanismos de coerção, ou seja, “a reabsorção da sociedade política na sociedade civil”. As funções sociais da *dominação* e da *coerção* – à medida que se avança na construção econômica do socialismo – cedem progressivamente espaço à *hegemonia* e ao *consenso*.<sup>131</sup>

Desse modo, a extinção refere-se apenas aos aparatos coercitivos (sociedade política), com a conservação e fortalecimento da sociedade civil, a esfera da hegemonia e do consenso. Com isso, “o fim do Estado não implica nele [Gramsci] a ideia – generosa, mas utópica – de uma sociedade sem governo”.<sup>132</sup> No mesmo sentido, o autor observa que, hoje, a destruição da máquina estatal assume a seguinte conotação concreta: “a de que a democracia socialista pressupõe, por um lado, a *criação* de novos institutos políticos que não existem, ou existem apenas embrionariamente, na democracia liberal clássica; e, por outro, a *mudança de função* de alguns velhos institutos liberais”.<sup>133</sup> Essa mudança de função teria sido evidenciada por Marx no caso da Comuna de Paris (1871). A conservação do sufrágio universal nesse episódio comprovaria o princípio de sua validade universal. Cabe observar, no entanto, que Marx não concebe a Comuna como o comunismo plenamente realizado, mas sim como “*a forma política da emancipação social*”, como movimento que “*inaugura a emancipação do trabalho*”. Para o pensador alemão, a Comuna consiste nos “meios organizados de ação” e não no processo de “regeneração geral do gênero humano”, ou ainda, possibilita o meio em que a luta de classes pode atravessar suas diversas fases de modo mais racional e humano, mas não abole sua vigência. A organização política é aí de ordem transitória, suprimível com o atendimento da necessidade de emancipação do trabalho. Em suma, a Comuna apenas *inicia* a obra de construção do comunismo, cuja sequência de desenvolvimento é de ordem social.<sup>134</sup>

<sup>131</sup> C. N. COUTINHO, *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*, Rio de Janeiro, Campus, 1989, p. 83.

<sup>132</sup> *Ibid.*, p. 85. Acréscimo nosso. A relativização da teoria marxiana do fim do Estado alcança o ápice quando Coutinho, em entrevista, faz um balanço de seu significado: “acho que essa ideia de que o Estado vai se extinguir levou a que não se discutisse qual é a forma do Estado no socialismo. Então, acho que a ideia do desaparecimento do Estado deve ser entendida apenas como uma ideia reguladora, no sentido kantiano, como o empenho para que haja cada vez menos Estado, mas sem que ele desapareça completamente”. C. N. COUTINHO, “Carlos Nelson Coutinho”, in: Marcos NOBRE e José Márcio REGO, *Conversas com filósofos brasileiros*, São Paulo, Editora 34, 2000, p. 393.

<sup>133</sup> C. N. COUTINHO, “A democracia como valor universal”, in: \_\_\_\_\_, *A democracia como valor universal e outros ensaios*, Rio de Janeiro, Salamandra, 1984, pp. 25-26.

<sup>134</sup> Cf. K. MARX, *A guerra civil na França*, São Paulo, Boitempo editorial, 2011, pp. 125-132.



É no interior dessa mesma determinação positiva da política, mas agora em relação ao seu significado “restrito”, que Coutinho mobiliza as teses eurocomunistas.<sup>135</sup> São utilizadas para suprir o que o filósofo entende serem lacunas no pensamento de Gramsci. De Palmiro Togliatti, Coutinho extrai a noção de “democracia progressiva”, acabamento institucional da “guerra de posição” gramsciana. De acordo com o ensaísta baiano:

[...] trata-se de um regime democrático que – combinando as instituições representativas tradicionais com novos organismos de democracia direta – se orienta gradualmente no sentido da hegemonia das massas trabalhadoras, da superação do capitalismo mediante profundas reformas de estrutura.<sup>136</sup>

Já de Pietro Ingrao, Coutinho se vale do conceito convergente de “democracia de massas”, o qual concretiza teoricamente a “hegemonia” gramsciana ao articulá-la com uma dimensão inexplorada pelo pensador sardo, a saber, o “pluralismo” dos sujeitos coletivos da sociedade civil. Mediante o mesmo esquema institucional de Togliatti, democracia representativa + organismos de democracia direta, Ingrao pretende sintetizar a afirmação de uma vontade coletiva, à la Gramsci, com o respeito às diversidades. Assim, segundo Coutinho, com a “ideia de hegemonia no pluralismo” “a proposta socialista democrática resgata não só a tradição democrática moderna [...], mas também o que de melhor a tradição liberal produziu, liberando o liberalismo – me permitam o trocadilho – de seu vínculo genético com o capitalismo”.<sup>137</sup> O acabamento se dá, no entanto, com a eliminação de “resíduos ainda não superados de uma teoria ‘explosiva’ da revolução” no pensamento gramsciano. Nas palavras de Coutinho,

Em Gramsci, há a ideia de que a guerra de posição, a batalha pela hegemonia, se trava no interior da sociedade civil, dos aparelhos privados de hegemonia. [...] Gramsci, em última instância, ainda me parece preso a uma concepção do tipo “tudo bem, é preciso conquistar espaços na sociedade civil, obter uma hegemonia prévia, mas há um certo momento em que inevitavelmente ocorrerá um choque frontal entre o bloco das forças subalternas, já hegemônico, e o Estado-coerção”.<sup>138</sup>

<sup>135</sup> As teses do eurocomunismo não constituem objeto deste trabalho e apenas aparecem aqui na medida em que são mobilizadas por Coutinho. Para uma crítica sistemática delas, ver Ernest MANDEL, *Crítica do eurocomunismo*, Lisboa, Antídoto, 1978.

<sup>136</sup> C. N. COUTINHO, “Sobre a ‘questão democrática’ em Marx e em alguns marxistas”, in: \_\_\_\_\_, *A democracia como valor universal e outros ensaios*, Rio de Janeiro, Salamandra, 1984, p. 67.

<sup>137</sup> C. N. COUTINHO, “Pluralismo: dimensões teóricas e políticas”, *Cadernos ABESS*, n. 4, São Paulo, Cortez, 1991, p. 11.

<sup>138</sup> C. N. COUTINHO, “Exposição” [questões teóricas e políticas], in: Marco Aurélio GARCIA, *As esquerdas e a democracia*, Rio de Janeiro, Paz e terra, 1986, p. 63.

A superação desses resíduos é realizada mediante o recurso aos últimos trabalhos de Nicos Poulantzas, um autor que “fala explicitamente numa luta ‘processual’ a ser travada também no próprio interior dos aparelhos estatais em sentido restrito, ou seja, no que Gramsci chamou de ‘sociedade política’”.<sup>139</sup>

A conclusão a se extrair dessa somatória é a seguinte: não apenas a sociedade civil, no sentido gramsciano, é considerada momento ineliminável na sociedade comunista, mas também algumas regras institucionais da tradição liberal, tais como a divisão de poderes e a alternância do poder.<sup>140</sup> Complementando o pensamento gramsciano nos planos institucional, teórico e estratégico com as contribuições do eurocomunismo, Coutinho concebe “a democracia como regime que avança”, isto é, não apenas enquanto esfera de “regulamentação dos conflitos”, mas também como sua solução progressiva.<sup>141</sup> Trata-se, em suma, do mote de toda a segunda fase do pensamento coutiniano, a saber, da democracia como valor universal.

Temos assim que, afirmando a permanência da esfera da disputa pela hegemonia e pelo consenso (sindicatos, partidos etc.), bem como de seus mecanismos formais (“regras de jogo”), Coutinho vincula-se ao que o filósofo paulista José Chasin chamou de “determinação ontopositiva da politicidade”. Para Chasin, essa constitui uma “linha de pensamento – clássica e de origem tão remota quanto a própria filosofia – que identifica na política e no estado a própria realização do humano e de sua racionalidade”. Nessa vertente, a politicidade emerge “como atributo perene, positivamente indissociável da autêntica entificação humana, portanto constitutiva do gênero, de sorte que orgânica e essencial em todas as suas atualizações”.<sup>142</sup> Em

<sup>139</sup> C. N. COUTINHO, “A dualidade de poderes: estado e revolução no pensamento marxista”, in: \_\_\_\_\_, *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*, São Paulo, Cortez, 1994, p. 66.

<sup>140</sup> Cf. C. N. COUTINHO, “Exposição” [Questões teóricas e políticas], in: M. A. GARCIA (org.), *As esquerdas e a democracia*, Rio de Janeiro, Paz e terra, 1986, pp. 98-99 e também, C. N. COUTINHO, *Democracia e socialismo: questões de princípio & contexto brasileiro*, São Paulo, Autores associados, Cortez, 1992, pp. 34-35. Em entrevista, Coutinho chega mesmo a dizer que: “Devemos herdar do liberalismo a divisão entre público e privado. No socialismo, mesmo com um poder já inteiramente democratizado, deve haver uma limitação do poder da comunidade, que deve respeitar os limites da autonomia individual naquilo que não disser respeito ao interesse comum. [...] Devemos herdar também o princípio da rotatividade no poder: o socialismo, tal como eu o imagino, deverá ter eleições periódicas e, portanto, poderá mudar o grupo político que exerce o poder. Deverá também recolher o princípio da tolerância, mas com a convicção de que não podemos tolerar o intolerante, de que há ideias que violam a própria ideia de tolerância”. C. N. COUTINHO, “Entrevista: Carlos Nelson Coutinho”, *Teoria e debate*, n. 51, S. 1., Perseu Abramo, 2002, s/p.

<sup>141</sup> C. N. COUTINHO, “A democracia como regime que avança”, *Isto é*, [S. l., s. n.], 21.01.1981, p. 45.

<sup>142</sup> José Chasin, “Marx - A determinação ontonegativa da politicidade”, *Ensaio Ad hominem I*, tomo III – política, São Paulo, Estudos e edições Ad hominem, 2000, p. 132.

suma, trata-se das “estruturas tradicionais da filosofia política”, no interior das quais o âmbito político é concebido enquanto esfera incancelável da autoidentificação do humano, e cuja perfectibilização equivaleria à desse último. Ainda que afirme a necessidade do fim dos mecanismos repressivos do Estado, é naquelas estruturas que o filósofo baiano acaba por incidir, isto é, aposta na perenidade do momento representativo dos interesses materiais divergentes e de certos mecanismos institucionais de sua afirmação, o que chega a contraditar com a tese do desaparecimento dos antagonismos de classe no socialismo, com a qual expressa concordância.<sup>143</sup>

A primeira, e talvez mais grave, consequência da concepção em questão é a desconsideração do conflito de classes. Embora ressalte, por mais de uma vez, que a ampliação da teoria marxista do Estado não oblitera a identificação do caráter de classe do Estado moderno, Coutinho acaba por não atentar para as implicações da luta de classes no âmbito político. Ao cancelar até mesmo as cautelas gramscianas quanto à questão,<sup>144</sup> identificando qualquer apelo à violência como “golpismo”, o ensaísta baiano não atina para os perigos de um abandono das liberdades democráticas institucionais por parte da burguesia em caso de uma ascensão proletária em termos de hegemonia. Ecoam aqui de modo estridente certas questões formuladas, ainda que em tonalidade concordante, ao eurocomunismo:

A dominação de classe da burguesia pode ser liquidada sem atos de força, sem confrontos?; a “guerra de posições”, sem a perspectiva clara de uma “guerra de movimento”, não ignora a dinâmica específica das instituições políticas vigentes sob a dominação de classe da burguesia?<sup>145</sup>

<sup>143</sup> A contradição entre a perenidade da política e a extinção das classes encontra a seguinte solução no pensamento de Coutinho: “O socialismo continua a gerar interesses e opiniões divergentes sobre inúmeras questões concretas; e isso porque – ao contrário do que afirma a concepção stalinista – o processo de extinção das classes faz certamente com que a sociedade *tenda* à unidade, mas não significa de modo algum a sua completa homogeneização”. Dessa pressuposição de interesses divergentes no socialismo Coutinho conclui pela necessidade de que “encontrem uma forma de representação política adequada”. C. N. COUTINHO, “A democracia como valor universal”, in: \_\_\_\_\_, *A democracia como valor universal e outros ensaios*, Rio de Janeiro, Salamandra, 1984, p. 24.

<sup>144</sup> Como bem o observou o historiador inglês Perry Anderson, Gramsci, ao contrário de seus seguidores reformistas, distinguia entre a *direção consensual dos aliados* e a *coerção dos adversários*. A questão da hegemonia, assim, restringe-se ao problema das alianças da classe trabalhadora, o que não descarta a coerção sobre os inimigos de classe. Perry ANDERSON, “As antinomias de Gramsci”, in: \_\_\_\_\_, *Afinidades seletivas*, São Paulo, Boitempo editorial, 2002, pp. 61-62.

<sup>145</sup> José Paulo NETTO, “Notas sobre democracia e transição socialista”, *Temas de ciências humanas*, n. 7, São Paulo, Ciências humanas, 1980, p. 63. A percepção da diluição do antagonismo de classes e do descarte da possibilidade de uma reação violenta por parte da burguesia também encontra-se em Caio Navarro de TOLEDO, “A modernidade democrática da esquerda: adeus à revolução?”, *Crítica marxista*, n. 1, São Paulo, Brasiliense, 1994, pp. 36 *et seq.*; e também em Márcio NAVES, “Contribuição ao debate sobre a democracia”, *Temas de ciências humanas*, n. 10, São Paulo, Ciências humanas, 1981, pp. 117 *et seq.* A substituição da revolução pelo “fazer política”, isto é, pela conquista da hegemonia na esfera da sociedade civil, parece ancorada, sem mais, na palavra de Gramsci: de acordo

Dessa forma, apresenta-se no pensamento coutiniano uma *tendência*, sempre em tensão com a afirmação em princípio da prioridade do econômico, ao “politicismo”. De acordo com José Chasin, o discurso politicista consiste na “autonomização e prevalência *politológica* do ‘político’ em detrimento da anatomia do social, isto é, do alicerce econômico”, ou ainda, trata-se da compreensão do “conjunto do complexo social pela natureza própria e peculiar de uma única das *especificidades* (política) que o integram, descaracterizando com isso a própria dimensão do político, arbitrariamente privilegiada”.<sup>146</sup> Em suma, o procedimento em tela equivale à captura do real apenas a partir de seu momento político, deturpando com isso não apenas a qualidade dos demais componentes da totalidade, mas também o andamento próprio da política, pois, como o observa Chasin:

Converter e diluir tais *qualidades* ao meramente “político”, além da bárbara arbitrariedade que subentende, é ao mesmo tempo uma condenação à impotência no plano objetivamente político, na medida em que este se põe como ação, pré-figurada mentalmente, que por interesse teleológico se submete à intrincada causalidade do todo. O que é o mesmo que dizer que o *agente* para *efetivar* seu fim a este se submete, subordinando-se, assim, necessariamente às propriedades e virtualidades de seu objeto. À evasão do concreto, induzida pela *politicização*, a verdadeira política contrapõe, pois, a si mesma como prática que toma o trabalho como protoforma.<sup>147</sup>

Desse modo, o politicismo é precisamente a resultante da adoção do conceito gramsciano de sociedade civil e dos complementos eurocomunistas pertinentes, os quais levam à perda dos nexos causais do real, ou seja, ao hiperdimensionar a esfera do político, Coutinho não apreende adequadamente o matrizarmento econômico da totalidade e, em estreita vinculação com isso, a realidade da luta de classes no capitalismo.

---

com Coutinho, a estratégia gramsciana de transição ao socialismo, “além de imposta pela maior complexidade das sociedades ‘ocidentais’, tem ainda a vantagem de oferecer resultados mais estáveis, seguros, pois – segundo Gramsci – ‘a ‘guerra de posição’, uma vez vencida, é decidida definitivamente’”. C. N. COUTINHO, *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*, Rio de Janeiro, Campus, 1989, p. 94.

<sup>146</sup> J. CHASIN, “A ‘politicização’ da totalidade: oposição e discurso econômico”, in: \_\_\_\_\_, *A miséria brasileira: 1964-1994: do golpe militar à crise social*, Santo André, Estudos e edições Ad hominem, 2000, p. 8 e *idem*, “‘¿Hasta cuando?’ – a propósito das eleições de novembro”, in: \_\_\_\_\_, *A miséria brasileira: 1964-1994: do golpe militar à crise social*, Santo André, Estudos e edições Ad hominem, 2000, p. 123.

<sup>147</sup> J. CHASIN, “A ‘politicização’ da totalidade: oposição e discurso econômico”, in: \_\_\_\_\_, *A miséria brasileira: 1964-1994: do golpe militar à crise social*, Santo André, Estudos e edições Ad hominem, 2000, p. 9.

Para findar a exposição da reviravolta referencial em causa, bem como da tendência politicista resultante, observemos como o filósofo baiano apreende dois fenômenos distintos: o fascismo e o fracasso do chamado “socialismo real”.

Na compreensão do fascismo, Coutinho toma por base o que entende ser “uma das mais completas e sistemáticas teorias do fascismo como regime totalitário”, a saber, a exposta nas *Lições sobre o fascismo*, de Palmiro Togliatti. De acordo com Coutinho, se Gramsci já havia concebido o fenômeno em pauta como “um *movimento* reacionário de novo tipo, capaz de fornecer base de massa aos setores economicamente dominantes”, foi Togliatti quem percebeu que podia se manifestar enquanto “regime reacionário de tipo igualmente novo. Ou seja: uma ditadura do capital financeiro, que se apoia sobre uma ampla rede de organizações de massa, sobre o consenso organizado da maioria da população”.<sup>148</sup> Trata-se aqui de um perigo próprio das sociedades de “tipo ‘ocidental’, liberal-democráticas”, pois só nessas a conquista da hegemonia constitui um requisito essencial para a conservação da supremacia. Nas palavras de Coutinho:

[...] o movimento fascista organiza desde o início aparelhos típicos de sociedade civil (partidos, sindicatos, associações etc.), combinando mecanismos legais e extralegais em sua luta pelo poder. Uma vez implantado como regime, o fascismo incorpora ao Estado os organismos de sociedade civil antes criados por ele, gerando assim uma forma política totalitária. Dessa forma, penso que o fascismo – tanto como movimento quanto como regime – tem lugar em países que Gramsci chamaria de “ocidentais”, ou seja, nos quais já existe uma sociedade civil forte e articulada, como era precisamente o caso da Itália e da Alemanha nas décadas de 1920 e 1930.<sup>149</sup>

Acerca das vicissitudes do regime soviético, a diagnose coutiniana rastreia suas raízes nos perigos típicos de sociedades “orientais”. Interpretando e defendendo a atualidade de Gramsci, Coutinho afirma que:

É como se Gramsci dissesse: numa sociedade “oriental”, de escassa ou nenhuma tradição democrática, é compreensível que a primeira manifestação de um governo socialista assumia traços ditatoriais (ou, para usarmos um dos termos menos felizes de Marx, que seja uma “ditadura do proletariado”), ainda que [...] ele também defendia, ao mesmo tempo, a ideia de que essa “ditadura” não deve

<sup>148</sup> C. N. COUTINHO, *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*, Rio de Janeiro, Campus, 1989, pp. 28-29.

<sup>149</sup> *Idem*, “O Estado brasileiro: gênese, crise, alternativas”, in: Júlio César França LIMA e Lúcia Maria Wanderley NEVES (orgs.), *Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo*, Rio de Janeiro, Fiocruz, 2006, p. 186.

perder sua base consensual, sua dimensão hegemônica, sobretudo na relação com as massas camponesas.<sup>150</sup>

No entanto, foi justamente a perda dessa base consensual o que ocorreu na união Soviética depois de 1929. O abandono da Nova Política Econômica (NEP) – baseada “numa estratégia de construção do socialismo respaldada no consenso” –, a industrialização acelerada e a coletivização forçada da agricultura impostas por Stalin levaram ao estreitamento das bases consensuais da ditadura do proletariado, bem como à cristalização dessa em uma “variante pseudo-socialista de despotismo totalitário”. Essa resultante também é definida em termos de uma “Estatolatria”, isto é, um movimento de identificação do Estado “apenas com a ‘sociedade política’, com os aparatos coercitivos, com o ‘governo dos funcionários’, omitindo ou minimizando o elemento consensual-hegemônico próprio da ‘sociedade civil’, do ‘autogoverno’”. Em suma, tratar-se-ia de uma tendência a “conceituar o Estado somente a partir das situações de ‘tipo oriental’”.<sup>151</sup>

Se o drama soviético tem suas *origens* em uma condição oriental, na ausência de democracia, também as razões do *colapso final* são indicadas aí, ou seja, na falta de uma sociedade civil forte. A crise do “socialismo real” teria sido “em grande parte determinada pelo fato de que esse ‘socialismo’ não abriu espaço no seu interior – sobretudo no terreno prático mas também, de certo modo, até no terreno teórico –, para uma expansão efetiva do pluralismo”.<sup>152</sup> Sem a socialização da política, não se criou o espaço para a solução das questões mais urgentes:

Acho que não é, digamos, difícil fazer um diagnóstico breve dizendo que a razão principal do colapso dessas sociedades foi precisamente a falta de democracia. E é, me parece, a falta de democracia que explica, inclusive, o seu colapso econômico. Ou seja, o fato de que, não havendo um controle social da produção, a produção não pôde, evidentemente, responder a demandas efetivas da sociedade [...]<sup>153</sup>

Como súmula geral da analítica em causa, podemos dizer que Coutinho, mesmo quando menciona aspectos diretamente econômicos – tais como a presença do capital financeiro no caso do fascismo ou a situação de atraso na Rússia da época da Revolução de 1917 –, tende a

<sup>150</sup> C. N. COUTINHO, “Socialismo e democracia: a atualidade de Gramsci”, in: Alberto AGGIO (org.), *Gramsci: a vitalidade de um pensamento*, São Paulo, Editora da UNESP, 1998, pp. 24-25.

<sup>151</sup> *Ibid.*, p. 24.

<sup>152</sup> *Idem*, “Pluralismo: dimensões teóricas e políticas”, *Cadernos ABESS*, n. 4, São Paulo, Cortez, 1991, p.10.

<sup>153</sup> *Idem*, “Marx”, in: Clodomir de Souza FERREIRA, João Antonio de Lima ESTEVES; Laura Maria COUTINHO (orgs.), *O pensamento inquieto*, Brasília, CEAD/UNB, 1993, p. 24.

apreender os fenômenos a partir da configuração que apresentam em termos da relação entre Estado em sentido estrito e sociedade civil, isto é, entre os aparelhos coercitivos e os aparelhos privados de hegemonia. O formalismo resultante é evidente: a primazia do político joga na sombra os demais momentos da totalidade investigada.

Como vimos na primeira parte deste trabalho, a primeira fase do pensamento de Coutinho, arrimada nos trabalhos de Lukács, é marcada pela presença de um quadro histórico-social nucleado pelas relações materiais de vida dos homens, o qual constituía momento estruturador da análise, capaz de explicar as possibilidades dos fenômenos. Já na segunda fase, com o primado da apreensão dos níveis de desenvolvimento da sociedade civil gramsciana, aquele quadro é diluído em prol da pesquisa em torno do caráter “ocidental” ou “oriental” de cada episódio. Nos casos aqui expostos, a tendência formalista possui a agravante de *assemelhar politicamente* as ocorrências investigadas: ambas possuem, tanto o fascismo quanto o chamado “socialismo real”, uma estrutura “totalitária”.<sup>154</sup>

A dualidade do pensamento de Coutinho, a problemática central deste capítulo, é admitida pelo próprio autor. Com efeito, o filósofo baiano fala de um período “fanaticamente lukacsiano” em seu itinerário intelectual, em contraposição a um marcado mais pela presença de Gramsci. Essa caracterização está de acordo com a análise que empreendemos neste trabalho. No entanto, contrariamente às nossas conclusões, Coutinho entende a segunda fase de seu pensamento como uma configuração marcada pelo *equilíbrio* referencial entre Lukács e Gramsci, ainda que com predominância do segundo. Tratar-se-ia aqui não de uma ruptura, como defendemos, mas sim de uma sorte de somatória dos dois autores, manifesta em uma “reflexão sobre o estatuto ontológico da política”, ou ainda, em uma “proposta de entender a teoria política de Gramsci à luz das categorias ontológicas do último Lukács”.<sup>155</sup>

Em oposição ao diagnóstico elaborado por Coutinho, pudemos observar que a resultante da segunda fase de seu pensamento não constitui uma analítica parametrada pelos lineamentos

---

<sup>154</sup> Para uma análise crítica deste conceito, ver J. CHASIN, “Sobre o conceito de totalitarismo”, *Ensaio Ad Hominem I*, tomo III – política, São Paulo, Estudos e edições Ad hominem, 2000, pp. 79-90.

<sup>155</sup> C. N. COUTINHO, “Carlos Nelson Coutinho (1943)”, in: M. NOBRE; J. M. REGO, *Conversas com filósofos brasileiros*, São Paulo, Editora 34, 2000, p. 383. O ponto central da proposta de Coutinho reside na integração do conceito gramsciano de catarse à ontologia de Lukács. Sobre isso, ver C. N. COUTINHO, “Lukács, a ontologia e a política”, in: \_\_\_\_\_, *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*, São Paulo, Cortez, 1994, pp. 157 et seq.

lukacsianos, em especial o primado do econômico em relação aos demais momentos da totalidade do real. Trata-se, isso sim, de um desenvolvimento teórico que tende a afirmar, independentemente das declarações de princípio, uma liberdade quase incondicionada do âmbito político.

Também José Paulo Netto se manifestou contrário à sinalização de duas etapas no percurso coutiniano, uma lukacsiana e outra gramsciana. Após reafirmar o argumento de Coutinho atinente à integração entre a *Ontologia do ser social* de Lukács e a obra política de Gramsci, o autor foca no aspecto propriamente temático do imbróglio, afirmando que, “quando retoma temáticas crítico-literárias, mesmo já tendo incorporado decisivamente o legado gramsciano, Carlos Nelson conserva [...] a sua inspiração lukacsiana”. Afirmadas as razões da recusa da cisão, Netto conclui que “aos fundamentos teórico-filosóficos e à alta cultura caberia a matriz lukacsiana, à cultura em sentido largo e à esfera estritamente política caberia a referência gramsciana, ambas tomadas crítica e criadoramente”.<sup>156</sup>

A tentativa coutiniana de integração dos referenciais lukacsianos e gramscianos, como observamos anteriormente, resulta em um empreendimento politicista, o que desautoriza não só a própria afirmação de uma articulação teórica coerente, mas também o uso de uma “matriz lukacsiana” no tocante “aos fundamentos teórico-filosóficos”. No que tange à pretensa permanência de parâmetros lukacsianos na análise da “alta cultura” no pensamento de Coutinho, deve-se ter em mente que o filósofo baiano, uma vez envolvido com os problemas da política, raramente se aventura no âmbito próprio da crítica literária, preferindo a esfera da “cultura em sentido largo”, isto é, o campo determinativo das andanças dos intelectuais, em cuja apreciação utiliza a noção gramsciana de sociedade civil. Quando referidos à “alta cultura”, os empreendimentos coutinianos da segunda etapa consistem, na maioria dos casos, de reedições de trabalhos da primeira.<sup>157</sup> Embora essa reedição de ensaios implique na concordância de Coutinho

---

<sup>156</sup> J. P. NETTO, “Posfácio”, in: C. N. COUTINHO, *O estruturalismo e a miséria da razão*, São Paulo, Expressão popular, 2010, p. 238.

<sup>157</sup> Os ensaios reeditados são: “O significado de Lima Barreto em nossa literatura” (1972), “Graciliano Ramos” (1965), ambos em C. N. COUTINHO, *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*, Rio de Janeiro, DP&A, 2005, pp. 99-156 e 157-217; “Franz Kafka, crítico do mundo reificado” (1976), em *idem*, *Lukács, Proust e Kafka: literatura e sociedade no século XX*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005, pp. 123-195. Nesse último livro, pp. 49-121, foi publicado ainda um texto inédito da primeira fase, “Marcel Proust e a evolução do romance” (1967). Talvez a única exceção, no sentido de um artigo dedicado à crítica literária próprio da segunda fase, seja “O



com os padrões analíticos neles expressos, trata-se de um momento meramente residual em relação ao conjunto (de talhe gramsciano) da segunda fase. Dessa forma, também nos parece improcedente o segundo argumento de Netto para recusar a cisão em causa.

Como síntese deste tópico, podemos concluir que a adoção dos parâmetros gramscianos e eurocomunistas, nucleados pela noção de sociedade civil enquanto âmbito próprio da disputa pelo consenso, implica uma *tendência* politicista no pensamento de Coutinho, a qual perde de vista as relações materiais da vida humana em sua condição de momento nuclear da totalidade do real.

#### 1.4. As razões do formato do pensamento mutante

Nesta parte do trabalho, propomo-nos a explicitar as razões do formato do pensamento de Carlos Nelson Coutinho. Inicialmente, focaremos as causas da configuração de sua obra como um todo, para depois abarcar os motivos que levaram o pensador baiano a mudar seus referenciais teóricos. A realização dessas tarefas será facilitada pelo recurso às *Considerações sobre o marxismo ocidental*, do historiador inglês Perry Anderson.

Nesse seu trabalho, Anderson aponta as principais características e condicionantes históricas da tradição marxista que, por suas diferenças geográficas e teóricas em relação às gerações de Marx e Engels, Kautsky, Lenin e de Bukharin, designa de “ocidental”. Em seu entender, essas gerações de intelectuais estavam baseadas na força dos levantes operários para a elaboração de suas concepções política e econômica, perfazendo uma conjunção contínua, ainda que nem sempre de mesma intensidade, entre teoria marxista e prática de classe. Já o quadro social à época dos marxistas ocidentais (após 1920), marcado pela ausência de grandes movimentações revolucionárias – expressa na força do fascismo – e pela stalinização dos partidos comunistas, teria impossibilitado a teorização das realidades econômica e política.<sup>158</sup> Essa situação particular é que leva o autor a declarar ser o marxismo ocidental “um produto da derrota”, à qual agrega ainda, na condição de determinantes dos contornos daquele conjunto teórico, dois fenômenos do pós-Segunda Guerra: a recuperação econômica do capitalismo e a afirmação da democracia representativa baseada no sufrágio universal. Tendo em vista que o

---

povo na obra de Jorge Amado”, in: Vera ROLLEMBERG (org.), *Um grapiúna no país do carnaval*, Salvador, Fundação casa de Jorge Amado, 2000, pp. 57-62.

<sup>158</sup> Perry ANDERSON, *Considerações sobre o marxismo ocidental; Nas trilhas do materialismo histórico*, São Paulo, Boitempo editorial, 2004, p. 62.

movimento comunista oficial (stalinizado) constituía o principal polo de relacionamento dos intelectuais com a política socialista, Anderson resume do seguinte modo o dilema vivido por esses homens:

[...] duas opções poderiam ser adotadas. Uma delas era que o teórico poderia incorporar-se a um partido comunista e aceitar o rigor de sua disciplina; neste caso, ele poderia manter certo contato nominal com a vida da classe operária nacional (à qual, apesar de tudo, o partido estava inevitavelmente ligado) e uma continuidade pelo menos filológica com os textos clássicos do marxismo e do leninismo (cujo estudo era obrigatório dentro do partido). O preço dessa proximidade, por mais relativa que fosse, à realidade do dia-a-dia da luta de classe trabalhadora era o silêncio sobre a sua verdadeira direção. [...] A alternativa contrária era permanecer fora de qualquer organização partidária, como intelectual independente. Neste caso, não havia controle institucional sobre as formas políticas de expressão, mas, em compensação, também não havia contatos com a classe social, cujo benefício, afinal de contas, confere o significado ao trabalho teórico marxista.<sup>159</sup>

O autor traz ainda exemplos de esforços que, em sua diversidade de atitude em relação ao dilema, foram igualmente dragados pela conjuntura desfavorável à unidade entre intelectuais e classe operária:

Filiação formal aos partidos operários (Lukács, Della Volpe, Althusser), desfiliação (Lefebvre, Colletti), diálogo fraternal (Sartre) ou ainda renúncia explícita a qualquer ligação com eles (Adorno, Marcuse) foram atitudes igualmente incapazes de unir a teoria marxista e a luta de massas.<sup>160</sup>

A resultante foi, de acordo com Anderson, o silêncio a propósito das áreas fundamentais sobre as quais se debruçaram os intelectuais marxistas anteriores: “o exame das leis econômicas do funcionamento do capitalismo como um modo de produção, a análise da máquina política do Estado burguês, a estratégia da luta de classes necessária para derrubá-lo”.<sup>161</sup> Ainda que nodal, o silêncio sobre a economia e a política não foi o único fator a ser observado no formato interno da produção do marxismo ocidental.

O processo progressivo de descarte da política e da economia como objetos de estudo, iniciado no pós-1920 e consolidado em 1960, trouxe a filosofia para o centro dos debates da corrente ocidental do marxismo. A predominância de filósofos em seu interior teve como

<sup>159</sup> Perry ANDERSON, *Considerações sobre o marxismo ocidental; Nas trilhas do materialismo histórico*, São Paulo, Boitempo editorial, 2004, p. 64.

<sup>160</sup> *Ibid.*, p. 63.

<sup>161</sup> *Ibid.*, p. 64.

consequência um processo de “academicização”, ou, em outros termos, também do próprio Anderson, uma troca “das assembleias partidárias pelos departamentos acadêmicos”. Além dos percalços particulares ao período, o historiador inglês aponta ainda outra condicionante dessa configuração filosófica, desta vez de natureza interna ao próprio marxismo: a descoberta tardia de um escrito juvenil de Marx, os *Manuscritos* de Paris de 1844, vindos à luz apenas em 1932. A repercussão desse e dos demais textos juvenis de Marx ocasionou uma reorientação cabal no rumo das investigações de seu pensamento, deslocando-as para o campo da filosofia.<sup>162</sup>

Ao lado da proliferação de filósofos na tradição marxista e, conseqüentemente, do deslocamento dos estudos para o âmbito filosófico, ocorreu uma concentração no pensamento de Marx enquanto *matéria de estudo*. O conjunto da obra marxiana constituía então material para a extração *filosófica* dos princípios *epistemológicos* necessários à interpretação e transformação da realidade. Anderson é categórico acerca da deturpação epistemologista da obra de Marx por parte dos filósofos da tradição do marxismo ocidental:

[...] o pressuposto comum de quase todos era que a tarefa preliminar da pesquisa teórica do marxismo era discernir as regras de investigação social descobertas por Marx, ainda escondidas na particularidade temática de sua obra – e, se necessário, completá-las. O resultado disso foi que uma significativa parcela da produção do marxismo ocidental se constituiu em um prolongado e intrincado Discurso sobre o Método.<sup>163</sup>

A gravidade do registro torna-se maior com a observação de que “a prioridade conferida a este esforço era estranha a Marx, em qualquer fase de seu desenvolvimento”.<sup>164</sup>

O traço final, mas talvez o mais evidente, do marxismo ocidental, tecido em paralelo ao silêncio em relação a problemas de economia e política propriamente ditos, é assim descrito por Anderson:

[...] o marxismo ocidental como um todo, ao avançar para além das questões de método para tratar de questões substantivas, acabou por concentrar-se especialmente no estudo de *superestruturas*. As ordens superestruturais específicas pelas quais ele mostrou interesse maior e mais constante foram

<sup>162</sup> Perry ANDERSON, *Considerações sobre o marxismo ocidental; Nas trilhas do materialismo histórico*, São Paulo, Boitempo editorial, 2004, pp. 70-72.

<sup>163</sup> *Ibid.*, pp. 72-73.

<sup>164</sup> *Ibid.*, p. 73.

aquelas que ocupavam as posições “mais altas” na hierarquia das distâncias em relação à infraestrutura econômica [...]<sup>165</sup>

Categórico, o autor especifica: “foi sobretudo a *Arte* que, no domínio da cultura, mobilizou os maiores talentos e energias intelectuais do marxismo ocidental”.<sup>166</sup> Impossibilitados de empreender esforços no sentido de pôr a descoberto as particularidades econômicas e políticas do capitalismo de seu tempo, os intelectuais marxistas focaram seus desdobramentos mais *espirituais*, evitando assim choques frontais com a liderança do movimento que representavam em última instância.

Feita esta breve súmula<sup>167</sup> das *Considerações* de Perry Anderson, podemos facilmente perceber a impropriedade de ignorar o vulto das diferenças entre as gerações de marxistas descritas e as anteriores. No quadro apontado pelo historiador inglês estão todas as principais referências de Coutinho: Georg Lukács, Jean Paul Sartre, Escola de Frankfurt e Antonio Gramsci.<sup>168</sup>

Aqui devemos fazer uma ressalva: a figura de Lukács não se ajusta com facilidade aos parâmetros explicitados por Anderson. Ao longo de sua atribulada trajetória, o filósofo acumulou em seu currículo, entre outras, as seguintes ocupações: Vice-Comissário do Povo para a Cultura e a Educação Popular durante a República Húngara dos Conselhos (1919); dirigente clandestino do

<sup>165</sup> Perry ANDERSON, *Considerações sobre o marxismo ocidental; Nas trilhas do materialismo histórico*, São Paulo, Boitempo editorial, 2004, pp. 95-96.

<sup>166</sup> *Ibid.*, p. 96.

<sup>167</sup> Objetivando uma síntese que contivesse os pontos em torno dos quais acreditamos haver correspondências com a obra de Coutinho, deixamos de lado algumas características observadas por Anderson nos trabalhos dos teóricos do marxismo ocidental. Nesse âmbito, temos a conjunção entre teoria marxista e teoria burguesa, o “hermetismo da linguagem” decorrente do estudo epistemologista da obra marxiana, a perda do “internacionalismo” característico das gerações anteriores, o “pessimismo” presente nas inovações temáticas do marxismo ocidental e sua imunidade ao reformismo. Cf. P. ANDERSON, *Considerações sobre o marxismo ocidental; Nas trilhas do materialismo histórico*, São Paulo, Boitempo editorial, 2004, pp. 73-75, 87-89 e 108-113.

<sup>168</sup> É importante assinalar que Anderson não faz referência aos textos póstumos do filósofo húngaro, isto é, à *Ontologia do ser social*. Dessa forma, fica claro que suas considerações não valem para o conjunto da obra lukacsiana. Já o caso gramsciano constitui um *escape relativo*. Dos intelectuais elencados por Anderson, Gramsci, embora não tenha refletido detidamente sobre economia, foi o único a ter na realidade política seu principal objeto de análise. No dizer do historiador inglês, “esta é a marca de sua grandeza, conferindo-lhe lugar especial entre todas as outras figuras desta tradição [marxismo ocidental]. É lógico que seja assim: sozinho ele incorporou em si mesmo uma unidade revolucionária entre teoria e prática, do tipo que havia caracterizado o legado clássico. As experiências da insurreição dos trabalhadores italianos de 1919-20 e da liderança na organização do PCI de 1924 a 1926 permaneceram como fontes criativas do seu pensamento durante o longo período de aprisionamento, que o abrigou das consequências intelectuais da stalinização fora da Itália, mas que lentamente o matava”. P. ANDERSON, *Considerações sobre o marxismo ocidental; Nas trilhas do materialismo histórico*, São Paulo, Boitempo editorial, 2004, pp. 64-65. Acréscimo nosso.

Partido Comunista Húngaro após a derrota da Comuna; co-editor de *Kommunismus*, órgão oficial da III Internacional para os países do sudeste da Europa (1920); deputado eleito pelo PC (1945); integrante do Conselho Nacional da Frente Popular Patriótica (1945); membro fundador do Conselho Mundial da Paz (1948); Ministro da Cultura do governo efêmero de Imre Nádgy (1956).<sup>169</sup> Além dessa atuação política direta, Lukács elaborou diversos escritos dedicados à política, *sempre baseados em suas concepções filosóficas*.<sup>170</sup> Sendo assim, ao contrário do quadro apontado pelo historiador inglês, Lukács não descartou do âmbito de suas preocupações as questões propriamente políticas, fossem elas práticas ou teóricas.

Outra advertência deve ser feita. Transparece na argumentação de Anderson a ideia de que a filosofia e a estética constituem sucedâneos menos importantes (o autor chega mesmo a falar em “arte como consolação”) e pacíficos de uma atuação política impossibilitada pelo stalinismo. Trazer a filosofia para o centro do marxismo não pode ser considerado um problema em si. Foi no interior desse campo, por exemplo, que Lukács pôde descobrir o caráter ontológico da obra de Marx, uma contribuição fundamental para o seu resgate. Novamente, é o caso lukacsiano que evidencia a impropriedade de se pensar na filosofia e na estética como áreas neutras. Ainda que Lukács tenha evitado rebeliões ideológicas *abertas* contra o regime de Stalin, mesmo diante dos processos ocorridos na segunda metade dos anos 1930,<sup>171</sup> a falta de sintonia entre suas posições estéticas e filosóficas e a linha oficial dos PCs rendeu-lhe sérias complicações, das quais só se desvencilhou mediante cautela, autocríticas, amizades e citações protocolares.

<sup>169</sup> Cf. “Roteiro bibliográfico de Georg Lukács”, in: J. P. NETTO (org.), *Lukács*, São Paulo, Ática, 1981, pp. 9-23; L. KONDER, *Lukács*, Porto Alegre, L&PM, 1980, pp. 43 e 78; C. FREDERICO, *Lukács: um clássico no século XX*, São Paulo, Moderna, 1997, p. 10.

<sup>170</sup> Ver, a título de exemplo, György LUKÁCS, *Socialismo e democratização: escritos políticos 1956-1971*, Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2008.

<sup>171</sup> Acerca da posição de Lukács frente ao stalinismo de um modo geral, ver Nicolas TERTULIAN, “Lukács e o stalinismo”, *Verinotio* – revista on-line de ciências humanas, nº 7, ano IV, novembro de 2007, disponível em: <[http://www.verinotio.org/Verinotio\\_revistas/n7/r7traducao.pdf](http://www.verinotio.org/Verinotio_revistas/n7/r7traducao.pdf)>, acesso em: 19 set. 2011; para a postura lukacsiana em relação aos Processos de Moscou em particular, conferir G. LUKÁCS, *Socialismo e democratização: escritos políticos 1956-1971*, op. cit., p. 44, 171 e também *idem*, *Pensamento vivido: autobiografia em diálogo: entrevista a István Eörsi e Erzsébet Vezér*, São Paulo, Estudos e edições Ad hominem, Viçosa, MG, Editora UFV, 1999, pp. 108-111.

Seu *O jovem Hegel*, escrito em 1937-38, só pôde ser publicado em 1948, na Suíça, pois a orientação stalinista era hostil à valorização do legado hegeliano.<sup>172</sup> Em 1940 a revista russa *Literaturnyj kritik*, na qual Lukács atuava, foi fechada por seu antagonista Alexander A. Fadeiev.<sup>173</sup> Com o stalinista Mátyás Rákosi no poder no PC e no Estado húngaros (1945-56), as posições de Lukács passaram a ser atacadas por László Rudas (dirigente do Instituto Superior de Ciências Econômicas), Marton Horváth (membro do comitê central do PC), József Révai (ministro da Cultura) e József Darvas (romancista que ocupou cargos ministeriais sob Rákosi). Como resultado, a revista cultural *Forum*, fundada por Lukács em 1946, foi fechada e o filósofo fez uma autocrítica formal. No final dos anos 1950 voltou a ser alvo de uma nova campanha de descrédito e, em 1960, a editora Aufbau, que havia editado vários de seus trabalhos na República Democrática Alemã, publicou um livro só de artigos críticos a Lukács, *Georg Lukács und der revisionismus*.<sup>174</sup>

As negatividades do marxismo ocidental ligam-se ao destino perverso do pensamento de Marx. Como o observou José Chasin, as derrotas sofridas pelo setor do trabalho ao longo do século XX foram seguidas pela difusão de um marxismo vulgar. Se, por um lado, a II Internacional levou à propagação do *cientificismo* no interior daquela corrente, por outro, as inviabilidades da transição socialista no campo soviético levaram à afirmação do *voluntarismo político*. A reação a esse quadro não foi capaz de recuperar o legado de Marx, pois, em seus múltiplos esforços, deu origem a duas novas unilateralidades: o *epistemologismo* e o *politicismo*, que supõem como núcleo do pensamento marxiano, respectivamente, a questão do método e a política. Com a prevalência de tais deformações, foi obscurecido “o centro nervoso e estruturador da reflexão marxiana: o complexo de complexos constituído pela problemática da autoconstrução do homem, ou, sumariamente, o devir homem do homem”.<sup>175</sup>

<sup>172</sup> Cf. G. LUKÁCS, *Socialismo e democratização: escritos políticos 1956-1971*, Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2008, pp. 43 e 208.

<sup>173</sup> Cf. *idem*, *Pensamento vivido: autobiografia em diálogo: entrevista a István Eörsi e Erzsébet Vezér*, São Paulo, Estudos e edições Ad hominem, Viçosa, MG, Editora UFV, 1999, pp. 98-103.

<sup>174</sup> Sobre os ataques a Lukács, ver L. KONDER, *Lukács*, Porto Alegre, L&PM, 1980, pp. 13-14, 85-90 e 94; e também István EÖRSI, “Prefácio”, in: G. LUKÁCS, *Pensamento vivido: autobiografia em diálogo: entrevista a István Eörsi e Erzsébet Vezér*, op. cit., p. 12. Sobre a autocrítica de 1949, Nicolas Tertulian observa que se tratava de salvar a própria vida. Cf. N. TERTULIAN, “Lukács hoje”, in: M. O. PINASSI; S. LESSA (orgs.), *Lukács e a atualidade do marxismo*, São Paulo, Boitempo editorial, 2002, pp. 32-33.

<sup>175</sup> J. CHASIN, “A sucessão na crise e a crise na esquerda”, in: \_\_\_\_\_, *A miséria brasileira: 1964-1994: do golpe militar à crise social*, Santo André, Estudos e edições Ad hominem, 2000, em especial p. 203.

Feitos esses breves esclarecimentos quanto à inadequação do caminho espinhoso de Lukács aos quesitos do marxismo ocidental e à impropriedade de certas afirmações de Anderson,<sup>176</sup> voltemos ao caso coutiniano.

Silêncio sobre questões de economia e política, preocupação especial em relação a problemas epistemológicos, concentração nas áreas da filosofia e da estética – tais características são, como pode ser observado em nossa exposição anterior, elementos presentes também na obra do filósofo baiano. Embora seus ensaios iniciais, mais ligados à filosofia e à estética, tenham por objetivo explícito a assimilação nacional da cultura progressista europeia como condição para evitar tragédias como a do golpe de abril de 1964,<sup>177</sup> Coutinho só aborda problemas *diretamente* políticos na segunda fase de sua obra e, mesmo assim, como um trânsito operado nos corredores internos do marxismo ocidental, ou seja, por meio dos escritos de Gramsci. Reitere-se, também para o caso coutiniano, que a dedicação às áreas da estética ou da filosofia não é um problema. Novamente, como buscamos explicitar mais a frete, é o modo específico de encaminhamento das questões enfrentadas que leva a equívocos.

No entanto, há que se observar aqui que a similitude apontada entre a obra de Coutinho e os marcos do marxismo ocidental não se refere apenas ao aspecto *teórico-referencial* do filósofo baiano, mas também ao cenário político subjacente à sua obra. Isto é, seus trabalhos foram concebidos em meio a um quadro similar, ainda que nunca idêntico, àquele que serviu de palco ao marxismo ocidental. Também aqui a derrota do movimento revolucionário se impôs, marcada por uma ditadura, bem como a stalinização do Partido Comunista.<sup>178</sup> Isso fica evidente na explicação de Coutinho sobre as formas de recepção de Gramsci no Brasil.

Para o filósofo baiano, a presença do pensador sardo no Brasil se deu em dois ciclos; no primeiro, que se estende do pré-64 até meados dos anos 70,

[...] o Gramsci presente não é o agudo teórico do Estado “ampliado” e da revolução socialista no, “Ocidente”, (*sic*) nem mesmo o pesquisador de formas

<sup>176</sup> À lista de caracteres do marxismo ocidental que não se aplicam a Lukács podem ser acrescidos ainda: a reclusão na universidade e o “pessimismo como imobilidade”. Cf. P. ANDERSON, *Considerações sobre o marxismo ocidental; Nas trilhas do materialismo histórico*, São Paulo, Boitempo editorial, 2004, pp. 112-113.

<sup>177</sup> Cf. C. N. COUTINHO, *Literatura e humanismo: ensaios de crítica marxista*, São Paulo, Paz e terra, 1967, p. 6.

<sup>178</sup> Não se afirma aqui, e nem se poderia fazê-lo, qualquer identidade genética entre os casos do fascismo e da ditadura brasileira instaurada em 1964, apenas a similitude de seus efeitos, de intensidades diversas, sobre a intelectualidade situada na margem esquerda do campo político.

“não-clássicas” de transição para a modernidade capitalista (a problemática da “revolução passiva”) mas sim o “filósofo da *práxis*”, o proponente de uma leitura humanista e historicista do marxismo [...] Assim, não é por acaso que Gramsci, nessa sua primeira incursão brasileira, apareça sempre ao lado de Lukács e do Sartre da *Crítica da Razão Dialética*: os três são apresentados como instrumentos privilegiados de uma batalha certamente antidogmática, mas que se pretende ainda centrada substancialmente nos terrenos da filosofia, da estética e da sociologia da cultura. Criava-se assim, talvez inconscientemente, uma tácita “divisão do trabalho”, cujos efeitos prejudicaram seriamente o êxito desse primeiro ciclo gramsciano no Brasil: os intelectuais comunistas podiam agir livremente no domínio da cultura, propondo uma renovação filosófica e estética do marxismo brasileiro, mas continuava a ser atribuição da direção do partido a tarefa de dar a última palavra nas questões especificamente políticas.<sup>179</sup>

Ainda nas palavras de Coutinho, essa “coexistência entre ‘marxismo ocidental’ na cultura e ‘marxismo-leninismo’ na política” não foi desfeita pelo “golpe militar de 1964”, na verdade:

[...] ela até mesmo se intensificou no período relativamente “liberal” da ditadura (quando vigoravam ainda algumas garantias institucionais), período que vai até a promulgação do AI-5, no final de 1968. Esse caráter “filosófico-cultural” do movimento renovador marxista foi favorecido não só pela supracitada “divisão do trabalho” mas também pela própria natureza dessa primeira fase do regime militar: a ação da censura, embora presente em toda parte, em (*sic*) mais intensa no campo especificamente político do que no da filosofia ou da sociologia da cultura.<sup>180</sup>

Somente em meados da década de 70 Gramsci passaria a ser visto como “o maior teórico marxista da política”, em um esforço de romper com as concepções dominantes dentro do PCB e com a “divisão do trabalho”.<sup>181</sup> Sendo assim, ao lado do norte teórico representado pelo “marxismo ocidental”, a “divisão do trabalho” e a natureza particular da fase inicial do regime militar instaurado em 1964 constituem os condicionantes nacionais da concepção inicial de Coutinho.

Quanto à substituição dos referenciais lukacsianos pelos gramscianos e eurocomunistas, duas são as posições apontadas por comentadores da obra de Coutinho. Referindo-se à intelectualidade que percorreu a trilha da divulgação de Lukács no Brasil, conjunto particularmente situado no interior dos quadros do PCB e que contou com a colaboração de Coutinho e de Leandro Konder, Celso Frederico lança a seguinte questão: “por que Lukács

<sup>179</sup> C. N. COUTINHO, “Cidadão brasileiro”, *Teoria e debate*, n.9, S. 1., Perseu Abramo, 1990, s/p.

<sup>180</sup> *Ibid.*

<sup>181</sup> *Ibid.*



deixou de ser uma referência intelectual no momento em que os seus discípulos passaram da política cultural à política *stricto sensu*?”.<sup>182</sup> Sua resposta firma-se na diferença temática entre as obras do filósofo húngaro e de Gramsci. O “caráter episódico da reflexão lukacsiana no campo da teoria política” encontraria nos textos de Gramsci seu contraponto ideal, haja vista que os escritos desse último “voltam-se diretamente para a esfera do político e abrem pistas novas para a teoria marxista”. No entender de Frederico, deve-se atentar ainda para “o caráter fragmentário” da obra gramsciana, a qual “permite uma interpretação mais aberta e maleável”. Este seria o segredo do caráter basilar-polivalente dessa obra, utilizada nas mais diversas experiências teóricas, dentre as quais as dos “eurocomunistas italianos”.<sup>183</sup>

Já Ivo Tonet, analisando a obra de Leandro Konder e apontando para o grupo de intelectuais que seguiu a mesma direção, afirma que a solução de Frederico é limitada. De acordo com o autor, o abandono da obra de Lukács no exato momento em que se passava do domínio estético e cultural para o político indica incompreensões acerca da última obra do filósofo húngaro, isto é, a *Ontologia do ser social*. Para Tonet, essa obra constitui o caminho mais frutífero para a recuperação do sentido crítico do pensamento de Marx, deixando para trás os “integrantes daquilo que foi chamado de marxismo ocidental”.<sup>184</sup> Dado o privilégio à problemática relativa à arte e à cultura, aliado às debilidades acarretadas pela formação original dos intelectuais pecebistas, não teria sido possível uma apreensão adequada da ontologia lukacsiana. Segundo o autor:

Certamente, este caráter ontológico não era desconhecido, muito pelo contrário, mas o seu estudo, a sua apreensão exaustiva e detalhada que permitisse a compreensão da sua real importância na reconstrução da teoria marxiana a partir das suas raízes, foi claramente insuficiente.<sup>185</sup>

A resposta de Tonet é equivocada na medida em que, embora necessária para a compreensão do pensamento de Marx como um todo, a obra de Lukács não apreende aspectos fundamentais do pensamento político do pensador alemão. Em particular, Lukács não atina para o

---

<sup>182</sup> Celso FREDERICO, “Presença de Lukács na política cultural do PCB e na universidade”, in: J. Q. de MORAES (org.), *História do marxismo no Brasil: os influxos teóricos*, v. 2, Campinas, Editora da Unicamp, 2007, p. 211.

<sup>183</sup> *Ibid.*, pp. 211-212. O autor assevera ainda que a adoção de um Gramsci “eurocomunista” era mais conveniente em termos acadêmicos e nas relações do PCB com o Partido Comunista Italiano.

<sup>184</sup> Ivo TONET, “Lukács e as esquerdas brasileiras”, in: Maria Orlanda PINASSI (org.), *Leandro Konder: a revanche da dialética*, São Paulo, Boitempo editorial – Editora da UNESP, 2002, p. 148.

<sup>185</sup> *Ibid.*, p. 148.

fato de que na concepção marxiana a política constitui atributo transitório no processo infinito de autoconstrução do homem. De acordo com José Chasin, apesar do mérito de ter descoberto a natureza ontológica do pensamento de Marx, Lukács manteve uma “pétrea insensibilidade para a mais extraordinária das concepções marxianas sobre a esfera política – a sua determinação ontonegativa da politicidade”.<sup>186</sup> Explicitando a razão da qualificação negativa da política na concepção marxiana, Chasin observa:

[...] é *ontonegativa*, precisamente, porque exclui o atributo da política da essência do *ser social*, só o admitindo como extrínseco e contingente ao mesmo, isto é, na condição de historicamente circunstancial; numa expressão mais enfática, enquanto predicado típico do ser social, apenas e justamente, na particularidade do longo curso de sua *pré-história*.<sup>187</sup>

No entanto, há que se observar que, tanto em seu *O processo de democratização*, escrito na mesma época da *Ontologia do ser social*, quanto nos *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*, Lukács fornece importantes indicações quanto a um tratamento correto da política. Nesse sentido, podem ser mencionadas a sua caracterização da democratização burguesa, marcada pela antítese entre o materialismo da sociedade civil e o idealismo da esfera estatal, bem como a valorização das experiências dos conselhos nos episódio da Comuna de Paris de 1871 e na época da Revolução Russa de 1917.<sup>188</sup> Não obstante, Lukács não realiza a análise e a explicitação exaustivas e sistemáticas do modo como a política emerge nos escritos marxianos.

Sendo assim, ao contrário do que supõe Tonet, a obra tardia de Lukács não se mostra como o caminho *necessário* para a recuperação do sentido original do pensamento de Marx, em particular em relação ao momento da política. Nesse sentido e a título de simples exemplo, na busca de nortes teóricos de sua reflexão política, Coutinho poderia ter recorrido às contribuições

<sup>186</sup> J. CHASIN, *Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica*, São Paulo, Boitempo editorial, 2009, p. 219.

<sup>187</sup> *Ibid.*, p. 64. A exposição da novidade da posição de Marx acerca da politicidade pode ser encontrada também em *Ensaio Ad Hominem I*, tomo III – política, São Paulo, Estudos e edições Ad hominem, 2000.

<sup>188</sup> Cf. G. LUKÁCS, *Socialismo e democratização: escritos políticos 1956-1971*, Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2008, pp. 91-94, 168-169 e também *idem*, *Prolegômenos para uma ontologia do ser social: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível*, São Paulo, Boitempo editorial, 2010, pp. 281-288. É importante observar que o Coutinho gramsciano vê nas posições de Lukács contidas em “O processo de democratização” apenas um apelo de “retorno a Lenin”, deixando de lado a essência da democracia aí proposta, isto é, o fato de que ela constitui uma “forma social” de transição ao comunismo, algo similar aos conselhos da Comuna de Paris e das revoluções russas e não aos aparatos institucionais burgueses de que fala o filósofo baiano. Cf. C. N. COUTINHO, *Lukács, Proust e Kafka: literatura e sociedade no século XX*, Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2005, p. 30-31. A refutação coutiniana do tratamento lukacsiano da política na *Ontologia* e nos *Prolegômenos* encontra-se em: C. N. COUTINHO, “Lukács, a ontologia e a política”, in: \_\_\_\_\_, *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*, São Paulo, Cortez, 1994, pp. 143-160.

de autores como Lenin, cujo *significado originário* está em conformidade com o caráter negativo que a política apresenta na obra de Marx.<sup>189</sup> Ainda que não tenha explicitado o estatuto ontológico da conformação teórica marxiana, Lenin buscou evidenciar o modo particular como Marx concebe a política, especialmente em seu *O estado e a revolução*.<sup>190</sup>

Nota-se assim que a questão não é a de uma falta de compreensão da *Ontologia* de Lukács, mas sim a da escolha do referencial teórico: por que o Gramsci dos eurocomunistas e não outro pensador? Aqui é que a angulação da solução de Frederico nos parece mais adequada. Com uma obra voltada diretamente para a esfera da política, Gramsci realmente leva vantagem, *em termos quantitativos*, em relação a Lukács como opção norteadora para assuntos de política. No entanto, no que toca a Lenin, autor de vasta obra sobre aquela esfera, a vantagem só poderia residir no teor ou na forma dos escritos. Tanto em um caso como no outro, estamos em face de um elemento para o qual a resposta de Frederico, por sua generalidade, não dá conta. Trata-se da posição prévia de Coutinho, ainda na fase lukacsiana de seu pensamento.

Aqui outra peculiaridade do marxismo ocidental, inabordada até o momento, nos parece útil a fim de compreender o problema. De acordo com Perry Anderson, os teóricos daquela corrente do marxismo realizaram sucessivas tentativas de encontrar uma genealogia filosófica para o pensamento de Marx. Para o autor, “todos recorreram a filosofias pré-marxistas para legitimar, explicar ou suplementar a filosofia do próprio Marx”.<sup>191</sup> Anderson afirma que tal prática devia suas origens à predominância de *filósofos* nas fileiras do marxismo, à falta de trabalhos filosóficos sistemáticos elaborados pelo próprio Marx e ao descrédito no qual Engels,

---

<sup>189</sup> Destacamos aqui que se trata do sentido próprio dos escritos de Lenin, pois Coutinho se valeu deles na defesa da democracia como valor universal, em uma direção totalmente oposta ao significado original. O próprio Coutinho, retrospectivamente, admite a correção da denúncia de José Guilherme Merquior acerca do uso controverso de Lenin em *A democracia como valor universal*: “Sou obrigado a reconhecer hoje, tantos anos depois, que Merquior tinha boa dose de razão quando escreveu: ‘Por que, então, se obstina alguém tão próximo do marxismo crítico quanto Carlos Nelson Coutinho a obter a quadratura do círculo, tentando em vão democratizar a imagem do leninismo?’”. C. N. COUTINHO, *Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo*, São Paulo, Cortez, 2000, p. 11.

<sup>190</sup> O mais prudente seria restringir a escolha às obras de Lenin concebidas antes da Revolução de 1917, pois as vicissitudes do processo revolucionário levaram o dirigente comunista a tomar posições contrárias aos princípios defendidos no período anterior. Cf. István MÉSZÁROS, “Poder político e dissidência nas sociedades pós-revolucionárias”, *Ensaio*, n. 14, São Paulo, Editora ensaio, 1985, pp. 35-37.

<sup>191</sup> P. ANDERSON, *Considerações sobre o marxismo ocidental; Nas trilhas do materialismo histórico*, São Paulo, Boitempo editorial, 2004, p. 79.

autor que havia intentado a compensação do “caráter parcial e latente da produção filosófica de Marx”, caiu após 1920.<sup>192</sup>

Embora se trate de uma tendência *nunca sistematicamente desdobrada*, há no pensamento de Coutinho uma espécie de genealogia filosófica para o pensador alemão. Seu livro *O estruturalismo e a miséria da razão* é todo configurado com base em “três núcleos categoriais que o marxismo herdou da filosofia clássica – elaborada pela própria burguesia em sua fase ascendente – e que são, precisamente, o historicismo concreto, a concepção humanista e a razão dialética”.<sup>193</sup>

Feito o registro quanto à origem e ao tamanho do legado, devemos voltar o foco para a problemática da teoria (ou concepção) humanista, isto é, para seu conteúdo, pois é esse que se relaciona mais diretamente com a nossa questão. De acordo com Coutinho, devido ao fato de o “humanismo marxista” ser uma expressão ideológica de uma “classe universal”, isto é, uma “classe cujos interesses se identificam *essencialmente* com os da totalidade da humanidade passada e presente”,<sup>194</sup> a sua recepção dos valores do humanismo clássico envolve uma concretização.

Assim, as categorias da “totalidade concreta”, da “razão objetiva”, da “comunidade democrática”, do “*citoyen*” (do indivíduo que supera a solidão ao unir em si a vida pública e a vida privada) deixam de ser uma utopia ou um sonho – um mero “ideal” – para se tornarem objetivos concretos de uma ação crítico-prática de subversão radical da *práxis* alienada do capitalismo.<sup>195</sup>

Dessa forma, a realização do “socialismo humanista, que visa ao estabelecimento de uma autêntica comunidade humana democrática”, implica o fim da propriedade privada dos meios de produção e da divisão do trabalho.

O centro da questão aqui é a declaração coutiniana de uma “comunidade democrática” no universo do marxismo e, por extensão, de Marx. Coutinho chega mesmo a asseverar que a “democratização” constitui um dos aspectos humanistas do marxismo.<sup>196</sup> Ainda que esparso e

<sup>192</sup> P. ANDERSON, *Considerações sobre o marxismo ocidental; Nas trilhas do materialismo histórico*, São Paulo, Boitempo editorial, 2004, p. 79.

<sup>193</sup> C. N. COUTINHO, *O estruturalismo e a miséria da razão*, São Paulo, Expressão Popular, 2010, pp. 16-17.

<sup>194</sup> *Idem*, *Literatura e humanismo: ensaios de crítica marxista*, São Paulo, Paz e terra, 1967, pp. 19-20.

<sup>195</sup> *Ibid.*, p. 20.

<sup>196</sup> Cf. *idem*, *O estruturalismo e a miséria da razão*, São Paulo, Expressão Popular, 2010, pp. 184-185.

nunca desdobrado nos escritos da primeira fase do pensamento de Coutinho, esse aspecto constitui um sinal de que o autor, aproximando em demasia a obra marxiana – indiferenciada em meio ao marxismo – do universo intelectual burguês precedente, não atinou para a ruptura operada por Marx em relação aos parâmetros da reflexão política anterior. Isto é, não percebe que Marx rompe com a determinação ontopositiva da politicidade, ou seja, com a linhagem filosófica que divisa na política e no Estado momentos privilegiados de afirmação do humano, em todas as suas atualizações.

Em sua busca de direcionamentos reflexivos alternativos aos exalados pela União Soviética da época de Stalin, repudiada enquanto “contrafação totalitária e burocrática” do “socialismo humanista”, Coutinho optou por constelações similares ao quadro ao qual já estava vinculado, isto é, selecionou perspectivas operativas no interior da afirmação da ontopositividade da política. Insensível à novidade da perspectiva marxiana e, portanto, apostando na dimensão democrática do socialismo, o filósofo baiano viu na defesa eurocomunista da democracia um remédio eficaz contra os descaminhos stalinistas.<sup>197</sup>

Em conclusão deste tópico, deve-se reiterar que o formato geral do pensamento de Coutinho decorre tanto dos contornos gerais do marxismo ocidental de que se valeu quanto da replicação do contexto que lhes deu origem, isto é, um cenário de derrota do movimento revolucionário, expressa na vigência de um regime ditatorial e na stalinização de sua representação política comunista. Quanto à substituição de Lukács pela versão eurocomunista de Gramsci na transição de Coutinho entre os campos da filosofia e da estética em direção à política, a explicação reside na afinidade entre o perfil inicial do filósofo baiano e as práticas e teorias do eurocomunismo italiano.

---

<sup>197</sup> É de se registrar que a própria escolha do local de refúgio quando do cerco da ditadura brasileira foi influenciada pela admiração de Coutinho pela experiência eurocomunista italiana: “Escolhi ir para a Itália exatamente porque meu grande modelo era o Partido Comunista Italiano. Para muitos, o grande modelo era o PCUS, Partido Comunista da União Soviética, e a própria União Soviética. Para mim, era o Partido Comunista Italiano. Para mim, a grande dor não foi a queda do muro de Berlim ou o fim da URSS, mas o fim do Partido Comunista Italiano”. C. N. COUTINHO, “Carlos Nelson Coutinho (1943)”, in: M. NOBRE; J. M. REGO, *Conversas com filósofos brasileiros*, São Paulo, Editora 34, 2000, p. 378.

## CAPÍTULO II – “VIA PRUSSIANA” E “REVOLUÇÃO PASSIVA” NA OBRA COUTINIANA

### 2.1. Formulações juvenis

Como dissemos anteriormente, já em seu primeiro ensaio Coutinho mostra preocupação com as questões nacionais. Importa agora verificar o modo como são delineadas e encaminhadas. De fato, em “O processo das contradições e a Revolução Brasileira” (1960), já entende que “entre os mais importantes postulados marxistas [...] está a consideração da realidade objetiva como a base de qualquer progresso social”, o que o leva a voltar-se para a “realidade nacional”. Mais especificamente, o que lhe importa nesse momento é participar, enquanto marxista, do debate em torno das contradições internas e externas que conduziriam à “Revolução Brasileira”.

Buscando definir a origem das contradições que geram a permanente crise funcional de nossa economia, Coutinho afirma e caracteriza o caráter “colonial” dessa última:

Nesta, os estímulos criados prendem-se a finalidades alheias ao próprio elemento criador, donde se pode deduzir as instabilidades básicas em que se apóiam semelhantes estruturas. E a sua existência e evolução, por isso mesmo, longe de determinar-se por motivações locais, vai obedecer a critérios alheios a ela; surge como uma consequência do capitalismo mercantil, entrosa-se solidamente aos centros econômicos alienígenas, desenvolve-se ou se retrai com a mudança destes centros.<sup>198</sup>

Gerada pelos movimentos expansivos do capitalismo mercantil, nossa formação econômica é palco de uma separação radical entre uma produção exportadora e um consumo interno negligenciado. Essa “alienação funcional” é considerada, na esteira da *Evolução política do Brasil*, de Caio Prado Jr., como decorrência “do caráter classista da colonização portuguesa a que nos vimos sujeitos”. Daí a consideração de que “nossa economia, ao invés de moldar-se para objetivos sugeridos pela própria população, iria ser apenas um complemento do capitalismo comercial português, uma grande ‘fazenda tropical’ produtora de gêneros comerciáveis em larga escala pelos burgueses intermediários de Portugal, para o resto da Europa”.<sup>199</sup>

---

<sup>198</sup> C. N. COUTINHO, “O processo das contradições e a Revolução Brasileira”, *Ângulos*, n. 16, Salvador, Centro Acadêmico Ruy Barbosa, 1960, pp. 30-31.

<sup>199</sup> *Ibid.*, p. 31.

Tomando de empréstimo a Nelson Werneck Sodré a noção de “capitalismo colonial” para definir o mecanismo daquela produção alienada, Coutinho observa que a figura central aí é a grande propriedade monocultora. Outra base do sistema consiste na “inexistência de um mercado interno regular”.

As grandes fazendas, que nada tem de feudal no sentido usual do termo, são geralmente autárquicas, isto é, produzem o necessário à subsistência dos seus componentes, a nível mínimo no caso da população servil, e relativamente baixo para os aristocratas rurais, que não se viam submetidos ao “efeito de imitação”, pois o isolamento existente impedia um contato social mais amplo.<sup>200</sup>

Desse modo, sem importações de vulto (afora o tráfico de escravos) para onerar os lucros auferidos com a exportação, é possível satisfazer tanto os brasileiros produtores quanto os portugueses apropriadores.

A dinâmica econômica brasileira ganha novos contornos com o crescimento do mercado interno, entre fins do século XVIII e inícios do XIX. Para o autor, as razões daquele fenômeno foram várias:

[...] o surgimento de uma numerosa classe média; o crescimento populacional do país [...]; a urbanização crescente que as novas atividades econômicas (notadamente o surto do café, em meados do século XIX) vinham a condicionar, criando assim uma população portadora de novas necessidades; e, finalmente, a abolição da escravatura [...]. Estes fatores surgem paralelamente a outro de importância idêntica, qual seja a desapareição do autarquismo dos latifúndios, em virtude, não só das exigências do mercado externo, o que concentra toda a produção para esta finalidade, como pela abolição, que põe termo final ao processo, já antigo.<sup>201</sup>

O mercado interno emergente põe a descoberto as insuficiências do sistema colonial. Com o produto nacional voltado para o mercado externo, a solução encontrada foi a importação de produtos manufaturados, facilitada pela emergência do capitalismo industrial. No entanto, o crescimento constante do mercado interno pressiona o setor exportador no sentido de viabilizar as importações. Assim, a crise do sistema colonial tem sua dinâmica ditada pelo divórcio entre o valor das importações e o das exportações, haja vista

---

<sup>200</sup> C. N. COUTINHO, “O processo das contradições e a Revolução Brasileira”, *Ângulos*, n. 16, Salvador, Centro Acadêmico Ruy Barbosa, 1960, p. 31.

<sup>201</sup> *Ibid.*, p. 32.

[...] que é sensível a retração dos mercados exteriores à penetração dos nossos produtos, em virtude não só da concorrência de outras colônias ou semi-colônias tropicais, como das próprias insuficiências do sistema capitalista, consubstanciadas em crises cíclicas, durante as quais freia a capacidade importadora dos mercados tradicionais.<sup>202</sup>

Assim, nossa “economia periférica ou dependente”, participando de uma relação desequilibrada com o mercado externo, tem limitadas suas possibilidades de suprir o mercado interno mediante importação. De acordo com Coutinho, configura-se então a seguinte alternativa: deficits na balança de pagamentos ou redução nas importações. Se a primeira opção gera a necessidade de contração de empréstimos e, portanto, o acréscimo de seus valores e juros aos pagamentos a serem realizados aos agentes externos, a segunda é portadora de novas possibilidades para a economia brasileira. A crise constante leva o país periférico a produzir em escala crescente o que antes era importado, patrocinando uma contínua industrialização.

No entanto, a necessidade de suprir a nova indústria com bens de produção leva à reiteração de estrangulamentos em termos de importação. A fim de garantir os recursos necessários à compra de maquinário, torna-se necessário planificar a economia, com o monopólio do comércio exterior. O jovem ensaísta baiano afirma então que o recurso ao capital estrangeiro não constitui solução ao drama em pauta. Na verdade, tal recurso, ao invés de amenizar a crise, apenas a intensificaria, pois as remessas de lucros das empresas estrangeiras tornariam necessário, para cobri-las, o aumento de nossas exportações, uma impossibilidade em termos de uma economia periférica. Daí a conclusão segundo a qual “longe de transformar a nossa estrutura colonial, o Imperialismo vai impulsioná-la, levá-la ao máximo, fazê-la depois perecer. Não resolve as contradições do sistema: leva-as às últimas consequências, cria as bases que apressarão o seu réquiem”.<sup>203</sup>

O cenário da crise de nosso sistema colonial conta ainda, na visão de Coutinho, com as crises cíclicas próprias do capitalismo. Ao desacelerar a dinâmica das trocas, uma crise diminui a compra de nossos produtos e reduz nossas possibilidades de importação, favorecendo, em troca, um novo movimento de substituição de importações e a constituição de uma “economia autenticamente nacional, livre das injunções estrangeiras”.

---

<sup>202</sup> C. N. COUTINHO, “O processo das contradições e a Revolução Brasileira”, *Ângulos*, n. 16, Salvador, Centro Acadêmico Ruy Barbosa, 1960, p. 33.

<sup>203</sup> *Ibid.*, p. 35.



O perfil da crise brasileira é claro. Sua contradição fundamental consiste no caráter alienado da relação entre produção e consumo: “*apesar do surgimento de um vultoso mercado interno (ou seja, do fator consumo nacional), a nossa produção econômica permanece alienada a objetivos extra-nacionais*, fato este que conduz à incapacidade de satisfazer a dita demanda interna do país, pois não há produção para a mesma”. Tal alienação gera a “*anarquia da produção colonial*, ou seja, a saturação dos mercados exteriores, por um lado; e – em virtude disto mesmo – a impossibilidade de satisfazer a demanda interna, por outro”. Detectada a origem do problema, a saber, a inserção do Brasil “em sistemas econômicos internacionais (no passado o colonialista, no presente o imperialista)”, Coutinho aposta em uma união entre produção e consumo, em um sistema produtivo de caráter nacional. Quanto às contradições econômicas, o jovem ensaísta finaliza com o seguinte resumo:

Em suma, a evolução dialética da economia brasileira, nos termos da tríade tese-antítese-síntese, seria: *economia colonial*, onde predomina o fator produção, TESE; *mercado interno*, oriundo do desenvolvimento da tese, ou seja da economia colonial, e onde estrutura-se o fator consumo, ANTÍTESE; elaboração de uma *economia nacional*, onde se conjugam produção e consumo, SÍNTESE.<sup>204</sup>

Delineadas as contradições econômicas, Coutinho questiona quais são, na periférica sociedade brasileira, as “*classes nacionais*” (progressistas), interessadas na ampliação do mercado interno, e as “*classes coloniais*” (reacionárias), defensoras da conservação da produção alienada de nossa economia. No primeiro campo, estão o proletariado e o campesinato. Já no segundo constam os latifundiários, a burguesia financeira e os grandes comerciantes ligados ao comércio exterior. Para além desse quadro esquemático, Coutinho lança a seguinte questão: “o que de realmente científico foi escrito sobre a pequena-burguesia e a burguesia industrial brasileira?”. A provocação tem por base a recusa à obediência “a critérios transplantados de países cênicos, [...] sem valor numa estrutura específica como é a brasileira”. Para o autor, partidário da “*intelligentzia nacionalista brasileira*”, trata-se de considerar as posições das classes em relação à “causa do Nacionalismo”, ou seja, o critério de avaliação de uma classe é sua posição favorável ou contrária à constituição de um “*sistema nacional de produção*”.<sup>205</sup>

<sup>204</sup> C. N. COUTINHO, “O processo das contradições e a Revolução Brasileira”, *Ângulos*, n. 16, Salvador, Centro Acadêmico Ruy Barbosa, 1960, pp. 35-36.

<sup>205</sup> *Ibid.*, pp. 38-39.

Dessa primeira empreitada, podemos concluir que Coutinho enquadra nossa estrutura nacional no âmbito particular dos países periféricos, originados e desenvolvidos no interior das entranhas do capitalismo (primeiro mercantil e depois industrial). Do divórcio entre produção e consumo sediado naquela configuração decorre o caráter igualmente particular das lutas de classe correspondentes, pois acham-se subordinadas “aos imperativos da emancipação nacional”.

## 2.2. O quadro histórico-social na crítica literária

O presente tópico é dedicado à reconstituição dos momentos em que Coutinho, norteador pelos lineamentos da obra de Lukács e tendo como objeto de estudo central obras literárias de autores brasileiros, aborda a particularidade da realidade brasileira. Trata-se aqui de evidenciar os aspectos histórico-sociais captados pelo autor e seus desdobramentos no âmbito cultural ou estético, bem como o grau de profundidade alcançado nessa empreitada analítica.

Em seu *Literatura e humanismo* (1967), o filósofo baiano deixa claro que o problema da modernização brasileira, embora sob nova roupagem temática, não lhe escapa em nenhum momento. Direcionado ao campo da cultura, o olhar coutiniano busca apreender as emanções espirituais dos homens em mediada vinculação com seu trilhar socioeconômico e político. Desse modo, já no “prefácio”, ao discorrer sobre a relação entre as culturas nacional e universal, Coutinho assinala que, se em países já detentores de tradições nacionais progressistas o fechamento às manifestações culturais de outros povos não é de todo trágico, em casos como o nosso a questão assume dimensões catastróficas. O ponto central e diferencial, para o autor, é a não ocorrência de um dado tipo de revolução em nosso país. Em seus termos:

[...] um país como o Brasil, caracterizado pela ausência de uma cultura progressista popular e nacionalmente integrada – o que é fruto da ausência de uma revolução democrática e efetivamente popular em nossa história, bem como da secular separação entre a intelectualidade e o povo-nação – este fechamento levaria necessariamente a um estancamento e mesmo a uma involução do nível ideológico do povo brasileiro.<sup>206</sup>

Assim, a questão da cultura nacional é delineada a partir do modo como é encaminhada a resolução das tarefas políticas. Para Coutinho, essa falta de uma revolução democrática e popular em nossa história torna ainda mais urgente a assimilação do patrimônio progressista, racionalista

<sup>206</sup> C. N. COUTINHO, *Literatura e humanismo*: ensaios de crítica marxista, São Paulo, Paz e terra, 1967, p. 6.

e humanista do cenário europeu, a fim de obter um ponto de partida seguro para nossa própria cultura.

Essa é a lógica que leva Coutinho, na segunda parte do referido livro, focada no romance, a dedicar um ensaio à obra de Graciliano Ramos. Nele, além de fornecer uma análise marxista de um dos maiores escritores brasileiros, o filósofo baiano pretende acentuar o “caráter universalizante da literatura e da cultura brasileiras realmente significativas”, pois entende que Graciliano é “um autêntico continuador das tradições do romance realista europeu”.<sup>207</sup>

O ensaísta baiano principia caracterizando, de acordo com seu método histórico-sistemático, o solo histórico que possibilitou o êxito de Graciliano, no sentido da representação literária do processo de formação da realidade brasileira contemporânea. Segundo o autor, o caráter clássico que a crise da sociedade semicolonial assume no Nordeste, isto é, o fato de aí ela se apresentar de modo mais evidente, representando a crise de todo o país, constitui o fator que permite a Graciliano, no interior do romance nordestino da década de 1930, a superação da mistura de romantismo e de naturalismo vigente em sua época. Para Coutinho:

Os movimentos de renovação e de transformação, que começavam a esboçar-se (apenas esboçar-se) por todo o País, chocavam-se no Nordeste com barreiras mais firmes, com obstáculos quase intransponíveis. As esperanças de renovação democrática da sociedade eram violentamente cortadas; a ausência de uma classe social efetivamente (e não apenas potencialmente) revolucionária condenava à solidão e à incompreensão.<sup>208</sup>

Na especificação desse quadro de crise são delineadas certas características distintivas de nossa sociedade.

O esgotamento das potencialidades de nossa economia semifeudal não fora seguido por uma renovação radical, pela criação de uma forma moderna de economia e de relações sociais. A ausência de uma economia integrada – estruturada em torno de um mercado interno único – era causa e efeito da inexistência de uma classe burguesa orgânica, que estivesse em condições de promover uma autêntica revolução democrática.<sup>209</sup>

Esse diagnóstico da natureza de nossa formação histórica difere em certa medida do realizado no ensaio de estreia. Se lá éramos fruto dos movimentos expansivos do capitalismo

<sup>207</sup> C. N. COUTINHO, *Literatura e humanismo: ensaios de crítica marxista*, São Paulo, Paz e terra, 1967, pp. 3-4.

<sup>208</sup> *Ibid.*, p. 140.

<sup>209</sup> *Ibid.*, pp. 140-141.

comercial, agora é afirmada a vigência de “feudalismo” em nosso passado colonial. No entanto, o que importa a Coutinho neste momento é a insuficiência econômica brasileira e, portanto, a ausência de uma burguesia nos moldes clássicos, ou seja, temporariamente vinculada aos destinos do conjunto das classes populares. Sendo assim, e agora atinando para as características mais espirituais do processo, somos carentes do arsenal ideal típico do cenário europeu ocidental, no qual a burguesia acenou transitoriamente com a possibilidade de engendrar indivíduos que integrassem em si vida pública e vida privada. Isto é, trata-se do ideal de superação do “pequeno mundo” dos indivíduos isolados através da constituição de um “grande mundo”, pela integração dos homens em uma autêntica comunidade humana. Nesse sentido, Coutinho observa que,

No Brasil, bem como na generalidade dos países coloniais ou dependentes, a evolução do capitalismo não foi antecedida por uma época de ilusões humanistas e de tentativas – mesmo utópicas – de realizar na prática o “cidadão” e a comunidade democrática. Os movimentos neste sentido, ocorridos no século passado e no início deste século, foram sempre agitações superficiais, sem nenhum caráter verdadeiramente nacional e popular. Aqui, a burguesia se ligou às antigas classes dominantes, operou no interior da economia retrógrada e fragmentada. Quando as transformações políticas se tornavam necessárias, elas eram feitas “pelo alto”, através de conciliações e concessões mútuas, sem que o povo participasse das decisões e impusesse organicamente a sua vontade coletiva.<sup>210</sup>

O ponto central para o ensaísta baiano é a impossibilidade, fixada a ausência de um fluxo democrático popular, da constituição, ainda que provisória, de perspectivas de uma comunidade humana autêntica. Daí a afirmação da dificuldade, por parte de nossos escritores, na “criação de autênticas obras épicas e realistas”. Nessa afirmação de distinções cabem também homologias, pois, se possuímos características originais em relação à realidade europeia, há aqui a existência “simultânea e contraditória” de vários estágios da evolução do capitalismo:

[...] em determinados casos, ele representa um estímulo à perpetuação de nossa velha sociedade estagnada; em outros, apresenta-se como possibilidade de renovação e de progresso; finalmente, revelando prematuramente as suas naturais limitações e contradições internas, cria condições para a abertura de uma perspectiva – ainda abstrata – voltada para a nova sociedade pela qual será superado, o socialismo.<sup>211</sup>

---

<sup>210</sup> C. N. COUTINHO, *Literatura e humanismo*: ensaios de crítica marxista, São Paulo, Paz e terra, 1967, p. 142.

<sup>211</sup> *Ibid.*, p.143.

Desse modo, apesar dos limites apontados, o capitalismo brasileiro comporta possibilidades novas. Dentre elas, uma é particularmente importante para o tema que Coutinho trabalha, isto é, o romance. Referimo-nos aqui à possível emergência de indivíduos que, inconformados com a mesquinha e alienada realidade vigente, lutam pela sua superação e para adquirir valores autênticos. No dizer do filósofo baiano, “esta ‘inquietação’, este ‘inconformismo’ – que o jovem Lukács, usando a terminologia de Goethe, chama de ‘demonismo’ – tem uma de suas fontes principais, aqui como na Europa, no desenvolvimento do capitalismo”. Assim, com a “contradição entre um mundo alienado e indivíduos inconformados que lutam contra a alienação”, temos também em terras nacionais “o conteúdo essencial do gênero romanesco”.<sup>212</sup>

Para Coutinho, através da forma estrutural do romance, Graciliano representa as modalidades da evolução do capitalismo no país: na forma do reforço da velha situação, da contradição com ela e, por fim, da abertura de perspectivas para sua própria superação. A movimentação das classes sociais, condicionada por aquela evolução, permite o surgimento da inquietação e do inconformismo necessários à emergência da figura do “herói problemático”. Segundo Coutinho, no universo de Graciliano a diferente reação desse herói em relação à realidade alienada depende da classe social à qual está vinculado. Ao expressarem o máximo de possibilidades contidas nas diferentes categorias sociais nacionais, os heróis problemáticos de Graciliano constituem *tipos* autênticos, o que torna sua obra uma verdadeira “análise literária das diversas atitudes típicas das classes sociais brasileiras (à exceção do proletariado) em face do ‘mundo alienado’”.<sup>213</sup>

Na análise dos romances de Graciliano, Coutinho capta traços da particularidade do desenvolvimento capitalista no Brasil. É o que ocorre na descrição dos personagens do livro *São Bernardo*. Para o filósofo baiano, ao expressar uma complexa integração de valores feudais (apego à vida rural e dificuldade de ambientar-se ao meio urbano) e capitalistas (sede de lucro e de domínio), a figura de Paulo Honório constitui “o representante típico da burguesia brasileira”. Assim, o romance de Graciliano apresenta uma novidade em termos da estrutura romanesca. O personagem em questão representa o

---

<sup>212</sup> C. N. COUTINHO, *Literatura e humanismo*: ensaios de crítica marxista, São Paulo, Paz e terra, 1967, p. 143.

<sup>213</sup> *Ibid.*, p. 145.

[...] “mundo convencional e vazio”, aquela espessa realidade que condena ao fracasso as melhores aspirações do “herói problemático”. Ao mesmo tempo, porém, também ele é um “herói problemático”, precisamente na medida em que os elementos capitalistas que formam sua personalidade condicionam a pesquisa de um sentido novo para a vida, fundado sobre a sua ambição de elevação social, levando-o a chocar-se com o mundo estagnado e a adotar uma atitude diversa da média cotidiana dos demais fazendeiros.<sup>214</sup>

Carentes dos valores do humanismo burguês clássico, os representantes típicos de nossa burguesia possuem um obstáculo adicional em sua trajetória de auto-affirmação, isto é, além do mundo hostil exterior, devem enfrentar também uma limitação própria de sua classe, a “conciliação interior com o atraso social”. Essa novidade em relação à estrutura do romance europeu do princípio do século XIX, o fato de um mesmo personagem encarnar tanto o mundo alienado quanto o herói problemático, decorre, de acordo com Coutinho, da natureza de nosso capitalismo e de seus representantes:

[...] ao mesmo tempo em que representa um papel progressista, criando condições para o surgimento do “inconformismo” em face da estagnação anterior, nosso capitalismo – por causa de sua fraqueza e de sua incapacidade de organizar a inteira sociedade a partir de um ponto de vista globalmente inovador – é obrigado a conciliar com o velho e o caduco, com as forças que mantêm o nosso atraso secular, e a se opor, conseqüentemente, às novas forças verdadeiramente renovadoras.<sup>215</sup>

Ainda no interior de *São Bernardo*, Coutinho constata que as distintas condições do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, aquela complexa “existência simultânea e contraditória de vários de seus estágios”, possibilitam a emergência de outras particularidades literárias. Se o desfecho trágico da trajetória de Paulo Honório foi determinado pelo caráter individual de seus valores, isto é, pela particularidade não-humanista da classe que encarna, o destino da personagem Madalena, vinculado a outra categoria social, é igualmente trágico. No entanto, a similitude oculta diferenças radicais: de acordo com Coutinho, Madalena é um herói problemático de tipo comunitário, originário do realismo russo. Trata-se aqui do “indivíduo que busca realizar-se através da integração na comunidade humana, superando o individualismo, mas que – graças à inexistência objetiva desta comunidade – está também condenado ao fracasso”.<sup>216</sup> São as condições específicas da sociedade brasileira, em especial o atraso na constituição das

<sup>214</sup> C. N. COUTINHO, *Literatura e humanismo: ensaios de crítica marxista*, São Paulo, Paz e terra, 1967, p. 156.

<sup>215</sup> *Ibid.*

<sup>216</sup> *Ibid.*, p. 158.

classes que encarnam o potencial de superação dos limites do “pequeno mundo”, que condicionam o insucesso da tentativa de realização de Madalena:

Sua impotência trágica decorre, igualmente, de sua solidão; mas de uma solidão socialmente diversa da de Paulo Honório. Ela é só na medida em que ainda não existe, como fato objetivo e histórico, a comunidade humana autêntica; ou, em outras palavras: sua solidão decorre da inexistência, na sociedade brasileira de então, das classes sociais que tornariam possível, se não o estabelecimento, pelo menos a possibilidade concreta da criação imediata de uma nova sociedade, de um “grande mundo” humanista e democrático.<sup>217</sup>

Para Coutinho o “radicalismo impotente” de Madalena vincula-se ao humanismo abstrato da classe média urbana. Essa, portando os limites próprios à classe média e em decorrência das “condições do atraso brasileiro”, permanecia isolada e ignorante quanto aos meios de realizar seus ideais de solidariedade e fraternidade.

Sintético quanto ao vínculo entre o capitalismo brasileiro e a representação de suas classes burguesa e média em *São Bernardo*, Coutinho conclui:

O desenvolvimento desigual e duplamente contraditório do nosso capitalismo, determinando uma especificidade nas contradições humanas e sociais, leva Graciliano à criação de uma estrutura romanesca bastante original, onde – em orgânica síntese dialética – coexistem elementos de dois níveis diversos da evolução da forma romanesca: o “herói problemático” individualista, típico do romance francês da primeira metade do século XIX, e o “herói problemático” que busca valores comunitários, ainda que de uma forma abstrata e solitária, surgido com o realismo russo dos fins do século passado.<sup>218</sup>

Mas não é apenas a negatividade que pode ser visualizada no quadro do destino das classes sociais brasileiras. Imerso em uma estrutura agrária de “caráter retrógrado e improdutivo” e historicamente desligado da participação criadora da vida pública, o campesinato brasileiro possibilita, na estrutura compositiva de *Vidas secas*, a abertura de perspectivas de superação da “miséria brasileira”. O autor refere-se aqui à “criação de ‘heróis positivos’, isto é, que realizem [*sic*] os valores implícitos na sua ação, triunfando do mundo hostil, ou que, simplesmente, apresentem [*sic*] uma possibilidade concreta de fazê-lo, não tendo a sua ‘busca’ um caráter

<sup>217</sup> C. N. COUTINHO, *Literatura e humanismo: ensaios de crítica marxista*, São Paulo, Paz e terra, 1967, pp. 158-159.

<sup>218</sup> *Ibid.*, pp. 160-161.

necessariamente trágico”.<sup>219</sup> A virtualidade apontada reside no caráter potencialmente revolucionário do campesinato brasileiro. Nos termos do filósofo baiano:

[...] esta abertura para o futuro é dada [...] pela própria realidade brasileira: ao passo que a burguesia latifundiária e a classe média não podem transcender, enquanto classes, o “pequeno mundo” da *miséria brasileira* – sendo necessariamente trágicas ou grotescas em sua tentativa de fazê-lo – o campesinato é uma classe potencialmente revolucionária, que participa do conjunto de classes que têm real interesse na destruição da *miséria brasileira* e na criação de um “grande mundo” democrático, de uma nova sociedade.<sup>220</sup>

As considerações de Coutinho acerca do capitalismo brasileiro são elevadas a conceito em outro de seus ensaios dedicados à literatura, desta vez à obra de Lima Barreto. Trata-se novamente da tentativa de reavaliar criticamente “nossa herança progressista, entendida como ponto de partida para a construção de uma nova cultura brasileira democrática e nacional-popular”. A fim de entender o significado da obra do romancista carioca no desenvolvimento de nossa literatura, Coutinho busca estabelecer algumas linhas desse processo de evolução, não só no âmbito da estética, mas também no tocante ao “quadro histórico-social” em que se processa.

Recorrendo agora aos escritos de Lenin acerca das possibilidades de transição para o capitalismo na Rússia, em particular sobre o modo de adequar sua estrutura agrária feudal às novas relações capitalistas, Coutinho adota o conceito de “via prussiana” para a compreensão de nosso “progresso social”. Nesse “modelo de evolução”,

Ao invés das velhas forças e relações sociais serem extirpadas através de amplos movimentos populares de massa, como é característico da “via francesa” ou da “via russa”, a alteração social se faz mediante conciliações entre o novo e o velho, ou seja, tendo-se em conta o plano imediatamente político, mediante um reformismo “pelo alto” que exclui inteiramente a participação popular.<sup>221</sup>

Temos aqui a caracterização sintética de uma hipótese interpretativa para o desenvolvimento do capitalismo no campo, uma alternativa em que a ênfase recai na exclusão dos setores populares dos processos de transformação social. Da prevalência dessa modalidade de mudança social, também chamada pelo autor de “revolução pelo alto”, resultam um

<sup>219</sup> C. N. COUTINHO, *Literatura e humanismo: ensaios de crítica marxista*, São Paulo, Paz e terra, 1967, p. 178.

<sup>220</sup> *Ibid.*

<sup>221</sup> *Idem*, “O significado de Lima Barreto na literatura brasileira”, in: \_\_\_\_\_ et al., *Realismo e anti-realismo na literatura brasileira*, Rio de Janeiro, Paz e terra, 1974, p. 3. A referência a Lenin não deve ocultar o fato de que nesse artigo o conceito de “via prussiana” utilizado por Coutinho tem por base os escritos de Georg Lukács, particularmente aqueles voltados para a compreensão da literatura.



desenvolvimento “lento e irregular” das forças produtivas e a conservação do poder por parte das velhas classes dominantes. Ressalte-se ainda que o modelo é definido em contraste com os casos de França e Rússia, países nos quais a participação popular, em especial do campesinato, nos processos revolucionários é notória.<sup>222</sup>

O “modelo” seguido por nosso país acarretaria duas consequências de extremo interesse para a discussão realizada no referido artigo, haja vista ser a preocupação nesse a questão da consciência “democrático-popular”, ou, mais especificamente, o papel da formação social na gênese dessa consciência. De um lado, teríamos a geração espontânea, por parte daquela “via antidemocrática”, da ideia “de que a mudança social assemelha-se a um ‘destino fatal’, inteiramente independente da ação humana” e, de outro, a concepção segundo a qual a transformação só é possível mediante a “ação singular de indivíduos excepcionais”. Desta forma, consubstancia-se um cenário no qual a exclusão da população dos processos de transformação no plano político acarreta um duplo equívoco na consciência popular referente a seu papel na história, ou ainda, a ausência de uma forma de consciência mais elevada – “democrático-popular” – é geneticamente relacionada ao “profundo divórcio entre o povo e a nação”.<sup>223</sup>

Para Coutinho, o grau de negatividade de tal modelo afeta até mesmo os intelectuais, ocasionando entre nós, “praticamente desde os inícios do Brasil independente”, o fenômeno do “intimismo à sombra do poder”, conceito tomado de empréstimo a Thomas Mann e que o filósofo baiano utiliza para denominar uma atitude manifesta no meio intelectual atinente à disposição de situar-se em um campo aparentemente autônomo em relação aos diversos grupos sociais, autonomia cujas medidas são dadas pela postura acrítica perante o *status quo*.<sup>224</sup> Na visão do autor, diante das alterações realizadas “pelo alto”, os intelectuais tornam-se descrentes em relação a uma possível influência sua nos processos de decisão. Com isso, não tratam das situações concretas da sociedade e adotam uma posição de *aparente* neutralidade.

<sup>222</sup> Se a presença do campesinato nos processos revolucionários assemelha os casos francês e russo, a liderança burguesa no primeiro e sua ausência no segundo tornam ambígua a referência de Coutinho.

<sup>223</sup> C. N. COUTINHO, “O significado de Lima Barreto na literatura brasileira”, in: \_\_\_\_\_ et al., *Realismo e anti-realismo na literatura brasileira*, Rio de Janeiro, Paz e terra, 1974, p. 3.

<sup>224</sup> Esta articulação entre o conceito de “intimismo à sombra do poder” e a realidade da “via prussiana” é explicitamente baseada em Lukács, em especial seu livro sobre *Thomas Mann*, Barcelona-México, Ediciones Grijalbo, 1969.

Tal situação seria agravada pelo fato de a intelectualidade, no geral oriunda das classes médias, utilizar-se da cultura como instrumento de diferenciação em relação ao trabalho, atividade considerada indigna pela sua conotação servil.<sup>225</sup> Adensando a caracterização de nossa modalidade de intimismo, o autor chama a atenção para o fato de que os intelectuais estavam, por motivos de carência material, vinculados à figura do Estado, o que contribui ainda mais para sua postura neutra. No entanto, segundo Coutinho, não se trata de uma posição deliberada de apoio ao poder estabelecido. O que ocorre é uma capitulação aos preconceitos gerados espontaneamente pela via prussiana, ou seja, o “subjetivismo extremado” que vê as mudanças como produtos da ação de indivíduos excepcionais e o “fatalismo pseudo-objetivo” que minimiza “o papel da ação humana na criação da história”.<sup>226</sup>

O primeiro desses preconceitos teria dado origem ao nosso romantismo, marcado pelo escapismo em relação às contradições sociais e pela figuração de problemas privados e superficiais; já o segundo originaria o naturalismo, cuja debilidade implícita, referente à “tendência à resignação e ao imobilismo conformista”, se acentua no país “em decorrência da pobreza humana objetiva e da escassa integração nacional que caracterizavam nossa sociedade semicolonial”.<sup>227</sup> Dessa forma, o referido quadro de tendências é entendido como produto característico da via prussiana. No dizer do filósofo baiano, “nas condições de um país semicolonial imerso na ‘via prussiana’ de desenvolvimento, a criação de autênticas obras estéticas realistas torna-se altamente problemática”. Tratando mais concretamente dessa dificuldade, Coutinho assevera que

A intensa e quase completa estagnação social, a impossibilidade de captar no plano fenomênico imediato ações humanas significativas (capazes de servir de objeto à figuração artística), acentuam ainda mais a tendência dos criadores a situar-se no plano do “intimismo à sombra do poder” [...] <sup>228</sup>

Diante dessas condicionantes, o romantismo brasileiro “busca na evasão subjetivista diante do prosaísmo desumanizante da realidade concreta o seu específico material poético”,

---

<sup>225</sup> Cf. C. N. COUTINHO, “O significado de Lima Barreto na literatura brasileira”, in: \_\_\_\_\_ et al., *Realismo e anti-realismo na literatura brasileira*, Rio de Janeiro, Paz e terra, 1974, p. 4.

<sup>226</sup> *Ibid.*, p. 5.

<sup>227</sup> *Ibid.*, p. 7.

<sup>228</sup> *Ibid.*, p. 8.

enquanto que o naturalismo “limita-se a descrever a estagnação e a considerá-la como algo ‘fatal’ e imutável”.<sup>229</sup>

Não obstante, o modelo prussiano de evolução teria efeitos diversos sobre os diferentes gêneros literários: naqueles cujo substrato de representação é a ação humana, os gêneros objetivos – épica e drama –, o resultado seria prejudicado, mas naquele que se pauta pela explicitação de uma “subjetividade elevada à universalidade concreta”, a lírica, a pobreza humana objetiva e o intimismo poderiam ser sobrepujados, possibilitando assim as “vitórias do realismo”, ou seja, a representação estética do núcleo humano dos homens. Segundo o autor, essa é a explicação para a superioridade da lírica perante os demais gêneros e também para a sua continuidade de evolução que, como veremos mais adiante, o autor acredita inexistir no drama e no romance brasileiros.

Focando sua atenção na criação épico-narrativa, Coutinho detêm-se na obra de Manuel Antônio de Almeida. O filósofo baiano afirma que a obtenção de expressiva “vitória do realismo” na obra *Memórias de um sargento de milícias* só foi possível graças ao fato de Almeida ter-se mantido fiel às promessas de mudança no período das lutas pela Independência, tendo permanecido incólume às “tendências prussianas” que marcaram “efetivamente a realização da independência e que já dominavam soberanamente na época em que [...] viveu e criou”. Ao permanecer alheio aos nefastos efeitos da via prussiana à época da efetivação de nossa Independência e atento à mobilidade social do período imediatamente anterior, Antônio de Almeida pôde, na leitura de Coutinho, elaborar um trabalho similar a um “tipo de romance que é expressão de uma época na qual o capitalismo – liberando as potencialidades humanas reprimidas pelo feudalismo e incentivando uma ampla mobilidade social – ainda não revelara inteiramente a sua face contraditória e repressora da individualidade”.<sup>230</sup>

Outro caso de vitória do realismo seria constituído, ainda que de modo bastante diverso, por Machado de Assis. Sua situação é distinta pelas próprias condições da época em que produziu, haja vista seus trabalhos se referirem ao período do Segundo Reinado, momento no qual “as devastações humanas causadas pela via prussiana (com suas consequências antiestéticas)

<sup>229</sup> C. N. COUTINHO, “O significado de Lima Barreto na literatura brasileira”, in: \_\_\_\_\_ et al., *Realismo e anti-realismo na literatura brasileira*, Rio de Janeiro, Paz e terra, 1974, p. 8.

<sup>230</sup> *Ibid.*, p. 9.

havam alcançado um ponto extremo”.<sup>231</sup> No período em que escreve, já não haveria mais expectativas de figurar ações humanas significativas, no entanto, o clima de falsa segurança reinante não teria detido o romancista que, valendo-se do pessimismo como arma a serviço do humanismo, colocou a descoberto a mesquinhez de uma vida sobre bases intimistas.

De acordo com o filósofo baiano, se a obra de Almeida se beneficiou de seu “anacronismo histórico”, isto é, da fidelidade às promessas do período das lutas pela Independência e do distanciamento que manteve em relação ao prussianismo que marcou efetivamente sua realização, a de Machado de Assis foi favorecida pelo fato de o romancista ter-se mantido alheio às agitações “superficiais” dos anos 1870. Somente assim pôde constatar a continuidade da via prussiana, entendida como “traço essencial e duradouro da evolução histórica brasileira”.

A menção a esses dois romancistas não se faz ao acaso, Coutinho quer com isso evidenciar que não há, entre Almeida e Machado, nenhum traço de continuidade. Embora ambos fossem *humanistas* e *realistas*, cada um atingiu a vitória do realismo de modo particular, com meios estéticos e ideológicos distintos.

Neste momento, podemos observar a explicitação nítida de um traço característico da via prussiana no país. Segundo o autor, “nos países que seguiram uma via democrática de desenvolvimento, nos quais a contínua intervenção popular na criação da vida nacional assegura a formação de um amálgama sócio-humano relativamente homogêneo e unitário, a literatura apresenta também uma marcada continuidade”.<sup>232</sup> Ou seja, a intervenção popular, traço característico das vias francesa e russa, possibilitaria ao intelectual a oportunidade de valer-se dos trabalhos de seus antecessores na realização de suas próprias experiências, mesmo que fosse para “superá-los dialeticamente”. Diversa seria a situação dos países em que prevaleceu a via prussiana para o progresso, marcados pela descontinuidade na elaboração de obras realistas. De acordo com Coutinho, as razões desse fenômeno são as seguintes:

[...] radical separação entre os intelectuais e o povo-nação; [...] fragmentação e [...] heterogeneidade sociais decorrentes da ausência de um sujeito nacional-popular unitário, que intervenha continuamente na criação da história (gerando, entre outros, o fenômeno da divisão do país em regiões mais ou menos

<sup>231</sup> C. N. COUTINHO, “O significado de Lima Barreto na literatura brasileira”, in: \_\_\_\_\_ *et al.*, *Realismo e anti-realismo na literatura brasileira*, Rio de Janeiro, Paz e terra, 1974, p. 10.

<sup>232</sup> *Ibid.*, p. 11.

autônomas); e, finalmente, como consequência, [...] ausência de tipos humanos exemplares que se expressem através de ações independentes e significativas.<sup>233</sup>

O quadro constituído por essa série de caracteres impediu, na visão do autor, tanto que Machado se valesse dos resultados atingidos por Manuel de Almeida, quanto uma influência efetiva da obra machadiana na literatura posterior, uma influência cuja força pudesse impedir que seus sucessores apanhassem apenas seu estilo, deixando de lado a essência de sua obra – conteúdo humano social –, em prol de uma “artisticidade” que Coutinho denomina de “nova versão do intimismo à sombra do poder”.<sup>234</sup> Ou seja, a descontinuidade do realismo é acompanhada pela continuidade do intimismo.

É no bojo desse conjunto de elementos que o filósofo baiano vai buscar a razão pela qual Lima Barreto tanto ataca Machado quanto refuta sua obra enquanto referencial estilístico e ideológico. Lima Barreto teria intuído corretamente que o estilo machadiano, usado para criticar a época do Segundo Reinado, não servia mais para a da Primeira República, visto que a passagem de uma à outra correspondia a um novo estágio do “modelo prussiano”. O novo realismo de Lima implicaria no abandono do estilo, visão e temáticas de Machado. No entender de Coutinho, a descontinuidade antes descrita se manifesta, nesse caso específico, no fato de o desenvolvimento das contradições sociais na época da República, momento em que o Brasil adentra o período imperialista, não permitir mais “a íntima fusão de beleza e verdade, de serenidade e realismo, que caracteriza o classicismo de Machado”. Assim, temos o momento, vivido por Lima Barreto, em que “a sutil ironia machadiana deve ser substituída pela amarga sátira contra os poderosos, uma sátira que não hesita em converter-se num impiedoso sarcasmo”.<sup>235</sup> Trata-se aqui, no registro coutiniano, de uma versão brasileira do fenômeno literário alemão chamado por Heinrich Heine de “fim do período artístico”.

---

<sup>233</sup> C. N. COUTINHO, “O significado de Lima Barreto na literatura brasileira”, in: \_\_\_\_\_ et al., *Realismo e anti-realismo na literatura brasileira*, Rio de Janeiro, Paz e terra, 1974, p. 12. É importante assinalar que, embora não citado, o suporte utilizado por Coutinho na apreensão da particularidade em questão é o livro *Goethe y su época*, de Georg Lukács. Nele, tendo por base a particularidade histórica da trajetória alemã para o capitalismo, o filósofo húngaro observa, além da desconexão entre a vida efetiva e a literatura alemãs, o caráter excepcional do realismo dessa última em comparação com o caso francês. Cf. G. LUKÁCS, *Goethe y su época*, Barcelona-México, Ediciones Grijalbo, 1968.

<sup>234</sup> C. N. COUTINHO, “O significado de Lima Barreto na literatura brasileira”, in: \_\_\_\_\_ et al., *Realismo e anti-realismo na literatura brasileira*, Rio de Janeiro, Paz e terra, 1974, p. 17.

<sup>235</sup> *Ibid.*, pp. 15 e 19.

Acompanhando a análise coutiniana, podemos perceber que os efeitos e as representações dos efeitos da via prussiana também estão presentes na vida e na obra de Lima Barreto e não apenas nas de seus antecessores realistas ou no hiato de sua emergência histórica. Ainda que, em sua essência, a realidade brasileira continuasse a mesma, na transição para a República teriam ocorrido mudanças significativas, com consequências importantes na obra de Lima. De acordo com o filósofo baiano,

[...] coincide com o aparecimento da República tanto o aguçamento da dependência brasileira ao imperialismo, inclusive através da indústria nascente, quanto o tumultuoso surgimento das primeiras lutas de classe entre o proletariado e a oligarquia dominante. O país ingressava na era capitalista (que já atingira no plano universal a fase imperialista, a fase das guerras e revoluções em escala mundial) sem ter resolvido os impasses históricos decorrentes da “via prussiana”.<sup>236</sup>

É justamente em um dos contendores da época da República, o proletariado emergente, que Coutinho encontra a força impulsora da obra de Lima Barreto: o novo personagem poderia representar a virtual superação da via prussiana. Em meio a esse quadro em reconfiguração, as formas pelas quais se dava continuidade à via prussiana – formas “paternalistas” – deveriam ceder lugar às modalidades “burocrático-ditatoriais”, vista que o clima de “aparente estabilidade social” de outrora fora dissolvido pelos conflitos que vieram à tona com o advento da República. Nos termos de Coutinho:

Não é assim casual que Lima Barreto seja contemporâneo do surgimento das primeiras manifestações do proletariado organizado em nosso país; tão somente esse surgimento podia possibilitar ao escritor aquele “ponto de Arquimedes” situado fora da “via prussiana”, capaz de revelar-lhe a integralidade das contradições sociais e humanas decorrentes dessa via.<sup>237</sup>

Isto é, o clima de agitação proveniente da entrada em cena do proletariado propiciou a Lima Barreto o material necessário ao árduo trabalho de dar prosseguimento ao realismo brasileiro. Assim, alheio ao modelo prussiano, armado com sua sátira e defendendo francamente as classes que poderiam empreender uma ruptura, Lima teria obtido êxito em sua tarefa. Ao recusar a visão determinada pelo intimismo à sombra do poder, mediante apoio em seu ponto de Arquimedes, captou não somente “a aliança entre a ‘moderna’ República nascente e o

<sup>236</sup> C. N. COUTINHO, “O significado de Lima Barreto na literatura brasileira”, in: \_\_\_\_\_ et al., *Realismo e anti-realismo na literatura brasileira*, Rio de Janeiro, Paz e terra, 1974, pp. 18-19.

<sup>237</sup> *Ibid.*, p. 20.

imperialismo”, mas também “a tendência de ‘agraristas’ e ‘industrialistas’ a se fundirem numa nova coalizão, continuadora da tradicional ‘via prussiana’”, coalizão realizada em detrimento da participação popular e que, após uma série de vicissitudes, Coutinho assevera ter chegado “ao poder com a revolução de 30”.<sup>238</sup>

Apesar de possibilitar estes elementos, proletariado e ambiente de agitação social – implícitos em sua mudança de estágio –, a via prussiana prejudicaria o trabalho intelectual também no nível individual e não apenas em termos da constituição de uma continuidade histórica no realismo brasileiro. Isto é, seus efeitos nefastos englobariam, além da descontinuidade abordada anteriormente, outra, situada no interior mesmo do conjunto de trabalhos de um autor isolado, ou, nas palavras do filósofo baiano, “forçando um pouco a mão, poderíamos dizer que aquele ‘recomeçar do início’ não vale apenas para cada escritor singular, mas até mesmo para cada obra singular (ou, pelo menos, para cada etapa singular na produção do escritor, como é o caso em Machado de Assis)”.<sup>239</sup> Referindo-se mais concretamente ao caso de Lima Barreto, Coutinho afirma que, “o pleno amadurecimento obtido no *Policarpo Quaresma* representa um cume a dividir uma interessante e significativa via ascendente (*Gonzaga de Sá, Isaías Caminha*) de um período final extremamente problemático (*Numa e a Ninfa, Clara dos Anjos*)”.<sup>240</sup> Ao recusar a ideia de que Lima Barreto carecia de talento, o filósofo baiano chega mesmo a dizer que não apenas sua obra está marcada por rupturas decorrentes de nosso modelo de transição para a modernidade, mas que também os problemas de sua vida pessoal, responsáveis pela queda do nível de seus trabalhos finais, estão relacionados a esse caminho.

Após uma breve análise das obras *Numa e a Ninfa* e *Clara dos Anjos*, cuja resultante é a afirmação da negatividade de ambas, Coutinho passa ao estudo daquela que considera a obra-prima de Lima Barreto, *Triste fim de Policarpo Quaresma*, com a qual o romancista carioca teria finalmente atingido o estilo exigido pela época, um de tom “participante”, “antiartístico” e “brutalmente realista”. Enquanto nóculo central da análise coutiniana, temos a explicitação da questão da “bizarrice”. Refutando a tese segundo a qual Lima teria apenas transposto experiências pessoais para o plano literário, Coutinho assevera que o romancista captou e figurou

<sup>238</sup> C. N. COUTINHO, “O significado de Lima Barreto na literatura brasileira”, in: \_\_\_\_\_ et al., *Realismo e anti-realismo na literatura brasileira*, Rio de Janeiro, Paz e terra, 1974, p. 20.

<sup>239</sup> *Ibid.*, pp. 22-23.

<sup>240</sup> *Ibid.*, p. 23.

os traços bizarros existentes em nossa sociedade, também constantes em sua própria vida. Ou seja, tratar-se-ia de figuração realista, pois, na visão de Coutinho, Lima representa em seus trabalhos um “fenômeno social objetivo mais amplo” e, portanto, igualmente presente em sua biografia. Arrimando-se em Lukács, o filósofo baiano afirma

[...] que a bizarrice representa uma manifestação peculiar do caráter humano, decorrente da necessidade (livremente adotada) de atuar objetivamente num meio social cujas formas fenomênicas obstaculizam ou impedem a atividade autônoma comunitariamente respaldada, isto é, a atividade capaz de explicitar sem conflitos o núcleo humano do agente.<sup>241</sup>

Desse modo, podemos concluir que a bizarrice refere-se a uma forma de manifestação deformada do interior preservado dos indivíduos perante um ambiente social mesquinho. Suas formas, correspondentes ao grau de discrepância entre o núcleo humano e a realidade social, englobam desde a extravagância até a patologia. É com o metro dessa definição que Coutinho consegue avaliar o verdadeiro valor da obra de Lima Barreto:

[...] a figuração das deformações bizarras da ação humana, que ocorrem necessariamente nesse quadro histórico-social “prussiano”, indicam o modo peculiar através do qual Lima alcançou uma expressiva vitória do realismo; com efeito, no seio de uma realidade marcada pela fragmentação nacional, pelo caráter “espontâneo” das transformações sociais, as ações humanas significativas – capazes de simbolizar esteticamente a essência da realidade – tendem a assumir formas extremamente peculiares, muitas vezes bizarras, requerendo do romancista que as quer descobrir e representar uma sensibilidade artístico-ideológica verdadeiramente superior.<sup>242</sup>

Reiterando o já exposto, podemos dizer que o ambiente social brasileiro, em decorrência das deformações impostas pela via prussiana, emerge como cenário inadequado à efetivação de uma arte realista. No entanto, demonstrando grande “sensibilidade artístico-ideológica”, Lima teria conseguido compor uma obra na qual o “herói problemático”, personificado sob a forma peculiar do “tipo bizarro”, vivencia e expressa as contradições provenientes do modelo prussiano. No dizer de Coutinho,

Através da figuração de seu [de Policarpo] miserável destino, Lima concretiza – com meios especificamente artísticos – uma demolidora e implacável crítica àquela sociedade que condena ao ridículo, à extravagância e à bizarrice as mais

<sup>241</sup> C. N. COUTINHO, “O significado de Lima Barreto na literatura brasileira”, in: \_\_\_\_\_ et al., *Realismo e anti-realismo na literatura brasileira*, Rio de Janeiro, Paz e terra, 1974, p. 34.

<sup>242</sup> *Ibid.*, p. 33.



profundas e autênticas inclinações do nosso povo no sentido da realização humana e, mais concretamente, da realização humana através da participação criadora no melhoramento da sociedade.<sup>243</sup>

Ainda segundo o filósofo baiano, outro mérito de Lima é a composição da síntese entre o herói problemático e o mundo. Se a construção do herói sob a forma da bizarrice já fora exaltada, o ponto central aqui é a seleção e hierarquização necessários à composição da “totalidade de objetos”. O romancista seleciona na diversidade da realidade social e hierarquiza como aspectos compositivos de sua obra a “burocratização da vida” e o “bonapartismo militar” – esse último correspondendo à “transformação pelo alto”, cuja figuração é efetivada com o movimento florianista –, ambos com o sentido claro da exclusão popular dos processos de transformação e, enquanto tais, constituindo “conexões essenciais da via prussiana”. Isto é, na visão de Coutinho, um dos principais aspectos da via prussiana não escapou ao romancista carioca, ou seja, a marginalização dos setores populares em relação à criação da história.

O filósofo baiano atina para mais um elemento da realidade brasileira presente e decisivo no *Policarpo* ao esclarecer que “no tipo de realismo proposto por Lima (ou seja, no realismo fundado na explícita tomada de posição), que corresponde a períodos históricos marcados por contradições sociais intensas, a formulação de alternativas torna-se um elemento estrutural necessário da composição”.<sup>244</sup> Trata-se aqui da natureza específica da alternativa apontada por Lima ao quadro social que retrata, ou melhor, do fato de que a incipiência do proletariado urbano não permitiu sua elevação, no plano da figuração, à categoria de alternativa concreta. Descrevendo o “quadro de estagnação social da Primeira República”, Coutinho observa:

O movimento operário [...] já era suficiente para fornecer ao romancista um “ponto de Arquimedes” situado fora do “caminho prussiano”, ou seja, para lhe fornecer uma base ideológica histórico-universal para a sua crítica radical de nossa sociedade. Mas essa base ainda era na época suficientemente abstrata; alheio ao romantismo, Lima não poderia encontrar no mundo proletário de então, que mal começava a nascer, a universalidade concreta requerida pra a criação de autênticos tipos realistas.<sup>245</sup>

Em decorrência disso, o romancista teria buscado nas figuras da “plenitude limitada”, representada pelo personagem Ricardo Coração dos Outros, e da marginalidade do elemento

<sup>243</sup> C. N. COUTINHO, “O significado de Lima Barreto na literatura brasileira”, in: \_\_\_\_\_ et al., *Realismo e anti-realismo na literatura brasileira*, Rio de Janeiro, Paz e terra, 1974, p. 35. Acréscimo nosso.

<sup>244</sup> *Ibid.*, p. 47.

<sup>245</sup> *Ibid.*, p. 47.

feminino em relação à vida econômica, cuja figuração é Olga, as alternativas necessárias ao seu tipo de romance. Ou seja, é no atraso do adensamento do proletariado urbano que reside a explicação de Coutinho para o fato de o escritor carioca não o ter figurado como a encarnação da alternativa ao quadro nacional prussiano.

Fechando sua exposição das relações entre a sociedade brasileira e a obra de Lima Barreto, Coutinho afirma sua grandeza em comparação com o movimento modernista. Na visão do filósofo baiano, ao passo que Lima rompeu com qualquer versão do “intimismo à sombra do poder”, os principais representantes iniciais do modernismo inauguraram entre nós uma versão “vanguardista” do fenômeno. No entanto, apesar de ter inaugurado aqui uma linha oposta ao intimismo, a do “realismo crítico nacional-popular”, a obra do romancista carioca enfrenta os velhos impasses do modelo prussiano. Desse modo, o romance nordestino não pôde se apropriar da temática urbana de Lima Barreto, mas apenas de seu “conceito participante do ofício literário” e de sua “visão do mundo democrático-popular”. Isto é, a continuidade do modelo prussiano não permitiu que seu estilo realista fosse devidamente assimilado pelas gerações posteriores (a exemplo do que ocorrera com Machado de Assis).

Feita a reconstituição dos passos argumentativos do filósofo baiano, cabe agora um breve balanço crítico do apontado. Na tentativa de captura das sublimações espirituais da realidade brasileira, Coutinho atina para a determinação recíproca entre uma burguesia frágil e a vigência de uma economia retrógrada, fragmentada e dependente, a qual determina a configuração prussiana de nossa evolução histórico-social. Prevalece nesse itinerário, como sucedâneo da intervenção popular nos processos de transformação, a tendência à conciliação “pelo alto” entre a burguesia e os velhos setores dominantes. Como consequência, temos um desenvolvimento econômico lento, uma constituição social estagnada e fragmentária.

Há que se registrar, no entanto, que, embora se valha do conceito de “via prussiana”, Coutinho centra sua atenção apenas nas consequências literárias e culturais da modalidade de transformação político-social que aí impera, a saber, a “revolução pelo alto”. Desse modo, deixa de precisar a natureza específica de alguns aspectos de nosso evoluir histórico-social.

Por consequência, temos na fase lukacsiana do pensamento de Coutinho uma argumentação abstrata acerca do “velho” com o qual nosso “novo” capitalismo tende a conciliar.

Após um início afirmativo quanto a nosso passado capitalista mercantil, na esteira de Caio Prado Jr., Coutinho empreende um giro no sentido de afirmar a natureza feudal de nossa sociedade colonial, mais de acordo com os parâmetros de Nelson Werneck Sodré. Somente com esse giro é que Coutinho pode sustentar a tese do prussianismo brasileiro e, dessa forma, desconsiderar a necessidade de análises econômicas de nossa realidade. Nesse sentido, o autor não desdobra as possibilidades de interpretação de nossa transformação agrária, explícitas na versão leniniana do conceito de via prussiana. Limita-se mencionar a vigência de reminiscências de um “velho mundo semifeudal”, de latifúndio etc. Também fala de estagnação social, atraso e dependência, mas não especifica o quão atrasados somos em relação aos países de via clássica. O máximo que faz é dizer que entramos na era capitalista em sua fase já imperialista. Porém, não extrai daí diferenças entre nossa formação histórico-social e as marcadas pela “via prussiana”. Igualmente, não há uma explicitação mais detalhada das formas de dominação política decorrentes daquele modelo de evolução, mas apenas a indicação da ocorrência dos fenômenos da “burocratização” e do “bonapartismo” entre nós.

Assim, o uso do conceito de via prussiana apresenta uma abstratividade *estrutural*, isto é, a possibilidade da interpretação coutiniana só se mantém sob a condição de não abordar as especificidades de nosso tipo particular de desenvolvimento. Seja para confirmar ou para descartar a possibilidade de interpretar a evolução capitalista brasileira à luz do caminho prussiano, a análise coutiniana formulada sob a influência de Lukács não nos fornece elementos suficientes. Estamos mais no campo de uma fecunda *sugestão* de semelhanças entre o itinerário histórico alemão e o nosso do que no de sua comprovação científica.

### **2.3. O “caráter elitista e autoritário” da evolução histórica brasileira**

A partir de 1979, na segunda fase de seu pensamento, Coutinho busca uma saída política para os impasses da “via prussiana” de desenvolvimento. Nessa empreitada, juntamente com as demais noções gramscianas de que passa a se valer, agrega às suas análises o conceito de “revolução passiva”, o qual entende ser mais apto a captar as consequências políticas do processo de modernização brasileiro. É a esse momento e objeto da produção coutiniana que nos voltamos neste tópico de nosso trabalho.

No ensaio “A democracia como valor universal”, além de conceber no *plano abstrato* o vínculo entre esse regime político e o socialismo da maneira eurocomunista, Coutinho empreende uma tentativa de fundar na particularidade da sociedade brasileira a propriedade de sua estratégia. Tendo já explicitado os momentos essenciais e o teor dessa última, focaremos agora sua aplicação no *plano concreto* nacional.

Para o filósofo baiano, o regime de exceção imposto em 1964 constitui “a expressão atual – uma expressão extrema e radicalizada – de uma tendência dominante ao longo da história brasileira”. Tratar-se-ia do “caráter elitista e autoritário que assinalou toda a evolução política, econômica e cultural do Brasil, mesmo em seus breves períodos ‘democráticos’”.<sup>246</sup> O autor reafirma aqui sua convicção de que o itinerário do Brasil para a modernidade constitui um caso de “via prussiana”. Em seus termos,

[...] as transformações políticas e a modernização econômico-social no Brasil foram sempre efetuadas no quadro de uma “via prussiana”, ou seja, através da conciliação entre frações das classes dominantes, de medidas aplicadas de cima para baixo, com a conservação de traços essenciais das relações de produção atrasadas (o latifúndio) e com a reprodução (ampliada) da dependência ao capitalismo internacional.<sup>247</sup>

O autor agrega ainda exemplos dessa tendência ao longo de nossa história:

[...] quem proclamou nossa independência política foi um príncipe português, numa típica manobra “pelo alto”; a classe dominante do Império foi a mesma da época colonial; quem terminou capitalizando os resultados da proclamação da República (também ela proclamada “pelo alto”) foi a velha oligarquia agrária; a Revolução de 1930, apesar de tudo, não passou de uma “rearrumação” do antigo bloco de poder, que cooptou – e, desse modo, neutralizou e subordinou – alguns setores mais radicais das camadas médias urbanas; a burguesia industrial floresceu sob a proteção de um regime bonapartista, o Estado Novo, que assegurou pela repressão e pela demagogia a neutralização da classe operária, ao mesmo tempo em que conservava quase intocado o poder do latifúndio, etc.<sup>248</sup>

A importância da afirmação do caráter “prussiano” de nosso itinerário histórico na produção de Coutinho traduz-se na explicitação, em outro ensaio contido na edição em livro de *A democracia como valor universal*, de aspectos pouco desdobrados nos textos da primeira fase de

<sup>246</sup> C. N. COUTINHO, “A democracia como valor universal”, in, \_\_\_\_\_, *A democracia como valor universal e outros ensaios*, Rio de Janeiro, Salamandra, 1984, p. 36.

<sup>247</sup> *Ibid.*, p. 36.

<sup>248</sup> *Ibid.*, pp. 36-37.

seu pensamento. O primeiro deles refere-se à natureza do “velho” modo de produção com o qual o capitalismo emergente se harmoniza no Brasil.

Buscando apreender as determinações histórico-genéticas da cultura brasileira, Coutinho questiona qual era a natureza do modo de produção no Brasil colonial. Nesse particular, critica aqueles que entendem ser a submissão de nosso país aos mecanismos do capitalismo internacional motivo suficiente para classificá-lo como capitalista desde as origens. A hipótese de capitalismo em nosso passado preocupa Coutinho também em virtude de suas implicações em relação às vantagens analíticas possibilitadas pelo conceito de “via prussiana”. A afirmação do modo de produção capitalista no período colonial significaria entender o problema da transição apenas sob o prisma da industrialização, deixando de lado possíveis sobrevivências pré-capitalistas. Nos termos do autor:

A consequência mais problemática da definição do modo de produção colonial como capitalista é que assim se termina por reduzir o problema geral da transição para o capitalismo no Brasil ao problema mais específico da industrialização; com isso, perde-se a possibilidade de operar de modo fecundo com a categoria da “via prussiana”, que denota precisamente um processo no qual a transição para o capitalismo se dá com a conservação de elementos pré-capitalistas, tanto na infra-estrutura quanto na sociedade civil e no Estado.<sup>249</sup>

Para o filósofo, a característica distintiva do capitalismo é o trabalho assalariado, praticamente ausente na era colonial. Insistindo no elemento força de trabalho, Coutinho assume “como hipótese a de que se tratava de um modo de produção escravista”. O escravismo seria a figura central de nossa sociedade.<sup>250</sup>

<sup>249</sup> C. N. COUTINHO, “Cultura e democracia no Brasil”, in: \_\_\_\_\_, *A democracia como valor universal e outros ensaios*, Rio de Janeiro, Salamandra, 1984, p. 125.

<sup>250</sup> Vale observar que, em uma versão anterior (1977) do ensaio em questão, Coutinho referia-se ao modo de produção vigente no período colonial em termos de “uma combinação de elementos feudais (expressos na modalidade de apropriação dos meios de produção, ou seja, da terra) e de elementos escravistas (nas relações de trabalho), cujos produtos só se tornavam valores de troca quando inseridos na esfera da circulação internacional”. C. N. COUTINHO, “Notas sobre a questão cultural no Brasil”, *Escrita ensaio*, São Paulo, n. 1, ano I, 1977, p. 7. No entanto, ainda que Coutinho afirme a produtividade estagnada – um óbice na formação de um mercado interno – e a degradação da condição do trabalho manual provocados pelo escravismo como seus aspectos distintivos em relação ao feudalismo, a questão de saber a natureza específica do modo de produção do período colonial carece de maior importância na visão do filósofo baiano. Em seu entender, baseado em Lenin, “do ponto de vista dessa transição [capitalista], a questão não se altera essencialmente se se confirmar a presença do feudalismo no Brasil. O decisivo é constatar que essa transição – ‘prussiana’ – se deu com a conservação de formas de trabalho fundadas na coação extra-econômica, formas que, como se sabe, são características tanto do escravismo quanto do feudalismo”. C. N.

A entrada do Brasil na fase propriamente capitalista só se daria com a passagem da “subordinação formal” de nossa economia à “subordinação real”. Enquanto na primeira a economia periférica é submetida ao capital mercantil internacional sobretudo no campo da circulação, na segunda aquela relação de dependência, ampliando-se e envolvendo de modo preferencial o capital industrial e financeiro internacionais, é viabilizada no terreno do próprio modo de produção interno.

Na especificação do momento dessa conversão de nossa economia ao capitalismo Coutinho desdobra outro aspecto da defesa do conceito de “via prussiana”. Trata-se da percepção do caráter “hipertardio e, por isso mesmo, dependente” de nosso capitalismo. Recorrendo ao livro *O integralismo de Plínio Salgado* (1978), de José Chasin, o filósofo baiano atina para o vínculo entre um processo de industrialização que se dá na época do imperialismo – isto é, no período de domínio internacional do capital monopolista – e a condição subalterna da economia correspondente. Tal vínculo é estranho aos países de industrialização “tardia”, haja vista terem atingido a configuração imperialista. Nos termos de Coutinho, “enquanto o capitalismo tardio leva o país que o experimenta a uma monopolização precoce, que pode transformá-lo em potência imperialista (Alemanha, Japão), o capitalismo hipertardio torna-se necessariamente *dependente* do imperialismo”.<sup>251</sup> Voltaremos a esse ponto.

Retomemos agora o fio da argumentação coutiniana quanto à alternativa à “via prussiana”. Representando a continuidade e o ponto culminante de uma antiga tendência histórica, a ditadura imposta em 1964 imprimiria ao valor da democracia política uma dimensão mais profunda em relação à sua proposição abstrata. Para Coutinho, a batalha pela conquista da democracia assume aqui o sentido de uma “luta para inverter essa tendência elitista ou ‘prussiana’ da política brasileira e para eliminar suas consequências nas várias esferas do ser social brasileiro”. Em outros termos, o combate ao nosso “prussianismo” significa “realizar em condições novas as tarefas que a ausência de uma efetiva revolução democrático-burguesa deixou abertas em nosso país”,<sup>252</sup> sempre em conexão com a construção do socialismo.

---

COUTINHO, “Cultura e democracia no Brasil”, in: \_\_\_\_\_, *A democracia como valor universal e outros ensaios*, Rio de Janeiro, Salamandra, 1984, p. 126. Acréscimo nosso.

<sup>251</sup> *Ibid.*, p. 150.

<sup>252</sup> *Ibid.*, p. 37.

De acordo com Coutinho, a prevalência da via prussiana entre nós imprimiu seu selo à relação entre o Estado e a sociedade civil, sempre entendida em sentido gramsciano. O “caráter extremamente forte e autoritário” do primeiro constituiu-se em detrimento da organização da segunda. No registro do filósofo baiano,

Até mesmo nos períodos em que vivíamos sob regimes formalmente liberais (sobretudo no período 1945-1964), os partidos políticos e os organismos de massa tenderam quase sempre a ser “correias de transmissão” do Estado, reservatórios nos quais o Poder Executivo cooptava seus burocratas; em suma, mecanismos que encaminhavam a conciliação “pelo alto”. As tendências à auto-organização popular, quando não eram diretamente reprimidas, sofriam a dura concorrência de um Estado que, apresentando-se como “benfeitor”, relacionava-se diretamente com indivíduos atomizados e não com organizações coletivas.<sup>253</sup>

Essa configuração historicamente apoucada do paradigma gramsciano de democracia no Brasil, bem como a ditadura imposta em 1964, implica um objetivo restrito em termos da luta a ser travada pelas forças democráticas:

Essa debilidade histórico-estrutural da democracia, aliada à presença de um regime abertamente autoritário, faz com que o processo de renovação democrática assuma como tarefa prioritária de hoje a construção e/ou consolidação de determinadas formas de relacionamento social que, num primeiro momento, ao nível da organização estatal, não deverão provavelmente ultrapassar os limites da democracia liberal.<sup>254</sup>

No entanto, a limitação da meta não equivaleria à diminuição de seu valor, pois, além de significar a superação do regime político “mais profundamente autoritário” de nossa história, a conquista de um regime de liberdades formais representaria um “*pressuposto*” (a ser conservado e aprofundado) da construção do socialismo no país.<sup>255</sup> Tal pressuposto ou “patamar mínimo” careceria, a fim de conduzir-nos no sentido do socialismo, de aprofundamentos nos planos econômico e político.

No nível econômico, a “elevação a nível superior” do regime de liberdades formais consiste em medidas que eliminem gradualmente as bases de reprodução da “via prussiana”, em um programa nucleado por uma reforma agrária:

<sup>253</sup> C. N. COUTINHO, “A democracia como valor universal”, in: \_\_\_\_\_, *A democracia como valor universal e outros ensaios*, Rio de Janeiro, Salamandra, 1984, p. 38.

<sup>254</sup> *Ibid.*, p. 38.

<sup>255</sup> De acordo com o autor, no plano imediato os setores dominantes permaneceriam os mesmos, a saber, os monopólios nacionais e estrangeiros.

Trata-se, antes de mais nada, de resolver uma urgente *questão nacional*, que só se fez agravar nos últimos anos: a de integrar regiões e segmentos sociais, que englobam milhões e milhões de pessoas, no processo de modernização econômica e social. Importância central adquire assim a luta por uma *reforma agrária* que não se limite a promover a capitalização do latifúndio, mas abra espaço para a formação entre nós de uma sólida economia camponesa familiar ou cooperativizada.<sup>256</sup>

O conjunto de medidas de democratização da economia envolveria também, a médio prazo, o combate aos setores monopolistas. Nesse sentido, medidas deveriam ser aplicadas especialmente contra os monopólios internacionais, questionando modelos de desenvolvimento, padrões de consumo e até propondo a nacionalização de empresas estrangeiras.

O aprofundamento da democracia liberal engloba ainda, além do programa antilatifundiário e antimonopolista, a “socialização da política”. Trata-se aqui da “ampla incorporação *organizada* das grandes massas à vida política nacional”, a qual Coutinho entende ser “o único antídoto de eficácia duradoura contra o veneno da ‘via prussiana’”. Nesse caso, teríamos um processo já em curso. Na visão do autor, a sociedade civil brasileira, indiretamente impulsionada pela modernização patrocinada pela ditadura imposta em 1964, tornou-se mais complexa. Em seus termos:

Multiplicaram-se, sobretudo nos últimos tempos, organismos de democracia direta, sujeitos políticos coletivos de novo tipo (comissões de empresa, associações de moradores, comunidades religiosas de base etc.); ganharam também autonomia e representatividade, na medida em que se desligaram praticamente da tutela do Estado, antigos organismos de massa, como alguns dos principais sindicatos do País, ou poderosos aparelhos privados de hegemonia, como a OAB, a CNBB, a ABI etc.; finalmente, assistimos à irrupção de importantes movimentos setoriais contra opressões específicas (em particular o movimento feminista), ou em defesa da ecologia e da qualidade da vida, cujas reivindicações – de caráter fundamentalmente democrático – são hoje parte integrante da luta pela renovação política e cultural de nosso País.<sup>257</sup>

Esse movimento de incorporação seria fundamental na transferência “para baixo” das decisões políticas centrais, tradicionalmente tomadas “pelo alto”. Assim, além de permitir a eliminação dos traços ditatoriais então em vigor, a socialização da política favoreceria a implantação do programa econômico proposto.

<sup>256</sup> C. N. COUTINHO, “A democracia como valor universal”, in: \_\_\_\_\_, *A democracia como valor universal e outros ensaios*, Rio de Janeiro, Salamandra, 1984, p. 40.

<sup>257</sup> *Ibid.*, p. 41.



A armação político-institucional defendida é a “democracia de massas”, que, como já vimos, consiste na articulação entre os novos agentes da sociedade civil (formas de democracia direta) e os Parlamentos (mecanismos de representação indireta). A relação entre os dois tipos de organismo político possibilitaria tanto a representação efetiva do pluralismo da sociedade civil quanto sua unidade no âmbito parlamentar, eliminando a possibilidade do corporativismo das lutas setoriais. Nas palavras de Coutinho:

No processo de renovação democrática, essa rede de organizações coletivas de base deverá se articular com os Parlamentos (tanto com o Congresso Nacional quanto com as Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais), de modo a fazer com que estes expressem efetivamente o dinamismo da sociedade, o seu pluralismo real [...]. Por outro lado, um Parlamento assim renovado – transformado em sismógrafo e em instrumento ativo da correlação de forças dinâmica e mutável da sociedade civil – terá um papel insubstituível: o de servir como local privilegiado da síntese política entre os vários organismos coletivos, impedindo que suas lutas setoriais se limitem à simples defesa de interesses puramente corporativistas e grupais.<sup>258</sup>

A hegemonia política das classes trabalhadoras – passível de expressão nos Parlamentos -, sempre considerada “no quadro de respeito ao pluralismo e à alternância de poder”, decorreria do papel de síntese dos agentes coletivos desempenhado por suas agremiações políticas. Apesar de não serem os únicos engajados nessa tarefa, os partidos operários teriam um lugar de destaque na mediação entre os organismos de base e as instituições de representação indireta.

O método de luta a ser empregado, tanto na conquista da democracia liberal quanto na sua “elevação a nível superior”, é a conquista progressiva de posições no seio da sociedade civil, isto é, a “guerra de posição” gramsciana. Tal estratégia afastaria o perigo, “prussiano” e habitual na história brasileira, do “golpismo”, a saber, a tentativa de estabelecer mudanças radicais pela ação de minorias. Dessa forma, para todas as fases do processo de “renovação democrática”, Coutinho aposta em um “amplo debate” com os diversos setores sociais interessados. Esse seria o melhor caminho para a obtenção do “consenso *majoritário*” necessário.

A estratégia da “guerra de posição” implicaria “*conceber a unidade como valor estratégico*”. Além de afastar os perigos do “golpismo” e de propiciar a necessária conquista da

---

<sup>258</sup> C. N. COUTINHO, “A democracia como valor universal”, in: \_\_\_\_\_, *A democracia como valor universal e outros ensaios*, Rio de Janeiro, Salamandra, 1984, p. 46.

hegemonia através do consenso, a unidade seria necessária em função do tamanho do desafio a ser enfrentado pelas forças progressistas. Nas palavras de Coutinho:

[...] a tarefa da renovação democrática, implicando a crescente socialização da política, a incorporação permanente de novos sujeitos individuais e coletivos ao processo de transformação social, não poderá ser obra de um único partido, de uma única corrente ideológica e nem mesmo de uma só classe social. É tarefa que deve envolver a participação de múltiplos sujeitos sociais, políticos e culturais.<sup>259</sup>

Assim, Coutinho aposta no consenso pluriclassista em torno de sua proposta de renovação democrática. O parecer do filósofo baiano é o de que seu programa econômico “interessaria também a amplas parcelas da população, desde a classe operária e as camadas médias assalariadas, até a pequena e média burguesia nacional”. Sua convicção é firme ao ponto de afirmar que também uma reforma agrária “pode obter o consenso da esmagadora maioria da população, incluindo até mesmo setores importantes do capital monopolista sediado no Brasil”.<sup>260</sup>

As condições de possibilidade e as razões da adoção da “guerra de posição”, embora já presentes no texto em pauta, ganham contornos mais explícitos quando Coutinho se detém no processo de “ocidentalização” da sociedade brasileira e em sua expressão mais recente, a saber, o “capitalismo monopolista de Estado”. Respeitando a sucessão temporal, importante quando se trata de um autor cujo politicismo se agrava paulatinamente, abordaremos primeiramente as razões econômicas da adoção da “guerra de posição”.

Analisando nossa economia, Coutinho busca evidenciar a propriedade do conceito de “capitalismo monopolista de Estado” ao Brasil. Trata-se de uma “*nova etapa* do capitalismo”, nucleada pela reestruturação da relação entre o “capital em seu conjunto” e os “múltiplos capitais”, ocorrida com a emergência e preponderância do capital monopolista. Após a crise de 1929, o Estado, em vista das consequências catastróficas do funcionamento quase automático da economia, passa a intervir pesadamente a favor da máxima reprodução possível do capital em seu conjunto, o que significa o favorecimento dos capitais monopolistas, devido ao fato de serem os mais produtivos e rentáveis. Isto é, a hegemonia do capital em seu conjunto deixa de se realizar pela concorrência geral e passa a ser viabilizada pelo auxílio aos setores monopolistas, com o

<sup>259</sup> C. N. COUTINHO, “A democracia como valor universal”, in: \_\_\_\_\_, *A democracia como valor universal e outros ensaios*, Rio de Janeiro, Salamandra, 1984, p. 47.

<sup>260</sup> *Ibid.*, p. 40.

qual o Estado tem por intuito contraditar a queda da taxa de lucro. As formas concretas dessa atuação seriam constituídas por investimentos estatais em infraestrutura, compra de estoques e transferências de recursos públicos ao setor privado.

Essa nova forma de ação teria como pressuposto uma estrutura estatal distinta da fase concorrencial, na qual o parlamento, âmbito da manifestação dos “múltiplos capitais”, ainda detinha relativo controle sobre o executivo. Na fase monopolista, o executivo seria o elemento de maior destaque, pois através dele a camada burocrática conseguiria a autonomia necessária em relação ao parlamento para viabilizar a realização dos interesses dos setores monopolistas.

Na concepção de Coutinho, vários fatores conferem ao CME brasileiro um caráter particular. O primeiro deles refere-se ao fato de que aqui, tal como em todos os países de “industrialização *tardia*” e “*hipertardia*”, não houve uma fase de capitalismo concorrencial. O Brasil teria passado por uma monopolização precoce, em decorrência de elementos de origem interna e externa. No dizer de Coutinho, “no caso da fonte interna, o Brasil partilha uma experiência comum a todos os países de industrialização *tardia*: o recurso a mecanismos de acumulação ‘forçada’ sob a égide da intervenção estatal”. Com sua atuação protegida pela constante intervenção do Estado, nas condições de um mercado interno restrito, a indústria brasileira teria se beneficiado em grande medida das enormes dimensões do exército industrial de reserva. Já o elemento externo refere-se especificamente ao caso *hípertardio*, o qual caracteriza-se, em virtude de ocorrer no momento em que o capitalismo mundial já atingiu a fase imperialista, pelo seu caráter dependente em relação ao capital internacional. Para o filósofo baiano, “isto quer dizer que a posterior internacionalização de nosso mercado interno, ocorrendo na era do predomínio do capital monopolista no plano internacional, transportou para o Brasil inúmeros monopólios estrangeiros”. A importação desses monopólios teria como consequência “a monopolização das empresas nacionais, seja por sua fusão com as empresas estrangeiras (uma forma peculiar de centralização do capital), seja pela concentração ou centralização das próprias empresas nacionais”.<sup>261</sup>

---

<sup>261</sup> C. N. COUTINHO, “O capitalismo monopolista de Estado no Brasil: algumas implicações políticas”, in: \_\_\_\_\_, *A democracia como valor universal e outros ensaios*, Rio de Janeiro, Salamandra, 1984, pp. 169-170.

Outra condicionante para a monopolização precoce seria constituída pelo produto da “industrialização forçada”, a saber, um setor monopolista produtivo em poder do Estado. De acordo com o autor,

[...] a presença precoce do Estado na economia – exigida como condição para a industrialização “forçada” – criou um setor monopolista produtivo estatal desenvolvido, o qual, se num primeiro momento representou uma barreira à penetração do capital imperialista no setor I da economia, serviu numa segunda etapa à construção de *um CME de tipo dependente* entre nós.<sup>262</sup>

Além dessa monopolização precoce, outro fator teria conferido ao CME brasileiro um caráter particular: a tradição prussiana de realizar as transformações sociais “pelo alto”. Entre nós a instauração de um “Estado autoritário”, elemento importante no CME, teria se realizado de modo *prévio*, haja vista que na concepção do autor uma das consequências da “via prussiana” é justamente o fortalecimento do Estado em detrimento da “sociedade civil”. Tratando mais concretamente do assunto, o filósofo baiano destaca dois fatores: em primeiro lugar o fato de o Estado brasileiro ter se constituído enquanto esfera própria das conciliações e transformações pelo alto e, em segundo, a forma geral assumida pela cooptação das camadas médias pelo bloco dominante, a saber, a conversão dessas em setores burocráticos. Quanto a essa *pressuposição* de um Estado autoritário, a seguinte comparação que Coutinho realiza entre os casos clássico e prussiano nos parece elucidativa:

Nos países que seguiram um caminho “clássico” de desenvolvimento para o capitalismo, a formação de uma forte burocracia dotada de “autonomia relativa” aparece como um *resultado* tendencial do processo de monopolização, embora se trate de uma tendência sempre *reposta* pela reprodução ampliada desse processo; isso faz com que contratendências – o fortalecimento da sociedade civil – operem igualmente, impedindo ou obstaculizando a plena realização da tendência autoritária. No Brasil, tal como nos países que seguiram uma via prussiana, essa burocratização do Estado – ao contrário – é um *pressuposto* (igualmente reposto) da passagem para o capitalismo monopolista. Isso diminui o papel das contratendências, tornando quase inevitável que a irrupção do CME em tais países (Alemanha, Itália, Japão, países dependentes) assumam formas políticas claramente autoritárias.<sup>263</sup>

<sup>262</sup> C. N. COUTINHO, “O capitalismo monopolista de Estado no Brasil: algumas implicações políticas”, in: \_\_\_\_\_, *A democracia como valor universal e outros ensaios*, Rio de Janeiro, Salamandra, 1984, pp. 170-171.

<sup>263</sup> *Ibid.*, pp. 171-172.

Embora suas origens sejam distintas, tanto o Estado dos países de industrialização clássica quanto o do caso prussiano cumpririam a mesma função: favorecer a máxima reprodução possível do capital em seu conjunto pelo favorecimento do setor monopolista.

Afora a emergência destes elementos (monopolização e “Estado autoritário”), seria necessária também a sua integração, o que constitui o terceiro fator condicionante do CME elencado pelo autor. O intuito seria fazer com que o Estado atuasse no sentido de garantir a reprodução ampliada dos capitais monopolistas e possibilitar-lhes uma posição de destaque no âmbito das decisões políticas. Segundo o filósofo baiano, “no Brasil, essa integração entre Estado e monopólio se processa sobretudo depois do golpe de 64, mas é algo que já se esboça como linha programática a partir da aplicação do Plano de Metas do Governo Kubitschek”.<sup>264</sup>

Para o autor, esse é um dos elementos centrais – ao lado da garantia da superexploração da força de trabalho – na explicação da razão de ser do regime ditatorial imposto em 64. Sua função seria justamente a repressão dos movimentos opositores à integração entre Estado e capital monopolista.

Ao criticar uma tese do sociólogo Fernando Henrique Cardoso, segundo a qual a ação estatal é uma decorrência dos interesses de uma “burguesia de Estado”, Coutinho reafirma que o intuito dessa atuação não é a apropriação de lucros. Na realidade, tratar-se de uma intervenção contra a queda da taxa de lucro. Seu combate aqui é dificultado pelo caráter dependente de nossa economia. Isto é, a empreitada não consistiria apenas em enfrentar a queda interna, mas também a externa. Mais concretamente e nos termos do autor:

Em certo sentido, pode-se mesmo dizer que a função do CME num país dependente é a de contrabalançar a queda da taxa de lucro não apenas *interna* (resultante da rápida e precoce concentração monopolista no país dependente, em contraste com um mercado em expansão relativamente lenta), mas também *externa* (permitindo que os capitais superacumulados nas metrópoles possam ser valorizados a altas taxas de lucro quando investidos na periferia).<sup>265</sup>

Coutinho empreende ainda a refutação da ideia de que o CME brasileiro é *substancialmente* fascista. De acordo com Rogério Freitas, um dos expoentes da concepção

<sup>264</sup> C. N. COUTINHO, “O capitalismo monopolista de Estado no Brasil: algumas implicações políticas”, in: \_\_\_\_\_, *A democracia como valor universal e outros ensaios*, Rio de Janeiro, Salamandra, 1984, pp. 172-173.

<sup>265</sup> *Ibid.*, p. 178.

criticada, “o desenvolvimento dos elementos do CME foi acompanhado pela instauração no país de métodos fascistas de governo. Nisso podemos ver um traço específico *substancial* do CME no Brasil”. Não é apenas a essa constatação que o filósofo baiano se opõe, mas também àquilo que considera sua consequência mais problemática, a saber, a ideia de que, “a *única* possibilidade de assegurar a reprodução do capital financeiro nas condições do Brasil consiste na superexploração das massas trabalhadoras e de todas as camadas não-monopolistas”.<sup>266</sup> Dessa forma, o diagnóstico do CME como essencialmente fascista levaria ao entendimento da superexploração como única política econômica à disposição do regime.

Uma segunda consequência daquela concepção seria a defesa, ainda que implícita, da passagem direta do fascismo para o socialismo, sem a mediação de um período democrático. Devemos deixar nítido o contorno da objeção a Freitas: não se trata da negação da existência de formas de fascismo e de superexploração no Brasil, mas sim do caráter estrutural dos mesmos, haja vista que Coutinho considera justa a assertiva segundo a qual “*em dada conjuntura concreta*, a superexploração da força de trabalho tornou-se uma necessidade vital para o capitalismo brasileiro, necessidade que só poderia se realizar politicamente através de formas de dominação fascizantes”.<sup>267</sup>

Atacando a decorrência econômica da concepção de Freitas, o filósofo afirma que, ao realizar o necessário desenvolvimento da “produtividade do trabalho social, o capitalismo prepara os pressupostos para que o aumento da taxa de mais-valia possa se dar através do crescimento da produtividade, e não da superexploração”.<sup>268</sup> Dessa forma, a depender da correlação de forças entre as classes, a reprodução ampliada do capital monopolista seria possível mesmo com a melhoria na remuneração dos setores do trabalho e dos capitais não monopolistas. Essa lógica genérica valeria também para casos como o do Brasil, já que “também o capitalismo dependente-associado promove um aumento das forças produtivas do trabalho social e, como tal, a partir de

---

<sup>266</sup> Rogério FREITAS *apud* C. N. COUTINHO, “O capitalismo monopolista de Estado no Brasil: algumas implicações políticas”, in: \_\_\_\_\_, *A democracia como valor universal e outros ensaios*, Rio de Janeiro, Salamandra, 1984, p. 188.

<sup>267</sup> C. N. COUTINHO, “O capitalismo monopolista de Estado no Brasil: algumas implicações políticas”, in: \_\_\_\_\_, *A democracia como valor universal e outros ensaios*, Rio de Janeiro, Salamandra, 1984, p. 188. Cabe observar que, afirmando ser o regime fascista ou fascizante o único a garantir a superexploração da força de trabalho, Coutinho parece afirmar de modo indireto que o fim da ditadura equivaleria ao fim da superexploração.

<sup>268</sup> *Ibid.*, p. 189.

certo ponto, *pode* satisfazer as demandas de aumento salarial e de melhor distribuição de renda entre setores monopolistas e não monopolistas”.<sup>269</sup>

Levando ao extremo seu raciocínio, o autor diz ainda não “ser uma especulação abstrata afirmar que tal possibilidade já faz parte das avaliações políticas de um setor significativo da burguesia monopolista que opera em nosso país”.<sup>270</sup> Na visão de Coutinho, se o caráter dependente de nossa economia não impede que a sociedade civil organizada alcance algumas conquistas no interior do CME – tanto melhorias salariais quanto uma representação política que envolva setores não monopolistas –, existe a possibilidade de que o viabilizador próprio da superexploração, o modelo semifascista, seja abandonado, evidenciando assim o caráter meramente conjuntural de ambos.

É com base nessa possibilidade que Coutinho nega a redução das opções (fascismo ou socialismo) sugerida por Freitas. Em favor de sua tese, assinala a virtualidade de uma transição pacífica:

Não é casual, por certo, que na Alemanha e na Itália, países que seguiram uma “via prussiana” para o capitalismo e por isso experimentaram uma monopolização precoce, a passagem para o CME tivesse implicado – como no Brasil – o emprego de formas abertamente ditatoriais. Porém, nos países de desenvolvimento “clássico” (Estados Unidos, França, Inglaterra, etc.), essa passagem pôde se dar “pacificamente”, com a conservação da democracia política.<sup>271</sup>

A razão dessa conservação é creditada tanto à tradição democrática dos países referidos, quanto ao fato de que aí a distribuição mais equitativa possibilitou um ambiente de relativa segurança social. Além disso, a monopolização mais lenta permitiu uma conversão *gradual* dos setores médios em assalariados, impedindo assim o apoio desses a um regime autoritário. Não obstante, no entender do filósofo baiano, mesmo nos casos em que o CME necessitou de uma ditadura, conservou-se a possibilidade de que a burguesia monopolista trocasse de “pele”, revelando o fato de que o CME pode se valer de uma ampla gama de feições políticas. Elencando exemplos, Coutinho afirma:

---

<sup>269</sup> C. N. COUTINHO, “O capitalismo monopolista de Estado no Brasil: algumas implicações políticas”, in: \_\_\_\_\_, *A democracia como valor universal e outros ensaios*, Rio de Janeiro, Salamandra, 1984, p. 190.

<sup>270</sup> *Ibid.*, p. 190.

<sup>271</sup> *Ibid.*, p. 191.

Essa mudança pode resultar de processos violentos, como uma derrota militar (Alemanha), ou uma derrota militar combinada com uma revolução interna (Itália), mas pode também se dar através de um caminho “pacífico” de acumulação de forças, de uma “guerra de posições” mais ou menos longa (Espanha).<sup>272</sup>

Desse modo, é recusada a existência de qualquer liame imperativo entre fascismo e capital monopolista. Com base nessa consideração, Coutinho afirma a possibilidade de alianças da esquerda mesmo com segmentos interessados na manutenção do CME, já que até setores monopolistas estariam dispostos a negociar o fim da ditadura vigente. Além disso, tais forças deveriam, pautadas no fato de “que importantes vitórias parciais *podem ser obtidas no interior do CME*”, adotar a “guerra de posições”. O autor observa que,

Motivos econômicos (a possibilidade de dispor de um setor estatal desenvolvido antes da conquista completa do poder) e razões sociais (a criação de uma sociedade civil mais complexa e mais pluralista) impõem às forças de esquerda, num país que já alcançou o CME, a adoção de uma estratégia democrática (não “golpista”) de transição para o socialismo.<sup>273</sup>

Trata-se aqui da conquista de uma base para a construção progressiva do socialismo. Assim, Coutinho substitui a “linha fundada na conquista *imediata e súbita* do socialismo”, consequência necessária da afirmação do vínculo indissolúvel entre CME e fascismo, por uma “política *revolucionária* de reformas”.

Tendo já explicitado os “motivos econômicos” que Coutinho visualiza para propor a estratégia da “guerra de posição”, vamos nos concentrar agora nas suas “razões sociais”. Embora se trate de um processo unitário, tal exposição nos permitirá abordar de modo mais detalhado o uso do conceito de “revolução passiva” e suas derivações políticas.

Na segunda fase de seu pensamento, Coutinho analisa a realidade brasileira valendo-se, conjuntamente, dos conceitos de “via prussiana” e “revolução passiva”. Embora declare o caráter “essencialmente análogo” de tais noções, o autor afirma uma importante diferença de ênfase. Graças ao seu método de subestimação do âmbito econômico – ou sua “abstração” –, Gramsci conseguiria captar com maior destaque os efeitos superestruturais da “via prussiana”, ou melhor,

<sup>272</sup> C. N. COUTINHO, “O capitalismo monopolista de Estado no Brasil: algumas implicações políticas”, in: \_\_\_\_\_, *A democracia como valor universal e outros ensaios*, Rio de Janeiro, Salamandra, 1984, pp. 192-193.

<sup>273</sup> *Ibid.*, p. 194.



apreenderia “com grande finura” as consequências políticas das transformações econômicas impostas por aquele caminho de desenvolvimento histórico.<sup>274</sup>

Da diferença quanto à ênfase, Coutinho passa à afirmação da insuficiência das reflexões elaboradas em torno do conceito de “via prussiana” para a compreensão do caso brasileiro. Em seu entender, “na medida em que se concentra prioritariamente nos aspectos infraestruturais do processo, o conceito de Lenin não é suficiente para compreender plenamente as características superestruturais que acompanham – e, em muitos casos, determinam – essa modalidade de transição”. Já o conceito gramsciano de “revolução passiva”, sublinhando o momento “superestrutural”, em especial o político, contribuiria mais “à especificação e à análise do caminho brasileiro para o capitalismo, um caminho no qual o Estado desempenhou frequentemente o papel de principal personagem”.<sup>275</sup>

Além da “revolução passiva”, que destaca a exclusão da participação dos setores populares nos processos de transformação, Coutinho usa ainda os conceitos análogos de “revolução-restauração” e “revolução pelo alto”. Segundo o filósofo baiano, o primeiro chama a atenção para o fato de que, para Gramsci, em sua análise da realidade italiana, as transformações modernizam as forças produtivas, mas, ao mesmo tempo, reproduzem as velhas relações de produção. Já o segundo coloca o acento no momento da referida exclusão das camadas populares. Em síntese, trata-se de

[...] um processo de transformação que exclui a participação no novo bloco de poder das forças democráticas e populares, das forças interessadas na completa erradicação dos restos feudais e, como tal, numa revolução agrária que integre os camponeses na economia capitalista moderna e os atraia para a esfera da hegemonia burguesa e democrática.<sup>276</sup>

Vejamos então quais são as vantagens que Coutinho visualiza na noção de “revolução passiva”, ou melhor, na sua “aplicação ao caso brasileiro [...] para determinar traços fundamentais de nossa formação histórica”. Destacando os principais momentos abarcados pelo conceito gramsciano, o autor observa que,

<sup>274</sup> Para Coutinho, “enquanto Lenin acentua os aspectos econômicos da ‘modernização conservadora’ (sem deixar de indicar suas consequências políticas), Gramsci concentra-se sobretudo nos aspectos políticos, superestruturais”. C. N. COUTINHO, *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*, Rio de Janeiro, Campus, 1992, p. 44.

<sup>275</sup> *Ibid.*, pp. 121-122.

<sup>276</sup> *Ibid.*, p. 37.

[...] um processo de revolução passiva, ao contrário de uma revolução popular, realizada a partir “de baixo”, jacobina, implica sempre a presença de dois momentos: o da “restauração” (na medida em que é uma reação à possibilidade de uma transformação efetiva e radical “de baixo para cima”) e o da “renovação” (na medida em que muitas demandas populares são assimiladas e postas em prática pelas velhas camadas dominantes).<sup>277</sup>

Dessa forma, tratar-se-ia de um movimento no qual as constantes reações dos setores dominantes às investidas desorganizadas e esparsas dos movimentos populares preparam o terreno para futuras alterações. Defendendo a validade dessa conceituação gramsciana para o caso brasileiro, o filósofo baiano discorre sobre o período que vai de 1922 à instauração da ditadura de Vargas em 1937, em uma passagem que, apesar de extensa, julgamos bastante ilustrativa:

Naquele período, o movimento operário lutava pela conquista de direitos políticos e sociais, enquanto as camadas médias urbanas emergentes exigiam uma maior participação política nos aparelhos de poder. Essas pressões “de baixo” (que não raramente assumiam a forma de um “subversivismo esporádico, elementar, desorganizado”) fizeram com que um setor da oligarquia agrária dominante [...] se colocasse à frente da chamada revolução de 1930. O triunfo dessa Revolução levou à formação de um novo bloco de poder, no qual a fração oligárquica ligada à agricultura de exportação foi colocada numa posição subalterna, ao mesmo tempo em que se buscava cooptar a ala moderada da liderança político-militar das camadas médias (os tenentes). Mas o caráter elitista desse novo bloco de poder fazia com que os setores populares permanecessem marginalizados. Eles ainda não estavam suficientemente organizados; eram representados apenas pelo débil Partido Comunista e por um pequeno grupo de tenentes de esquerda, entre os quais Prestes, que haviam se recusado a participar da Revolução de 1930. Nessas condições, o resultado do protesto contra o caráter elitista da Revolução foi a adoção (ou retomada) de um “subversivismo elementar”, cuja manifestação mais evidente foi o *putsch* de 1935, uma desastrosa iniciativa comum dos comunistas e dos tenentes de esquerda.

Reprimido com extrema facilidade pelo governo, esse *putsch* será o principal pretexto para a instauração da ditadura de Vargas. Contudo, apesar de seu caráter repressivo e de sua cobertura ideológica de tipo fascista, o “Estado Novo” varguista promoveu uma acelerada industrialização do País, com o apoio da fração industrial da burguesia e, da camada militar; além disso, promulgou um conjunto de leis de proteção ao trabalho, há muito reivindicadas pelo proletariado (salário mínimo, férias pagas, direito à aposentadoria, etc.), ainda que ao preço de impor uma legislação sindical corporativista, copiada diretamente da *Carta Del Lavoro* de Mussolini, que vinculava os sindicatos ao aparelho estatal e anulava sua autonomia.<sup>278</sup>

<sup>277</sup> C. N. COUTINHO, *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*, Rio de Janeiro, Campus, 1992, p. 122.

<sup>278</sup> *Ibid.*, pp. 123-124.

Assim, ao reagir ao perigo de uma ação popular no sentido de mudanças radicais, assimilar e realizar *parte* de suas aspirações, a ditadura de Vargas teria concretizado os dois momentos da revolução passiva. Daí a conclusão de Coutinho: “portanto, a ditadura de Vargas pode ser definida, gramscianamente, como uma ‘revolução passiva’ ou uma ‘restauração progressista’”.<sup>279</sup>

Além de servir na apreensão da consolidação do capitalismo na Itália, Coutinho observa que o pensador sardo também utilizou o conceito em tela para caracterizar a transição do capitalismo concorrencial ao monopolista, processo no qual o fascismo italiano emerge como principal agente. Nessa forma de modernização, “teriam sido acentuadas a socialização e a cooperação da produção, sem por isso tocar (ou limitando-se apenas a regular e controlar) a apropriação individual e grupista do lucro”. Graças a essa realização, o Estado fascista surge como detentor de consenso entre os setores médios, mantendo assim o “sistema econômico e as forças de coerção civil e militar à disposição das classes dirigentes tradicionais”.<sup>280</sup> Novamente o conceito de “revolução passiva”, que nesse caso refere-se a uma modernização efetuada sem a alteração da apropriação do lucro e da posição dos setores dominantes, serviria para compreender momentos da história brasileira, ou, mais precisamente, para esclarecer o intento econômico da ditadura implantada em 1964:

[...] as forças produtivas da indústria, através de uma intervenção maciça do Estado, desenvolveram-se intensamente, com o objetivo de favorecer a consolidação e a expansão do capitalismo monopolista. A estrutura agrária, por seu turno, mesmo conservando o latifúndio como eixo central, foi profundamente transformada, sendo hoje predominantemente capitalista. A camada tecnocrático-militar que se apoderou do aparelho estatal, certamente controlou e limitou a ação do capital privado, na medida em que submeteu os interesses dos “múltiplos capitais” ao “capital em seu conjunto”; mas adotou essa posição “cesarista” precisamente para manter e reforçar o princípio do lucro privado e para conservar o poder das classes dominantes tradicionais [...].<sup>281</sup>

E, quanto à questão do consenso:

O regime militar-tecnocrático conseguiu conquistar, em alguns momentos, um significativo grau de consenso entre amplos setores das camadas médias. E

<sup>279</sup> C. N. COUTINHO, *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*, Rio de Janeiro, Campus, 1992, p. 124.

<sup>280</sup> A. GRAMSCI *apud* C. N. COUTINHO, *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*, Rio de Janeiro, Campus, 1992, pp. 124-125.

<sup>281</sup> C. N. COUTINHO, *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*, Rio de Janeiro, Campus, 1992, p. 124.

conseguiu isso precisamente na medida em que se fez protagonista dessa obra de modernização, ainda que se tenha tratado de uma modernização que ao mesmo tempo, conservou e reproduziu elementos de “atraso”.<sup>282</sup>

Dessa forma, apesar de nossa ditadura não ser reconhecida como um “fascismo clássico”, o sentido das considerações acima transcritas é o de afirmar que “seus objetivos de política econômica têm fortes semelhanças com os do fascismo italiano”.<sup>283</sup>

Após defender a propriedade geral do conceito de revolução passiva na sinalização do sentido histórico da modernização capitalista no Brasil, Coutinho afirma, em consequência, a possibilidade de apreensão de aspectos importantes de nossa formação política e social. Nesse sentido, aponta dois aspectos daquela modalidade de transformação:

[...] o fortalecimento do Estado em detrimento da sociedade civil, ou, mais concretamente, o predomínio das formas ditatoriais da supremacia em detrimento das formas hegemônicas; e [...] a prática do transformismo como modalidade de desenvolvimento histórico que implica a exclusão das massas populares.<sup>284</sup>

De acordo com o filósofo baiano, que aqui se apóia nas considerações gramscianas acerca do *Risorgimento* italiano, em casos de revolução passiva a figura do Estado emerge como substituto do grupo social dominante que, ao invés de exercer a hegemonia sobre os demais, é representado por uma camada burocrática que desempenha de modo despótico o domínio. Ou seja, o Estado torna-se o protagonista dos processos de transformação. Após ressaltar que no episódio italiano tratava-se de um Estado particular (Piemonte) e no Brasil de um Estado já unificado – diferença que é relegada a “segundo plano” –, Coutinho afirma que

[...] o Estado brasileiro teve historicamente o mesmo papel que Gramsci atribui ao Piemonte, ou seja, o de substituir as classes sociais em sua função de protagonistas dos processos de transformação e o de assumir a tarefa de “dirigir” politicamente as próprias classes economicamente dominantes.<sup>285</sup>

Tal como no caso italiano, aqui os grupos sociais limitam-se a exercer a função de domínio, carecendo do revestimento da hegemonia em relação aos demais. A única manifestação

<sup>282</sup> C. N. COUTINHO, *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*, Rio de Janeiro, Campus, 1992, pp. 124-125.

<sup>283</sup> *Ibid.*, p. 124.

<sup>284</sup> *Ibid.*, p. 125.

<sup>285</sup> *Ibid.*, p. 126.

de hegemonia possível no caso brasileiro refere-se à que as frações alternadamente dominantes exercem sobre o conjunto de seu próprio grupo. Trata-se de um caso de “ditadura sem hegemonia”. Nas palavras do autor:

Também no Brasil as transformações foram sempre o resultado do deslocamento da função hegemônica de uma para outra fração das classes dominantes. Mas estas, em seu conjunto, jamais desempenharam, até agora, uma efetiva função hegemônica em face das massas populares. Preferiram delegar a função de dominação política ao Estado – ou seja, às camadas militares e tecnocráticas –, ao qual coube a tarefa de “controlar” e, quando necessário, de reprimir as classes subalternas.<sup>286</sup>

Não obstante, na impossibilidade do exercício da supremacia sem um mínimo de consenso, surge como decorrência da revolução passiva o fenômeno do “transformismo”. Coutinho refere-se aqui ao modo específico pelo qual os setores dominantes obtêm uma aprovação mínima entre os diversos grupos sociais. Trata-se da cooptação de potenciais opositores pelo bloco dominante, processo que teria assumido duas formas distintas na história italiana: a assimilação de personalidades individuais (denominado “transformismo molecular”, ocorrido entre 1860 e 1900) e a de “grupos radicais inteiros” (vigente a partir de 1900). Coutinho alega que, também nesse caso, teríamos correlatos em terras nacionais:

A modalidade “molecular” foi certamente a mais frequente, manifestando-se como incorporação pelo bloco de poder de alguns políticos da oposição, processo que teve lugar desde a época do Império até o recente período da “Nova República”. E o transformismo “molecular” desempenhou um papel decisivo, talvez ainda mais negativo, em nossa vida cultural, através da assimilação pelo Estado, de um grande número de intelectuais que representavam, real ou potencialmente, os valores das classes subalternas.<sup>287</sup>

Desse modo, o problema da debilidade de nossa cultura, tantas vezes alvo das preocupações do autor, estaria relacionado à vigência da revolução passiva nos momentos de transformação social vividos no país, cujas consequências englobam a debilidade da esfera da sociedade civil, tornando dificultosa a subsistência dos intelectuais não cooptados. Já a segunda modalidade de transformismo é visualizada no período de vigência do chamado “populismo”:

Sob muitos aspectos, o “populismo” – uma modalidade de legitimação carismática que teve início no curso da ditadura Vargas, entre 1937 e 1945, mas

<sup>286</sup> C. N. COUTINHO, *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*, Rio de Janeiro, Campus, 1992, p. 126.

<sup>287</sup> *Ibid.*, p. 127.

que se desenvolveu plenamente durante o período liberal-democrático que vai de 1945 a 1964 – pode ser interpretado como uma tentativa de incorporar ao bloco de poder, em posição subalterna, os trabalhadores assalariados urbanos, através da concessão de direitos sociais e de vantagens econômicas reais.<sup>288</sup>

A resultante do “pacto populista” seria, em decorrência da exclusão dos trabalhadores rurais do mesmo, a manutenção da oligarquia no bloco de poder e o favorecimento da burguesia industrial, haja vista ser a referida exclusão responsável pela ampliação do exército industrial de reserva e, conseqüentemente, pela queda do preço da força de trabalho.

A configuração de uma “ditadura sem hegemonia” poderia nos levar à conclusão de que o Brasil está mais próximo do que Coutinho chama, seguindo Gramsci, de “Oriente”, o tipo de sociedade marcado por uma relação na qual o Estado é forte e a sociedade civil é débil e desorganizada. Assim, ao invés da estratégia da “guerra de posição”, adequada ao “Ocidente”, no qual aquela relação mostra-se equilibrada, teríamos como o caminho mais conseqüente a adoção da “guerra de movimento”. No entanto, Coutinho observa que, ao lado da distinção sincrônica entre “Oriente” e “Ocidente”, Gramsci estabelece também uma diacrônica, situada no seio dos países hoje “ocidentais”. Trata-se do processo de “ocidentalização” ocorrido nos Estados liberais da primeira metade do século XIX, que levou sociedades de tipo “oriental” à constituição de um “Estado ampliado”, a somatória da “sociedade política” (aparelhos militares e burocráticos) e da “sociedade civil” (organizações privadas de hegemonia).

Aventando a possibilidade de que o processo descrito por Gramsci ocorra “em épocas diversas e de modo tardio”, Coutinho lança a seguinte questão: “a sociedade brasileira é de tipo ‘oriental’ ou de tipo ‘ocidental’?”. De sua resposta dependeria não apenas a caracterização marxista de nossa sociedade atual, mas também a definição da estratégia apropriada à construção da democracia e do socialismo.

Analisando a história brasileira e tendo como critério o equilíbrio na relação entre Estado e “sociedade civil”, Coutinho define como “oriental” todo o período imperial e parte do republicano, muito embora ressalve que nunca fomos tão orientais quanto a “Rússia czarista ou a China pré-revolucionária”. Apenas nos anos 1920 a situação se altera. O fim da escravidão e a posterior industrialização marcam a predominância do capitalismo entre nós. Também a estrutura

---

<sup>288</sup> C. N. COUTINHO, *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*, Rio de Janeiro, Campus, 1992, p. 127.

social é modernizada, ainda que com sobrevivências pré-capitalistas, especialmente no campo. Nas palavras de Coutinho:

Malgrado a repressão, as novas classes e camadas sociais contestam o poder oligárquico da Primeira República: crescem os sindicatos operários e aumentam as greves econômicas e políticas; as camadas médias exigem uma maior participação na vida política, enquanto sua vanguarda militar, os tenentes, escolhe o caminho da insurreição armada.<sup>289</sup>

A chamada “Revolução de 1930” constitui uma resposta “pelo alto” aos anseios explicitados naquela agitação. De acordo com Coutinho, tratou-se de um rearranjo no grupo dominante, com a transferência da função hegemônica ao setor mais moderno da oligarquia agrária e a cooptação dos líderes mais moderados das camadas médias. Nesse sentido, refere-se a mais um caso de revolução passiva em nossa história e, enquanto tal, nocivo ao movimento de afirmação da sociedade civil. No entanto, mostrando-se irresistível, o processo de criação de suas condições objetivas avançou com a modernização capitalista dos anos 30. De acordo com o autor:

Os pressupostos *objetivos* de uma sociedade civil autônoma haviam sido criados; seus resultados *subjetivos* (ou seja, a formação de aparelhos de hegemonia independentes do Estado) podiam certamente sofrer um processo repressivo, como ocorreu sob a ditadura Vargas; mas, em si, aqueles pressupostos já não eram elimináveis.<sup>290</sup>

Com o fim da ditadura em 1945 e a vigência de um acanhado regime democrático, o processo de ocidentalização avançou de modo mais explícito:

O PCB, que volta à legalidade, torna-se pela primeira (e até agora única) vez um partido de massa, obtendo cerca de 10% dos votos. Os outros partidos que nasceram nesse momento assumiram dimensão nacional e perfil ideológico mais nítido. Também os sindicatos operários tornam-se cada vez mais importantes na vida econômica e política do País, ainda que continuem subordinados a uma estrutura corporativa. Apesar de alguns episódios regressivos (como a proibição do funcionamento legal do PCB em 1947), a tendência à “ocidentalização” da sociedade brasileira continuou a predominar, reforçando-se ainda mais no período 1955-1964.<sup>291</sup>

Obviamente o golpe de 1964 operou no sentido da obstrução do processo de constituição e organização da sociedade civil, em especial após a edição do AI-5. Além de reprimir as

<sup>289</sup> C. N. COUTINHO, *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*, Rio de Janeiro, Campus, 1992, p. 132.

<sup>290</sup> *Ibid.*, p. 132.

<sup>291</sup> *Ibid.*, pp. 132-133.

instituições privadas de hegemonia, a ditadura fortaleceu o aparato estatal, desequilibrando sua relação com a sociedade civil. No entanto, apesar de reprimida, a sociedade civil teria não só mantido uma autonomia efetiva em relação ao Estado como se desenvolvido e complexificado. Esse é o sentido que Coutinho atribui à afirmação dos movimentos de auto-organização de diversos setores da sociedade a partir de meados da década de 1970, cuja culminação foi “o movimento de massa em favor da eleição direta para a Presidência da República”.

O paradoxo de um regime ditatorial que impulsiona o fortalecimento da sociedade civil é solucionado quando nos detemos na definição que o filósofo baiano lhe confere. Podemos observar que a mesma oscila entre “fascista”, “semifascista” e “fascistizante”. Muito embora as condições da via prussiana tenham debilitado o desempenho das contratendências ao movimento de ampliação da “autonomia relativa” da burocracia, Coutinho não vê nessa particularidade a ocorrência de um “fascismo propriamente dito”, fenômeno típico de países com elevado índice de socialização da política, mas sim a de um “regime abertamente autoritário”. O ponto é saber então a diferença específica entre ambos, o que Coutinho nos informa na seguinte passagem:

[...] o regime militar brasileiro, malgrado a intensa utilização da coerção e mesmo do terrorismo de Estado, sobretudo nos anos 1969-1976, jamais foi uma ditadura fascista clássica, ou seja, não foi um regime reacionário *com bases de massa organizadas*. Apoiando-se na camada militar-tecnocrática, esse regime não foi capaz de criar organismos capazes de conquistar uma hegemonia real na sociedade civil, nem de fazer funcionar os aparelhos desta como “correias de transmissão” de um Estado totalitário, como ocorreu na Itália e na Alemanha.<sup>292</sup>

Dessa forma, faltaria ao Estado brasileiro, para ser definido como “uma ditadura fascista clássica” ou “Estado totalitário”, as “bases de massa organizadas”, ou ainda, o ponto central da questão residiria no fato de o regime militar não ter conquistado a adesão de amplos setores civis. Daí a razão de ter tolerado “a presença do Parlamento (ainda que emasculado) e de um partido de oposição, o MDB, que se transformou progressivamente numa ampla frente política de todas as forças antiditatoriais”. Segundo Coutinho, só se pode falar no Brasil de “fascismo pelo alto”. O uso da noção de Barrington Moore Jr. visa destacar o isolamento do Estado em relação às organizações civis. A única forma de consenso possível à ditadura brasileira foi “um consenso

---

<sup>292</sup> C. N. COUTINHO, *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*, Rio de Janeiro, Campus, 1992, p. 133.



*passivo*, que pressupunha a atomização das massas e não era capaz de se expressar através de organizações que, a partir de baixo, dessem apoio ativo à ditadura”.<sup>293</sup>

Assim, com a crise do “milagre econômico”, evidenciada em meados da década de 1970, a ditadura militar perdeu o consenso que detinha junto às classes médias e mesmo o apoio de determinados setores monopolistas. Nesse contexto de “crise de legitimação”, os aparelhos de hegemonia da sociedade civil puderam retomar sua autonomia, mas agora a serviço do combate à ditadura.<sup>294</sup> Sintético quanto à totalidade do processo, Coutinho observa:

O “feiticeiro” desencadeara forças que já não podia controlar. Pondo em prática uma política econômica fortemente modernizadora, a ditadura promoveu um espetacular desenvolvimento das forças produtivas: sob a égide de uma “revolução-restauração”, o Brasil ingressou na fase do capitalismo monopolista de Estado. E essa modernização, mesmo sendo “conservadora” – na medida em que manteve e aprofundou a dependência ao imperialismo, as disparidades regionais e a distribuição desigual de propriedade e renda –, consolidou de modo irreversível os pressupostos objetivos da “ocidentalização” da sociedade brasileira.<sup>295</sup>

Desse modo, ainda que a consolidação da sociedade civil brasileira seja entendida como o resultado de uma luta ainda em processo, Coutinho observa que, “pelas vias transversas da revolução passiva, o Brasil tornou-se uma sociedade ‘ocidental’”. Impõe-se, então, a estratégia da “guerra de posições”, a disputa pelo consenso no seio da sociedade civil, visando a hegemonia. Coutinho reafirma aqui sua aposta na construção de um regime de democracia política, a ser posteriormente aprofundado em uma “democracia de massas”, entendida como condição ineliminável da construção de um “socialismo *democrático*”.

Como vimos, no entender de Coutinho, “regimes autoritários modernizadores mas não fascistas”, tais como “o Brasil pós-64 e a Espanha franquista em seu segundo período”,

<sup>293</sup> C. N. COUTINHO, *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*, Rio de Janeiro, Campus, 1992, p. 133.

<sup>294</sup> Coutinho parece referir-se a um fenômeno de alcance geral: “Reside nisto, ao que me parece, a contradição fundamental dos regimes autoritários modernizadores mas não fascistas: tal como o aprendiz de feiticeiro, desencadeiam processos que dificilmente são capazes de controlar em seguida. Num primeiro momento, esforçam-se no sentido de reprimir os germes de sociedade civil autônoma que já existiam antes da sua implantação; porém por não serem ou não poderem ser totalitários –, revelam-se incapazes de destruí-los inteiramente. Mais tarde, são obrigados a se defrontar com a crescente oposição de uma nova sociedade civil, que se fortalece precisamente à medida que a própria política econômica modernizadora de tais regimes vai criando uma formação econômico-social de tipo ‘ocidental’ (no sentido gramsciano)”. *Idem*, “Pós-escrito 1984: alternativas da transição”, in: \_\_\_\_\_, *A democracia como valor universal e outros ensaios*, Rio de Janeiro, Salamandra, 1984, p. 199.

<sup>295</sup> *Idem*, *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*, Rio de Janeiro, Campus, 1992, p. 134.

impulsionam involuntariamente a construção dos pressupostos de uma sociedade civil que, progressivamente, escapa ao seu controle. Dessa contradição é que derivaria o projeto de “abertura” arquitetado pela ditadura:

[...] através de seu setor menos obtuso, o regime autoritário tenta “cooptar” os segmentos não diretamente populares dessa nova sociedade civil, fazendo concessões capazes de permitir uma “auto-reforma” que, em última instância, não altere a substância elitista do modo tradicional de fazer política.<sup>296</sup>

A contradição fundamental da ditadura brasileira imposta em 1964 abriria a possibilidade, inexistente em um regime “fascista clássico”, de uma “transição pacífica e negociada para a democracia”.<sup>297</sup> Nesse sentido, Coutinho continua apostando em uma saída política que interferisse no projeto originário de abertura “controlada”, levando-o a se converter em algo que “supere definitivamente o ‘prussianismo’, *institucionalizando* os organismos da sociedade civil como atores políticos decisivos na vida nacional”. No entanto, a possibilidade desse tipo de transição implicaria dois perigos, situados exatamente em pontos extremos:

Por um lado, a tentativa de *repetir* o caminho “prussiano” da conciliação, ou seja, de resolver o problema da transição mediante um novo “pacto de elites”, com a cooptação pela nova situação de parcelas “selecionadas” da antiga oposição; e, por outro, a tentação de subestimar ou mesmo de rejeitar a *possibilidade* concreta de uma transição que se processe através de negociações (e, portanto, que evite confrontos que possam levar a retrocessos), mas de negociações que tenham como meta uma *ruptura* – que, por ser gradativa e processual, nem por isso é menos radical – com os quadros institucionais do autoritarismo.<sup>298</sup>

Já na década de 1990, Coutinho avalia qual foi a resultante do embate entre o “projeto de abertura” concebida “pelo alto” e o “processo” realizado pela movimentação real da sociedade civil, conduzido “de baixo para cima”. A atuação da sociedade civil, na qual teve papel de destaque o novo sindicalismo e o recém-fundado Partido dos Trabalhadores, teria permitido a

<sup>296</sup> C. N. COUTINHO, “Pós-escrito 1984: alternativas da transição”, in: \_\_\_\_\_, *A democracia como valor universal e outros ensaios*, Rio de Janeiro, 1984, p. 199.

<sup>297</sup> De acordo com o autor, “todos os sujeitos políticos efetivamente atuantes no final dos anos 70 e início dos 80 – mesmo aqueles que não compareceram ao Colégio Eleitoral – desenvolveram sua ação nos quadros dessa possibilidade, contribuindo assim para que ela se tornasse realidade”. *Idem*, *Democracia e socialismo: questões de princípio & contexto brasileiro*, São Paulo, Cortez, Autores associados, 1992, p. 52.

<sup>298</sup> *Idem*, “Pós-escrito 1984: alternativas da transição”, in: \_\_\_\_\_, *A democracia como valor universal e outros ensaios*, Rio de Janeiro, 1984, pp. 199-200.

vitória do “*processo* de abertura” em diversos aspectos. Exemplificando êxitos, Coutinho observa:

[...] em vez da revisão seletiva de processos de cassação proposta pelo regime militar, chegou-se em 1979 a uma anistia bastante abrangente, que permitiu a volta à vida política legal de praticamente todas as personalidades e correntes de opinião; [...] a reformulação partidária, concebida por Golbery como meio para quebrar a unidade da oposição e cooptar alguns dos seus segmentos, tornou-se um momento decisivo da construção de uma representação política bem mais pluralista, graças à criação do PT e do PDT, além de não ter rompido a unidade de oposição (o PP, em vez de servir ao regime, terminou sendo incorporado pelo PMDB). Finalmente, deve-se salientar que, embora derrotado em seus propósitos imediatos, o extraordinário movimento pelas diretas-já foi fator decisivo na vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, impedindo assim a projetada reprodução do regime através de um governo semicivil.<sup>299</sup>

Após exaltar os resultados da ação civil em seu confronto com o “*projeto* de abertura”, Coutinho afirma que a saída negociada que levou ao fim da ditadura comportava o perigo da preponderância dos processos concebidos “pelo alto” sobre os provenientes “de baixo”. Assim, embora entre os resultados da contenda estivesse a ruptura com o regime ditatorial, constava também a reprodução atenuada e modernizada de alguns dos traços constitutivos do velho modo “prussiano” e “passivo” de promover as transformações sociais no país. Assinalando a permanência de “prussianismo” em nossa vida política, Coutinho elenca os seguintes elementos:

1) um *Executivo forte* em detrimento do Parlamento, ou, de modo mais geral, a tendência a “desequilibrar”, em favor do Estado, a relação entre esse e a sociedade civil; 2) *mecanismos transformistas*, ou seja, a tentativa permanente de obter apoio para o governo através da cooptação e dos favores clientelistas; 3) *formas de populismo*, isto é, de representação política através do vínculo direto entre líder e massa atomizada, sem a mediação da sociedade civil, e, em particular, dos partidos; 4) *a tutela militar*, vale dizer, a atribuição de um peso político às forças armadas sem nenhuma relação com o balanço de forças efetivamente presentes na sociedade civil.<sup>300</sup>

Sintetizado o quadro, trata-se da debilidade da democracia política no país. Nesse cenário, resultante de uma transição “fraca”, Coutinho destaca a presença ativa dos agentes civis que tentaram uma abertura a partir “de baixo”, a saber, forças políticas como “o novo sindicalismo surgido nas greves do ABC, os novos e antigos partidos populares (inclusive boa parte do PMDB

<sup>299</sup> C. N. COUTINHO, *Democracia e socialismo: questões de princípio & contexto brasileiro*, São Paulo, Cortez, Autores associados, 1992, pp. 51-52.

<sup>300</sup> *Ibid.*, pp. 53-54.

pré-‘Nova República’), os setores mais progressistas da Igreja Católica etc”.<sup>301</sup> Estaria aí a base para uma transição “forte”.

À sua velha proposta de uma “democracia de massas”, forma institucional da eventual consolidação da hegemonia das classes subalternas no quadro do respeito ao pluralismo dos agentes sociais, Coutinho articula um “reformismo revolucionário”.<sup>302</sup> Trata-se do *novo nome* de sua velha proposta de reformas econômicas que elevam “a nível superior” a democracia liberal. Novamente, deve-se buscar o consenso político necessário para a realização de reformas estruturais, mas sem o descarte do caráter misto da propriedade, o qual constitui “expressão do pluralismo no mundo econômico”. O objetivo é a hegemonia do setor público, ou seja, “o controle público (não necessariamente estatal) dos setores-chave da economia”. Aqui, como na antiga terminologia, a realização de reformas radicais, resultando da construção de amplos consensos majoritários, abre o caminho para a progressiva edificação do socialismo.

Resumindo o que já dissemos sobre o itinerário histórico “prussiano” ou “passivo” do Brasil na segunda fase do pensamento de Coutinho, podemos afirmar que se trata de um diagnóstico referente a todo o processo de constituição e desenvolvimento nacional, desde sua colonização até a vida política mais recente, passando pelos processos que puseram termo à ditadura militar imposta em 1964. Nessa rota de desenvolvimento tardia ou hipertardia, foram aliçados dos processos de transformação e, conseqüentemente, de seus frutos, os setores não proprietários, em favor de conciliações pelo alto entre as classes dominantes. Refletindo tal exclusão, o ordenamento político foi marcado pela debilidade secular das organizações privadas de hegemonia, ou melhor, pelo desequilíbrio na relação entre um Estado forte e “autoritário” (mas não “totalitário”) e uma sociedade civil débil. Não obstante, a modernização econômica implícita nos processos assim configurados proporcionou a completa transição de nosso país ao

---

<sup>301</sup> C. N. COUTINHO, *Democracia e socialismo: questões de princípio & contexto brasileiro*, São Paulo, Cortez, Autores associados, 1992, p. 55.

<sup>302</sup> A ideia de um reformismo revolucionário no pensamento de Coutinho, inspirado pelo sociólogo André Gorz, decorre de seu entendimento de que o problema da social democracia não residia em seu reformismo, mas no fato de ela ter sido “insuficientemente reformista”, respeitando os limites econômicos e políticos do capitalismo. Cf. C. N. COUTINHO, “Marx”, in: Clodomir de Souza FERREIRA, João Antonio de Lima ESTEVES, Laura Maria COUTINHO (orgs.), *O pensamento inquieto*, Brasília, CEAD/UnB, 1993, p. 33 e também *idem*, *Democracia e socialismo: questões de princípio & contexto brasileiro*, São Paulo, Cortez, Autores associados, 1992, pp. 36-46. Sobre o parentesco entre as posições de Coutinho e a social democracia, inabordado neste trabalho por questões de espaço, ver Adriano Nascimento SILVA, A “via democrática para o socialismo” na obra de Carlos Nelson Coutinho, Recife, UFPE, 2003.

capitalismo, bem como a ativação das instituições civis. Embora essa resulte inconclusa, possibilita um patamar mínimo, a partir do qual o filósofo baiano pensa a edificação da democracia e do socialismo no país. Trata-se já de uma sociedade “ocidental” e, portanto, de uma situação histórica propícia para a adoção da “guerra de posições”, a luta pela negociação de um ordenamento político-econômico mais harmônico, apto a possibilitar reformas de sentido anticapitalista. Dada a amplitude do desafio, o consenso em torno das propostas democráticas deveria abarcar a maioria dos setores da sociedade civil, incluindo liberais e parte da burguesia monopolista.

Feita a reconstituição dos argumentos do Coutinho gramsciano e eurocomunista em favor da aplicabilidade dos conceitos de via prussiana e revolução passiva para a compreensão do processo de desenvolvimento capitalista no Brasil, devemos agora explicitar suas debilidades internas.

Deve-se ressaltar de saída que, *aparentemente*, o formalismo dos trabalhos desenvolvidos na fase lukacsiana de Coutinho, referente à desconsideração da natureza específica dos caracteres de nossa modalidade de desenvolvimento, é superado na segunda fase, pois o autor mostra-se preocupado em assinalar condições que nos distinguem dos países que seguiram um caminho “prussiano” ou “passivo”. Esse é o sentido de várias de suas considerações, entre as quais se destacam o caráter escravista do modo de produção que precedeu o capitalismo entre nós, o atraso de nossa industrialização, bem como o caráter “dependente-associado” que o capitalismo brasileiro apresenta. Em relação à apreensão de diferenças, Coutinho chega mesmo a evidenciar a cronologia distinta apresentada por cada país de via prussiana na resolução das questões nacional e agrária.<sup>303</sup>

---

<sup>303</sup> O autor observa que, “enquanto na Alemanha a solução ‘prussiana’ da questão agrária precede a solução igualmente ‘prussiana’ da questão da unificação nacional, e enquanto na Itália as duas questões são resolvidas ‘passivamente’ ao mesmo tempo, nota-se no Brasil uma sequência cronológica diversa”. Coutinho refere-se ao fato de que aqui “a solução ‘pelo alto’ da questão do Estado nacional unificado precede e condiciona a solução ‘prussiana’ da modernização agrária: conservando a grande exploração rural e o domínio político dos proprietários de terra e de escravos, a ‘revolução passiva’ que se inicia com a Independência e se consolida com o golpe da Maioridade prepara o desfecho ‘prussiano’ para a questão da adaptação da estrutura agrária ao capitalismo no plano interno, no momento em que se esgotam as potencialidades das relações escravistas de trabalho”. C. N. COUTINHO, “A ‘imagem do Brasil’ na obra de Caio Prado Júnior”, in, \_\_\_\_\_, *Cultura e sociedade no Brasil*, Rio de Janeiro, DP&A, 2005, p. 234.

No entanto, quando observamos com mais cuidado, a aparência se dissolve. Como vimos, Coutinho vê como equivalentes as possibilidades de feudalismo ou escravismo em nosso passado, pois ambos são nucleados pelo trabalho fundado na coação extra-econômica. Assim, mesmo no caso da comprovação da impropriedade de se pensar nosso passado como feudal, o conceito de via prussiana, construído exatamente para compreender processos de transição do feudalismo para o capitalismo, manteria sua validade. Dois equívocos se fazem presentes nessa posição de Coutinho.

O primeiro deles é tomar como acertada a afirmação de Lenin sobre a indistinção entre restos de escravismo e feudalismo no caso do Sul dos EUA. De fato, o revolucionário russo entende como “absolutamente contrária à verdade” a afirmação segundo a qual os Estados Unidos “nunca conheceram o feudalismo e ignoram suas sobrevivências econômicas”, pois considera que “as sobrevivências econômicas do escravismo não se distinguem em nada das do feudalismo, e são ainda mais fortes, até o presente, no antigo Sul escravista dos Estados Unidos”. O autor refere-se aqui a “uma base tipicamente russa, cem por cento russa, a do sistema de pagamento em trabalho ou, mais precisamente, da parceria”. Do ponto de vista econômico, Lenin considera o sistema de parceria uma forma de “exploração semifeudal (e também semi-escravista)”. Assim, “tanto na América quanto na Rússia, a região onde predomina a parceria é a que apresenta um maior atraso, a maior degradação, a maior opressão das massas trabalhadoras”.<sup>304</sup> A denúncia do caráter retrógrado de tal relação tem por base a sua comparação com as mais modernas relações capitalistas na agricultura, em especial o trabalho assalariado, o qual Lenin considera “o indicador mais direto do capitalismo na agricultura”.

O líder russo é pontual em suas considerações e não nos fornece maiores comprovações da equivalência defendida. No entanto, parece se orientar pelas teses de Marx sobre a gênese da renda fundiária capitalista.<sup>305</sup> No capítulo XLVII de *O capital*, dedicado ao tema referido, o pensador alemão realmente afirma uma indistinção entre elementos escravistas e servis. O sentido

---

<sup>304</sup> V. I. LENIN, *Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura*, São Paulo, Ed. Brasil debates, 1980, pp. 17-18.

<sup>305</sup> Em certo momento de seu texto, Lenin censura os economistas burgueses que critica por não terem assimilado as análises marxianas (contidas em *O capital*) “sobre a origem da renda fundiária de tipo capitalista e de suas relações com as formas de renda que a antecederam historicamente, como a renda in natura, a renda de pagamento em trabalho (a corveia e suas sobrevivências), a renda em dinheiro (tributos, etc.)”. V. I. LENIN, *Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura*, São Paulo, Ed. Brasil debates, 1980, p. 39.

dessa afirmação, contudo, não é da mesma amplitude que a proposta leniniana. Atento quanto à forma assumida pela mais-valia proveniente da agricultura, Marx observa:

Sobre a economia escravista propriamente dita (que [...] percorre uma escala, que vai desde a escravidão patriarcal, preponderantemente para uso próprio, até o sistema de plantações propriamente dito, que trabalha para o mercado mundial) e sobre a economia de propriedades rurais, em que o proprietário da terra faz o cultivo por conta própria, possui todos os instrumentos de produção e explora o trabalho de servos, quer não livres, quer livres pagos com gêneros ou com dinheiro, não precisamos entrar em maiores detalhes aqui. Proprietários de terra e proprietários de instrumentos de produção, por isso, também o explorador direto dos trabalhadores contados entre esses instrumentos de produção, coincidem aqui. Assim também coincidem renda e lucro, não ocorre nenhuma separação entre as diversas formas de mais-valia. Todo o mais-trabalho dos trabalhadores que aqui se representa no mais-produto é extraído deles diretamente pelo proprietário de todos os instrumentos de produção, entre os quais se conta o solo e, na forma originária da escravidão, os próprios produtores imediatos. Onde predomina uma visão capitalista, como nas plantações norte-americanas, toda essa mais-valia é compreendida como lucro; onde não existe nem o próprio modo de produção capitalista nem seu modo correspondente de ver tenha sido transposto de países capitalistas, ela aparece como renda.<sup>306</sup>

Como se pode observar, o ponto comum visualizado na exploração tanto do trabalho escravo quanto do servil é a coincidência, em um só agente, da propriedade dos meios de produção, da terra e do controle da exploração agrícola. Ausente a figura do arrendatário, resta aqui uma indistinção quanto à mais-valia resultante. Há que se observar que a identidade apontada por Marx tem por base a separação entre lucro e renda fundiária. Portanto, trata-se de uma comparação entre elementos escravistas e servis, de um lado, e a forma *propriamente capitalista*, de outro, pois o autor considera que aquela “separação é, precisamente, o pressuposto do modo de produção capitalista”.<sup>307</sup>

Assim, a posição de Lenin, carente de arrimos autônomos expressos, resulta sem uma base propriamente marxiana, pois a afirmação da identidade entre renda e lucro tanto em explorações agrícolas baseadas no trabalho escravo quanto naquelas marcadas pela servidão não permite concluir pela similitude geral entre escravismo e feudalismo. Trata-se, antes, da equiparação episódica de formas primitivas de excedente agrícola em comparação com sua expressão especificamente capitalista.

<sup>306</sup> K. MARX, *O capital: crítica da economia política*, São Paulo, Abril Cultural, 1986, vol. V, p. 260.

<sup>307</sup> *Ibid.*, p. 248.

O segundo equívoco de Coutinho é tomar a vigência de relações de trabalho escravistas em nossa história como sinônimo de “modo de produção escravista”. O autor aposta aqui em uma “hipótese”, sem acompanhá-la de argumentos probatórios suficientes. Coutinho limita-se a afirmar que o vínculo de subordinação formal de nossa economia ao capital mercantil internacional não é elemento aceitável para definir como capitalista o modo de produção em vigor no período colonial. Nesse sentido, o da particularização do escravismo, somos informados apenas de que se trata de uma modalidade “com dominância mercantil”.

Estamos aqui diante de um procedimento classificatório, pois, a partir da inexistência de trabalho assalariado como fator geral na produção, chega-se à conclusão de que não há capitalismo. Ao invés, teríamos um modo de produção escravista, deduzido do predomínio das relações de trabalho escravistas, seja qual for o contexto histórico e econômico de seu emprego. Assim, Coutinho se junta a um grupo já analisado pelo filósofo José Arthur Giannotti, a saber, o daqueles “que, pressupondo dada a individualidade do objeto, tratam de enumerar os predicados que o distinguem”. Giannotti resume da seguinte maneira a conduta desses investigadores:

Justapõem [...] determinações características de um modo de produção qualquer, a fim de identificar, na história, o período a que se aplica o conjunto de tais predicados. Sorrateiramente passam da individualidade pressuposta do objeto para a individualidade inquestionada do conceito, como se tais predicados pudessem se reunir sem obedecer a uma lógica emanada do próprio objeto. E terminam por empregar “modo de produção” como um tipo ideal, arbitrariamente construído, que pudesse nomear este ou aquele fenômeno social, salientado segundo o arbítrio do investigador.<sup>308</sup>

Assim, Coutinho reduz a lógica da síntese das várias determinações que constituem o real a uma mera justaposição de predicados. Perde então de vista o que Giannotti entende ser “uma das intenções mais profundas da obra de Marx: a reflexão sobre o problema da *forma* do social”. Ou seja, trata-se, ao invés da coleta de determinações adequadas a dados conceitos, de apreender a lógica do movimento de entificação do próprio objeto investigado. Nesse sentido, Giannotti vai mais longe, fornecendo uma angulação que nos parece adequada na caracterização do modo de produção capitalista e de sua modalidade brasileira:

---

<sup>308</sup> José Arthur GIANNOTTI, “Notas sobre a categoria ‘modo de produção’ para uso e abuso dos sociólogos”, *Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 17, p. 163.



Repondo-se a todo instante, individualizando-se graças a seu próprio movimento circular, além de fagocitar modos periféricos, além de instaurar uma história universal por meio da destruição das histórias particulares, o capital está pois criando formas de organização do trabalho que não se efetivam sob as estritas condições de extração de mais-valia. Isto se dá, aliás, desde seu começo, quando o próprio capital se constitui como capital em geral. Todos sabemos que o capital comercial forja o sistema colonial, isto quando o capital em geral existe apenas em germe, como processo objetivo que resultará na revolução industrial. Mas é assim que essa condição de seu vir a ser se subsume à sua própria essência. Em suma, a circularidade do capital se perfaz configurando um círculo de círculos.<sup>309</sup>

A fim de evitar a equiparação entre o núcleo da produção capitalista e suas instâncias secundárias, o filósofo reserva

[...] a categoria modo de produção para designar o movimento objetivo de reposição que integra, num mesmo processo autônomo, a produção, a distribuição, a troca e o consumo, deixando outros nomes para as formas produtivas subsidiárias, que o modo de produção capitalista exige no processo de sua efetivação.<sup>310</sup>

Desse modo, ao contrário do que pensa Coutinho, o período de subordinação formal da economia brasileira aos mecanismos de reprodução do capital mercantil deve ser apreendido como capitalista, ainda que não se trate do que Marx chamava de “capitalismo verdadeiro” (ou seja, o capitalismo industrial), mas sim de sua fase mercantil. Especifique-se, no entanto, que aqui o capitalismo se vale de uma *forma produtiva subsidiária*, para seguir a formulação de Giannotti, ou, como o quer o sociólogo Antonio Carlos Mazzeo, uma “*forma particular de reposição e produção*”,<sup>311</sup> a saber, o trabalho escravo em sua forma moderna. Em suma, o escravismo, núcleo do empreendimento colonial, constitui uma das várias formas sociais particulares de entificação da universalidade capitalista e, como tal, deve ser entendido a partir de sua vinculação estrutural com essa última.<sup>312</sup>

A posição do Coutinho gramsciano, vale observar, é um recuo em relação às suas próprias “formulações juvenis”, nas quais ainda atinava para os laços que nos atavam ao mercantilismo.

<sup>309</sup> José Arthur GIANNOTTI, “Notas sobre a categoria ‘modo de produção’ para uso e abuso dos sociólogos”, *Estudos Cebap*, São Paulo, n. 17, p. 167.

<sup>310</sup> *Ibid.*, p. 167.

<sup>311</sup> Antonio Carlos MAZZEO, “Notas sobre o ‘modo de produção escravista colonial’”, *Nova escrita ensaio*, São Paulo, n. 8, p. 92, jan. 1981.

<sup>312</sup> Cf. *idem*, *Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa*, São Paulo, Cortez, 1997, e também, *idem*, “O escravismo colonial: modo de produção ou formação social?”, *Revista brasileira de história*, São Paulo, v. 6, n. 12, pp. 203-214, mar./ago. 1986.

Isto é, em seu artigo de estreia o autor ainda mostrava preocupação com a dimensão colonial de nossa economia, pois aí o país figurava como mero fornecedor de gêneros tropicais, comerciados pela burguesia portuguesa no mercado europeu. Portanto, falava da “economia colonial” como sendo um elemento subsidiário do capitalismo comercial.

Outro ponto acerca do qual Coutinho avança apenas aparentemente refere-se à percepção do caráter hipertardio do capitalismo industrial no Brasil. O autor afirma que esse atraso torna a nossa industrialização “necessariamente dependente ou dependente-associada”. Portanto, os interesses do capital estrangeiro mesclam-se aos da burguesia brasileira, fazendo com que o Estado atue, por vezes de modo ditatorial, no intuito de tutelar e viabilizar a realização dos capitais local e estrangeiro. No entanto, no momento de formular suas propostas políticas, Coutinho não vê maiores problemas em contar com setores burgueses no processo de luta pela conquista e aprofundamento da democracia liberal. Sua aposta é a de que

[...] no contexto de um regime democrático, aberto à pressão popular, o setor estatal se situe mais frequentemente ao lado dos monopólios nacionais (ou mesmo de pequenas e médias empresas), em detrimento dos internacionais, sublinhando assim o elemento *associado* e diminuindo o papel do elemento *dependente* em nosso CME.<sup>313</sup>

Assim, as limitações econômicas da burguesia brasileira não impedem que Coutinho deposite nela esperanças de apoio à edificação de um ordenamento político-econômico democrático. O autor desconsidera as condicionantes econômicas de estruturação dos interesses políticos das classes proprietárias no Brasil. Não vê que seus vínculos de subordinação com o capital internacional obstruem a constituição de perspectivas verdadeiramente democráticas, impossibilitando assim, de uma perspectiva burguesa, qualquer intuito mais sério de um reformismo no ordenamento econômico.<sup>314</sup>

---

<sup>313</sup> C. N. COUTINHO, “O capitalismo monopolista de Estado no Brasil: algumas implicações políticas”, in: \_\_\_\_\_, *A democracia como valor universal e outros ensaios*, Rio de Janeiro, Salamandra, 1984, p. 183.

<sup>314</sup> A esse respeito, Coutinho pensa da seguinte maneira: “Decerto, é inegável que o limite máximo que o capitalismo dependente brasileiro põe à implementação de direitos sociais é mais restrito do que naquele permitido pelo capitalismo dos países desenvolvidos. Isso, contudo, não anula a validade, em nosso País, de uma estratégia reformista revolucionária; o que ocorre é que, entre nós, a luta por profundas reformas de estrutura assumirá mais precocemente um caráter anticapitalista”. *Idem*, *Democracia e socialismo: questões de princípio & contexto brasileiro*, São Paulo, Cortez, Autores associados, 1992, p. 46.

Desse modo, desconsiderando as especificidades que conformam a particularidade brasileira, Coutinho não pôde responder adequadamente a alguns dos questionamentos mais pertinentes acerca de sua democracia como valor universal: aqueles sobre os interessados na realização da proposta. Esse é o caso da crítica de Adelmo Genro Filho:

Quais as forças sociais interessadas na conquista e na *permanência* das “regras do jogo” da democracia liberal – burguesa? Absolutamente nenhuma. A burguesia *no* Brasil já fez sua revolução. O bloco hegemônico aposta na abertura como uma jogada de recuo tático, aliás, uma “abertura” a seu modo. Os setores burgueses não hegemônicos que estariam jogando numa democratização um pouco mais rápida e um pouco mais ampla, de fato estão negociando *sua* participação no bloco de poder, pois a própria realidade lhes indica a inviabilidade histórica de um desenvolvimento capitalista autônomo no quadro das relações econômicas internacionais. Os trabalhadores e as demais classes populares igualmente não estão interessados na *permanência* das “regras do jogo” da democracia formal. Estas, são apenas aspectos das reivindicações potencializadas objetivamente pela estrutura econômica existente. Portanto, sequer as classes trabalhadoras apostam na permanência da democracia formal, e sim no seu aprofundamento imediato – na sua negação formal, pela superação de seu conteúdo.<sup>315</sup>

O silêncio de Coutinho frente a esse tipo de questionamento deve-se, antes de tudo, ao seu politicismo, o qual impossibilita a adequada reprodução conceitual da realidade econômico-social. Mais concretamente, o filósofo baiano não atina para as limitações estruturais da burguesia brasileira e, portanto, para a impossibilidade da democracia de corte liberal no Brasil. Consequentemente, a abstratividade do tratamento das questões envolvidas no desenvolvimento do capitalismo brasileiro se reflete na proposição política de Coutinho. O programa econômico proposto não aponta medidas concretas, faz apenas indicações genéricas tendentes ao fim do “capitalismo selvagem”. Mesmo quando trata da necessidade de reforma agrária e de medidas anti-monopolistas, Coutinho não explicita com exatidão o que deve ser alterado na estrutura econômica brasileira.

O politicismo de Coutinho transparece de modo claro na utilização de conceitos que, longe de permitir a percepção das distinções do caso brasileiro de entificação do capitalismo, escamoteiam-nas. O politicismo, procedimento responsável pelas desconsiderações elencadas, é particularmente evidente quando Coutinho toma como central a questão de saber se o Brasil é

---

<sup>315</sup> Adelmo GENRO FILHO, “A democracia como valor operário e popular (resposta a Carlos Nelson Coutinho)”, *Encontros com a civilização brasileira*, Rio de Janeiro, n. 17, p. 197, nov. 1979.

uma sociedade “oriental” ou “ocidental”. A própria conceituação é viciada, pois toma por parâmetro central a configuração política do país. Isto é, o autor foca a relação entre Estado e sociedade civil, considerando ocidentais as sociedades que possuem um sistema auto-organizativo já constituído. As opções de estratégia política são tão escassas quanto as classificações realizadas: ao caráter “oriental” de uma sociedade corresponde necessariamente a “guerra de movimento”, uma luta rápida e decisiva pelo poder do Estado, enquanto que nas sociedades de tipo “ocidental” a solução é a “guerra de posição”, uma disputa longa e consensual pela hegemonia. O reducionismo aqui é evidente: a classificação dual comporta soluções do mesmo caráter. Oblitera-se assim a riqueza de determinações que o real apresenta em ambos os momentos, de modo que a particularidade da sociedade capitalista brasileira se restringe à afirmação de que “somos um ‘Ocidente’ periférico e tardio”.<sup>316</sup>

Professando o primado do político na conformação da totalidade capitalista, Coutinho conduz sua análise pelo recurso e perpetuação de conceitos que grassam na analítica brasileira de caráter politicista. Assim, é de fundamental importância o uso de noções elaboradas tendo a democracia liberal por modelo.

O caso mais grave, pois o mais recorrente e importante, refere-se à expressão “Estado autoritário”, figura típica de situações nas quais há um desequilíbrio na relação entre Estado e sociedade civil, isto é, quando o primeiro apresenta-se forte e a segunda organizativamente desarticulada. Em tensão com sua residual preocupação com o primado do momento econômico na conformação da totalidade do real, Coutinho trabalha aqui com a autonomização do momento político, caracterizando-o em função de sua aparência imediata. Simultaneamente, opera uma classificação nucleada pelo paradigma democrático. Assim, “Estado autoritário” é aquele no qual há a negação de determinados aspectos da democracia liberal, uma contraposição cujo grau máximo é atingido no “totalitarismo”.

Tem como mesmo arquétipo a noção de “populismo” utilizada por Coutinho. Trata-se de um conceito criado para compreender a quadra histórica que vai de 1930 a 1964, marcada, segundo os teóricos que dele se valem, pela falta de radicalidade dos trabalhadores, manipulados pelas lideranças políticas. Constitui, portanto, um sucedâneo da hegemonia burguesa. O filósofo

---

<sup>316</sup> C. N. COUTINHO, *Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo*, São Paulo, Cortez, 2000, p. 172.

baiano mobiliza-o episodicamente por ser útil no realce de uma característica particularmente importante daquele período: a forma de relacionamento entre o líder político e as massas populares na qual há o descarte da mediação das instituições organizativas da sociedade civil. Nesse sentido, também se trata de uma negação de aspectos da democracia.<sup>317</sup>

Desse modo, o objetivo político de Coutinho, a conquista de um regime de democracia liberal, molda a instrumentação teórica utilizada. Desvirtua a preocupação com o momento econômico-social em favor da descrição da aparência do momento político. Perde de vista não apenas o momento preponderante da totalidade do real e, com ele, as distinções do caso brasileiro de desenvolvimento capitalista, mas, no mesmo ato, também desentende a conformação própria do político, pois o isola de seus laços de estruturação com o econômico.

Conclui-se, portanto, que Coutinho, ao desconsiderar as especificidades que nos diferenciam dos casos de via prussiana e revolução passiva, ou seja, o sentido capitalista mercantil de nossa economia colonial e o caráter subordinado de seu desenvolvimento industrial, assume os conceitos adotados como modelo. Desse modo, ao invés de transpor a conceituação marxista para o caso brasileiro com os ajustes necessários à reprodução de sua particularidade, o filósofo baiano restringe-se a realizar um decalque, a simples transferência de imagens. Tendo como diagnóstico um contexto estranho ao nosso (alemão ou italiano), o resultado é o encobrimento de distinções e a proposição de uma estratégia política pautada em categorias sociais geneticamente desprezíveis.

---

<sup>317</sup> Para uma crítica das noções em questão e outras convergentes, ver J. CHASIN, “A sucessão na crise e a crise na esquerda”, in: \_\_\_\_\_, *A miséria brasileira: 1964-1994: do golpe militar à crise social*, Santo André, Estudos e edições Ad hominem, 2000, em especial pp. 244-254.

## CAPÍTULO III – ALGUMAS CONTRAPOSIÇÕES

### 3.1. Um círculo vicioso

Neste capítulo, tentaremos explicitar algumas determinações da realidade brasileira que a analítica coutiniana, vitimada pelo politicismo, desatende. Para realizar essa tarefa, escolhemos dois autores que, debruçando-se sobre o mesmo objeto que Coutinho, não sucumbiram ao politicismo, o que os habilitou a compreender a particularidade de nosso desenvolvimento histórico sem a necessidade de encaixá-la em moldes teóricos pré-concebidos. Nesse sentido, nossa primeira tarefa é a exposição de alguns vícios captados pelo historiador Caio Prado Jr. na estrutura econômico-social do país.<sup>318</sup> Feito esse trabalho, poderemos aferir com maior propriedade as dimensões que escaparam ao filósofo baiano em sua busca da particularidade de nosso desenvolvimento histórico.

É importante destacar, antes de tudo, que o diagnóstico coutiniano acerca da obra do historiador paulistano oscilou ao longo do tempo. Se de início, como pudemos assinalar, sua opinião era positiva, tendo mesmo assimilado algumas de suas posições quando da redação de seu ensaio de estreia, com o desenvolvimento do politicismo em seu pensamento, Coutinho passou a visualizar limites naquela obra. Ainda que vislumbrando méritos na semelhança entre os escritos de história brasileira de Caio Prado e as considerações de Lenin e Gramsci acerca, respectivamente, da via prussiana e da revolução passiva, Coutinho entende que, no tocante ao Brasil de hoje, o historiador não teve êxito. Em seu dizer, “embora certamente reconheça que o caminho ‘não-clássico’ para o capitalismo brasileiro gerou mudanças em nossa estrutura social, Caio Prado tende a pôr ênfase maior no momento da conservação, da reprodução do velho”.

Coutinho considera que os elementos da “modernização” brasileira foram tratados por Caio Prado “como ‘aparências’ que não mudam a ‘essência’ [...], isto é, como manifestações que, longe de implicarem a superação do passado, contribuem para acentuar seus traços mais perversos”. Ao fazer isso, o historiador paulistano teria se aproximado do “estagnacionismo” presente no “paradigma terceiro-internacionalista” por ele anteriormente combatido. Nesse

---

<sup>318</sup> Não pretendemos aqui um tratamento detalhado do autor em causa, mas tão somente a exposição de alguns dos aspectos por ele apreendidos. Para um trabalho sistemático, ver Ângela Maria SOUZA, *O Brasil descortinado por Caio Prado Jr.: gênese e reiteração do círculo vicioso*, São Paulo, PUC, 2009.

sentido, “o desenvolvimento brasileiro, sua passagem definitiva para a ‘modernidade’, estaria bloqueado pelo ‘atraso’, seja nas relações agrárias, seja no setor industrial, um ‘atraso’ proveniente, pensa ele [Caio Prado], da limitação estrutural do mercado interno e da dependência ao imperialismo”. Resulta daí também uma “‘convergência objetiva’ entre o Caio Prado tardio e os teóricos do ‘desenvolvimento do subdesenvolvimento’, como André Gunder Frank e Ruy Mauro Marini”, a qual teria levado água ao moinho da posição ultra-esquerdista baseada “na falsa alternativa entre ‘socialismo já’ ou ‘ditadura fascista com estagnação econômica’”.<sup>319</sup> Isto é, por não visualizar em nosso presente nenhuma mudança significativa em relação ao passado colonial, subestimando o processo de industrialização e o “crescimento e ativação da sociedade civil” correspondente, Caio Prado teria contribuído com o mal-entendido político presente na ideologia da ultra-esquerda.

Na visão do filósofo baiano, tal contribuição implica uma “insuficiência” no tratamento da questão da “democracia política” na obra do historiador. Explicitando qual deveria ser o posicionamento político mais de acordo com *alguns* dos aspectos apreendidos por Caio Prado, Coutinho declara que,

Se o Brasil é plenamente capitalista, mas chegou a essa situação através de processos de transição que configuram uma ordem social excludente e autoritária – como nos ensina Caio Prado –, então a principal tarefa histórica que se coloca hoje ao nosso povo [...] consiste em inverter essa tendência “prussiana” por meio da consolidação daquilo que [...] o historiador chamava de “estrutura política democrática e popular”, agora tornada possível pela emergência de novas condições objetivas e subjetivas.<sup>320</sup>

Com o metro dessa definição, o puxão de orelhas no historiador vem em seguida:

Ao limitar as metas atuais da “revolução brasileira” à modificação das relações trabalhistas no campo e à “libertação nacional” em face do imperialismo, Caio Prado pagou um tributo às concepções terceiro-internacionalistas da democracia, que minimizam os aspectos especificamente políticos dessa última em favor de seus pressupostos econômicos e sociais.<sup>321</sup>

---

<sup>319</sup> Carlos Nelson COUTINHO, “A ‘imagem do Brasil’ na obra de Caio Prado Júnior”, in: \_\_\_\_\_, *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*, Rio de Janeiro, DP&A, 2005, pp. 236-237 e 239, acréscimo nosso.

<sup>320</sup> *Ibid.*, pp. 239-240.

<sup>321</sup> *Ibid.*, p. 240.

Dessa forma, como podemos rever, ao conferir maior ênfase à modernidade atingida e, ao mesmo tempo, à sua sociabilidade “autoritária” e “excludente”, Coutinho minimiza o peso da questão do mercado interno e da dependência ao imperialismo enquanto óbices ao desenvolvimento capitalista, mais uma vez abstratamente concebido, ou seja, o autor não se questiona sobre as especificidades do ordenamento sócio-econômico viável a partir das condições descritas. Nesse sentido, a industrialização até então alcançada e a apregoada ativação da sociedade civil daí proveniente são entendidos como base suficiente à luta por um ordenamento político mais democrático.

Vejamos então as razões que levaram Caio Prado a “subestimar” a modernização que Coutinho insiste em afirmar em nosso presente capitalista. Para isso, devemos recuar bastante na história brasileira, mais precisamente ao período da colonização. Presente já em *Evolução política do Brasil* (1933), o tema da colônia é de suma importância na obra de Caio Prado, pois residem aí, em sua visão, elementos fundamentais para a compreensão de nossa história contemporânea.

O autor observa que todos os episódios da assim chamada era dos “descobrimentos” inserem-se na história do comércio europeu. Assim, também a abordagem da América corresponde a um episódio do empreendimento comercial realizado a partir do século XV. Trata-se já aqui de um aspecto de suma importância na explicação do espírito com que os países impulsionados pela reconfiguração das rotas comerciais europeias (a partir do século XIV) abordam o continente americano. Isto é, o objetivo central das empresas coloniais é o comércio. Daí o desinteresse inicial pela América, vista mesmo como um obstáculo no hipotético caminho para o Oriente, região que oferecia garantias de realização dos anseios comerciais.

Quando sentida a necessidade de um efetivo povoamento do continente, esse se fez de modo distinto nas diversas regiões. Além da área na qual se verificou a presença de metais preciosos, duas apresentaram destinos particularmente opostos: de um lado a zona temperada, do outro a tropical e subtropical. Na primeira, a ocupação se fez em grande medida, após o século XVII, com contingentes europeus que fugiam de conflitos político-religiosos, em especial da Inglaterra. Também contribuíram as populações deslocadas pela conversão dos campos ingleses em pastagens para carneiros (ao longo do século XVI), cuja lã abasteceria a florescente indústria



têxtil. Nos dois casos, a opção pela zona temperada estava ligada à semelhança de condições naturais em relação às da Europa.

As condições especiais que permitiram essa modalidade de povoamento, lutas político-religiosas e fatores econômicos, são posteriores e relativamente alheias aos objetivos comerciais que nortearam a empreitada marítima original. Sendo assim, possibilitaram um novo tipo de colonização, na qual as populações buscam reproduzir em um novo território o modo de vida anterior. Daí resulta, naturalmente, uma sociedade que em pouco ou nada se diferencia em relação à do continente europeu. De acordo com Caio Prado, que aqui segue o autor francês Leroy-Beaulieu, trata-se de “colônias propriamente de *povoamento*”.

Já nas zonas tropical e subtropical, a ocupação e povoamento se dão em condições diferentes e, portanto, possuem um *sentido* igualmente distinto. Caio Prado observa, de saída, que aqui as condições naturais, em sua distinção em relação às do velho continente, afastaram o colono povoador, típico da zona temperada. No entanto, o obstáculo ao povoamento permitiria, por outro lado, a obtenção de gêneros tropicais apreciados na Europa. Assim, aquele espírito comercial dos empreendimentos ultramarinos se evidenciará aqui de modo pleno, sem circunstâncias especiais, de caráter político-religioso ou econômico, que lhe obstassem o caminho. As difíceis condições fariam com que para a região tropical só viessem, espontaneamente, indivíduos com recursos suficientes para o empreendimento que aqui seria padrão, isto é, o de larga escala. Ou seja, não vinham para trabalhar, mas para colocar outros a serviço de sua empresa. O trabalhador branco nem mesmo chegou a ser ensaiado nos trópicos. Contribui para a colonização comercial a falta de população em excesso em Espanha e Portugal. Nessas condições, naturais e sociais, aqueles países recorreram cedo ao trabalho escravo, tanto indígena quanto negro. No caso português, a facilidade era maior, pois fora precursor na modalidade moderna de escravidão e controlava suas regiões fornecedoras.

Assim, se na zona temperada os tradicionais objetivos comerciais são postos em segundo plano por ocasião de circunstâncias especiais, nas colônias tropicais a sua vigência pôde ocorrer sem maiores embaraços, direcionando a economia local para finalidades externas, desatendendo as necessidades próprias de sua população. Nos contundentes termos de Caio Prado:

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais complexa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no social como no econômico, da formação e evolução histórica dos trópicos americanos.<sup>322</sup>

Como enfatiza o autor, dessa configuração particular derivariam os “elementos fundamentais” da estrutura econômico-social brasileira em sua evolução histórica. Depois da terceira década do século XVI, o inicial e já decadente tráfico de madeira perde a predominância econômica para o novo gênero tropical escolhido, a cana-de-açúcar. A propriedade da terra concedida aos empreendedores portugueses era alodial e plena, de grandes proporções. Suas elevadas dimensões decorrem, na descrição do historiador paulistano, de sua abundância originária, das ambições dos pioneiros arduamente recrutados e, sobretudo, das necessidades econômicas do cultivo da cana, rentável apenas quando praticado sob a forma da grande plantação. Também por questões práticas, era necessário um número elevado de trabalhadores para a realização da totalidade das operações envolvidas. Em suma, tratava-se de um tipo de empreendimento de larga escala, impossível de ser tocado pela figura do pequeno produtor.

À grande propriedade corresponde a monocultura, também decorrente das necessidades econômicas da empresa comercial. Ou seja, buscava-se o cultivo de um produto de alta rentabilidade, para o qual seriam dirigidos todos os esforços necessários. Não havia margens para uma produção diversificada e de nível técnico elevado. Esse último era impossibilitado pelo tipo fundamental e rudimentar de trabalho utilizado, o escravo. O apelo a essa forma deve-se, como já visto, à falta de excedentes populacionais nas metrópoles correspondentes e à indisposição do branco europeu para se engajar na condição de trabalhador assalariado nos campos tropicais.

Assim, a produção açucareira, base da economia brasileira durante mais de um século e meio,<sup>323</sup> revela os elementos essenciais dessa última: a grande propriedade monocultural trabalhada por escravos. Esse é o tripé resultante da primazia da função exportadora de gêneros tropicais na estrutura econômico-social brasileira. É a reiteração dessa submissão da dinâmica

---

<sup>322</sup> Caio PRADO JR., *História econômica do Brasil*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1970, pp. 22-23.

<sup>323</sup> Em caráter secundário, deve-se registrar a produção de aguardente e o cultivo de tabaco, produtos utilizados no comércio de escravos na costa da África.

interna a finalidades alheias, bem como parte de suas resultantes, o que se assiste no evoluir histórico nacional.

Como não poderia deixar de ser, o nervo econômico central, a produção agrícola para exportação, era amparada por uma incipiente “economia de subsistência”, atinente à pecuária e a alguns gêneros agrícolas, cultivados sob várias formas, mas principalmente de modo acessório na própria grande lavoura. Assim, as necessidades internas da maioria da população, essencialmente a massa escrava, eram colocadas em último plano, em nome da rentabilidade de uns poucos colonos brancos.

A resultante dessa configuração das relações de propriedade e de trabalho, ditada pela primazia incontestada da função exportadora, foi a instituição de uma economia cíclica, em cuja evolução um gênero decadente dá lugar a outro mais apto para suprir a demanda europeia, bem como a sede de lucros dos mercadores. Em decorrência, a economia colonial é marcada por um permanente deslocamento de recursos e populações.

Isso é evidente quando, a partir de inícios do século XVIII, as jazidas auríferas descobertas concentram as atenções da metrópole e, conseqüentemente, a mineração desbanca, por três quartos de século, as demais atividades agrícolas.<sup>324</sup> Tanto assim que será, juntamente com a pecuária, uma das principais responsáveis pela ocupação do interior da colônia. Já pelo final do mesmo século, a mineração já estava em declínio, em virtude do esgotamento das jazidas e das precárias condições sob as quais era praticada. O resultado foi um novo deslocamento de capitais e de trabalho, especialmente para o litoral agrícola. O renascimento da agricultura, favorecido pela queda da mineração, contou ainda com a ampliação dos mercados europeus. Concorrem para isso o aumento da população daquela região, o incremento do comércio internacional, os conflitos europeus e a posição de neutralidade assumida por Portugal, bem como o surto na demanda de algodão.

---

<sup>324</sup> A agricultura também era prejudicada pelo “Pacto colonial”, que reservava os produtos coloniais para o mercado de sua metrópole, bem como o comércio para a marinha correspondente. No caso em questão, isso significava restringir a saída dos produtos brasileiros, pois Portugal possuía um mercado interno débil e já não possuía uma marinha expressiva. Agrava a situação da colônia brasileira a ascensão de novos concorrentes na produção de açúcar.

Recuperada a posição central da agricultura, importa ressaltar que seu renascimento é mais quantitativo do que qualitativo, pois se faz na mesma base de antes, isto é, de forma destrutiva, sem a assimilação das técnicas mais modernas, cujo desenvolvimento interno, nas condições do trabalho escravo, era incogitável. Contribuiu para esse estado de coisas a administração portuguesa, que isolou a colônia dos desenvolvimentos de outros países. Agravava o quadro a falta de um sistema de educação. No entanto, o principal, de acordo com Caio Prado, era o próprio sistema de agricultura extensiva, baseado apenas na abundância de recursos naturais. Daí ser aquela recuperação um movimento precário e de curta duração. O colapso só não era mais evidente porque no horizonte despontava um novo gênero exportável de cultivo favorável na natureza da colônia, o café. Sendo assim, a sùmula do período em causa não poderia ser outra senão a seguinte:

Não se chegara a constituir na era colonial uma economia propriamente nacional, isto é, um sistema organizado de produção e distribuição de recursos para a subsistência material da população nela aplicada; mas ficara-se, modificando apenas a extensão do processo, nesta exploração comercial de um território virgem em proveito de objetivos completamente estranhos à sua população, e em que essa população não figura senão como elemento propulsor destinado a mantê-la em funcionamento.<sup>325</sup>

Considerando o ano da vinda do regente e de sua corte para o Brasil (1808) como data limite da era colonial, nosso historiador verifica qual a feição assumida pela economia brasileira após a libertação. Sem adentrar aqui em pormenores, cumpre assinalar a lógica de seu processo. Focamos aqui o econômico, pois foi daí que partiu o impulso mais importante, o qual foi seguido pela desagregação dos aspectos políticos, sociais e administrativos da estrutura colonial.

A abertura dos portos ao comércio internacional livre vincula-se, nas palavras de Caio Prado, ao “aparecimento do capitalismo industrial em substituição ao antigo e decadente capitalismo comercial”. O progresso da indústria ao longo do século XVIII possibilitou um ataque decisivo no sistema colonial, mais precisamente no “pacto”, “expressão perfeita” do capitalismo comercial. A essa conjuntura internacional favorável, veio juntar-se o divórcio entre os interesses locais da colônia e os da administração metropolitana. Portugal era a essa altura apenas um intermediador parasitário, restringindo a produção colonial e impedindo o cultivo interno de gêneros que lhe pudessem fazer concorrência no comércio. O caráter parasitário e

---

<sup>325</sup> Caio PRADO JR., *História econômica do Brasil*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1970, pp. 102-103.

restritivo da mediação portuguesa era tanto mais sentido quanto nesse momento as forças produtivas da colônia se encontravam em expansão. De acordo com Caio Prado, também conspira a favor da paulatina e inconclusa conversão da colônia em nação o período de permanência do regente e sua corte no Brasil, a qual, além de atrair recursos e concentrar as atividades do império português, vinculou a administração à economia interna e tornou-a mais sensível aos anseios liberais.

Por efeito da liberação, os números do comércio externo crescem, revelando um grande progresso econômico. Mas ascendem também os déficits na balança. A abertura dos portos e o desenvolvimento de novas necessidades pressionam as importações. Na ausência de outras possibilidades de saldar os déficits que não as provenientes da exportação, tudo dependerá do afluxo de capitais estrangeiros, sobretudo empréstimos. Obviamente, trata-se de uma solução paliativa que, além de estar sujeita a interrupções, compromete o futuro da economia. Completam o quadro a instabilidade monetária e a desfavorável situação em que se via a incipiente indústria interna em vista dos privilégios concedidos aos seus rivais estrangeiros, em especial a Inglaterra. A manutenção e mesmo o reforço da função primordial da exportação e a restrição do desenvolvimento das forças que poderiam atender às necessidades internas explicitam a continuidade com o passado: “em lugar das restrições do regime de colônia, operava a liberdade comercial no sentido de resguardar e assegurar uma organização econômica disposta unicamente para produzir alguns poucos gêneros destinados à exportação”.<sup>326</sup>

Para Caio Prado, a abolição do tráfico de escravos (1850) encerra a fase de transição iniciada em 1808. Inicia-se então um novo período, marcado pelo reequilíbrio da economia brasileira, decorrente da ascensão do café. O contraste é a marca essencial de sua evolução. Essa, tal como a de todos os gêneros anteriores, foi marcada pelo desgaste dos recursos naturais causado pelo cultivo descuidado, mas seus números se mantiveram em função da alternância das regiões de plantio. Nesse sentido, além de contribuir no reequilíbrio da balança comercial externa, o café patrocinou uma elevação no padrão de vida da colônia e mesmo certo avanço técnico. No entanto, seu progresso reforçou a estrutura tradicional de nossa economia, direcionada à produção de uns poucos gêneros exportáveis, bem como reafirmou seus elementos

---

<sup>326</sup> Caio PRADO JR., *História econômica do Brasil*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1970, p. 135.

basilares: a grande propriedade monocultural trabalhada por escravos (posteriormente substituídos pelo assalariado imigrante).

Para a reestabilização observada no Império contou também o fim do tráfico de escravos. Além de reduzir em grande medida o peso das importações, a abolição possibilitou a normalização das relações do Brasil com a Inglaterra, facilitando assim a atração de suas atividades e capitais. Soma-se a isso a nova política tarifária de 1844, que garantiu condições menos prejudiciais à produção interna. A indústria nascente podia contar ainda com força de trabalho barata, valendo-se da massa de marginalizados então existente. No entanto, ainda que se trate de um momento de intensa transformação econômica, os traços do atraso não deixam de se manifestar. O domínio da atividade baseada no trabalho escravo e voltada para a exportação reduzia a margem para outros tipos de empreendimento. Assim, a indústria não podia ter atendidas, de modo satisfatório, suas necessidades próprias. Faltavam não apenas as condições técnicas, mas sobretudo um mercado interno forte e em constante crescimento. Não foi sem motivo, portanto, que Caio Prado assinalou a existência de um “círculo vicioso” na economia brasileira: “ela se fundava e hauria suas forças precisamente naquilo que constituía sua fraqueza orgânica, a grande lavoura produtora de gêneros de exportação”.<sup>327</sup>

Ainda que o constante recurso aos empréstimos estrangeiros já evidenciasse as debilidades congênicas da economia no período imperial, o desenvolvimento aí verificado ganha ainda mais fôlego com o advento da República (1889-1930), fruto de conjunturas externas e internas. No âmbito internacional, impulsionado por diversos fatores, há o vigoroso crescimento do comércio. Na esfera local conta a resolução final da velha questão da mão de obra, levada a cabo com o fim da escravidão e a adoção do trabalho imigrante. Soma-se a isso o papel que a própria República desempenhou ao libertar os anseios de prosperidade material, antes reprimidos sob a estrutura conservadora do Império. Com o mesmo sentido, atuou ainda a finança internacional.

A conjunção de circunstâncias favoráveis reflete-se nos elevados números do comércio exterior. A atração que a produção destinada à exportação exerceu foi tanta que acabou por sufocar ainda mais os já incipientes setores restantes, em especial a produção de subsistência.

---

<sup>327</sup> Caio PRADO JR., *História econômica do Brasil*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1970, p. 199.

Passou-se então a recorrer em escala ampliada à importação dos produtos mais essenciais. Não obstante, as exportações compensavam esses e ainda outros compromissos externos. Reforçavam os saldos comerciais inversões de capitais estrangeiros e empréstimos públicos, agora tomados também pelos Estados e pelas municipalidades. Observa-se aqui uma situação paradoxal: cada passo no sentido do reforço do sistema corresponde ao agravamento dos fatores que minam sua estabilidade e ampliam sua dependência em relação a conjunturas sobre as quais não possui qualquer controle. A essa contradição fundamental juntam-se outras, provenientes da substituição do escravo pelo trabalhador livre. Sem vínculos de obrigação com seus empregadores, os trabalhadores deixavam-no ao primeiro sinal de dificuldade. Agravam a situação os inevitáveis e constantes conflitos entre os patrões, acostumados a lidar com escravos, e o trabalho livre.

Essa fase de progresso, perpassada por crises, se dá com a reprodução dos quadros tradicionais da economia brasileira, apenas ajustando sua estrutura fundamental a um novo ritmo de crescimento. Caio Prado destaca aí a situação da indústria. As condições adversas da colônia fizeram com que houvesse um hiato entre a sua forma primitiva e a maquinofatura. A primeira havia sido nulificada pelas condições adversas, mas a indústria moderna teria melhor sorte. Se por um lado continuavam a faltar-lhe condições básicas, tais como fontes de energia, siderurgia e um mercado consumidor consistente, uma série de fatores favorecia agora sua afirmação. Entre eles, destacam-se alguns já elencados: a pressão que as importações de manufaturas exerciam na balança comercial, tarifas alfandegárias progressivamente elevadas, a existência de matéria prima (especialmente o algodão) e mão de obra de baixo custo. A I Grande Guerra também favoreceu, anulando as importações dos países beligerantes e provocando a queda do câmbio, o que reduziu para a indústria local a concorrência estrangeira.

O historiador denuncia, no entanto, a fragilidade da conjuntura em que assenta o progresso da indústria no período republicano. Trata-se de empreendimentos que vivem parasitariamente de taxas e depreciações cambiais. A concorrência, que poderia estimular seu desenvolvimento através da disputa e ampliação de mercados, é desprezível, tanto em relação aos produtos estrangeiros quanto aos oponentes nacionais. Se de um lado a conjuntura lhe poupava da concorrência, de outro ela atravancava a importação do maquinário necessário. O quadro é agravado ainda pela falta de capitais a serem invertidos no processo de industrialização. Caio Prado assinala a “debilidade orgânica” e a “vulnerabilidade” da indústria nacional:

A sua sorte estará indissoluvelmente ligada e estreitamente subordinada às vicissitudes de um fator inteiramente estranho a ela e sobre que não tem a mais remota ação: o comércio exterior e o balanço de contas internacionais do país; bem como o estado das finanças públicas e o ritmo das emissões destinadas a cobrir as despesas do Estado.<sup>328</sup>

Apresentando maior solidez e mesmo contribuindo com o avanço da industrialização, deve ser registrada a presença de subsidiárias de grandes empresas estrangeiras. Essas se multiplicam aqui sobretudo a partir da I Guerra Mundial, buscando livrar-se das dificuldades referentes a tarifas, transporte etc. Trata-se, no geral, de filiais, encarregadas de dar acabamento em produtos concebidos nas matrizes externas. Nesse setor contam também as empresas compostas parcial ou integralmente com capitais brasileiros.

De acordo com Caio Prado, é de importância fundamental a atuação do imperialismo no período em questão. O autor observa que “a situação de dependência e subordinação orgânica e funcional da economia brasileira com relação ao conjunto internacional de que participa, é um fato que se prende às raízes da formação do país” e, no mesmo sentido, que “a penetração do capital financeiro no Brasil tem sua origem naqueles primeiros empréstimos concedidos pela Inglaterra, logo depois da independência, ao novo governo da jovem nação”.<sup>329</sup> Apesar desse histórico de subordinação, o estágio que atinge com a República possui distinções. Para o historiador, o objetivo da primeira investida era a autonomia política do Brasil, útil na tentativa de ampliar os mercados dos produtos ingleses. Já na fase imperialista, trata-se de uma ação multiforme e ativa, que visa o *controle* crescente das atividades mais lucrativas.

Dessa forma, o capital financeiro busca assenhorar-se de posições estratégicas de nossa economia. Assim, de fim em si, os empréstimos públicos passam a constituir um meio de penetração e conquista de postos. Passa então a imiscui-se nos negócios do café, na especulação financeira, na indústria e no setor de matéria prima. Afora o efeito benéfico geral de estimular a vida econômica, o imperialismo acarreta graves consequências para seu desdobramento. Caio Prado destaca as seguintes: exploração da riqueza nacional em benefício exclusivo de classes e interesses alheios ao país; subordinação do funcionamento da economia a finalidades estranhas às

---

<sup>328</sup> Caio PRADO JR., *História econômica do Brasil*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1970, p. 266.

<sup>329</sup> *Ibid.*, p. 270.



necessidades da população local; perturbação das finanças nacionais; e, finalmente, favorecimento de desequilíbrios das contas externas e de déficits crônicos.

O imperialismo reforça e consolida a estrutura tradicional de nossa economia, isto é, seu direcionamento para a produção de gêneros exportáveis. No entanto, se desde princípios do século XIX suas contradições se desenvolvem e eclodem, ao final do mesmo século já se torna evidente a incompatibilidade entre o modelo em vigor e o novo ritmo de existência e progresso material atingido pelo país. A perspectiva de estagnação e decadência impulsiona, à margem do sistema fundamental do país, os primeiros passos de uma economia “propriamente nacional”, isto é, voltada para dentro, para as necessidades próprias da população nacional. Vários fatores conspiram a favor desse movimento, a saber, a ampliação do mercado interno, o fim da escravidão, a imigração e o progresso dos transportes e comunicações. O fortalecimento desse setor é condicionado por fatores estimulados por ele próprio, tais como o crescimento das aglomerações urbanas em virtude do progresso industrial, remodelação do aparelhamento comercial e de distribuição e o progresso da pequena propriedade em dadas regiões. Desenvolvendo-se desde princípios do século XX, o setor nacional sofre contratempos com o encerramento da conjuntura favorável da I Guerra, mas reafirma sua importância com as transformações ocorridas após 1930. A crise mundial do ano anterior ocasionou a redução das exportações brasileiras, a interrupção do afluxo e mesmo o refluxo dos capitais estrangeiros aqui presentes. Assim, a consequente queda das importações desobstruía o caminho do setor nacional.

Não obstante, quatro séculos de vigência de uma economia voltada para a produção de gêneros exportáveis teriam por efeito viciar sua estrutura, fazendo com que forças poderosas estorvassem a afirmação de tendências novas. Ou seja, além de todos os mecanismos que viabilizavam a economia estarem então voltados para o velho sistema, agrava a situação a presença de atores políticos operando no sentido de encontrar um novo gênero exportável. Caio Prado chama a atenção ainda para as debilidades imanentes ao progresso industrial brasileiro. Tendo por regente o acaso de conjunturas desfavoráveis à importação, a industrialização aqui resultará desordenada, desconexa e mal fundamentada. No termos do historiador:

Os diferentes setores do parque industrial brasileiro não se desenvolverão em função um do outro, ajustando-se mutuamente para formarem um conjunto harmônico. Cada indústria nascerá pelo acaso de circunstâncias fortuitas e

objetivando atender alguma pequena necessidade incapaz de ser satisfeita pela importação; e permanecerá por isso isolada, continuando a depender muitas vezes, no essencial, da importação. Indústrias de expressão e significação econômicas secundárias terão por isso precedência sobre outras fundamentais, o que se observa em particular na debilidade e insuficiência, ainda hoje tão sentidas, das nossas indústrias de base: metalurgia, mecânica, química etc.<sup>330</sup>

Além da carência de um setor nacional de base, a renovação da indústria brasileira se vê obstada pela dificuldade que encontra para importar os materiais de que necessita, em especial maquinário. É que a mesma depreciação monetária que a impulsiona encarece suas aquisições no exterior. Assim, predominam as indústrias já instaladas, mesmo quando obsoletas.

A II Guerra não altera o quadro geral de “crise do nosso sistema colonial”. O vigoroso crescimento que proporciona não evita que a evolução de nossa economia seja acompanhada de crescentes desequilíbrios e desajustes, especialmente no setor industrial. Esse foi enormemente favorecido pelo conflito mundial. Dado o contexto da drástica interrupção da importação, das novas necessidades do consumo e do novo patamar da produção, o efeito benéfico foi até maior do que o da conjuntura da I Guerra. O acúmulo de saldos proveniente da queda das importações e do aumento das exportações acabou dando início a um processo inflacionário, posteriormente agravado por outros fatores. Tendo em vista que à elevação dos preços não correspondia uma elevação dos salários, Caio Prado afirma que essa situação significa um “forte acréscimo da exploração da força de trabalho e um sobrelucro apreciável que provoca intensa acumulação capitalista”.

No entanto, o fim das circunstâncias da guerra revelou a fragilidade do equilíbrio. Ainda que mantendo o seu nível elevado, as exportações não serão suficientes para acompanhar o aumento das importações. Essas se ampliam em função da imperiosa necessidade de repor o material não atualizado durante o conflito e da ampliação da riqueza das classes possuidoras. As importações foram estimuladas ainda pela diferença de preços entre os mercados interno e externo, favorável ao segundo em função da inflação no primeiro e da estabilidade cambial. O resultado foi o já conhecido desequilíbrio das contas externas, agravado pelo fato de os países que possuíam débitos comerciais com o Brasil encontrarem-se impossibilitados ou indispostos a saldá-los.

---

<sup>330</sup> Caio PRADO JR., *História econômica do Brasil*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1970, p. 299.

A fim de diminuir os constantes déficits, apelou-se para um rigoroso controle das importações (1948). Os pequenos saldos assim obtidos tiveram um custo alto, pois praticava-se não só a necessária restrição da importação de produtos supérfluos, mas também a dos materiais necessários à sequência do desenvolvimento industrial. Além disso, a diminuição da concorrência de manufaturas estrangeiras no mercado interno reforçava ainda mais a inflação.

Um cenário aparentemente mais favorável foi anunciado no início da década de 1950, com a valorização do café no mercado internacional. Implementou-se então uma política de fomento à indústria, facilitando a importação dos produtos necessários ao seu progresso. No entanto, Caio Prado afirma que essa iniciativa (bem inspirada, mas mal realizada) resultou, após efêmera prosperidade, na ampliação dos déficits na balança comercial, agravada pela aceleração do processo inflacionário. Daí para frente, apelou-se novamente ao controle das importações e a medidas cambiais que, em última instância, entregavam ao livre jogo do mercado a decisão sobre o que fazer com as escassas possibilidades de importação. Esse plano também deu errado, pois em 1954 os preços do café caíram e as importações, sem controle e seleção, se tornaram proibitivas.

A resposta do governo foi o estímulo ao afluxo de capitais estrangeiros. Permitia-lhes a importação do equipamento necessário em condições melhores que as oferecidas aos seus concorrentes brasileiros. “Coincidiu” com essa concessão de facilidades o revigoração da ação imperialista a nível mundial, fruto tanto da trustificação da economia capitalista quanto da recuperação de seu braço europeu. Assim, estimularam-se não só novos empreendimentos estrangeiros, mas principalmente a associação entre o capital internacional e o brasileiro. Buscando se compensar da situação desfavorável, o capital nacional se tornou tendencialmente um sócio menor de amplos empreendimentos. As indústrias brasileiras converteram-se em filiais e subsidiárias mais ou menos declaradas de grandes empresas imperialistas.

Se o plano original era reequilibrar a balança comercial, o resultado foi contrário, pois a inversão de capitais estrangeiros não compensava as remessas para o exterior que os mesmos efetuavam a título de remuneração de seus empreendimentos. Além dos previsíveis déficits que resultavam dessas operações, a própria iniciativa daqueles capitais tendia a se retrair, pois o desequilíbrio e a impossibilidade de uma ampliação das exportações tornavam dificultosa a

cobertura cambial de suas remessas de lucro. Assim, desconsiderando vantagens imediatas, Caio Prado observa que “as inversões de capital estrangeiro, longe de se apresentarem como solução para o problema do desequilíbrio de nossas contas externas, constituem pelo contrário um fator de agravamento delas”.<sup>331</sup> O desequilíbrio assinalado revela-se crônico e marca a evolução da economia brasileira, sendo acompanhado de instabilidade financeira e inflação. Nosso historiador assinala ainda que, mesmo que já detivesse relativo destaque, nem mesmo a iniciativa estatal (expressa, por exemplo, na criação da Companhia Siderúrgica Nacional) foi capaz de corrigir os vícios e deformações da industrialização brasileira.

Percebe-se assim que, embora constitua passo importante na superação do sistema colonial, o progresso da indústria aqui se submete à sua lógica, alimenta-se de suas contradições e sofre-lhe as contingências. Fruto de circunstâncias casuais que impossibilitavam a importação de determinados artigos, a indústria brasileira constituiu-se à base de iniciativas ocasionais, voltadas para o atendimento de urgências momentâneas. Daí a improvisação que a marca, bem como o caráter desordenado de sua estrutura, voltada, no geral, para a satisfação de necessidades de uma reduzida parcela da população, em detrimento do conjunto da nação. Esses vícios originais são perpetuados e mesmo reforçados pela ação imperialista. Aqui Caio Prado refere-se ao fato de que o afluxo de capitais estrangeiros tem em vista a manutenção dos mercados que já detinham antes do processo de industrialização por substituição de importações. Nesse sentido, o progresso industrial brasileiro faz parte da política de vendas imperialista, submetendo-se, portanto, ao seu controle.

Nas condições descritas, o nosso desenvolvimento é limitado pelas perspectivas de lucro dos trustes internacionais. Essas, por sua vez, são determinadas pelos eventuais saldos de nossa balança comercial, amplamente condicionados pelo desempenho da venda de produtos primários. Isto é, descontada a margem destinada ao pagamento das importações, é com esses saldos que são liquidadas as remessas de lucro dos capitais aqui invertidos. Além dessa limitação, reveladora do vínculo entre imperialismo e sistema colonial, o comando do capital externo também prejudica, em maior medida, a inovação tecnológica de nossa indústria. Concentrando a pesquisa técnico-científica nos países das matrizes, o imperialismo faz com que a inovação só dê em segunda mão nas economias dependentes. No entanto, o problema mais grave da industrialização nacional é

---

<sup>331</sup> Caio PRADO JR., *História econômica do Brasil*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1970, p. 317.

constituído pelo fato de seu desenvolvimento não estar em sintonia com as necessidades gerais e fundamentais da população. Ou seja, o problema maior é a “natureza colonial da economia brasileira”, que direciona o melhor de suas energias para o exterior. Nos termos de Caio Prado,

É no plano do comércio externo que efetivamente se entrosou a estrutura fundamental da economia brasileira. Na medida que dele se afastam, as atividades econômicas se vão pulverizando e fazendo estanques umas às outras. Já não logram, por isso, estimular-se mutuamente, pois se acham entre si desligadas.<sup>332</sup>

Em tom já conclusivo, podemos observar que o problema em questão não está no plano dos resultados imediatos do desenvolvimento. Tanto é assim que, em livro de 1966, o historiador registrava a seguinte situação: “o mercado interno, antes inexpressivo e contando muito pouco como fator propulsor das atividades econômicas brasileiras, já se emparelha nesse sentido ao externo, e começa mesmo a ultrapassá-lo em importância e significação”. Entendia esse fato como um “considerável progresso e grande passo no sentido da integração nacional da economia brasileira”, mas apontava para o centro do problema ao analisar a “maneira como se realiza, ou se realizou até hoje” aquela evolução.<sup>333</sup> Isto é, o modo como se dá o fortalecimento do mercado interno e a correspondente diversificação da produção nacional favorece, de um lado, a manutenção da primazia da função exportadora e, de outro, a liderança de empreendimentos imperialistas no processo de eliminação das contingências coloniais de nossa economia. Portanto, o que se vê é a manutenção do antigo sistema colonial, ainda que modernizado.

Ao contrário do que sugere Coutinho, o quadro diagnóstico e propositivo caiopradiano não conflui com o do PCB. Em *A revolução brasileira*, por exemplo, a denúncia dos equívocos da esquerda é seguida de propostas políticas destoantes em relação às daquela agremiação partidária. Para Caio Prado, nossas esquerdas não puderam mobilizar os setores progressistas da população para impedir a tragédia do golpe de 1964, em grande medida, por não possuírem uma teoria adequada. O isolamento decorrente da inadequação entre teoria e realidade as conduziu a alianças equivocadas, cujo expoente máximo foi o apoio à candidatura de Juscelino Kubitschek. A razão fundamental dos erros cometidos era a prática da adoção de modelos analíticos construídos a partir de realidades distintas da nossa. Partia-se do pressuposto da repetição da

---

<sup>332</sup> Caio PRADO JR., *História econômica do Brasil*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1970, p. 334.

<sup>333</sup> *Idem*, *A revolução brasileira*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1987, p. 91.

sequência histórica europeia em terras nacionais, a saber, a substituição do feudalismo pelo capitalismo, tendo no horizonte a transição socialista. Dada a evidente disparidade entre a realidade nacional e a do modelo, pressupôs-se que o Brasil estava na fase de transição entre o feudalismo e o capitalismo. A tarefa seria então a de promover uma revolução burguesa, a fim de eliminar supostos restos feudais de nossa estrutura sócio-econômica.

O historiador paulistano, além de mostrar que os alegados elementos feudais constituem na verdade resquícios das relações de trabalho escravo, explicita a própria impossibilidade de se pensar em feudalismo no Brasil. Aqui, a economia camponesa, característica central daquele modo de produção, é inexistente ou residual. Sendo assim, os objetivos políticos também são diferentes: se na Europa os laços diretos com a terra fazem com que o campesinato aspire à sua livre posse e utilização, no Brasil o objetivo central é a melhoria da remuneração, pois aqui o escravo ou seu sucessor livre aparece como simples força de trabalho, submetido ao grande proprietário. Ao contrário do que supunha a esquerda, os casos de luta pela posse no campo são restritos e não envolvem nada de feudal. Caio Prado aposta então na luta pela melhoria das condições de trabalho e emprego no campo, sem cair na ilusão pecebista de que o apuramento capitalista das relações de trabalho pudesse conduzir a uma situação mais adequada. Ainda que recuse a centralidade atribuída pela direção pecebista à luta pela posse da terra, Caio Prado não a descarta, apenas condiciona sua aplicação à verificação dos casos, sempre restritos, em que de fato se torna necessária.<sup>334</sup>

A melhoria das condições do trabalho no campo seria viabilizada, no quadro de melhoria geral da situação do trabalho no país, pela planificação e direção gerais das atividades econômicas por parte do poder público. Trata-se de orientar, acima e além dos mecanismos tradicionais da iniciativa privada, os fatos econômicos no sentido da articulação entre atividade produtiva e mercado consumidor. É nesse cenário que Caio Prado pensa a questão da democracia política. As reformas necessárias só poderiam ser efetuadas através da ação conjunta dos trabalhadores da cidade e do campo, a qual carece de “condições necessárias e fundamentais”: “a

---

<sup>334</sup> De acordo com o autor, a questão da terra poderia ser solucionada em grande medida pela própria luta pela melhoria das condições de trabalho e emprego no campo: “De fato, nessa luta, e na medida em que ela conquistar terreno, verificar-se-á a tendência à decomposição e ao desaparecimento daqueles setores e empreendimentos da grande exploração que se mostrarem incapazes de suportar, seja qual for o motivo específico dessa incapacidade, a elevação de custos de produção determinados pela melhoria da remuneração do trabalho, que decorrem da mesma luta”. Caio PRADO JR., *A revolução brasileira*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1987, p. 148.

liberdade de movimentos para reivindicações e lutas trabalhistas, a extensão e o aprofundamento das franquias e dos direitos democráticos a fim de que a voz dos trabalhadores se possa fazer ouvir e efetivamente se ouça cada vez mais”.<sup>335</sup> Assim, longe de subestimar a questão das liberdades formais, Caio Prado a concebe em sua devida importância, isto é, como meio de luta pela resolução de questões de natureza sócio-econômica.

Outra frente na qual a esquerda se equivocava era na concepção da composição social e política. O entendimento do Brasil a partir do modelo construído com base na realidade de países asiáticos levou à seguinte classificação: “os *latifundiários* [...]; uma *burguesia retrógrada* ligada a tais latifundiários, e aliados, com estes últimos, ao imperialismo; e, finalmente, um *setor progressista da burguesia* e eventual aliado do campesinato e do operariado na revolução democrático-burguesa, a chamada ‘burguesia nacional’”.<sup>336</sup> Segundo Caio Prado, essas contraposições e associações ignoram o fato de que o laço de nosso país com o imperialismo é interno, isto é, aqui a submissão a potências externas liga-se à nossa *origem* capitalista, enquanto que os países asiáticos se constituíram de modo autônomo, sendo dominados *posteriormente*. Daí o fato de que, enquanto no Oriente o choque com as potências internacionais era frontal, aqui as contradições geradas pela introdução do imperialismo se desenrolam de modo lento e sutil. Assim, não existe entre nós uma burguesia propriamente nacional, contraposta a uma vertente retrógrada e aos latifundiários, ambos em aliança com o imperialismo. Não há distinção estrutural, nos campos econômico e político, entre as atividades urbanas, muito menos entre essas e as rurais. Do mesmo modo, como vimos anteriormente, aqui a burguesia associa-se ao capital internacional de modo visceral. Para Caio Prado, também não é legítimo estabelecer a priori vínculos entre o setor latifundiário e posições reacionárias ou imperialistas.<sup>337</sup> Consequentemente, enquanto a esquerda pecebista se iludia com a ideia de uma burguesia nacionalista e com imprecações genéricas contra os Estados Unidos, o historiador paulistano, com base na análise rigorosa dos mecanismos do capitalismo imperialista, propunha a sua reestruturação, no sentido de subverter nossa condição de economia periférica e subordinada. Essa reestruturação é entendida como movimento indissociável das reformas tendentes à superação de nossa estrutura colonial. Sendo assim, as medidas necessárias à redefinição de

---

<sup>335</sup> Caio PRADO JR., *A revolução brasileira*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1987, p. 181.

<sup>336</sup> *Ibid.*, p. 70.

<sup>337</sup> Cf. *ibid.*, pp. 71-73 e 109-111.

nossas relações com o imperialismo estariam implícitas na ação pública de orientação e contenção da iniciativa privada. Nesse plano, o autor destaca a necessidade do monopólio estatal do comércio exterior. No nível mais imediato, tal ação combateria o grave problema da evasão de divisas e, em um plano mais geral, garantiria posições estratégicas para o controle e direção das atividades econômicas.

Tudo considerado, diferentemente do que pensa Coutinho, Caio Prado não subestima os progressos realizados no plano da industrialização brasileira, mas busca apreender os processos genéticos que os permitem, para então aferir sua dimensão. Com base nesse procedimento, percebe que o importante não é tanto saber que o Brasil já é “plenamente capitalista”, mas sim que a modalidade de sua realização guarda elementos essenciais do passado, os quais embaraçam a contemplação das necessidades fundamentais do conjunto da população brasileira. Nesse sentido, a apreensão do estatuto colonial de nossa economia, bem como da subordinação daí decorrente, poderia contribuir em muito no esforço de compreensão da particularidade do desenvolvimento capitalista em nosso país. Essa é uma articulação feita por outro autor, cujas descobertas trataremos no próximo tópico.

### 3.2. “Via colonial”

Nesta parte de nosso trabalho, buscamos explicitar as principais determinações do que o filósofo paulista José Chasin chamou de “via colonial”. Tal procedimento nos permite avançar na compreensão dos aspectos que distinguem o caso brasileiro de entificação do capitalismo em relação ao caminho prussiano, bem como das tarefas políticas pertinentes.

Empregando o referencial clássico de Marx, Engels, Lenin e Lukács acerca da “miséria alemã”, Chasin buscou compreender a particularidade histórica de nosso capitalismo, recusando o modo mutuamente excludente como eram tradicionalmente tratadas no Brasil as categorias da universalidade e da singularidade. Assim, converge com Coutinho tanto na busca das especificidades do caso brasileiro quanto na opção pelo referencial da via prussiana. Entende esse caminho como “*modo particular de se constituir e ser capitalismo*” ou “*particular contrastante aos casos clássicos*” representados por Inglaterra, França e Estados Unidos. Assim, trabalhando no “plano de certas determinações gerais, de algumas abstrações operadas em relação ao concreto



da particularidade do caminho prussiano”, Chasin trilha rota similar à de Coutinho ao indicar a semelhança entre o caso brasileiro e o alemão:

[...] tanto no Brasil quanto na Alemanha a grande propriedade rural é presença decisiva; de igual modo, o reformismo pelo “alto” caracterizou os processos de *modernização* de ambos, impondo-se, desde logo, uma solução conciliadora no plano político imediato, que exclui as rupturas superadoras, nas quais as classes subordinadas influiriam, fazendo valer seu peso específico, o que abriria a possibilidade de *alterações* mais harmônicas entre as distintas *partes* do social. Também nos dois casos o desenvolvimento das forças produtivas é mais lento, e a implantação e a progressão da indústria, isto é, do “verdadeiro capitalismo”, do modo de produção especificamente capitalista, é retardatária, tardia, sofrendo obstaculizações e refreamento decorrentes da resistência de forças contrárias e adversas. Em síntese, num e noutro casos, verifica-se, para usar novamente uma fórmula muito feliz, nesta sumariíssima indicação do problema, que o *novo* paga alto tributo ao *velho*.<sup>338</sup>

Retidas as semelhanças, Chasin apressa-se em observar que o que está em causa são “generalidades razoáveis”. Como o observa Marx, o “caráter geral” que apresentam características dessa natureza “é ele próprio um conjunto complexo, um conjunto de determinações diferentes e divergentes”. Daí o filósofo paulista assinalar que, antes de nos *igualarem* aos casos prussianos, as afinidades observadas nos *distinguem* dos casos clássicos. Portanto, servem para ressaltar a possibilidade de existência de modos particulares de ser e ir sendo capitalismo. Nesse sentido, recusa-se expressamente a tentação de tomar o conceito de via prussiana “*como modelo*, como contorno formal a ocorrências *empíricas*”. É aqui que os caminhos até então confluentes de Chasin e Coutinho se desencontram. Munido das “abstrações razoáveis” obtidas por comparação e em consonância com os parâmetros metodológicos marxianos, o filósofo paulista inicia o chamado “caminho de volta”. Isto é, a partir da percepção de elementos comuns, Chasin empreende a sua particularização, a fim de reproduzir o real sob a forma do concreto pensado, de modo a preservar as determinações específicas do objeto em sua efetividade. Especificando, observa:

[...] se aos dois *casos* convém o predicado abstrato de que neles a grande propriedade rural é presença decisiva, somente principiamos verdadeiramente a concreção ao atentar *como* ela se objetiva em cada uma das entidades sociais, isto é, no momento em que se determina que, no caso alemão, se está indicando uma grande propriedade rural proveniente da característica propriedade feudal

<sup>338</sup> José CHASIN, *O integralismo de Plínio Salgado*: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio, Belo Horizonte – Una Editora, São Paulo – Estudos e edições Ad hominem, 1999, p. 573.

posta no quadro europeu, enquanto no Brasil se aponta para um latifúndio procedente de outra gênese histórica, posto, desde suas formas originárias, no universo da economia mercantil pela empresa colonial.

Do mesmo modo quanto à expansão das forças produtivas. Em ambos os casos o desenvolvimento é lento e retardatário em relação aos *casos clássicos*. Mas enquanto a industrialização alemã é das últimas décadas do século XIX, e atinge, no processo, a partir de certo momento, grande velocidade e expressão, a ponto de a Alemanha alcançar a configuração imperialista, no Brasil a industrialização principia a se realizar efetivamente muito mais tarde, já num momento avançado da época das guerras imperialistas, e sem nunca, com isto, romper com sua condição de país subordinado aos pólos hegemônicos da economia internacional. De sorte que o “*verdadeiro capitalismo*” alemão é tardio, enquanto o brasileiro é hiper-tardio.<sup>339</sup>

Há que se destacar aqui que Chasin não considera as características assinaladas como elementos passíveis de anexação a um quadro pré-fixado, mas sim como qualidades que de fato denotam outra rota de entificação do capitalismo. Assim, se Coutinho agrega ao referencial utilizado as características da escravidão (sem considerar sua dimensão mercantil) e da industrialização hipertardia sem maiores consequências, ou seja, se iguala as expressões via prussiana e constituição não-clássica do capitalismo, Chasin visualiza, sob o *universal* da segunda, pelo menos duas ocorrências. Assim, além da via prussiana, o autor distingue “*um outro particular*, próprio aos países ou pelo menos a alguns países (questão a ser concretamente verificada) de extração colonial”. Em suma, a distinção entre a via prussiana e a “via ou caminho colonial” divisa “*dois particulares* que, conciliando ambos com o historicamente velho, conciliam, no entanto, com um velho que não é nem se põe como o mesmo”.<sup>340</sup>

Sob a fórmula da via colonial, que atina tanto para a gênese histórica de nossa formação capitalista quanto para o movimento de concreção analítica que sintetiza, Chasin conduz uma investigação cujas resultantes divergem em grande medida dos diagnósticos e das proposições políticas de Coutinho. O ponto central da argumentação chasiniana é a debilidade estrutural do modo de produção especificamente capitalista e da burguesia no país. Trata-se aqui da percepção de que a industrialização hipertardia não significa apenas um atraso cronológico. Quanto a isso, o autor realiza a seguinte comparação:

<sup>339</sup> José CHASIN, *O integralismo de Plínio Salgado*: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio, Belo Horizonte – Una Editora, São Paulo – Estudos e edições Ad hominem, 1999, p. 574.

<sup>340</sup> *Ibid.*, p. 575.

Enquanto a *industrialização tardia* se efetiva num quadro histórico em que o proletariado já travou suas primeiras batalhas teóricas e práticas, e a estruturação dos impérios coloniais já se configurou, a *industrialização hiper-tardia* se realiza já no quadro da acumulação monopolista avançada, no tempo em que guerras imperialistas já foram travadas, e numa configuração mundial em que a perspectiva do trabalho já se materializou na ocupação do poder de estado em parcela das unidades nacionais que compõem o conjunto internacional. Ainda mais, a industrialização *tardia*, apesar de retardatária, é autônoma, enquanto a *hiper-tardia*, além de seu atraso no tempo, dando-se em países de extração colonial, é realizada sem que estes tenham deixado de ser subordinados das economias centrais.<sup>341</sup>

Dessa forma, a burguesia brasileira emerge como agente de um empreendimento de nível inferior mesmo ao caso prussiano, pois opera em um momento já adiantado da história mundial, no qual as perspectivas de um desenvolvimento mais congruente são escassas. Nesse sentido, Chasin observa, citando Engels, que, se a burguesia alemã não havia cumprido suas tarefas políticas, mas havia feito pelo menos seus deveres econômicos, a burguesia brasileira não desempenhou adequadamente seu papel em nenhuma dessas áreas, perfazendo um itinerário incompleto. Sem poder contar com uma acumulação capitalista prévia, a burguesia industrial teve de se desenvolver nas condições asfixiantes da economia agroexportadora. Assim, realiza sua obra sob amparo estatal e em parceria com o capital estrangeiro. Consequentemente, abdica da hegemonia política em favor de setores ligados à estrutura em declínio e divide o comando e os lucros das operações econômicas com seus parceiros internacionais. Essa configuração de pactos sociais perfaz a incompletude de classe do capital no Brasil, na qual o “historicamente velho” tem a face do imperialismo e do latifúndio. Particularmente aguda no que tange à burguesia, a debilidade em causa repercute em todos os quadrantes da sociabilidade brasileira.

Ao longo de diversos artigos, concebidos a partir do final dos anos 70, Chasin busca não só explicitar as características imanentes da via colonial, mas também divisar a partir delas as possibilidades concretas e os agentes de ruptura. Assim, em *Conquistar a democracia pela base* (1977),<sup>342</sup> assinala que os recorrentes “milagres” e ditaduras “traduzem o caráter essencial de nossa formação e estrutura coloniais”. O autor refere-se aqui aos diversos momentos de surto econômico propiciados pela afirmação mais ou menos duradoura do comércio de gêneros

<sup>341</sup> José CHASIN, “A ‘politicização’ da totalidade: oposição e discurso econômico”, in: \_\_\_\_\_, *A miséria brasileira: 1964-1994: do golpe militar à crise social*, Santo André, Estudos e edições Ad hominem, 2000, p. 34.

<sup>342</sup> As referências que faremos ao longo deste tópico aos artigos de Chasin não pretendem ser um acompanhamento detalhado de seus temas e posições, mas sim uma tentativa de apanhar as determinações mais importantes da via colonial.

primários e, mais recentemente, de alguns produtos manufaturados. A manutenção da organização econômica necessária a esses surtos foi a responsável por períodos de ditadura, entre os quais tivemos a emergência de regimes democráticos extremamente débeis. À luz desse itinerário marcado pela falta de uma “verdadeira tradição democrática”, o “milagre” de 1968-1973 e a ditadura imposta em 1964 transparecem como elementos de reafirmação da velha estrutura colonial.

Tendo por foco a abertura do regime ditatorial e a crise do ciclo econômico que o animava, Chasin avança na especificação dos traços característicos do caminho colonial, através da denúncia da reiteração de velhos mecanismos coloniais na base da organização produtiva contemporânea. Para o autor, a crise do mais recente e celebrado “milagre” representa um duplo fracasso, geral e específico. Primeiro em termos de projeto econômico para o país, pois negligencia o atendimento das necessidades básicas das classes subordinadas. Por outro lado, é também um fracasso como fim de uma fase de acumulação, isto é, pela queda que representa no ritmo de multiplicação do capital. Chasin enfatiza que é desse fracasso específico que se originam os debates em torno da necessidade de abertura, e não de supostos anseios democráticos.

Ao precisar o sentido (único) no qual o milagre é um sucesso e quais foram seus mecanismos, o filósofo paulista escancara a reiteração “complexificada e sofisticada da estrutura de caráter colonial ou neocolonial da economia brasileira”. O autor principia dizendo que a ocorrência do milagre conjugou dois eixos fundamentais: a produção de bens de consumo duráveis para um restrito consumo interno e o esforço exportador de bens primários, ao qual se adiciona uma parte de artigos manufaturados. Tal esquema, dinamizado pela produção de bens duráveis, pressupõe uma clientela restrita quanto ao seu número, mas relativamente bem remunerada. Consequentemente, a concentração de renda é reafirmada como uma necessidade intrínseca ao projeto econômico, não decorrendo, como o querem alguns, da ausência de uma política distributivista. As semelhanças com o passado, já esmiuçado por Caio Prado, tornam-se ainda mais evidentes quando Chasin observa que o setor em causa é de propriedade dos capitais estrangeiros. Além do fato de a mais-valia por eles auferida só poder ser realizada pelo envio ao exterior, agravam o quadro as condições de crescimento econômico sem progresso social nas quais se dá a industrialização, ou seja, aqui o progresso industrial é obtido pela recorrência à importação de bens de produção e insumos básicos. A necessidade de divisas e a insuficiência do

esforço exportador na tarefa de obtê-las resultam em desequilíbrios na balança comercial e, conseqüentemente, na de pagamentos. O sucesso do milagre consiste, nas condições descritas, em uma acumulação temporária em prol do capital financeiro internacional e em detrimento das classes trabalhadoras.<sup>343</sup>

No artigo *As máquinas param, germina a democracia* (1980), voltado para o entendimento das greves de maio de 1978 a março de 1979, Chasin avança no entendimento da virtualidade de uma ruptura com o regime político-econômico da ditadura. Tendo em vista que são características da burguesia industrial brasileira o convívio asfixiante com o setor agroexportador, a subordinação ao capital internacional e o apego a “formas autocráticas e ditatoriais do exercício do poder de estado”, isto é, dada a incompletude de classe do capital no país, reiterada no projeto econômico e na correspondente truculência do regime imposto em 1964, Chasin deposita em outra categoria social a possibilidade de emergência de uma democracia efetiva entre nós. Essa averiguação das condições de possibilidade da democracia, isto é, a preocupação com a sua gênese possível possui natureza distinta da angulação coutiniana, pois, à genérica afirmação da universalidade de certos valores formais da democracia, Chasin opõe a questão mais específica dos agentes que a engendram em cada caso concreto. Nessa rota, especifica: “tudo leva a indicar que, nos países que foram historicamente levados a atravessar a *via colonial* do capitalismo, até mesmo os mais formais dos valores da democracia são devidos fundamentalmente, quando em forma minimamente real e estável, à perspectiva e à ação do trabalho”.<sup>344</sup>

Assim, em um capitalismo capitaneado por uma burguesia conciliada com o setor latifundiário e subordinada ao imperialismo, isto é, nas condições do “*prussianismo*’-colonial”, o setor do trabalho é submetido à superexploração e à exclusão do poder político, habilitando-o a nuclear um movimento de ruptura. Essa centralidade do setor do trabalho na construção da democracia é visualizada pelo filósofo paulista nas greves que analisa. Enxergou aí não a

---

<sup>343</sup> A debilidade apresentada pelas condições em que se processa o crescimento econômico sob a ditadura faz com que Chasin evite falar em “modernização”, um conceito basilar na argumentação de Coutinho. O filósofo paulista evita assim o risco de perder de vista, sob a aparência de um processo genérico do capitalismo, o fato de que o progresso verificado refere-se, na verdade, a um “inchaço” do historicamente velho. Cf. José CHASIN, “As máquinas param, germina a democracia”, in: \_\_\_\_\_, *A miséria brasileira: 1964-1994: do golpe militar à crise social*, Santo André, Estudos e edições Ad hominem, 2000, p. 84.

<sup>344</sup> *Idem*, “As máquinas param, germina a democracia”, in: \_\_\_\_\_, *A miséria brasileira: 1964-1994: do golpe militar à crise social*, Santo André, Estudos e edições Ad hominem, 2000, p. 105.

emergência de “*mais um*” agente na luta pela democracia, como o faz Coutinho, mas sim o reencontro do país com “*o fluir de sua história – na dinâmica de seu principal e decisivo fundamento para a democracia: a massa trabalhadora*”. O movimento grevista, questionando o arrocho salarial, colocava-se, logo de saída, no campo político, pois atacava a razão de ser da ditadura, ou seja, o regime econômico nucleado pela superexploração. Assim, perde sentido qualquer apelo à prioridade da conquista e consolidação de um regime de liberdades formais, ao estilo de Coutinho. Importa, isto sim, como o faz Chasin, enfatizar a necessidade de um programa econômico alternativo. Em suma, sendo a perspectiva e a ação do trabalho a nuclear o movimento de ruptura com o regime, o resultado não pode ser a democracia liberal, mas sim uma organização de caráter *social*. Assim, poder-se-ia empolgar uma ampla frente de luta, envolvendo, essencialmente, além do eixo fundamental composto pelos trabalhadores urbanos e rurais, a burguesia das pequenas e médias empresas e as camadas médias, especialmente as intelectualizadas. Evidentemente, por terem interesses contrários à edificação de uma democracia efetiva no país, ficam excluídos os monopólios nacional e estrangeiro.

A apreensão da relação determinativa entre as estreitezas econômica e política da burguesia brasileira, sintetizadas na superexploração e no exercício autocrático do poder de estado, permite a Chasin a explicitação de uma das principais formas de sua atuação política. Em outro ponto deste trabalho, foi dito que o politicismo consiste em uma forma de tomar e compreender a totalidade do real que prioriza o momento político, em prejuízo da determinação econômica e da própria política, pois essa é desvirtuada pela desconexão com seus nexos fundamentais. Cabe esclarecer aqui que o politicismo é também, e antes de tudo, uma forma de atuação prática da burguesia. Se nos países de via clássica há margem para a admissão de transformações de caráter reformista, nas condições da via colonial o politicismo constitui a *única* forma de procedimento.<sup>345</sup> Em sua estreiteza econômica, as classes dominantes no país sinalizam aberturas no âmbito institucional, sempre blindando a esfera econômica, considerada como assunto privado ou “técnico” e, portanto, impassível de discussão.

É a prática do politicismo nas eleições de novembro de 1982 que leva Chasin a prever a vitória do sistema no poder, independentemente dos resultados. O filósofo paulista percebe no

---

<sup>345</sup> Cf. José CHASIN, “¿Hasta cuando?: a propósito das eleições de novembro”, in: \_\_\_\_\_, *A miséria brasileira: 1964-1994: do golpe militar à crise social*, Santo André, Estudos e edições Ad hominem, 2000, p. 133.

quadro do pleito um momento, o penúltimo, de reconversão. Planejada desde a imposição da ditadura em 1964 e acelerada pela crise do milagre a partir de meados de 1973 e suas decorrências, a abertura é vista por Chasin como um momento de trânsito do “bonapartismo” à “institucionalização da autocracia burguesa”. Os pontos de saída e de chegada são, respectivamente, as expressões armada e jurídica do politicismo, pois, em sua diversidade, mantém intocado o núcleo fundamental da organização econômica. Servindo de protetor da incompletude de classe do capital, o politicismo restringe a discussão em torno das mudanças ao âmbito mais pobre dos arranjos institucionais, excluindo uma efetiva solução para as necessidades do conjunto da classe trabalhadora. Discorrendo sobre as implicações políticas da incompletude típica da via colonial, Chasin observa:

Resultam [...] dois pólos para a genuína dominação capitalista no Brasil: a *truculência de classe manifesta* e a *imposição de classe velada ou semivelada*, que se efetivam através de um mero gradiente, excluída a possibilidade da hegemonia burguesa, no caso, resultar *de* e *no* quadro integracionista e participativo de todas as categorias sociais, que caracteriza, com todos os seus limites conhecidos, a dominação de tipo democrático-liberal. E vale a pena repetir, esta é uma inviabilidade, no quadro nacional, enquanto um regime minimamente estável e coerente. Ou seja, do mesmo modo que, aqui, a *autocracia burguesa institucionalizada* é a forma da dominação burguesa em “tempos de paz”, o *bonapartismo* é sua forma em “tempos de guerra”. E na proporção em que, na guerra de classes, a paz e a guerra sucedem-se continuamente, no caso brasileiro, no caso da objetivação do capitalismo pela *via colonial*, as formas burguesas de dominação política oscilam e se alternam entre diversos graus do *bonapartismo* e da *autocracia burguesa institucionalizada*, como toda a nossa história republicana evidencia.<sup>346</sup>

<sup>346</sup> José CHASIN, “¿Hasta cuando?: a propósito das eleições de novembro”, in: \_\_\_\_\_, *A miséria brasileira: 1964-1994: do golpe militar à crise social*, Santo André, Estudos e edições Ad hominem, 2000, p. 128. A definição da autocracia como sendo o núcleo fundamental da dominação de classe no Brasil é negada por Coutinho. Refutando sua utilização pelo sociólogo Florestan Fernandes, Coutinho assevera que, “embora Florestan tenha indicado com precisão os traços essenciais do regime ditatorial implantado no Brasil depois de 1964, [...] parece-me impróprio o seu emprego do termo ‘autocracia-burguesa’. Recorrendo a uma periódica mudança de ‘Presidentes’, o poder ditatorial brasileiro da época não se encarnou numa única pessoa e, nessa medida, não pode ser chamado de ‘autocrático’”. A reprovação não se restringe à caracterização do último período ditatorial, mas abrange também a conceituação das resultantes do “*processo de abertura*” do regime. Ao insistir na afirmação da vigência da autocracia, Florestan teria ignorado o peso dos setores populares, em especial a nova classe trabalhadora, na transição democrática, assim como suas resultantes institucionais, dentre as quais Coutinho destaca a Constituição de 1988. A razão desse equívoco residiria na convicção, presente já em *A revolução burguesa no Brasil* (1975), “de que a nossa burguesia careceu e carecerá *sempre*, para poder exercer seu domínio de classe, dessas formas ditatoriais ou ‘autocráticas’ de poder político”. Para Coutinho, trata-se de um equívoco, pois “uma análise empírica constata que o recurso a formas ‘não-clássicas’ de revolução burguesa não impede que o país que as adotou conheça, em determinadas etapas de sua história, estruturas políticas liberal-democráticas; basta recordar aqui os casos do Japão, da Alemanha, da Itália ou da Espanha”. No plano nacional, os exemplos arrolados são o “período populista” e o do “processo de abertura”. Em ambos os casos a burguesia teria recorrido a formas hegemônicas para assegurar sua dominação. C. N. COUTINHO, “Marxismo e ‘imagem do Brasil’ em Florestan Fernandes”, in: \_\_\_\_\_, *Cultura e*

Como núcleo essencial das formas armada e jurídica da dominação burguesa, o politicismo só poderia ser combatido, como Chasin o enfatiza em diversas oportunidades, através do fortalecimento do movimento dos trabalhadores, especialmente pela elaboração de um programa econômico de sua perspectiva. No entanto, as oposições partidárias, vítimas do ardis do politicismo, isto é, direcionando seus esforços para o fortalecimento das instituições, não atinaram para o potencial das movimentações grevistas. Pelo contrário, desvirtuaram o ressurgimento da movimentação operária dos anos 1978-1980, desviando seu curso para o campo politizado das campanhas eleitoral de 1982 e das *diretas-já*. Além dessa submissão ideológica e da evidente capacidade autocrática do sistema no poder em empreender sua própria reconversão, conta ainda na perda das oportunidades por parte do setor do trabalho outra debilidade, estreitamente vinculada aos impasses da via colonial e esclarecedora quanto à determinação das formulações de Coutinho.

O filósofo paulista observa que, nos casos clássicos de entificação do capitalismo, a luta dos setores do trabalho parte exatamente do ponto em que a burguesia dá como encerrada a obra de construção de um novo sistema social. Isto é, a esquerda tem por base a obra já realizada de integralização política e econômica do capital, ou ainda, nos termos de Chasin, “a figura integralizada da burguesia é a cidadela material e espiritual contra a qual principia a integralização do proletariado. Este começa por onde aquela termina”. Já no caso da via colonial, a burguesia não empreende uma ruptura revolucionária com o velho ordenamento da sociedade. Como já foi explicitado inúmeras vezes neste trabalho, o setor do capital no país se reproduz e agiganta em permanente incompletude econômica e política. Nesse cenário, o setor do trabalho se encontra diante de um inacabamento, de uma obra inconclusa.

Trata-se aqui da determinação social das perspectivas das esquerdas brasileiras. Diante do patamar rebaixado que constitui a irrealização da crítica burguesa, a integralização do trabalho emerge como tarefa abstrata, pois não tem a base econômica e política de uma verdadeira

---

*sociedade no Brasil*: ensaios sobre ideias e formas, Rio de Janeiro, DP&A, 2005, pp. 257-263. Se a recusa da noção de autocracia para caracterizar o regime imposto em 1964 padece de evidente formalismo, isto é, se apega a minúcias formais na definição da totalidade do domínio de classe, a rejeição geral decorre da inobservância da incompletude de classe do capital no Brasil, a qual, em sua dimensão econômica, nos distingue dos casos prussianos elencados. A exemplificação da vigência de regimes liberal democráticos na história brasileira antes demonstra a satisfação coutiniana com institucionalidades limitadas do que a comprovação da impropriedade da noção de autocracia burguesa.



democracia. Assim, a esquerda se vê compelida a cumprir o velho itinerário da burguesia clássica, uma tarefa que é historicamente imprópria não só a ela, mas também à burguesia local. Esse é o cenário descrito por Chasin:

Posta entre a mera possibilidade genérica de uma revolução abstrata e a realidade concreta de um capital incompleto e incompletável, a esquerda sucumbe, naturalmente, à presença real e às tensões e pressões efetivas da segunda. Entre a idealidade esgarçada de uma revolução incogitável e o credo na finalização necessária do capital, é arrastada para o *objetivismo* da empreitada que visa à última. É a subsunção aos nexos mortos do que fora a lógica do capital concluso. É a submissão à lógica extinta do ideário liberal. No caso, duas vezes morta: a primeira vez, enquanto cadáver ideológico da própria burguesia de “tipo europeu”; a segunda, enquanto fantasma de empréstimo do *conservantismo civilizado*, boneco “liberal” na ventriloquia da autocrática burguesia brasileira.<sup>347</sup>

Estranho à lógica do trabalho, o acabamento da obra da burguesia clássica em um quadrante histórico desfavorável à sua consecução em moldes liberais é assumido de diferentes maneiras pelas esquerdas. Enquanto sua vertente tradicional concentrou-se na prática do “ativismo caudatário”, a chamada nova esquerda entregou-se de corpo e alma ao “participacionismo”. Confluentes no “*credo na finalização do capital*”, as esquerdas buscam realizar seus intuítos em instâncias distintas, a saber, enquanto a tradicional busca integralizar o capital no âmbito econômico, a nova tenta fazê-lo no político.

É nesse ponto que se encontra a determinação social dos rumos políticos de Coutinho. A fase politicista de seu pensamento situa-se precisamente no campo das tentativas de dar acabamento à dominação política do capital. Por não apreender, em toda a sua dimensão, os nexos efetivos que nos distinguem do caso prussiano, o filósofo baiano ficou impossibilitado de compreender adequadamente a incompletude de classe do capital e, portanto, de escapar de sua determinação social. A esse respeito, é sintomático que o autor veja a renovação democrática que propõe “como o modo de realizar em condições novas as tarefas que a ausência de uma efetiva revolução democrático-burguesa deixou abertas em nosso país”. Desse modo, restringe-se ao quadro maniqueísta da oposição político-formal entre “*democratismo e autoritarismo*”.

---

<sup>347</sup> José CHASIN, “A esquerda e a nova república”, in: \_\_\_\_\_, *A miséria brasileira: 1964-1994: do golpe militar à crise social*, Santo André, Estudos e edições Ad hominem, 2000, pp. 159-160.

À determinação da incompletude do capital sobre o setor do trabalho, soma-se a debilidade do tipo de análise tradicionalmente praticada pelas esquerdas e, especialmente, por aqueles que estacionaram na defesa da aplicabilidade da noção de via prussiana ao nosso itinerário histórico. Inicialmente, Chasin considera um avanço a tomada do caminho prussiano como referencial exemplar. Nesse sentido, vê no Coutinho *lukacsiano* um “pioneiro fértil e bem-sucedido”. No entanto, quando, reeditando procedimentos metodológicos tradicionais da esquerda, o caminho prussiano foi utilizado como modelo, isto é, quando seus traços foram tomados como generalidades abstratas, sem a necessária concreção especificadora, o filósofo paulista não hesitou em denunciar os erros cometidos e as consequências políticas:

Os que estagnaram e enalharam, no “*modelo da via prussiana*”, ficaram impedidos de avançar na compreensão do caso brasileiro. Assim reproduzem em grande medida, apenas de forma mais sofisticada e menos estúpida, as análises dominantes do período anterior. Redunda daí uma proposta política, na qual é bisada (e não poderia ocorrer nada diverso) a lógica perversa da emasculação sofrida. Política que é coroada por um troncho diadema de ocos diamantes liberais, tudo para que não fique pura e simplesmente colada e totalmente indiferenciada em relação à plataforma política que marca o pré-64.<sup>348</sup>

Assim, os cultores do modelo prussiano confluem com a esquerda tradicional tanto no caminho metodológico, isto é, na submissão de ocorrências empíricas a contornos formais, quanto no consequente desconhecimento e desconsideração da “*centralidade operária para a questão democrática*”. Ignorada essa dimensão da realidade nacional, e no contexto político-referencial negativo do estalinismo, os teóricos em causa são condicionados “a pirutear para trás, em direção às *formas* institucionais do liberalismo político, em vez de armar o salto para frente, no sentido da *democracia social e humana*, que só pode se explicitar pelo prisma de efetuação das massas trabalhadoras, nucleadas e perspectivadas pelo proletariado”.<sup>349</sup>

Coerente com os nexos apreendidos e as críticas realizadas, Chasin afirma, em diversas oportunidades, sua aposta em uma política de integralização dos trabalhadores, a qual possibilitaria “o começo da consumação da ferocidade do capital atrofico, ou seja, o rompimento com a *miséria brasileira*, vale dizer, com os cordões umbilicais que ligam a parte mais dinâmica

<sup>348</sup> José CHASIN, “Prefácio”, in: Ricardo ANTUNES, *Crise e poder*, São Paulo, Cortez/Autores associados, 1986, pp. 9-10.

<sup>349</sup> *Ibid.*, p. 10.

da formação brasileira ao atraso do subcapitalismo e à soberania do capital concluso”.<sup>350</sup> Trata-se da reiterada necessidade de desmontagem de certos aspectos do capitalismo de extração colonial, a qual, ainda que mantendo a estrutura básica do modo de produção, tem por horizonte sua superação.

Como vimos anteriormente, o acompanhamento crítico do ressurgimento do movimento operário evidenciou a emergência de possibilidades de ruptura com o caminho colonial, as quais foram ignoradas e perdidas pelas esquerdas. Ainda que reduzida, a virtualidade de uma rota alternativa ainda estava presente por ocasião do último ato de reconversão do bonapartismo à autocracia burguesa institucionalizada, ou seja, no quadro das eleições presidenciais de 1989. Tendo em vista essa conjuntura, Chasin elabora o artigo *A sucessão na crise e a crise na esquerda*, no qual apresenta um balanço crítico das condições objetivas e subjetivas para a superação do capitalismo no contexto internacional. Se nos quadrantes mais abastados as condições materiais do socialismo se apresentam em abundância, a possibilidade de ruptura é debilitada pela regressividade de seu cenário intelectual. Já nos polos de miséria, a história das experiências de tipo soviético prova que a ruptura é uma possibilidade real, mas não seu desenvolvimento, pois faltam aí as condições materiais. Nos termos do autor:

[...] na atualidade é inverossímil qualquer ruptura da inamovibilidade dos países ricos e é igualmente fantasiosa, além de funesta, qualquer estimativa ou crença relativa à gestação de socialismo a partir da miséria. De modo que o quadro dilemático que se apresenta fez transparecer que não coincidem os lugares das rupturas possíveis com os lugares das transições socialistas viáveis.<sup>351</sup>

Se os extremos são descartados em função da paralização social e da carência de possibilidades reais que apresentam, são divisados, com base na análise das realidades nacionais e na história das revoluções, países nos quais podem coincidir os lugares da ruptura e da transição socialista:

É na América Latina que, longe dos extremos, há alguns poucos países com razoável industrialização e produção agrária consistente, índices de experiência sindical e política apreciáveis e atividade intelectual demarcada, que conjugam, portanto, graus de riqueza e miséria que armam a tensão para a ruptura e exibem

<sup>350</sup> José CHASIN, “A esquerda e a nova república”, in: \_\_\_\_\_, *A miséria brasileira: 1964-1994: do golpe militar à crise social*, Santo André, Estudos e edições Ad hominem, 2000, p. 164.

<sup>351</sup> *Idem*, “A sucessão na crise e a crise na esquerda”, in: \_\_\_\_\_, *A miséria brasileira: 1964-1994: do golpe militar à crise social*, Santo André, Estudos e edições Ad hominem, 2000, p. 216.

base potencial (mínima, ao menos) para dar início a uma transição árdua e difícil, especialmente pelas implicações no terreno político internacional, mas que não estaria compelida a repetir a trajetória aberrante do caso soviético, chinês ou cubano. Em ordem alfabética e com diversidades em vantagens e desvantagens, em prós e contras: Argentina, Brasil e México.<sup>352</sup>

O potencial objetivo assinalado não significa, de acordo com o autor, a equivalência no âmbito subjetivo. No entanto, dada a importância mundial dos países indicados, a construção de uma nova subjetividade revolucionária não significaria algo de interesse puramente local. Ao lutar pelo suprimimento de suas necessidades mais prementes, referentes à via colonial, os agentes envolvidos contribuiriam para a questão mais universal da emancipação humana. Em conformidade com isso, Chasin esclarece que não se trata de empreender a transição socialista no plano imediato, mas sim de tomá-la como norte. A superação do modo de produção capitalista orientaria a superação da via colonial. Isto é, o rompimento do “capitalismo estruturalmente induzido e subordinado” constitui uma “*primeira transição*”, a qual “consubstancia as transformações imediatamente possíveis e abre estruturalmente para a transição última, que projeta para além do capital”.<sup>353</sup> Assim, a totalidade do processo constitui uma “*dupla transição*”, fórmula que supera equívocos do passado e atina para a impossibilidade imediata do socialismo.

O filósofo paulista não se detém no plano abstrato, e elenca os propósitos fundamentais que orientam a primeira transição. Em primeiro lugar, é necessária uma redefinição quanto às relações externas do país. Em lugar das “*relações subordinantes*” do capital atrofico, há que se estabelecer “*relações soberanas*”, o que só pode ser realizado da perspectiva do trabalho em sua afirmação defensiva. Essa reconfiguração dos laços do país com a economia mundial tem por pressuposto a “*redefinição do aparato produtivo*” interno. Trata-se aqui de desmontar os aspectos mais perversos do sistema, impondo limites à ação dos capitais atrofico e metropolitano em prol do conjunto da sociedade. Nesse sentido, a recomposição do sistema permitiria, além da supressão da superexploração da força de trabalho e das relações subordinantes, a dessacralização da propriedade privada, favorecendo a afirmação da propriedade social. O terceiro ponto da primeira transição refere-se à resolução da questão agrária. À variedade das situações apresentadas deveria corresponder uma amplitude de resoluções, abrangendo o parcelamento, o

<sup>352</sup> José CHASIN, “A sucessão na crise e a crise na esquerda”, in: \_\_\_\_\_, *A miséria brasileira: 1964-1994: do golpe militar à crise social*, Santo André, Estudos e edições Ad hominem, 2000, p. 217.

<sup>353</sup> *Ibid.*, p. 219.

reajustamento nas condições de trabalho e remuneração e, por fim, a introdução germinal da propriedade social. Diante do processo inescapável da mundialização do capital e do fato de que seu avanço não cancela a objetivação de vínculos desiguais entre as nações, Chasin propõe como quarto ponto a formação do mercado latino-americano. Essa integração se conjugaria com os esforços para a constituição de relações soberanas.

A avaliação de Chasin acerca das possibilidades apresentadas pelo quadro da eleição presidencial de 1989 é realizada com base na viabilidade da proposta da primeira transição. Na ausência do campo “*da esquerda*”, ou seja, sendo aqui a perspectiva de integralização dos trabalhadores obstaculizada pelas condições adversas da via colonial, Chasin aponta em uma possível confluência “*na esquerda*”, isto é, no campo mais progressista do gradiente político do capital, o caminho alternativo. Se a candidatura de Fernando Collor significava a certeza da reprodução da essência do sistema de dominação econômica e política implantado em 1964, assim como a integração subordinada de nossa economia no quadro da mundialização, as perspectivas apresentadas “*na esquerda*”, portavam, na totalidade de suas melhores qualidades, a virtualidade de outro direcionamento. PDT e PT compareceriam ao pleito, respectivamente, com a plataforma centrada na evolução nacional norteada pelo progresso social e a combatividade das movimentações sindicais. Assim, a confluência dessas agremiações permitiria a especificação da proposta nacional popular, bem como dotaria o vetor sindical de um projeto de país. Uma plataforma assim ajustada poderia empolgar os representados do PSDB, ou seja, os setores médios e certos círculos empresariais. Portanto, embora isolados fossem incapazes de representar as diferentes classes sociais nacionais, os partidos citados poderiam sanar suas debilidades através de uma conjugação de forças.

Não obstante, a oportunidade presente nas eleições, tal como as apresentadas em ocasiões anteriores, foi ignorada pelas oposições.<sup>354</sup> Afora o PDT de Leonel Brizola, o único a insistir na

---

<sup>354</sup> A exposição das posições chasinianas acerca das razões da recusa da confluência eleitoral ultrapassa os limites de nosso trabalho. No entanto, deve-se registrar que teve enorme peso no processo em causa a submissão das esquerdas ao politicismo e, nesse sentido, sua adesão a um determinado conjunto de teses. Trata-se, nos termos do filósofo paulista, de um “quadrúpede teórico”, composto pelas teorias da “dependência” e da “marginalidade” e pelas críticas do “autoritarismo” e do “populismo”. Esse conjunto, em especial a última crítica, ajudou a desvirtuar o entendimento das possibilidades objetivas apresentadas na conjuntura eleitoral. A figura de Brizola, que naturalmente exerceria a liderança na conjunção defendida, reunia características que, desentendidas pelo olhar politicista, o descredenciavam junto às oposições. Ou seja, o líder popular era visto como ameaça populista. Cf. José

necessidade da união partidária, as demais agremiações pereceram na teimosia do isolamento, facilitando a conclusão do trânsito do bonapartismo à institucionalização da autocracia burguesa. A significação dessa derrota das forças na esquerda envolve uma dimensão particularmente importante para os propósitos de nosso trabalho, a saber, a conclusão da via colonial.

Ao final da década de 1980 e no desenrolar da seguinte, a entificação do capitalismo industrial foi levada a cabo no respeito a sua lógica imanente, isto é, de modo subordinado. Esse encerramento se deu em um momento específico da tendência histórica de mundialização do capital. Tratou-se, no bojo da atualização dos laços que, desde as origens coloniais, nos submetem às economias centrais, da emergência de novos parâmetros internacionais no sistema de produção e circulação de mercadorias. Levando ao paroxismo suas velhas tendências de expansão, o capitalismo agora global alterou também o cenário nacional. Nos termos de Chasin:

Para o bem e para o mal, aqui se fecha e fica para trás um longo ciclo, cujas características dominaram a maior parte do cenário brasileiro neste século. Traços que, reduzidos ao essencial, conferiam ao país o semblante de uma entificação nacional que pelejava para completar sua formação capitalista, mas que reproduzia sempre, apesar da multiplicação das formas de crescimento e diversificação econômicas, a *incompletude de seu capital* e, por consequência, suas peculiares mazelas sociais e políticas.<sup>355</sup>

A mundialização do capital é vista por Chasin como um movimento que, não obstante os patamares que ostenta, não subverte a lógica dos acontecimentos nacionais, mas apenas os leva a sua conclusão. Essa significa não apenas reconfiguração de cenários, mas também indicação de esgotamentos de perspectivas. Com o fim da via colonial, encerra-se igualmente a viabilidade de soluções de caráter nacional, isto é, perspectivas de desenvolvimento autônomo. Diante da “produção ampliada a grandezas sem limites e o intercâmbio comercial elevado ao primado das *trocas infinitas e superpostas*, sem embaraços de fronteira”, “crescer passou a supor a capacidade de ocupar nichos na infinitude da malha de produção atualizada, universo no qual os mercados interno e externo não mais se distinguem: ao capital social global corresponde agora o Mercado Único das trocas levadas ao paroxismo”. Sem grandes reviravoltas, trata-se de um processo que privilegia os países mais adequados a sua lógica imanente, ou, nos termos de Chasin, “se o feitiço

---

CHASIN, “A sucessão na crise e a crise na esquerda”, in: \_\_\_\_\_, *A miséria brasileira: 1964-1994: do golpe militar à crise social*, Santo André, Estudos e edições Ad hominem, 2000, pp. 241-254.

<sup>355</sup> *Idem*, “O poder do real”, in: \_\_\_\_\_, *A miséria brasileira: 1964-1994: do golpe militar à crise social*, Santo André, Estudos e edições Ad hominem, 2000, p. 303.

reside nas trocas infinitas e superpostas de mercadorias, produzidas sob o padrão da alta tecnologia, só poderá existir e padecer, civilizadamente, quem produzir e trocar sob as determinações desse complexo lógico de princípio”.<sup>356</sup>

A partir do exposto até aqui, conclui-se que, ao apreender o *modo* específico de realização dos traços que nos assemelham ao caso prussiano, Chasin permite a percepção dos limites das posições de Coutinho. Na esteira de Caio Prado Jr., Chasin atina para a particularidade do capitalismo de extração colonial, mas avança ao considerá-la no quadro das vias de entificação do capitalismo. Para o filósofo paulista, o peso do latifúndio e a subordinação de nossa economia a interesses externos obstaculizam a completude de classe do capital. Ou seja, obstaculizada pela vigência prolongada do historicamente velho, a industrialização brasileira não logra promover a autonomia econômica e a hegemonia em bases democráticas da burguesia. Se Coutinho não apreende ou esquece a dimensão colonial do velho e desconsidera a importância do caráter hipertardio e subordinado de nossa industrialização, essas distinções não apenas dão o tom do diagnóstico chasiniano da realidade brasileira contemporânea, mas são elementos importantes nos possíveis equacionamentos políticos.

A percepção da incompletude do capital no Brasil, especialmente a econômica, permite a Chasin a compreensão da impossibilidade da constituição de uma democracia da perspectiva da burguesia entre nós. Enquanto Coutinho aposta em um movimento que tem na conquista da democracia política seu primeiro objetivo, ou seja, a completude política do capital, Chasin afirma que no Brasil a democracia só pode ser obra dos trabalhadores. Nesse sentido, o filósofo paulista aponta que, sendo outros os agentes da democracia, seu formato não pode ser o do regime liberal, mas sim o de um ordenamento de caráter *social*. Ou seja, a proposta chasiniana não sucumbe à ilusão de que seja possível conquistar as liberdades formais para, depois, cuidar da vida. Ao contrário, tem por suposto que é primordialmente no âmbito das carências materiais que pode surgir, como a história das greves o evidenciou, um movimento de luta por uma sociedade efetivamente democrática.

---

<sup>356</sup> José CHASIN, “O poder do real”, in: \_\_\_\_\_, *A miséria brasileira: 1964-1994: do golpe militar à crise social*, Santo André, Estudos e edições Ad hominem, 2000, p. 304.

A análise dos percalços das oposições ao longo da história brasileira levou o filósofo paulista a concluir que a incompletude do capital teve repercussões também no setor do trabalho. O inacabamento da obra da burguesia levou as esquerdas a assumir como sua a tarefa de empreender o desenvolvimento nacional e de construir a democracia liberal. Esse ponto é de extrema importância na avaliação do pensamento de Coutinho, pois sua proposta de democracia liberal não significa outra coisa senão realizar a obra política da burguesia. Tomando a história brasileira como um caso de via prussiana, Coutinho não apreende o verdadeiro significado do caráter hipertardio da industrialização e a subordinação econômica do país às economias centrais. Desconsiderando-as, não percebe que a modernização pela qual o país passou consistiu em um inchaço, isto é, na reprodução ampliada de debilidades do passado, as quais minam as bases de um desenvolvimento autossustentado. Em suma, a análise politicista de Coutinho não o habilitou a romper com a sina das esquerdas no país.

A teorização chasiniana sobre o fim da via colonial no contexto da mundialização do capital também constitui um momento de superação em relação aos andamentos coutinianos. Em seu politicismo, Coutinho confere aos conceitos utilizados para compreender o caso brasileiro uma tonalidade cada vez mais política. Os utiliza de forma a privilegiar a percepção do desenvolvimento das organizações representativas da sociedade, tendo nas condições econômicas fundamentos mais ou menos abstratos. Assim, o filósofo baiano também deixa no escuro a questão do *encerramento* do processo de entificação do capitalismo industrial brasileiro. Antes, foca nos modelos de estruturação do poder e de representação de interesses possíveis em sociedades portadoras de organizações civis fortes e articuladas (o autor trabalha com dois tipos, o “*liberal-corporativo*” e a “*democracia de massas*”).<sup>357</sup> Em contraposição, Chasin opera na observância do primado das relações materiais dos indivíduos sobre suas formas de consciência, isto é, trabalha com a consciência de que a sociedade civil em sua acepção marxiana é o momento preponderante na conformação da totalidade do real, que abrange, evidentemente, o momento da política. Conferindo a devida importância à configuração propriamente econômica, Chasin foi capaz não só de apreender as peculiaridades do caso brasileiro, mas também de perceber o seu encerramento.

---

<sup>357</sup> C. N. COUTINHO, *Democracia e socialismo: questões de princípio & contexto brasileiro*, São Paulo, Cortez, Autores associados, 1992, pp. 55-63.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pudemos acompanhar ao longo deste trabalho, o pensamento do filósofo Carlos Nelson Coutinho passou por mudanças temáticas e referenciais. A transição da estética e da filosofia para a política foi acompanhada pela troca de Lukács por Gramsci e os eurocomunistas italianos. Paralela e consequentemente, a análise coutiniana do tema das vias de desenvolvimento do capitalismo sofreu alterações.

O contato postal com Lukács permitiu a Coutinho a superação de suas concepções iniciais, formadas com a leitura de autores como o próprio Lukács de *História e consciência de classe*, Antonio Gramsci, Jean-Paul Sartre, Lucien Goldmann e Galvano Della Volpe. As lições do filósofo húngaro resultaram na adoção do método histórico-sistemático. A analítica assim norteadas consistiu na tentativa de apreensão da gênese, dinâmica interna e função social de obras literárias e filosóficas. No interior dos parâmetros lukacsianos, Coutinho mostrou-se plenamente consciente do primado das categorias econômicas na estruturação da totalidade do real. Assim, as relações materiais entre os indivíduos constituem o núcleo do quadro histórico-social presente nos trabalhos do filósofo baiano, a partir do qual são rastreadas as condições de possibilidade e determinação dos fenômenos espirituais.

É no interior dessa forma de análise que surge o problema da particularidade do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Preocupado com o histórico de vicissitudes da literatura brasileira, Coutinho assumiu a hipótese de que o capitalismo brasileiro seguiu a via prussiana. Isto é, nossa evolução histórica teria se dado de modo similar ao caso alemão. Assim, o autor chamou atenção para os acordos pelo alto entre as classes dominantes, responsáveis pela exclusão das camadas populares dos processos de transformação experimentados no país. A conciliação com o atraso resultaria na ausência de uma consciência democrático-popular e, consequentemente, na descontinuidade da literatura.

No entanto, focando os problemas decorrentes da conciliação entre o “velho” e o “novo” na estruturação da relação entre os intelectuais e as classes populares, Coutinho não se preocupou em explicitar de modo detalhado a adequação do conceito de via prussiana ao caso brasileiro. O autor limitou-se a afirmar que a nossa economia possui uma estrutura atrasada, fragmentária e dependente. A natureza específica do velho ao qual o novo pagava tributo não foi apreendida e

evidenciada em sua significação própria. Se em um diagnóstico inicial Coutinho identificava nossa formação econômico-social como sendo fruto dos movimentos de expansão do capitalismo mercantil, a adoção da noção de via prussiana foi acompanhada da afirmação segundo a qual restavam traços feudais na estrutura do país. No entanto, os textos da fase lukacsiana de Coutinho não trazem elementos que comprovem a existência de tais traços.

A adoção de referenciais de Antonio Gramsci e de eurocomunistas italianos no final dos anos 1970 levou Coutinho a alterar seu pensamento como um todo e, consequentemente, sua imagem de Brasil. Tendo por núcleo essencial a noção gramsciana de sociedade civil, o filósofo baiano priorizou o questionamento do nível de desenvolvimento das organizações civis. Dessa forma, o matrizarmento econômico do real não pôde ser apreendido corretamente, pois, no novo formato do pensamento de Coutinho, o ordenamento material é considerado apenas enquanto impulso genérico do fenômeno da ocidentalização. Em suma, a assimilação dos novos referenciais resultou em politicismo. Por ser politicista, a análise de Coutinho, ainda que atinasse para distinções entre a formação econômico-social brasileira e os casos de via prussiana e revolução passiva, não foi capaz de aferir seu peso e lógica específicos.

Como pudemos observar na obra de Caio Prado Jr., a dimensão colonial, desatendida pelo trabalho politicista de Coutinho, é fundamental para o devido entendimento da evolução histórica do país. A reiteração de vícios originários, referentes à vinculação das atividades produtivas a interesses internacionais, obstrui o desenvolvimento industrial em bases nacionais, isto é, barra a constituição de um capitalismo voltado para o atendimento das necessidades fundamentais da população interna.

Atinando para os problemas decorrentes da origem colonial, José Chasin pôde realizar uma transposição ajustada da conceituação marxista acerca das formas de entificação do capitalismo. Nesse empreendimento, a percepção de distinções em relação ao caso prussiano armou o entendimento da incompletude de classe do capital e, consequentemente, da impossibilidade de uma democracia da perspectiva da burguesia no Brasil. No interior dessas conquistas teóricas, Chasin oferece-nos a chave para compreender as razões da falta de horizontes das esquerdas brasileiras.

No cenário de incompletudes da via colonial, as esquerdas são pressionadas a lutar pela integralização do capital nas dimensões econômica e política. Como vimos, é justamente na tentativa de realizar a tarefa política da burguesia que Coutinho formula suas teses. Desarmado pelo politicismo, o filósofo baiano não pôde perceber em toda a sua significação a incompletude da burguesia e, conseqüentemente, a centralidade operária na construção da democracia.

Esse é o quadro que determina a *função social* do pensamento de Coutinho. Ao ignorar os lineamentos concretos da realidade nacional, a analítica coutiniana sucumbe às suas pressões, o que resulta na proposição de objetivos desinteressantes a agentes desinteressados. Conforme o observado nos textos de Chasin, nas condições da via colonial de entificação do capitalismo, a assunção da democracia formal como objetivo central da luta dos setores do trabalho consiste em um equívoco de interpretação e proposição política.

Assim, cumpre finalizar com a observação de que, ao assumir a via prussiana como modelo e a democracia liberal como objetivo primário, Coutinho contribuiu, em medida ainda a ser investigada, com a perda das oportunidades apresentadas pelo evoluir da realidade brasileira. E isso na exata medida em que não atinou para o potencial transformador que a reemergência dos movimentos operários representavam em nossa história, sucumbindo ao ardil politicista da luta pelas liberdades formais.

## BIBLIOGRAFIA

### Trabalhos de Carlos Nelson Coutinho

#### Livros

COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal e outros ensaios*. Rio de Janeiro, Salamandra, 1984.

\_\_\_\_\_. *Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo*. São Paulo, Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. *Cultura e sociedade no Brasil*. Rio de Janeiro, DP&A, 2005.

\_\_\_\_\_. *Democracia e socialismo: questões de princípio e contexto brasileiro*. São Paulo, Cortez, 1992.

\_\_\_\_\_. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro, Campus, 1989.

\_\_\_\_\_. *Intervenções: o marxismo na batalha das ideias*. São Paulo, Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. *Literatura e humanismo*. São Paulo, Paz e Terra, 1967.

\_\_\_\_\_. *Lukács, Proust & Kafka*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

\_\_\_\_\_. *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*. São Paulo, Cortez, 1994.

\_\_\_\_\_. *O estruturalismo e a miséria da razão*. São Paulo, Expressão popular, 2010.

#### Artigos, entrevistas e outros trabalhos de Coutinho

\_\_\_\_\_. “A democracia como regime que avança”, *Isto É*, p. 45, 21 jan. 1981.

\_\_\_\_\_. “A democracia na batalha das ideias e nas lutas políticas no Brasil de hoje”. In: SEMERARO, Giovanni; FÁVERO, Osmar. *Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro*. Petrópolis, Vozes, 2002. P. 11-39.

- \_\_\_\_\_. “A dimensão objetiva da vontade geral em Hegel”, *Lua Nova*, São Paulo, n. 43, p. 59-75, dez. 1998.
- \_\_\_\_\_. “A época neoliberal: revolução passiva ou contra-reforma?”, *Gramsci e o Brasil*. Disponível em: <<http://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=790>> Acesso em: 01 fev. 2009.
- \_\_\_\_\_. “A hegemonia da pequena política”. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (orgs.). *Hegemonia às avessas*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2010. P. 29-43.
- \_\_\_\_\_. “A hora de refundar a esquerda”, *Jornal dos economistas*, p. 10-11, ago. 2005.
- \_\_\_\_\_. “A intelectualidade contra a ditadura”, *Estudos*, nº 5, 1974.
- \_\_\_\_\_. “Bate-papo sobre ideias e caminhos”, *Partido Socialismo e Liberdade*. Disponível em: <<http://www.psol.org.br/nacional/jornal/917>> Acesso em: 01 dez. 2007.
- \_\_\_\_\_. “Carlos Nelson Coutinho”. In: PEREIRA, Carlos A. M.; HOLANDA, Heloisa Buarque. *Patrulhas ideológicas: marca registrada*. São Paulo, Brasiliense, 1980. P. 45-56.
- \_\_\_\_\_. “Carlos Nelson Coutinho”. In: NOBRE, Marcos; REGO, José Marcio. *Conversas com filósofos brasileiros*. São Paulo, Editora 34, 2000. P. 373-399.
- \_\_\_\_\_. “Cidadão brasileiro”, *Teoria e debate*, n. 9, jan./fev./mar. 1990. Disponível em: <<http://www2.fpa.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-anteriores/ensaio-cidadao-brasileiro>> Acesso em: 16 out. 2006.
- \_\_\_\_\_. “Crítica e utopia em Rousseau”, *Lua nova*, São Paulo, n. 38, p. 5-30, 1996.
- \_\_\_\_\_. “Cultura brasileira: um intimismo deslocado, à sombra do poder?”, *Cadernos de debate*, São Paulo, n. 1, p. 65-67, 1976.
- \_\_\_\_\_. *et al.* “Cultura, império, imperialismo”. In: MENEGAT, Marildo; BEHRING, Elaine Rossetti; FONTES, Virgínia. *Dilemas da humanidade: diálogos entre civilizações*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2008. P. 203-256.

- \_\_\_\_\_. “Debate continua: opinião sobre a aliança das esquerdas”, *Revista socialismo e democracia*, São Paulo, n. 11, Ano III, p. 7-12, 1986.
- \_\_\_\_\_. “Democracia e socialismo”, *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 7, 30 dez. 2008. Filosofia e questões teóricas.
- \_\_\_\_\_. “Democratização depende do controle social sobre a mídia”, *Ciberlegenda*, n. 4, 2001. Disponível em: <<http://www.uff.br/mestcii/denis6.htm>> Acesso em: 05 jun. 2006.
- \_\_\_\_\_. “Do ângulo do Marxismo: comentários ao ensaio ‘o novo movimento teórico’ de Jeffrey C. Alexander”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 2, nº 4, p.39-42, jun. 1987.
- \_\_\_\_\_. “Entrevista: Carlos Nelson Coutinho”, *Teoria e debate*, n. 51, jun./jul./ago. 2002. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-antiores/entrevista-carlos-nelson-coutinho>> Acesso em: 27 jul. 2006.
- \_\_\_\_\_. “Entrevista com Carlos Nelson Coutinho”, *Cult*, n. 141, 28 mar. 2010. Disponível em: <<http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/entrevista-com-carlos-nelson-coutinho/>> Acesso em: 17 abr. 2010.
- \_\_\_\_\_. “Entrevista: o país vive o terceiro tempo de Fernando Henrique”, *Partido Socialismo e Liberdade*. Disponível em: <<http://psol50.org.br/blog/2004/08/01/entrevista-o-pais-vive-o-terceiro-tempo-de-fernando-henrique/>> Acesso em: 28 ago. 2004.
- \_\_\_\_\_. “Existencialismo ou marxismo?”, *Encontros com a civilização brasileira*, Rio de Janeiro, Civilização brasileira, n. 13, p. 237-240, 1979.
- \_\_\_\_\_. “Exposição” [Questões teóricas e políticas]. In: GARCIA, Marco Aurélio. *As esquerdas e a democracia*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986. P. 59-66.
- \_\_\_\_\_. “Falar em golpe é mistificação”, *Jornal da UFRJ*, p. 10-11, ago. 2005. Disponível em: <<http://www.ufrj.br/docs/jornal/2005-agosto-jornalUFRJ7.pdf>> Acesso em: 20 abr. 2009.

- \_\_\_\_\_. “Gramsci e as ciências sociais”, *Serviço social e sociedade*, São Paulo, Cortez, vol. 34, p. 21-40, 1990.
- \_\_\_\_\_. “Gramsci no Brasil: recepção e usos”. In: MORAES, João Quartim de. *História do marxismo no Brasil. Vol. III*. Campinas, SP, Editora da Unicamp, 1998. P. 151-193.
- \_\_\_\_\_. “Gramsci e o Sul do mundo: entre Oriente e Ocidente”, *Margem Esquerda*, São Paulo, Boitempo editorial, n. 5, p. 122-130, fev. 2005.
- \_\_\_\_\_. “Gramsci: universalidade que se amplia geograficamente”, *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A-37, 25 abr. 1987.
- \_\_\_\_\_. “Há alguma teoria com medo da prática?”, *Opinião*, Rio de Janeiro, nº 160, p.19, 28 nov. 1975.
- \_\_\_\_\_. “Hegel e a democracia”, *Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo*. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/textos/coutinhohegel.pdf>> Acesso em: 22 abr. 2003.
- \_\_\_\_\_. “Intelectuais em extinção”, *Observatório da imprensa*. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/al0512200091.htm>> Acesso em: 05 jun. 2006.
- \_\_\_\_\_. “Intelectuais, luta política e hegemonia cultural”. In: MORAES, Dênis de (org.). *Combates e utopias: os intelectuais num mundo em crise*. Rio de Janeiro, Editora Record, 2004. P. 315-337.
- \_\_\_\_\_. “Introdução”. In: GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999. Vol. 1. P. 7-45.
- \_\_\_\_\_. “Introdução”. In: GRAMSCI, Antonio. *Escritos políticos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004. P. 11-31.
- \_\_\_\_\_.; NETTO, José Paulo. “Introdução”. In: LUKÁCS, Georg. *Socialismo e democratização*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2008.

- \_\_\_\_\_. “Kafka: Pressupostos históricos e reposição Estética”, *Temas de Ciências Humanas*, São Paulo, n. 2, p. 15-56, set. 1977.
- \_\_\_\_\_. “Marx”. In: FERREIRA, Clodomir de Souza; ESTEVES, João Antonio de Lima; COUTINHO, Laura Maria (orgs.). *O pensamento inquieto*. Brasília, CEAD/UnB, 1993. p. 23-37.
- \_\_\_\_\_. “No caminho de uma dramaturgia nacional-popular”, *Arte em revista*, São Paulo, n. 6, ano 3, p. 60-61, out. 1981.
- \_\_\_\_\_. “Nota à edição brasileira”. In: GRAMSCI, Antônio. *A questão meridional*. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1987. P. 9-11.
- \_\_\_\_\_; KONDER, Leandro. “Nota sobre Agnes Heller”. In: HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972.
- \_\_\_\_\_. “Notas sobre a questão cultural no Brasil”, *Escrita/Ensaio*, São Paulo, n. 1, vol. 1, p. 6-15, 1977.
- \_\_\_\_\_; KONDER, Leandro. “Nota sobre Antonio Gramsci”. In: GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966. P. 1-6.
- \_\_\_\_\_. “O conceito de política nos *Cadernos do cárcere*”. In: \_\_\_\_\_. TEIXEIRA, Andrea de Paula (orgs.). *Ler Gramsci entender a realidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003. P. 78-96.
- \_\_\_\_\_. “O conceito de vontade coletiva em Gramsci”, *Katálisis*, Florianópolis, v. 12, n. 1 p. 32-40, jan./jun. 2009.
- \_\_\_\_\_. “O desafio dos que pensaram bem o Brasil”, *Lua nova* [online], São Paulo, n. 54, p. 103-113, 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64452001000300005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452001000300005&lng=en&nrm=iso)> Acesso em: 11 jan. 2006.



- \_\_\_\_\_. “O estado brasileiro: gênese, crise, alternativas”. In: LIMA, Júlio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderley. *Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2006. P. 173-200.
- \_\_\_\_\_. “O estreito fio da navalha”, *Teoria e Debate*, n. 52, dez. 2002/jan./fev. 2003. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/conteudo/debate-o-estreito-fio-da-navalha>> Acesso em: 03 fev. 2003.
- \_\_\_\_\_. “O lugar do manifesto na evolução da teoria política marxista”. In: REIS FILHO, Daniel Aarão. *O manifesto comunista 150 anos depois*. Rio de Janeiro/São Paulo, Contraponto/Fundação Perseu Abramo, 1998. P. 43-66.
- \_\_\_\_\_. “O marxismo no Brasil”. In: JINKINGS, Ivana; PESHANSKI, João Antônio (orgs). *As utopias de Michael Löwy: reflexões sobre um marxista insubordinado*. São Paulo, Boitempo editorial, 2007. P. 129-135.
- \_\_\_\_\_. “O pensador hegemônico”, *Folha de São Paulo*, 21 nov. 1999, Mais!
- \_\_\_\_\_. “O povo na obra de Jorge Amado”. In: ROLLEMBERG, Vera (org.). *Um grapiúna no país do carnaval*. Salvador, Fundação casa de Jorge Amado, 2000. p. 57-62.
- \_\_\_\_\_. “O processo das contradições e a revolução brasileira”, *Ângulos*, Salvador, n. 16, p. 29-39, 1960.
- \_\_\_\_\_. “O Significado de Lima Barreto na Literatura Brasileira”. In: \_\_\_\_\_ et al. *Realismo e anti-realismo na literatura brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1974.
- \_\_\_\_\_. “Os intelectuais e a organização da cultura no Brasil”, *Temas de ciências humanas*, São Paulo, Ciências humanas, n. 10, p. 93-110, 1981.
- \_\_\_\_\_. “Os “longos anos 60”: marxismo e estruturalismo”. In: CABRAL, Severino (org.). *5 Décadas em questão*. Rio de Janeiro, Muad, 2004. P. 53-64.

- \_\_\_\_\_. “Paixão por Gramsci: entrevista concedida a Cecília Costa e Daniela Birman”, *Gramsci e o Brasil*. Disponível em: <<http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv308.htm>> Acesso em: 15 dez. 2003.
- \_\_\_\_\_. “Pluralismo: dimensões teóricas e políticas”, *Cadernos ABESS*, São Paulo, Cortez, n. 4, p. 5-17, maio 1991.
- \_\_\_\_\_. “Prefácio à edição brasileira”. In: MÁRKUS, György. *A teoria do conhecimento no jovem Marx*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974. P. 9-15.
- \_\_\_\_\_. “Presença de Lukács no Brasil: entrevista com Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho”. In: PINASSI, Maria Orlanda; LESSA, Sérgio (orgs.). *Lukács e a atualidade do marxismo*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2002. P. 157-183.
- \_\_\_\_\_. “Problemática atual da dialética”. *Ângulos*, Salvador, n. 17, p. 25-47, dez. 1961.
- \_\_\_\_\_. “Reformas geram revolução?”, *Revista socialismo e liberdade*, n. 1, 31 maio 2009. Disponível em: <[http://www.socialismo.org.br/portal/images/stories/documentos/Entrevista\\_Carlos\\_Nelson\\_Coutinho.pdf](http://www.socialismo.org.br/portal/images/stories/documentos/Entrevista_Carlos_Nelson_Coutinho.pdf)> Acesso em: 05 jun. 2006.
- \_\_\_\_\_. “Representação de interesses, formulação de políticas e hegemonia”. In: TEIXEIRA, Sônia Fleury (Org.). *Reforma Sanitária: em busca de uma teoria*. São Paulo, Cortez/ABRASCO, 1989. P. 47-60.
- \_\_\_\_\_. “Sem socialismo não há democracia”, *Caros Amigos*, n. 153, dez. 2009.
- \_\_\_\_\_. “Socialismo e democracia: a atualidade de Gramsci”. In: AGGIO, Alberto (org.). *Gramsci: a vitalidade de um pensamento*. São Paulo, Editora da UNESP, 1998. P. 15-36.
- \_\_\_\_\_. “Sociedade civil e democracia no pensamento liberal e marxista”, *Libertas*, v. 3, n. 1, p. 70-82, dez. 2008.
- \_\_\_\_\_. “Triunfo da pequena política”, *UFRJ Debate: a esquerda e a crise política do governo*. Disponível em:

<[http://www.midiainpressa.ufrj.br/html/serie\\_debate/triunfo\\_da\\_pequena\\_politica.htm](http://www.midiainpressa.ufrj.br/html/serie_debate/triunfo_da_pequena_politica.htm)>

Acesso em: 07 mar. 2006.

\_\_\_\_\_. “Uma entrevista para Reportagem”, *Gramsci e o Brasil*. Disponível em:

<<http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv314.htm>> Acesso em: 02 jan. 2004.

\_\_\_\_\_. “Um filósofo democrático”. In: PINASSI, Maria orlanda (org.). *Leandro konder: a revanche da dialética*. São Paulo, Editora UNESP, 2002. P. 15-28.

## Outros autores

AMAZONAS, João. “Uma linha confusa e de direita”. *Novos rumos*, p. 10, 10 a 16 de jun. 1960.

ANDERSON, Perry. “As antinomias de Gramsci”. In: \_\_\_\_\_. *Afinidades seletivas*. São Paulo, Boitempo editorial, 2002.

\_\_\_\_\_. *Considerações sobre o marxismo ocidental; Nas trilhas do materialismo histórico*. São Paulo, Boitempo editorial, 2004.

BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas. “Gramsci e eles”. *Nova escrita/ensaio*, São Paulo, Editora e livraria escrita, n. 9, ano IV, 1982.

CHASIN, José. “A determinação ontonegativa da politicidade”. *Ensaaios Ad Hominem I*, São Paulo, Estudos e Edições Ad Hominem, tomo III: política, 2000.

\_\_\_\_\_. *A miséria brasileira: 1964-1994: do golpe militar à crise social*. Santo André, Estudos e Edições Ad Hominem, 2000.

\_\_\_\_\_. *Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2009.

- \_\_\_\_\_. O integralismo de Plínio salgado: forma de regressividade no capitalismo híper-tardio. Belo Horizonte, Editora UMA. São Paulo, Estudos e Edições Ad Hominem, 1999.
- \_\_\_\_\_. “Prefácio”. In: ANTUNES, Ricardo. *Crise e poder*. São Paulo, Cortez, Autores Associados, 1986.
- \_\_\_\_\_. “Sobre o conceito de totalitarismo”. *Ensaaios Ad Hominem I*, São Paulo, Estudos e edições Ad hominem, tomo III: política, 2000.
- COGGIOLA, Osvaldo. *Engels: o segundo violino*. São Paulo, Xamã, 1995.
- FREDERICO, Celso. *Lukács: um clássico no século XX*. São Paulo, Moderna, 1997.
- \_\_\_\_\_. “Presença de Lukács na política cultural do PCB e na universidade”. In: MORAES, João Quartim de (org.). *História do marxismo no Brasil: os influxos teóricos*. Campinas, Editora da Unicamp, 2007. v. 2.
- GENRO FILHO, Adelmo. “A democracia como valor operário e popular”. *Encontros com a civilização brasileira*, Rio de Janeiro, Civilização brasileira, n. 17, p. 195-202, nov. 1979.
- GIANNOTTI, José Arthur. “Notas sobre a categoria ‘modo de produção’ para uso e abuso dos sociólogos”, *Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 17, p. 161-168, 1976.
- GRAMSCI, Antonio. *Introdução à filosofia: a filosofia de Benedetto Croce*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. “As três frentes da luta de classes no campo brasileiro”. In: SANTOS, Raimundo (org.). *Questão agrária e política: autores pecebistas*. Rio de Janeiro, EDUR, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- \_\_\_\_\_. *O risorgimento: notas sobre a história da Itália*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.
- KONDER, Leandro. *Lukács*. Porto Alegre, L&PM, 1980.

LENIN, Vladimir Ilich. *Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura*. São Paulo, Ed. Brasil debates, 1980.

\_\_\_\_\_. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. São Paulo, Nova Cultural, 1985.

\_\_\_\_\_. *O programa agrário da social-democracia na primeira revolução russa de 1905-1907*. São Paulo, Ciências Humanas, 1980.

LIMA, Ricardo R. A. de. *Via prussiana, revolução passiva e revolução pelo alto: Estudo de uma hipótese marxista sobre a particularidade do caminho brasileiro ao capitalismo*. 2003. 167 f. (Mestrado em Ciências Sociais) - Curso de Mestrado da Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília da Universidade Estadual Paulista – Unesp – Campus de Marília, Marília, 2003.

LUKÁCS, Georg. “Correspondência com Georg Lukács”. In: PINASSI, Maria Orlanda; LESSA, Sérgio (orgs.). *Lukács e a atualidade do marxismo*. São Paulo, Boitempo editorial, 2002.

\_\_\_\_\_. *El asalto a la razón: La trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler*. Barcelona-México, Grijalbo, 1968.

\_\_\_\_\_. *Goethe y su época*. Barcelona-México, Grijalbo, 1968.

\_\_\_\_\_. *Pensamento vivido: autobiografia em diálogo: entrevista a István Eörsi e Erzsébet Vezér*. São Paulo, Estudos e edições Ad hominem, Viçosa, MG, Editora UFV, 1999.

\_\_\_\_\_. *Socialismo e democratização: escritos políticos 1956-1971*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2008.

MAGANE, Felipe T. *Crítica ontológica à teoria da democracia como valor universal de Carlos Nelson Coutinho*. 2007. 154 f. (mestrado em História) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

MANDEL, Ernest. *Crítica do eurocomunismo*. Lisboa, Antídoto, 1978.

MARX, Karl. *A guerra civil na França*. São Paulo, Boitempo editorial, 2011.

\_\_\_\_\_.; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2007.

\_\_\_\_\_. “Crítica ao programa de Gotha: comentários à margem do Programa do Partido Operário Alemão”. In: \_\_\_\_\_.; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Porto Alegre, L&PM, 2010.

\_\_\_\_\_. “Crítica da filosofia do direito de Hegel – introdução”. In: \_\_\_\_\_. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2005.

\_\_\_\_\_. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo, Abril Cultural, 1986. vol. V.

\_\_\_\_\_. “Para a crítica da economia política”. In: \_\_\_\_\_. *Os pensadores XXXV*. São Paulo, Abril Cultural, 1974.

MAZZEO, Antonio Carlos. *Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa*. São Paulo, Cortez, 1997.

\_\_\_\_\_. “Notas sobre o ‘modo de produção escravista colonial’”, *Nova escrita ensaio*, São Paulo, Escrita, n. 8, p. 81-95, jan. 1981.

\_\_\_\_\_. “O escravismo colonial: modo de produção ou formação social?”, *Revista brasileira de história*, São Paulo, v. 6, n. 12, p. 203-214, mar./ago. 1986.

MERQUIOR, José Guilherme. “Cultura e democracia”. In: \_\_\_\_\_. *As ideias e as formas*. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1981.

\_\_\_\_\_. “Marxismo e democracia”. In: \_\_\_\_\_. *As ideias e as formas*. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1981.

MÉSZÁROS, István. *Estrutura social e formas de consciência II: a dialética da estrutura e da história*. São Paulo, Boitempo editorial, 2011.

\_\_\_\_\_. “Poder político e dissidência nas sociedades pós-revolucionárias”. *Ensaio*, São Paulo, Editora ensaio, n. 14, 1985.

MOORE JÚNIOR, Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. Lisboa, Edições Cosmos/Martins Fontes, 1975.

MORAES, João Quartim de. “A universalidade da democracia: esperanças e ilusões”. *Ensaio – Ad Hominem*, São Paulo, estudos e Edições ad Hominem, tomo I, p. 159-174, 1999.

\_\_\_\_\_. “Contra a canonização da democracia”. *Crítica marxista*, São Paulo, n. 12, p. 9-40, 2001.

\_\_\_\_\_. “O programa nacional democrático: fundamentos e permanência”. In: \_\_\_\_\_. DEL ROIO, Marcos. (orgs.) *História do marxismo no Brasil*. Campinas, Editora da Unicamp, 2000. V. 4.

NAVES, Márcio. “Contribuição ao debate sobre a democracia”. *Temas de ciências humanas*, São Paulo, n. 10, p. 111-128, 1981.

NETTO, José Paulo. “Notas sobre democracia e transição socialista”. *Temas de ciências humanas*, São Paulo, Ciências humanas, n. 7, p. 31-66, 1980.

\_\_\_\_\_. (org.) *Lukács*. São Paulo, Ática, 1981.

\_\_\_\_\_. “Posfácio”. In: COUTINHO, Carlos Nelson. *O estruturalismo e a miséria da razão*. São Paulo, Expressão Popular, 2010.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As desventuras do liberalismo: Joaquim Nabuco, a monarquia e a república*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

PRADO JR., Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_. *Evolução política do Brasil: colônia e império*. São Paulo, brasiliense, 1999.

\_\_\_\_\_. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo, Brasiliense, 2004.

\_\_\_\_\_. *História econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1970.

RIBEIRO, Ivan de Otero. *Agricultura, democracia e socialismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000.

RODRIGUES, Otávio. *Contra o revisionismo*. S.l., S.e., 1979.

SAES, Décio. “A democracia burguesa e a luta proletária”. *Teoria & política*, São Paulo, ano 1, n. 2, p. 55-77, 1980.

SANTOS, Raimundo. “Feudalidade e prussianismo no pensamento agrário do PCB”. In: \_\_\_\_\_ (org.). *Questão agrária e política: autores pecebistas*. Rio de Janeiro, EDUR, 1996.

SILVA, Adriano N. A “via democrática para o socialismo” na obra de Carlos Nelson Coutinho. 2003. 169 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Departamento de Serviço Social da universidade Federal de Pernambuco em convênio com o Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas, Recife/Maceió, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Capitalismo e revolução burguesa na Brasil*. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990.

\_\_\_\_\_. *Formação histórica do Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

\_\_\_\_\_. Modos de produção no Brasil. In: AMARAL LAPA, José R. (org.). *Modos de produção e realidade brasileira*. Petropolis, Vozes, 1980.

SOUZA, Ângela Maria. *O Brasil descortinado por Caio Prado Jr.: gênese e reiteração do círculo vicioso*. (tese de doutoramento) (mestrado em História) Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

TERTULIAN, Nicolas. “Lukács e o stalinismo”. *Verinotio* – revista on-line de ciências humanas, nº 7, ano IV, novembro de 2007. Disponível em:

<[http://www.verinotio.org/Verinotio\\_revistas/n7/r7traducao.pdf](http://www.verinotio.org/Verinotio_revistas/n7/r7traducao.pdf)> Acesso em: 13 maio 2010.

\_\_\_\_\_. “Lukács hoje”. In: PINASSI, Maria Orlanda; LESSA, Sérgio (orgs.). *Lukács e a atualidade do marxismo*. São Paulo, Boitempo editorial, 2002.



TOLEDO, Caio Navarro de. “A modernidade democrática da esquerda: adeus à revolução?”.

*Crítica marxista*, São Paulo, Brasiliense, n. 1, 1994.

TONET, Ivo. “Lukács e as esquerdas brasileiras”. *In*: PINASSI, Maria Orlanda (org.). *A*

*revanche da dialética*. São Paulo, Boitempo Editorial & Editora UNESP, 2002.

VAISMAN, Ester. “A obra de juventude e da maturidade: ruptura ou continuidade?”. *In*: BOITO

JR., Armando; TOLEDO, Caio Navarro de; RANIERI, Jesus; TRÓPIA, Patrícia Vieira

(orgs.), *A obra teórica de Marx: atualidade, problemas e interpretações*. São Paulo, IFCH-  
Unicamp/Xamã, 2002.

VIANNA, Luiz Werneck. “Caminhos e descaminhos da revolução passiva à brasileira”, *Dados –*

*Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 39, nº 3, 1996.

\_\_\_\_\_. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.